

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

WELLINGTON DE PAULA NASCIMENTO

**EXTRATIVISMO DE QUELÔNIOS NO MÉDIO JURUÁ: A IMPORTÂNCIA DOS
TABULEIROS E COMUNIDADES RIBEIRINHAS PARA A CONSERVAÇÃO E
MANUTENÇÃO DAS ESPÉCIES EM ITAMARATI, AMAZONAS**

MANAUS - AM
2025

WELLINGTON DE PAULA NASCIMENTO

**EXTRATIVISMO DE QUELÔNIOS NO MÉDIO JURUÁ: A IMPORTÂNCIA DOS
TABULEIROS E COMUNIDADES RIBEIRINHAS PARA A CONSERVAÇÃO E
MANUTENÇÃO DAS ESPÉCIES EM ITAMARATI, AMAZONAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Amazonas, para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Amazônia: Território e Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Nelcione José de Souza Araújo
Coorientador: Prof. Dr. Francisco Davy Braz Rabelo

MANAUS - AM
2025

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

N244e Nascimento, Wellington de Paula
Extrativismo de quelônios no Médio Juruá: a importância dos
tabuleiros e comunidades ribeirinhas para a conservação e
manutenção das espécies em Itamarati, Amazonas / Wellington de
Paula Nascimento. - 2025.
198 f. : il., color. ; 31 cm.

Orientador(a): Nelcionei José de Souza Araújo.
Coorientador(a): Francisco Davy Braz Rabelo.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Manaus, 2025.

1. Comunidade ribeirinha. 2. Extrativismo. 3. Quelônios. 4.
Itamarati. I. Araújo, Nelcionei José de Souza. II. Rabelo, Francisco
Davy Braz. III. Universidade Federal do Amazonas. Programa de
Pós-Graduação em Geografia. IV. Título

WELLINGTON DE PAULA NASCIMENTO

**EXTRATIVISMO DE QUELÔNIOS NO MÉDIO JURUÁ: A IMPORTÂNCIA DOS
TABULEIROS E COMUNIDADES RIBEIRINHAS PARA A CONSERVAÇÃO E
MANUTENÇÃO DAS ESPÉCIES EM ITAMARATI, AMAZONAS**

Dissertação aprovada como requisito à obtenção do título de Mestre, curso de Mestrado em Geografia, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Amazonas, pela seguinte banca examinadora:

Aprovada em: 05 de junho de 2025.

Prof. Dr. Nelcionei José de Souza Araújo, Presidente
Universidade Federal do Amazonas
(PPGEOG – UFAM)

Dr. David Franklin da Silva Guimarães
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz
Universidade Federal do Amazonas
(PPGEOG – UFAM)

Dedico esta dissertação a Deus, por até aqui ter me sustentado e ter me dado forças para vencer os obstáculos, a minha família. Minha mãe Deniza de Paula, a minha vó Jacira de Paula, minhas irmãs Natália, Maria e Éria que sempre me apoiaram mesmo estando longe. Aos meus amados filhos, Juliana e Christian. Ao meu primo/irmão Michael, por todo apoio. A população itamaratiense, principalmente aqueles que de alguma forma contribuíram com este trabalho, aos meus orientadores, que me acompanharam nessa caminhada, e aos amigos de caminhada, que me ajudaram durante esse processo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela dádiva da vida e pela saúde, por não ter me deixado desistir nos momentos de dificuldade.

Agradeço especialmente aos meus orientadores, Nelcionei José de Souza Araújo e Francisco Davy Braz Rabelo, pelo acompanhamento, companheirismo e orientações, principalmente durante os campos da pesquisa, que foram árduos e cansativos, mas valiosos e memoráveis, pois foi uma experiência que ficará marcada para sempre.

À minha família: minha mãe, Deniza; minha vó, Jacira; minhas queridas irmãs, Natália, Maria e Éria. Aos meus amados filhos, Juliana e Christian, que foram minha maior alegria nos momentos difíceis. Ao meu primo-irmão, Michael, que me deu apoio desde quando cheguei em Tefé para iniciar a graduação. Ao meu querido tio Nonato (*in memoriam*), que muito ajudou minha mãe em vida. Ao meu querido avô, João Sampaio (*in memoriam*).

Agradeço aos queridos professores do Ensino Médio, que, além de me incentivarem a estudar, me ajudaram com os custos da passagem quando eu não tinha nem o mínimo e tive que vender o que me ajudava a sustentar a casa junto com minha mãe: malhadeiras, tarrafa, motor, remos e outras ferramentas. Ao grande amigo e professor André, grande profissional e um ser humano bom; ao professor Viana (*in memoriam*), lembrado por todos pelo seu carisma e a alegria de viver, que transmitia para todos ao seu redor; à professora Cristina; ao professor Adegilson; ao professor Litomar; e aos demais professores que fizeram parte desse processo no Ensino Médio. Além disso, deixo meu carinho pelas escolas Santos Dumont, onde fiz meu ensino fundamental, e Francidene Soares Barroso, onde cursei o ensino médio.

Agradeço aos amigos e professores que contribuíram com a minha formação durante o período em que estive no CEST/UEA, na luta diária para concluir o curso de Licenciatura em Geografia, em que ora pensava em desistir, ora pensava em continuar a carreira acadêmica. À grande professora Eliane, ao professor Leonardo, à professora Viviane, ao professor Davy, que sempre se fizeram disponíveis para ajudar nas orientações, à minha querida professora Eubia Andréa Rodrigues, que foi minha orientadora nessa etapa, me ajudou e incentivou a continuar, e aos demais que também fizeram parte desse percurso. Agradeço também a professora Alexandra,

com quem fiz meus estágios na graduação e aprendi muito durante as práticas em sala de aula.

Agradeço aos meus amigos e companheiros de graduação e de vida, que também venceram a batalha e superaram grandes desafios: meu amigo Cleimisson Fernandes, Paula Silva, Marcos Rodrigues, Ronaldo Martins, Luiz Fernando, Cássia Luana, Nereu Jardel, Ariane, Renesson, Carol, Emerson, Débora, Keit Gomes (*in memoriam*) e aos demais que também foram importantes de alguma forma. Ao amigo Mateus Guadalupe e a Railton Nanno, pelos momentos de descontração e diversões da vida.

Agradeço aos companheiros e funcionários queridos que dividiram longos quatro anos de estadia na Casa do Estudante em Tefé: Will, Rodrigo, Tibério, Alfredo, Antônio, Bruno, Roger, Kailane, Carlito, Dona Joana, meu querido amigo “Seu Filé”, vigia e protetor da casa, e à Dona Preta, chefe e responsável pela excelente gestão.

Agradeço aos amigos, companheiros, colegas e professores que, ao chegar à UFAM no ano de 2023 para dar início a uma nova jornada, me ajudaram de alguma forma, seja com conversas que me faziam acreditar que era possível continuar e vencer mais essa fase que se iniciava na minha vida.

Ao meu grande amigo-irmão, Fernando Monteiro, que, desde meu ingresso no programa, me ajudou, me deu os primeiros ensinamentos sobre como caminhar nesse novo ambiente, me auxiliou com orientações, sempre tirou minhas dúvidas quando as tive e clareou o que parecia impossível — além das resenhas e momentos de descontração, fundamentais para não se sobrecarregar com tantos afazeres.

Agradeço também aos companheiros Fredson, que me ajudou com orientações e correções, e ao Bruno, Feliciano e Felix, com quem dividíamos o momento da merenda e do almoço para conversas, gargalhadas e muito entretenimento. Afinal, não se pode levar tudo muito a sério, pois assim a vida perde a graça.

Aos meus amigos e companheiros de turma e sala de estudo, Larissa, Lúcio e Kelyan, com quem compartilhei muitos momentos e aprendi muitas coisas do mundo da Geografia, e com quem dei muitas gargalhadas — importante para aliviar os estresses diários — desde as simples partidas de Uno aos cafés geográficos.

Aos amigos(as) e companheiros de turma, Sabrina, Lilian, Lindalva, Diane e Kadu, com quem passei grande parte do tempo e tive ricas discussões durante as

aulas — importantes para o desenvolvimento e entendimento do que estava sendo discutido — além dos trabalhos desenvolvidos em sala e em campo, fundamentais para a compreensão do mundo geográfico.

Agradeço ao Departamento de Geografia e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEOG), especialmente aos professores que contribuíram nesta dissertação: Amélia Regina Batista Nogueira, Mircia Ribeiro Fortes, Ivani Ferreira de Faria, Manuel Masulo, Paola Santana e Adorea Albuquerque. Agradeço ao professor Thiago Neto, com quem acompanhei a disciplina de Teoria e Métodos em Geografia, fundamental para o entendimento de novos conceitos do campo da Geografia, além de ter sido importante para o meu desenvolvimento pessoal, ao me conceder liberdade de fala durante as aulas com os discentes da disciplina.

Agradeço em especial ao professor João Cândido André da Silva Neto, com quem realizei meu estágio docente na disciplina Geotecnologias e Análise Ambiental, fundamental para o desenvolvimento pessoal e para a aprendizagem — principalmente no que diz respeito a algumas ferramentas geográficas e às aulas de campo, cruciais para o entendimento do que vinha sendo discutido teoricamente em sala de aula. Destaco, ainda, a parceria e o apoio prestado pelo professor, um profissional de excelência.

Agradeço à população Itamaratiense, especialmente àqueles que, de alguma forma, contribuíram com a pesquisa; à gestão municipal, pelo apoio prestado; aos comunitários, pelo acolhimento e recepção em suas casas — em especial ao Sr. Chico Amância e sua esposa, da Comunidade Walter Bury, onde passei quatro dias desenvolvendo minha pesquisa e fui bem tratado e recebido. Agradeço ao amigo Nerinho, importante ator nesse processo, que nos acompanhou durante todos os campos e desenvolve um trabalho fundamental à frente da associação no município. Ao companheiro Natanilson, Secretário do Meio Ambiente em Itamarati, que também prestou todo o apoio possível durante o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM pelo apoio prestado para que eu pudesse realizar o primeiro ano do mestrado em Manaus, período no qual precisei me ausentar do trabalho. Agradeço à Graciete Rolim pelo apoio, incentivo e pelas conversas que tanto contribuíram nesse processo.

Agradeço à CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – pelo fomento à pesquisa por meio da concessão da bolsa de estudos.

“Somente quando o Homem e a Terra são aliados é que podem criar uma força capaz de resistir à destruição do mundo. A terra. Mãe dos Homens, é um ser pacífico, apulento e generoso. Agredi-la constitui, para nós, o risco de ficarmos órfãos – despojados e desabrigados numa Terra moribunda”.

Ápio Campos

RESUMO

O extrativismo de quelônios desempenha um papel fundamental na subsistência das populações amazônicas, especialmente da comunidade ribeirinha. Contudo, ao longo do tempo, essa relação mudou de uma prática de segurança alimentar para uma exploração intensificada, impulsionada pela demanda comercial e por mudanças no uso do território. Nesse contexto, este estudo objetiva analisar a relação entre o extrativismo de quelônios e as comunidades ribeirinhas no Médio Juruá, destacando o município de Itamarati (AM). De modo a evidenciar sua importância histórica, social e ambiental, o estudo da exploração intensificada de quelônios se justifica pelas preocupações socioambientais no sentido de compreender a importância da aplicação rigorosa das medidas conservacionistas e legislativas existentes, além do desenvolvimento de propostas que considerem as especificidades do território itamaratiense. Para abordar tais questões, a metodologia envolveu revisão bibliográfica, análise documental, revisão sistemática em bases científicas e produção cartográfica, além do trabalho de campo, realizado em dois períodos distintos, considerando a sazonalidade do rio Juruá de enchente e vazante. Mapeou-se os tabuleiros existentes na extensão territorial do município de Itamarati, destacando-se os tabuleiros das comunidades São Pedro, Walter Bury, Nova Olinda e Praia da Onça. Dentre eles, o tabuleiro Walter Bury se sobressai por ter sido o primeiro a ser criado e por concentrar a atividade de manejo de forma mais significativa. As atividades de campo evidenciaram a luta dos comunitários para continuar exercendo o manejo dessas espécies, enfrentando desafios que vão desde a falta de recursos básicos, como combustível, até a ausência de apoio da gestão municipal e de outros órgãos envolvidos. O baixo adensamento populacional nas comunidades estudadas, assim como na maioria das comunidades do município, representa outro desafio, pois o manejo exige atenção integral e a participação de muitas pessoas. No entanto, os comunitários, por dependerem de outras atividades rurais para sua subsistência, conseguem se dedicar integralmente apenas à etapa considerada por eles mais importante, a desova das espécies. Nesse período, travam uma batalha constante para conter os exploradores, que vêm tanto da cidade quanto de comunidades vizinhas, além de indivíduos que passam pela região navegando pelos tabuleiros que margeiam o rio Juruá. Outro fator preocupante é a valorização comercial das espécies no município, associada ao crescimento populacional, o que impulsiona a caça ilegal. Os quelônios são considerados uma iguaria na alimentação da população itamaratiense, fomentando uma rede de comércio ilegal que ultrapassa os limites do município. Foi constatado que, a partir de Itamarati, há uma rede de comércio de quelônios para os municípios de Eirunepé, Carauari, Tefé e, principalmente, para a capital Manaus. Nesta perspectiva, evidencia-se a necessidade da criação de uma Unidade de Conservação na faixa dos tabuleiros mapeados, promovendo maior eficácia nas ações conservacionistas e proporcionando melhores condições de vida às comunidades que dedicam suas vidas à proteção dos tabuleiros e do ambiente como um todo.

Palavras-chave: Comunidade Ribeirinha, Extrativismo, Quelônios, Itamarati.

ABSTRACT

This study analyzes the relationship between chelonian extractivism and riverside communities in the Médio Juruá, Amazonas, highlighting its historical, social and environmental importance. Extractivism in the Amazon region is a traditional practice that plays a fundamental role in people's livelihoods. However, the intensification of chelonian exploitation, driven by growing commercial demand and changes in land use, has led to a decline in the population of these species, generating environmental concerns and the need for rigorous application of existing conservation and legislative measures, as well as proposals that take into account the specificities of the Itamarati territory. With this in mind, the main objective of this research was to “analyze the relationship between the extraction of chelonians and the riverside communities in Médio Juruá, Amazonas”. The methodology was based on the method of historical and dialectical materialism to analyze the extraction of chelonians in Itamarati-AM. A bibliographical review, documentary analysis and systematic review of scientific databases were carried out. The fieldwork took place in two stages, taking into account the seasonality of the river, with direct observation and interviews with local residents, fishermen and managers. Tools such as QGIS and drones helped map the areas studied. Content analysis made it possible to identify the socio-environmental impacts and propose alternatives for the conservation of species and the sustainable use of the territory. The study shows that chelonian extraction, despite its economic and cultural importance, needs to be regulated to ensure the sustainability of natural resources. The creation of temporary protection zones and the active participation of riverside communities in the management of chelonians are fundamental to balancing the relationship between exploitation and preservation of the species. In this way, the research contributes to understanding the territorial and social dynamics of the Médio Juruá, reinforcing the need for public policies aimed at conservation and sustainable development in the region. The study also highlights the importance of community participation in implementing effective conservation strategies, ensuring the protection of chelonians without compromising the livelihoods of local populations.

Keywords: River communities, Extractivism, Chelonians, Itamarati.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Transportes usados durante o campo de pesquisa.....	29
Figura 2. Mapa do circuito do trabalho de campo	30
Figura 3. Mapa dos territórios indígenas demarcados em Itamarati – AM	39
Figura 4. Localização do município de Itamarati	42
Figura 5. Área urbana de Itamarati.....	47
Figura 6. Conibos esmagando ovos de tartarugas em uma canoa no rio Ucayali no Perú.....	71
Figura 7. Pessoas escavando covas para a retirada de ovos e produção de manteiga de tartaruga ao longo do Rio Amazonas.....	72
Figura 8. Banha e Sabonete de Tartaruga industrializados, Mercado Livre e Shopee.	73
Figura 9. Pesca da tartaruga e aventura com um jacaré.....	74
Figura 10. Mapa de tabuleiros de desova de quelônios protegidos na Amazônia brasileira	81
Figura 11. Comunidades Tabuleiros Nova Olinda, Walter Bury e São Pedro.	82
Figura 12. Principais espécies comercializadas: 1) Catapirí; 2) Tartaruga; 3) Iaçá; 4) Tracajá.....	89
Figura 13. Transporte de Quelônios em Itamarati.	90
Figura 14. Tartarugas sendo assadas em frente a uma residência.	91
Figura 15. Tartarugas adultas usadas em festejo.....	92
Figura 16. Fenômeno de Terras Caídas na Comunidade Canta Galo, próxima ao Walter Bury.	97
Figura 17. Mercado municipal de Itamarati, Amazonas.....	100
Figura 18. Feira coberta em Itamarati, Amazonas.....	101
Figura 19. Bananas a venda no flutuante.....	103
Figura 20. Pirarucu sendo comercializado.	105
Figura 21. Canoa com malhadeiras para captura de quelônios e peixe de couro... ..	106
Figura 22. Quelônios em caixa d'água, reservatório particular.....	108
Figura 23. Mapa da rede de comercialização de Quelônios a partir de Itamarati....	110
Figura 24. Malhadeira.	111
Figura 25. Malhadeira armada na margem da praia para pegar quelônios ou peixes.	112
Figura 26. Arrastão utilizada para fazer arrastadas na margem da praia durante o período de seca.	113
Figura 27. Pesca de quelônios utilizando o arrastão para fazer o cerco no lago. ...	114
Figura 28. Capa saco.	115
Figura 29. Puçá ou Bocão utilizado na pesca de quelônios.	115
Figura 30. Malhadeira feiticeira.	117
Figura 31. Arco, flecha e jaticá usado para capturar quelônios.....	118
Figura 32. Canoa utilizada na pesca de quelônios.....	119
Figura 33. Rio Juruá durante a cheia.	124
Figura 34. Tabuleiro do Walter Bury.	129
Figura 35. Comunidades nas Proximidade do Rio Juruá no Município de Itamarati, 2022.....	142
Figura 36. Localização da comunidade Nova Olinda.	143

Figura 37. Comunidade Nova Olinda durante a cheia.....	144
Figura 38. Comunidade Nova Olinda durante a seca.....	145
Figura 39. Fruteiras e galinhas na Comunidade Nova Olinda.	146
Figura 40. Localização da comunidade São Pedro.	149
Figura 41. Comunidade São Pedro durante o período de cheia.	150
Figura 42. Criação de suínos e galinhas.	151
Figura 43. Casa utilizada para fazer a vigilância do tabuleiro e do Lago.	152
Figura 44. Batelão utilizado para fazer a vigilância do tabuleiro São Pedro.....	153
Figura 45. Localização da comunidade Walter Bury.....	155
Figura 46. Comunidade Walter Bury durante a cheia.....	156
Figura 47. Escola da comunidade Walter Bury.....	156
Figura 48. Estiva do porto da comunidade Walter Bury.....	158
Figura 49. Criação de aves e porcos.....	160
Figura 50. Bananal na comunidade Walter Brury.	161
Figura 51. Manivas conservada para o plantio no verão.....	162
Figura 52. Roçado de mandioca na praia.	163
Figura 53. Produção de farinha de mandioca.....	164
Figura 54. Tabuleiro comunidade Walter Bury.	167
Figura 55. Batelão utilizado na vigilância do tabuleiro.....	169
Figura 56. Aves protetoras do tabuleiro.....	169
Figura 57. Exemplo de planilha de contagem.	171
Figura 58. Estacas de marcação das covas.....	174
Figura 59. Marcação covas de iaçá.....	175
Figura 60. Marcação da última cova de iaçá.....	176
Figura 61. Observação do boiador em frente a comunidade.....	177
Figura 62. Tartarugas desovando no tabuleiro Walter Bury.	179
Figura 63. Desova no Tabuleiro Walter Bury.	180
Figura 64. Urubus comendo ovos descobertos.	181
Figura 65. Lideranças comunitárias e Vigias do Tabuleiro.	182
Figura 66. Filhotes de Quelônios coletados para estudo.	183
Figura 67. Processo de coleta dos Quelônios.	184
Figura 68. Mapa do território delimitado para criação da reserva.	189
Figura 69. Mapa do contexto fundiário do território Itamaratiense.	190
Figura 70. Mapa das Unidades de Conservação na região de Itamarati.....	191

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Sítios reprodutivos protegidos pela Portaria SUDEPE nº N-24/1987.	80
Quadro 2. Das áreas prioritárias para proteção e conservação de quelônios.	83
Quadro 3. Ciclo hidrológico na região do médio Juruá.	95
Quadro 4. Média de preços dos principais Quelônios comercializados em Itamarati durante o período da seca agosto a outubro.	95
Quadro 5. Média de preços dos principais Quelônios comercializados em Itamarati durante o período da cheia fevereiro a abril.	97
Quadro 6. Média de preços dos principais Quelônios Comercializados em Tefé, Amazonas.	99
Quadro 7. Comunidades Existentes no município de Itamarati, Amazonas.	138
Quadro 8. Categoria de reservas propostas.	187

LISTA DE FLUXOGRAMA

Fluxograma 1. Etapas realizadas para alcançar o objetivo I	26
Fluxograma 2. Etapas realizadas para alcançar o objetivo II	28
Fluxograma 3. Etapas realizadas para alcançar o objetivo III	32
Fluxograma 4. Definições de Território em Rogério Haesbaert (2009).....	53
Fluxograma 5. Rede de comércio.	102

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. População de Itamarati entre 1991 e 2022	41
Gráfico 2. Principais espécies de quelônios comercializadas em Itamarati.	88
Gráfico 3. Espécies mais apreciadas pela culinária local.	93
Gráfico 4. Abundância de espécies de acordo com a sazonalidade do rio.	95
Gráfico 5. Espécies mais valorizadas em valor Real.....	98
Gráfico 6. Principais motivos da diminuição das espécies de quelônios.	120

ABREVIATURAS E SIGLAS

AAEPPRI	Associação Ambiental, Extrativista, Pescadores e Produtores Rurais de Itamarati
CETAM	Centro de Educação Tecnológica do Amazonas
FBCN	Fundação Brasileira Para a Conservação da Natureza
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IDAM	Instituto de Desenvolvimento do Amazonas
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
SEMA	Secretaria do Estado e Meio Ambiente
SUDEPE	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
ZPTQs	Zona de Proteção Temporária de Quelônios

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO I – REFLEXÕES TEÓRICOS-METODOLÓGICAS SOBRE O TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE EXTRATIVISTA.....	34
1.1. Raízes históricas de Itamarati: breve contextualização da formação territorial do município.....	35
1.2. Análise do território como foco analítico na Geografia	48
1.3. Territorialidade no âmbito da ciência geográfica	54
1.4. Concepções ambientalistas do território	59
1.4.1. Concepções Preservacionistas.....	59
1.4.2. Concepções conservacionistas	61
1.4.3. O culto à vida silvestre.....	62
1.4.4. O evangelho da Ecoeficiência	63
1.4.5. A justiça ambiental e o ecologismo dos pobres	64
1.4.6. Tragédia dos comuns	65
1.4.7. Ecologia profunda	67
CAPÍTULO II – O RESGATE HISTÓRICO-GEOGRÁFICO DO EXTRATIVISMO DE QUELÔNIOS NO MÉDIO JURUÁ E NO AMAZONAS	69
2.1. Rastreamento do passado: breve história do extrativismo de quelônios no amazonas	69
2.2. Legislação de amparo as “zonas de proteção temporária de quelônios (ZPTQS)”	78
2.3. Caracterização das principais espécies de quelônios consumidas e comercializadas em Itamarati	86
2.4. Principais espécies comercializadas.....	87
2.5. Média de preços no mercado local.....	94
2.6. Métodos e ferramentas de captura de quelônios no médio Juruá.....	110
CAPÍTULO III – A TERRITORIALIDADE RIBEIRINHA NO MÉDIO JURUÁ E SUA IMPORTÂNCIA PARA A CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS QUELÔNIOS	122
3.1. A territorialidade ribeirinha a partir do movimento das águas.....	123
3.2. Criando um tabuleiro, normas e percepções para conservação dos quelônios.....	127
3.3. Características das comunidades estudadas.....	135
3.4. Modos de reprodução social dos ribeirinhos residentes na comunidade Walter Bury e práticas de conservação dos quelônios.....	154
3.5. Alternativas e possíveis soluções	184
CONSIDERAÇÕES FINAIS	193
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	196

INTRODUÇÃO

O extrativismo na região amazônica, enquanto atividade historicamente integrada ao processo de desenvolvimento e ocupação da região, permanece como uma das principais atividades dos povos que habitam as margens das ricas bacias amazônicas. Essa atividade é fortemente influenciada pelas mudanças sazonais impostas pelos rios, que continuamente moldam o território e as dinâmicas sociais locais.

A caça, juntamente com a coleta, constitui uma das práticas de subsistência mais antigas da humanidade, anterior ao surgimento da agricultura, que remonta a aproximadamente 10 mil anos (Thompson *et al.*, 2000; Stanford; Bunn, 2001 *apud* Fonseca *et al.*, 2020). Nesse contexto, as diversas espécies de quelônios da Amazônia desempenharam um papel crucial como fonte alimentar para os primeiros habitantes do território amazonense. Esses animais não apenas representavam um importante recurso proteico, mas também adquiriram novos significados com a chegada dos europeus, que intensificaram sua exploração. A manteiga e o óleo extraídos da tartaruga amazônica (*Podocnemis expansa*), por exemplo, tornaram-se produtos de exportação.

A tartaruga da Amazônia foi chamada de “Boi do Amazonas” (Veríssimo, 1970) devido à sua abundância e à importância que possuía para a dieta das populações ribeirinhas. Relatos históricos, como o de Bates (1979), descrevem números impressionantes dessas espécies, destacando sua presença massiva nos rios da região. No entanto, a exploração desordenada dos quelônios levou à redução alarmante de suas populações, gerando preocupações ambientais ainda no século XVIII. No estado do Amazonas, por exemplo, milhares de tartarugas foram capturadas em períodos relativamente curtos (Bates, 1979; Veríssimo, 1970).

Esse cenário desencadeou debates entre líderes governamentais e a comunidade acadêmico-científica, principalmente no que diz respeito à poluição, aos desastres naturais e à exploração descontrolada dos recursos naturais (Freitas, 2021). Medidas conservacionistas foram então implementadas, como a promulgação da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967 (Lei de Proteção à Fauna), que proibiu a exploração comercial de animais silvestres e seus derivados. A fiscalização ganhou respaldo

legal, e atividades como a captura de matrizes, ovos ou filhotes de quelônios passaram a ser consideradas contravenções penais.

De acordo com Araújo (2007), a ausência de equilíbrio entre a sociedade e a natureza decorre de uma relação de negatividade, caracterizada pela constante modificação e recriação do ambiente. Essa dinâmica contribui significativamente para alterações no equilíbrio ecológico e para o surgimento de impactos ambientais. Historicamente, as relações estabelecidas entre os povos e os recursos naturais têm provocado desequilíbrios que, muitas vezes, resultam em danos irreversíveis à própria sociedade.

O extrativismo de quelônios, embora muitas vezes associado a outras atividades como agricultura, caça e pesca, é essencial para as populações amazônicas, sendo praticado por famílias de áreas rurais, comunidades ribeirinhas ou várzeas, que se integram aos sistemas de produção locais. Witkoski (2007, p. 272) destaca que “o extrativismo animal, tal como o vegetal, encontra-se envolvido na história da formação social da Amazônia”. No entanto, o extrativismo, por si só, não se alto sustenta, pois está inserido em sistemas de produção diversificados, onde práticas como agricultura e pesca complementam-se mutuamente (Araújo, 2007). Essa integração reflete a estreita relação de dependência entre as populações amazônicas e os recursos naturais, estabelecendo uma conexão direta com a natureza e sustentando práticas tradicionais de subsistência (Fonseca *et al.*, 2020).

Caracterizando esses sujeitos sociais como agroextratores, conforme definido por Araújo (2007), quando discute que o extrativismo por si só não se alto sustenta, sendo associado a outras múltiplas atividade, como a caça, pesca, agricultura, assim “atividades dos agroextratores não se restringem às atividades estritamente agrícolas, mas, também, ao extrativismo vegetal e animal” (Araújo, 2007, p.188)

Apesar da importância histórica e cultural dos quelônios para a Amazônia, o consumo excessivo de carne e ovos dessas espécies, impulsionado pelo crescimento urbano e pela ascensão de poderes locais e regionais, tem contribuído para o declínio de suas populações (Pinto, 2017). Esses répteis, que surgiram no período Jurássico e possuem ampla distribuição na bacia Amazônica e no Araguaia-Tocantins, ocupam diversos ambientes aquáticos, adaptando-se às particularidades regionais (Smith, 1979).

A construção de hidrelétricas, a expansão das atividades agrícolas em áreas de reprodução e proteção, bem como o crescimento urbano, são fatores determinantes na redução das populações de quelônios. Na Amazônia, o comércio e a predação humana, tanto de ovos quanto de indivíduos adultos, configuram as principais ameaças às espécies.

Os quelônios, como a tartaruga (*Podocnemis expansa*), o iacá (*Podocnemis sextuberculata*) e o tracajá (*Podocnemis unifilis*), desempenham um papel essencial na manutenção dos ecossistemas aquáticos da Amazônia, influenciando a biodiversidade e garantindo a segurança alimentar das comunidades locais. No Médio Juruá e em outras bacias hidrográficas da região, o extrativismo dessas espécies representa não apenas uma atividade tradicional, mas também uma fonte de subsistência e renda para as populações ribeirinhas. Entretanto, a exploração inadequada pode comprometer a sustentabilidade desses ecossistemas e afetar diretamente a vida das comunidades dependentes desses recursos.

Diante desse cenário, compreender os impactos do extrativismo de quelônios no Médio Juruá é fundamental para subsidiar políticas de manejo sustentável que conciliem a preservação das espécies com a continuidade da prática extrativista. A implementação de estratégias locais pode evitar a superexploração e garantir a manutenção dessas populações para as futuras gerações, promovendo o equilíbrio ambiental e social. Além disso, a participação ativa das comunidades nas políticas de conservação pode ampliar os efeitos positivos dessas iniciativas.

O presente estudo foca no município de Itamarati-AM, ressaltando a importância da conservação ambiental, da valorização cultural e do bem-estar das populações ribeirinhas. A pesquisa visa preencher lacunas no campo da ciência geográfica sobre o extrativismo de quelônios e os conflitos territoriais na região, especialmente no que se refere à organização espacial e às práticas socioculturais. A carência de estudos nessa área, bem como a ausência de investigações sobre o extrativismo animal no Amazonas no âmbito da ciência geográfica, reforça a necessidade de um aprofundamento acadêmico sobre o tema.

A escolha de Itamarati-AM como foco do estudo se justifica pelo vínculo do pesquisador com a região e pelo interesse prévio na crescente exploração dos quelônios e importância das comunidades ribeirinhas na conservação destes. A experiência familiar com práticas de pesca e agricultura, somada à vivência em

comunidades locais, motivou a busca por soluções que promovam uma relação sustentável entre os moradores e o meio ambiente. O estudo também visou a valorização da cultura local e propor alternativas para o uso equilibrado dos recursos naturais, garantindo a segurança alimentar da população.

Parte-se da hipótese de que a criação dos tabuleiros ou Zona de Proteção Temporária de Quelônios - ZTPQs, contribuiu para reestabelecer as populações de quelônios no Rio Médio Juruá, e melhorar por meio do Manejo Sustentável a relação das comunidades ribeirinhas e população itamaratiense, além de conter a exploração desordenada dessas espécies. Relatos de Henry Bates (1979) e Paul Marcoy (2006) indicam que os tabuleiros, conhecidos como "Praia Real", eram supervisionados por comandantes que regulamentavam a coleta dos ovos de tartaruga. Essa estrutura de controle demonstra como os objetivos das áreas de proteção se transformaram ao longo do tempo, influenciados por interesses individuais e coletivos.

Nesta perspectiva, compreende-se que o extrativismo de quelônios na Amazônia, representa uma prática histórica e cultural essencial para muitas comunidades ribeirinhas. No entanto, sua intensificação tem resultado em um alto índice de caça predatória, comprometendo a biodiversidade e a sustentabilidade ambiental, além de gerar impactos socioeconômicos significativos. A exploração excessiva desses animais pode levar ao esgotamento populacional, ameaçando tanto a segurança alimentar quanto a economia das comunidades que dependem desse recurso.

A atividade extrativista, quando realizada de maneira não sustentável, aprofunda desigualdades socioespaciais, tornando algumas comunidades mais vulneráveis do que outras. A dependência econômica excessiva do extrativismo coloca as populações ribeirinhas em risco, tornando-as suscetíveis a crises de abastecimento e à instabilidade do mercado. Além disso, práticas insustentáveis como desmatamento, poluição e destruição de habitats contribuem para a degradação ambiental, intensificando os desafios para a conservação dos quelônios.

Outro fator preocupante é a desestruturação cultural causada pelo foco exclusivo na exploração econômica, o que pode levar à perda de conhecimentos tradicionais e ao enfraquecimento da identidade cultural das comunidades. Os conflitos territoriais também são agravados pela crescente disputa por recursos naturais, especialmente em áreas de proteção, como os tabuleiros. A ausência de

regulamentação eficaz e de políticas públicas voltadas para o manejo sustentável amplia o risco de exaustão dos recursos e de colapso ambiental.

Diante desse cenário, a pesquisa buscou responder às seguintes questões: quais são os principais fenômenos associados ao extrativismo de quelônios no município de Itamarati-AM?; De que forma essa atividade impacta os aspectos sociais, econômicos e culturais da região?; Quais medidas têm sido adotadas pela gestão municipal para mitigar os impactos dessa prática?; Existem iniciativas educacionais e comunitárias voltadas à conservação dos quelônios?; Como as comunidades locais têm participado do manejo sustentável dessas espécies?

Dada a importância do assunto sobre o extrativismo de quelônios no Amazonas, a pesquisa teve como objetivo principal analisar a relação entre o extrativismo de quelônios e as comunidades ribeirinhas no Médio Juruá, Amazonas. Alinhado ao objetivo principal, tem-se os objetivos específicos: i) compreender o processo de formação histórica das comunidades e a proposta inicial de criação das praias de conservação; ii) identificar e descrever os principais atores envolvidos na atividade extrativista de quelônios na extensão territorial do município; iii) analisar a importância das praias de proteção e das comunidades ribeirinhas na preservação e manutenção das espécies de quelônios no município de Itamarati-AM.

Nesta perspectiva, a dissertação foi organizada e desenvolvida em três capítulos constituídos de itens e subitens. O primeiro capítulo aborda reflexões teórico-metodológicas sobre território e territorialidade extrativista, incluindo uma contextualização histórica do município de Itamarati e uma discussão aprofundada sobre diferentes concepções ambientalistas do território. São analisadas as influências das concepções preservacionistas e conservacionistas, além de abordagens contemporâneas como a ecologia profunda e a justiça ambiental, que dialogam diretamente com as práticas extrativistas na região em contextos diversificados.

O segundo capítulo resgata o histórico geográfico do extrativismo de quelônios no Amazonas, destacando o processo de exploração dessas espécies desde os tempos coloniais até os dias atuais. São discutidos aspectos legais relacionados à conservação, como a criação das zonas de proteção temporária de quelônios (ZPTQs), bem como a caracterização das principais espécies consumidas e comercializadas na região. Além disso, são apresentados os métodos e ferramentas

utilizados na captura de quelônios, evidenciando a evolução das práticas extrativistas e sua adaptação às normas ambientais vigentes.

O terceiro capítulo discute a territorialidade ribeirinha no Médio Juruá e sua importância para a conservação e manutenção dos quelônios. A análise considera as normas comunitárias estabelecidas para a proteção das espécies e a importância das práticas tradicionais de manejo sustentável. São apresentadas as características das comunidades estudadas e os modos de reprodução social dos ribeirinhos, enfatizando as interações entre a cultura local e as estratégias de conservação. Ainda são discutidas alternativas e possíveis soluções para garantir a continuidade da prática extrativista de forma sustentável, integrando os conhecimentos tradicionais às políticas públicas de proteção ambiental.

Para o desenvolvimento do trabalho, é fundamental destacar as etapas realizadas ao longo da pesquisa, com foco nas principais categorias abordadas e na construção de um embasamento teórico fundamentado em autores que discutem as temáticas em questão. A pesquisa teve como propósito abranger todas as ideias inicialmente propostas, além de fornecer respostas concretas às indagações levantadas na problematização e, conseqüentemente, atender aos objetivos estabelecidos, que orientaram cada etapa do estudo.

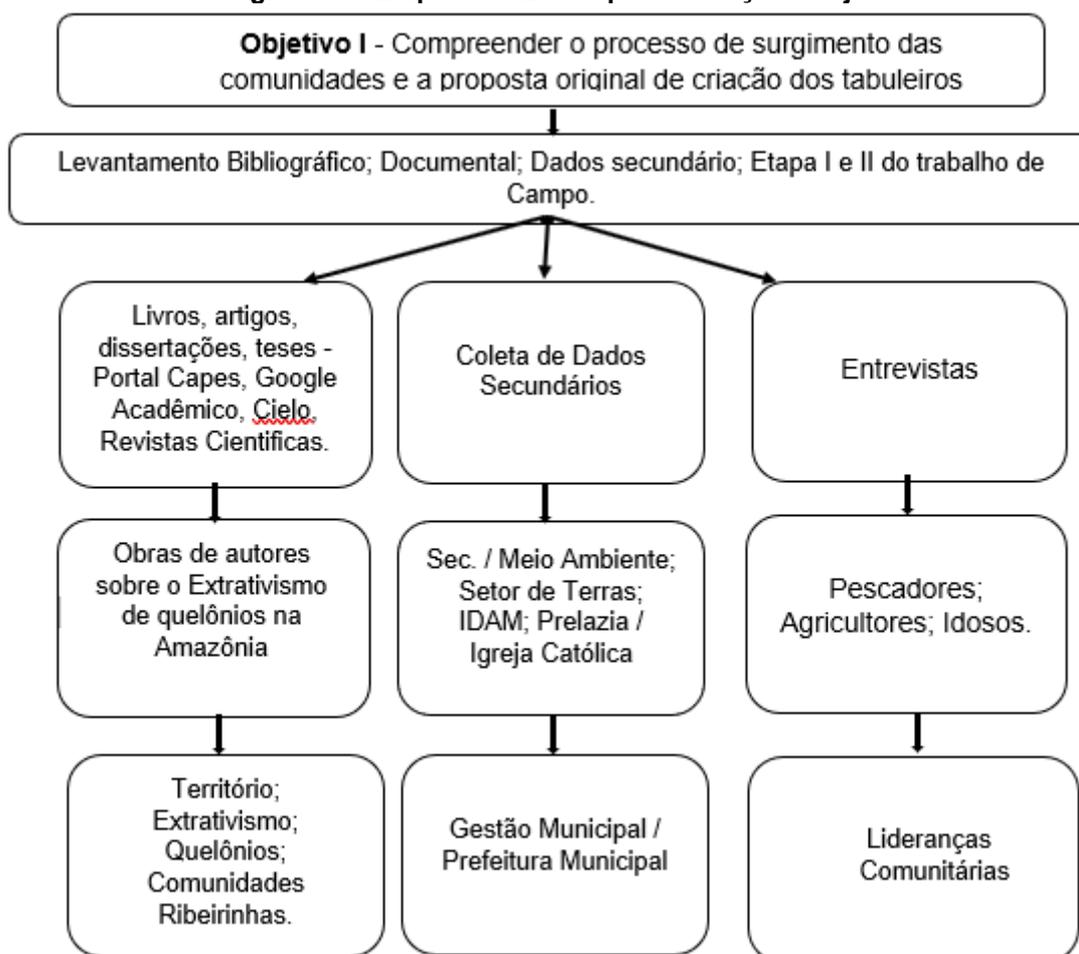
Conforme enfatizado por Furasté (2008, p. 28), “é notório que a pesquisa é um trabalho árduo e cansativo, porém, é por meio dela que se torna possível enfrentar a realidade do mundo, compreendê-la, explicá-la e torná-la uma parte ativa no contexto sociopolítico em que está inserida”. É com base nesse pensamento que as etapas do desenvolvimento da pesquisa ocorreram, ultrapassando limites e superando dificuldades, com o intuito de descrever, analisar e expor os resultados que foram alcançados.

No âmbito da análise geográfica, foi utilizada a categoria "território" com o objetivo de compreender como as relações da população itamaratiense com o ambiente, mediadas pelo extrativismo de quelônios, têm transformado o espaço e construído novas territorialidades. Esse foco foi especialmente direcionado às comunidades onde estão localizadas as praias destinadas à conservação das espécies de quelônios.

Para a obtenção e processamento de dados, foram utilizadas técnicas como a observação direta intensiva e extensiva. Conforme Lakatos (2008), essas técnicas permitem a coleta de aspectos específicos da realidade por meio dos sentidos. Além disso, foi empregada a observação participante, técnica oriunda da etnologia (Araújo, 2007 *apud* Melo, 2004). Essa abordagem possibilitou maior integração entre a investigação e os sujeitos investigados, especialmente no que se refere às atividades desenvolvidas no campo da pesquisa (Araújo, 2007).

Para alcançar o objetivo geral da pesquisa, realizou-se um levantamento bibliográfico e documental, contemplando materiais e literatura já publicados sobre a temática. Essa etapa incluiu também o uso de dados secundários e informações coletadas nas fases posteriores da pesquisa, como entrevistas e observações. Esses recursos foram essenciais para o embasamento teórico e metodológico da dissertação.

Fluxograma 1. Etapas realizadas para alcançar o objetivo I



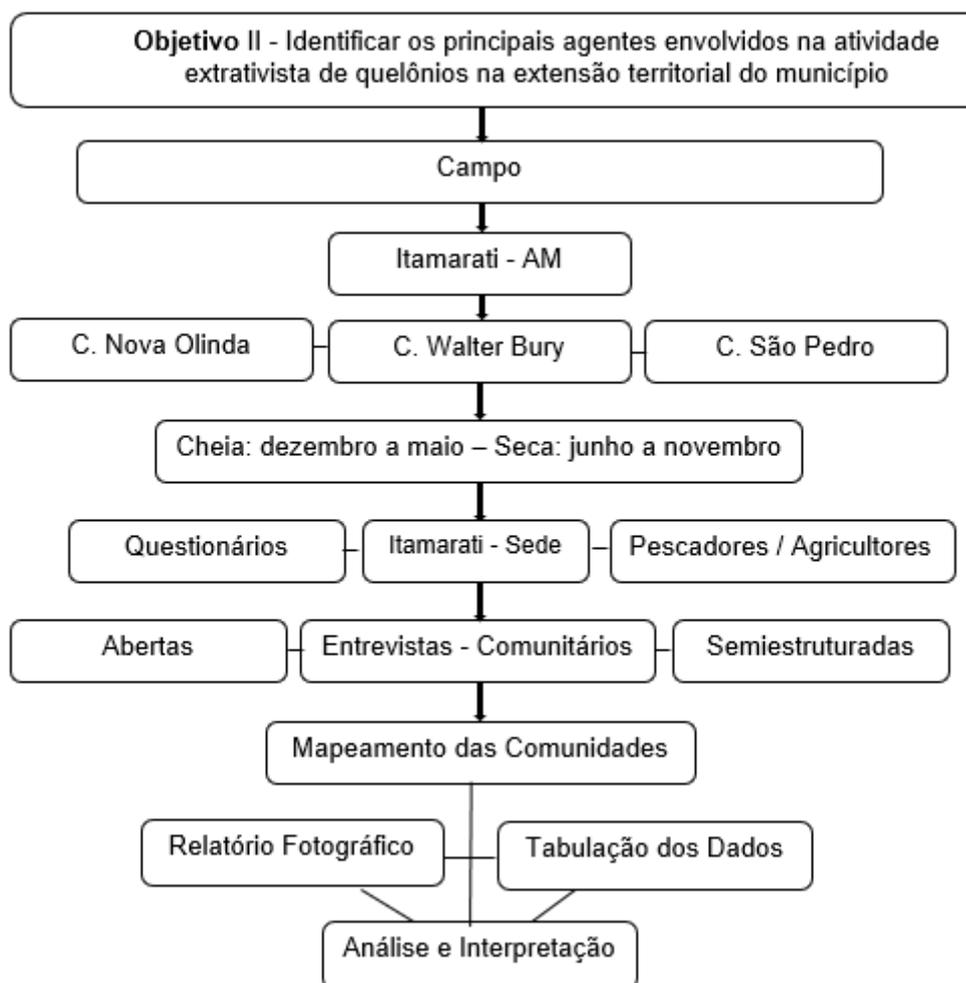
Fonte: Nascimento (2024).

De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 54), quando elaborada a partir de material já publicado, a pesquisa é constituída principalmente, por livros, revistas, publicações em periódicos, artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, materiais cartográficos e fontes digitais. Seu objetivo é colocar o pesquisador em contato com o acervo bibliográfico referente ao assunto da pesquisa em diferentes escalas temporais. É fundamental embasar-se em concepções tanto clássicas quanto atuais, independentemente do objeto e dos agentes da pesquisa.

Também foram usados programas QGIS e ArcGIS para criar mapas das comunidades onde existem os tabuleiros, usados como áreas de proteção para espécies de quelônios, além do mapeamento geral do município. As ferramentas tecnológicas desempenharam um papel crucial no desenvolvimento da pesquisa, especialmente nas etapas de campo. Entre os instrumentos utilizados foram computadores, celulares, câmeras fotográficas, carregadores portáteis e drones, que foram empregados para capturar imagens aéreas das comunidades.

Em busca de atender ao segundo objetivo específico da pesquisa, foi realizado o trabalho de campo, dividido em dois momentos distintos, como indicado no fluxograma abaixo. O primeiro momento ocorreu na sede do município de Itamarati, correspondente à zona urbana. Já o segundo momento foi realizado nas comunidades Walter Bury, Nova Olinda e São Pedro, onde estão localizados os tabuleiros de proteção ambiental para as espécies de quelônios.

Para o trabalho de campo consideramos a sazonalidade do rio e suas especificidades. Assim, dividimos em duas etapas principais: a primeira ocorreu no período de cheia, entre os meses de dezembro e maio; e a segunda, no período de seca, de junho a novembro. Esse planejamento nos deu possibilidade de fazer uma análise detalhada das condições ambientais e sociais que influenciam o extrativismo de quelônios no município e conseqüentemente os comunitários envolvidos nessa prática.



Fluxograma 2. Etapas realizadas para alcançar o objetivo II

Fonte: Nascimento (2024).

A imagem a seguir (Figura 1) destaca os principais meios de transporte utilizados durante a realização da pesquisa de campo, que variaram de um pequeno avião a uma canoa utilizada para pescar a "broca" para o jantar durante o período em que estivemos na comunidade.

Inicialmente, utilizamos um avião, com trajeto de Manaus a Itamarati, fazendo escalas em Tefé e Carauari. A viagem durou aproximadamente 3 horas e 30 minutos, dependendo do tempo necessário para abastecer em cada parada. Posteriormente, utilizamos uma lancha de alumínio com um motor de 40 hp. Da sede do município até a comunidade Nova Olinda, a viagem durou 1 hora e 50 minutos; até a comunidade Walter Bury, 1 hora e 30 minutos; e até a comunidade São Pedro, que está mais próxima da sede, gastamos 40 minutos.

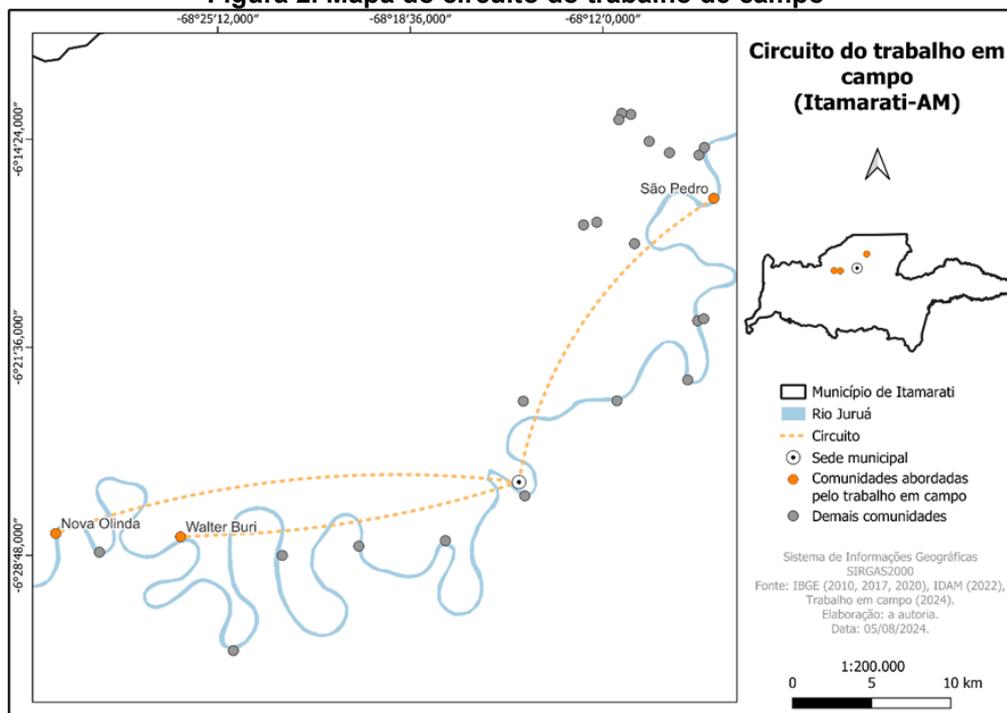
Figura 1. Transportes usados durante o campo de pesquisa



Fonte: Nascimento (2024).

O tempo de viagem varia de acordo com a sazonalidade do rio, sempre guiado pelo movimento das águas, que determina o ritmo de vida desses sujeitos sociais, influenciando tanto a disponibilidade de alimentos quanto o tempo de navegação até a cidade (Figura 2).

Figura 2. Mapa do circuito do trabalho de campo



Fonte: IBGE (2010; 2017; 2020), IDAM (2022), Trabalho de campo (2024). **Elaboração:** Nascimento (2024)

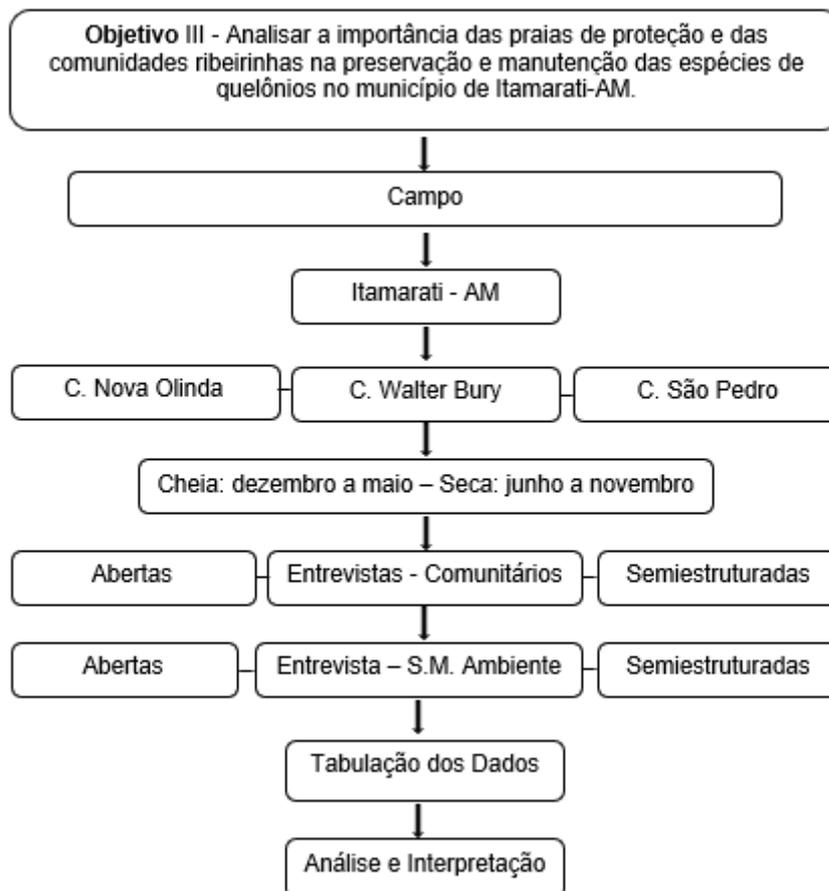
O mapa em destaque detalha o percurso realizado da sede do município até as comunidades ribeirinhas. Além de evidenciarmos a duração da viagem, também destacamos que o risco de acidentes aumenta dependendo do nível do rio. Isso exige conhecimento em navegação e experiência no trajeto. No rio Juruá, o período crítico é o da seca, quando o nível do rio está baixo e sua largura diminui significativamente. Grandes praias se expandem até a metade do rio, enquanto, nas margens, troncos submersos podem facilmente causar acidentes, como alagamentos. O período escolhido para realizar as viagens foi durante o dia, pois, apesar das altas temperaturas, essa opção se mostrou mais segura e viável.

A segunda etapa da pesquisa, que se apoiou na análise documental e na utilização de dados secundários, consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas, conforme definidas por Lakatos e Marconi (2003). Foram entrevistados agricultores, pescadores e representantes dos órgãos municipais mencionados anteriormente. Além disso, conversas com moradores mais antigos da zona urbana do município também foram realizadas, com o objetivo de coletar informações não documentadas ou não registradas formalmente. Essa abordagem foi essencial para identificar os principais agentes envolvidos na atividade extrativista e para construir um levantamento histórico e temporal do município.

Nas comunidades onde estão localizados os tabuleiros, foram aplicados questionários e realizadas entrevistas com os agentes identificados, conforme destacado no fluxograma do Objetivo II. Essa etapa buscou detalhar os aspectos sociais e econômicos relacionados à atividade extrativista e compreender as dinâmicas locais associadas ao extrativismo de quelônios.

Por fim, em conformidade com o que foi estabelecido no objetivo III e indicado no fluxograma abaixo, foi realizada a segunda etapa do trabalho de campo no mês de agosto, durante o verão amazônico. Esse planejamento nos deu possibilidade de fazer uma análise específica das condições ambientais e sociais que caracterizam esse período, contribuindo para a compreensão detalhada do contexto em estudo.

Fluxograma 3. Etapas realizadas para alcançar o objetivo III



Fonte: Nascimento (2024).

Nesse momento, foram realizadas entrevistas abertas e semiestruturadas com o secretário do Meio Ambiente e os comunitários, com foco nas lideranças de cada comunidade, a fim de compreender quais são suas percepções sobre a importância dessas áreas e dos próprios comunitários para a conservação. Além disso, buscou-se entender se os comunitários recebem algum apoio financeiro da gestão municipal de Itamarati.

Adicionalmente, foram promovidas conversas formais e informais com os moradores mais antigos das comunidades, com o objetivo de compreender suas perspectivas sobre o extrativismo de quelônios na região, investigando se a atividade é mais abundante atualmente ou se foi em períodos anteriores. Essas conversas também exploraram a importância dos comunitários na preservação e manutenção dos tabuleiros.

Ademais, ao analisar e processar os dados obtidos durante a pesquisa, foi possível verificar se os objetivos inicialmente propostos foram alcançados. Nesse

sentido, Bardin (2011) ressalta que a análise de conteúdo abrange um conjunto de instrumentos metodológicos em constante aprimoramento, aplicáveis a discursos variados, abrangendo conteúdos, categorias e contingências. Assim, conclui-se que a análise de conteúdo constitui uma exploração "profunda", determinada pelas características oferecidas pelo sistema linguístico, com o objetivo de identificar as relações entre o conteúdo discursivo e os elementos externos (Bardin, 2011).

CAPÍTULO I – REFLEXÕES TEÓRICOS-METODOLÓGICAS SOBRE O TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE EXTRATIVISTA

A discussão e definição dos conceitos de território e territorialidade extrapolam o âmbito de estudo da ciência geográfica, apresentando características e propostas diferenciadas em seu uso, o que resulta em uma variedade de significados, dependendo da ciência em que estão sendo abordados. No contexto da ciência geográfica, respaldada por diversos clássicos, como referência na discussão da categoria Haesbaert (2002; 2007; 2019) e Araújo (2001; 2007), o território é geralmente concebido como a delimitação do espaço que pode ser controlada por um grupo social através e por relações de poder, variando em suas escalas, como por exemplo, um país, uma região, uma cidade ou uma comunidade, conforme será abordado adiante, configurando-se por relações de poder e interesses, que varia desde ao simples território de um pequeno agricultor ao de um estado nação.

Nessa conjuntura, os conceitos se apresentam como produtos das interações humanas no espaço geográfico, construído e modificado ao longo da história e, especificamente da ciência geográfica, que acompanhou esse processo de evolução ao longo do tempo. Segundo Ferreira (2014, p.133), a ciência geográfica “tem feito um grande esforço nos últimos anos no sentido de ampliar a visão de território enquanto simples suporte físico de atividades econômicas ou quadro de localização de agentes, buscando dar visibilidade ao território enquanto uma construção histórica e social que, de alguma forma, se apresenta geograficamente”. O território tem suas origens na geografia clássica, estando diretamente ligado à definição deste enquanto território nacional “ligado ao poder legal que o Estado tem de interferir na delimitação das fronteiras físicas, ou vinculado ao aspecto físico natural” (Ferreira, 2014, p.114), mas ao longo do tempo foi ganhando novos significados, a exemplo da própria ciência geográfica.

Dentro dessa perspectiva, as categorias foram discutidas com base nas definições geográficas, a fim de aprofundar e conceber produtos explícitos e claros sobre a formação territorial dos municípios na calha do Rio Juruá, especialmente o município de Itamarati, onde a pesquisa em destaque foi desenvolvida. Além disso, buscou-se compreender a dinâmica no território e territorialidade dos extrativistas de quelônios ao longo da história do município, uma atividade que ganhou novos

significados e agentes ao longo do tempo, transformando e reconstruindo territórios para se adaptar aos processos naturais e sociais impostos pela sociedade.

Assim, a primeira parte do trabalho em questão está dividida em quatro tópicos específicos, sendo eles: "Raízes Históricas de Itamarati: Uma breve Contextualização da Formação Territorial do Município", que busca apresentar brevemente o processo de formação histórica do município com base no que já foi produzido enquanto produção científica e campos realizados. O segundo tópico traz a discussão a respeito de "Território como Foco Analítico na Geografia", destacando a discussão enquanto ciência geográfica e fazendo alusão aos seus principais autores no que diz respeito à discussão da categoria. O terceiro tópico retrata sobre a "Territorialidade no Âmbito da Ciência Geográfica", uma vez que para entender as relações territoriais existentes no espaço e formadoras de múltiplos territórios e territorialidades é necessário para compreender as duas categorias, que apesar da similaridade na terminologia da palavra, apresentam-se com conceitos e significados distintos, mas não separados. Conseqüentemente, aborda-se as "Correntes Ambientalistas", ponto importante para entender as principais correntes e definir a abordagem pela qual o trabalho seguiu enquanto definição proposta para a pesquisa.

1.1. Raízes históricas de Itamarati: breve contextualização da formação territorial do município

O surgimento dos municípios no interior do Amazonas, especialmente aqueles situados na calha do Rio Juruá, reflete o período de exploração do território amazonense, atingindo seu auge em meados do século XIX e início do século XX com a intensificação da exploração da borracha e de outros produtos vegetais e animais. Esses últimos ganharam mais destaque com a estagnação da atividade gomífera. Conseqüentemente, espécies como peixe-boi (*Trichechus*), pirarucu (*Arapaima gigas*) e quelônios existentes na região desempenharam papel significativo nesse período exploratório e colonizador, refletindo atualmente a drástica redução de muitas dessas espécies e a preocupação com a extinção de algumas delas, especialmente o peixe-boi (*Trichechus*), que era considerado uma iguaria valiosa na época e ainda é nos dias atuais, por ser muito valorizado na culinária dos povos amazônicos.

Contudo, é relevante destacar que o período exploratório na região amazônica antecede o que foi enfatizado anteriormente. Conforme Araújo (2007, p. 132) observa, "a região amazônica foi tocada pela primeira vez por europeus em fevereiro de 1500.

A expedição era comandada pelo espanhol Vicente Yañez Pinzón, cujas caravelas percorreram vinte léguas do futuro rio Amazonas." O que indica que o processo exploratório sempre existiu, mesmo antes da chegada dos colonizadores, mas ganhou notoriedade e novos agentes ao longo do desenvolvimento histórico da região, principalmente quando começou a ser explorado sob uma lógica capitalista de produção.

Para se compreender como o rio Juruá foi incorporado e explorado pela lógica capitalista, bem como entender a lógica de dizimação imposta pelos exploradores aos moradores autóctones e que haviam resistido à presença europeia desde o primeiro encontro, faz-se necessário entender como se deu a incorporação da Amazônia pela Coroa Espanhola, bem como a importância do látex e a exploração e reconhecimento do rio Juruá (Araújo, 2007, p.132).

Enfatizando que além da exploração dos recursos naturais, os povos que já viviam na região, especialmente os povos indígenas, foram tratados como um "recurso" a ser explorado e controlado no território para servir como mão de obra produtora de bens e serviços. Quando houve resistência, resultou na morte de inúmeros deles. Como destaca Araújo (2007, p. 133) "os indígenas da região, por não aceitarem a presença desses novos castelhanos, tidos certamente como escravizadores, tentaram impedir o desembarque e mataram alguns dentre os espanhóis". Estes revidaram com armas de fogo, matando muitos índios e fazendo outros cativos, o que persistiu até muito tempo mais tarde.

Dessa forma, o rio Juruá torna-se fundamental para compreender o processo de territorialização da vasta extensão territorial que o cobre. Isso não apenas do ponto de vista econômico, mas também "pela história social e ambiental relacionada ao extrativismo da borracha, abrigando em suas imensas várzeas e áreas de terras firmes, expressivos seringais nativos" (Schweickardt, 2014, p. 277-278). O rio Juruá apresenta histórias de lutas e resistência daqueles que aqui já viviam, que não se deixaram perder em meio a uma história recente. Poderia ter sido escrita do ponto de vista dos povos, guerreiros que aqui viviam e vivem, considerados, principalmente quando vistos a partir de uma visão eurocêntrica, que ainda estão equidistantes das grandes civilizações ou centros urbanos, pela falta de desenvolvimento urbano e tecnológico, principalmente. Contudo, reflete uma riqueza inigualável, social, cultural, e ambiental, no que diz respeito a quantidade de diversidade de espécies da fauna e flora existentes ao longo desse território.

Atores importantes nas escrituras sobre o processo de ocupação das margens desse rio, tão relevante, e demais bacias existentes no território amazonense são os cronistas e naturalistas. Eles deslocavam-se de seus lugares de origem não apenas em busca de novas aventuras, mas também em expedições exploratórias, visando a identificação de espécies e riquezas naturais. Para tanto, eram conhecidos como "biopiratas", porém, apresentaram importantes escrituras fundamentadas em suas viagens e experiências ao longo dos trajetos, especialmente no que diz respeito às informações obtidas em conversas com os povos com os quais se relacionavam durante as expedições e as próprias observações *in lócus*.

Nesta perspectiva, destaca-se dentre esses viajantes crônicas do século XVII, “como o primeiro a fazer referência explícita ao vale do Juruá, a do padre jesuíta Cristoval de Acuña”:

[...] avistamos a boca do rio que, com razão, podemos chamar Cuzco porquê de acordo com o regimento de navegação de Francisco de Orellana, de que tomei conhecimento, este rio está a norte-sul com a cidade de Cuzco. Entra no Amazonas a cinco graus de altura e a vinte e quatro léguas da última aldeia dos Águas. Os nativos os chamam de Juruá, e é muito povoado de gente (Araújo, 2009, p. 140).

O Padre Acuña foi incumbido pela audiência de Quito de escrever um relato minucioso sobre a viagem de descida pelo rio Amazonas, integrando a expedição portuguesa sob comando de Pedro Teixeira, em 1639 (Araújo, 2007). Destaca-se também o naturalista Henry Walter Bates, que, dentre os muitos que realizaram expedições pelas bacias hidrográficas do Amazonas, foi um dos que morou por um período estimado na região. Ele viveu em Tefé em meados do século XIX, quando a cidade ainda era conhecida como "Vila de Egas", especificamente entre os anos de 1851 e 1859.

Apesar de suas idas e vindas a Belém nesse período, mesmo que não tenha ocorrido especificamente na calha do Rio Juruá, ele se destaca pelo fato de, na época, o território tefeense estender-se para além do município de Itamarati, cuja história está vinculada a este município e, especificamente, ao município de Carauari. Além disso, Henry Bates é um importante clássico que será destacado neste estudo pela sua descrição minuciosa sobre o extrativismo de quelônios na região e em como as populações locais utilizavam esse recurso animal e como foi sendo moldado com a chegada dos colonizadores e exploradores na região.

Dessa forma, destaca-se que as grandes expedições e missões realizadas na Amazônia:

pelos jesuítas, carmelitas, franciscanos e mercedários, ensinou-se português aos indígenas, procurou-se convertê-los ao catolicismo e fazê-los aceitar a vida em povoados, dedicando-se à agricultura e à extração de produtos a serem exportados à Europa. As margens do rio Amazonas e dos principais afluentes, estas missões dariam lugar a vilarejos que se tornariam centros de comércio e expansão portuguesa (Araújo, 2007, p.136).

Além de enfatizar a grande procura por riquezas naturais e espécies da fauna e flora, o que resultou em diversas expedições que desbravaram o Rio Juruá, destaca-se o elevado índice de nordestinos que chegaram à região em busca de trabalho nos seringais ali existentes, impulsionados pela busca de riquezas e melhores condições de vida.

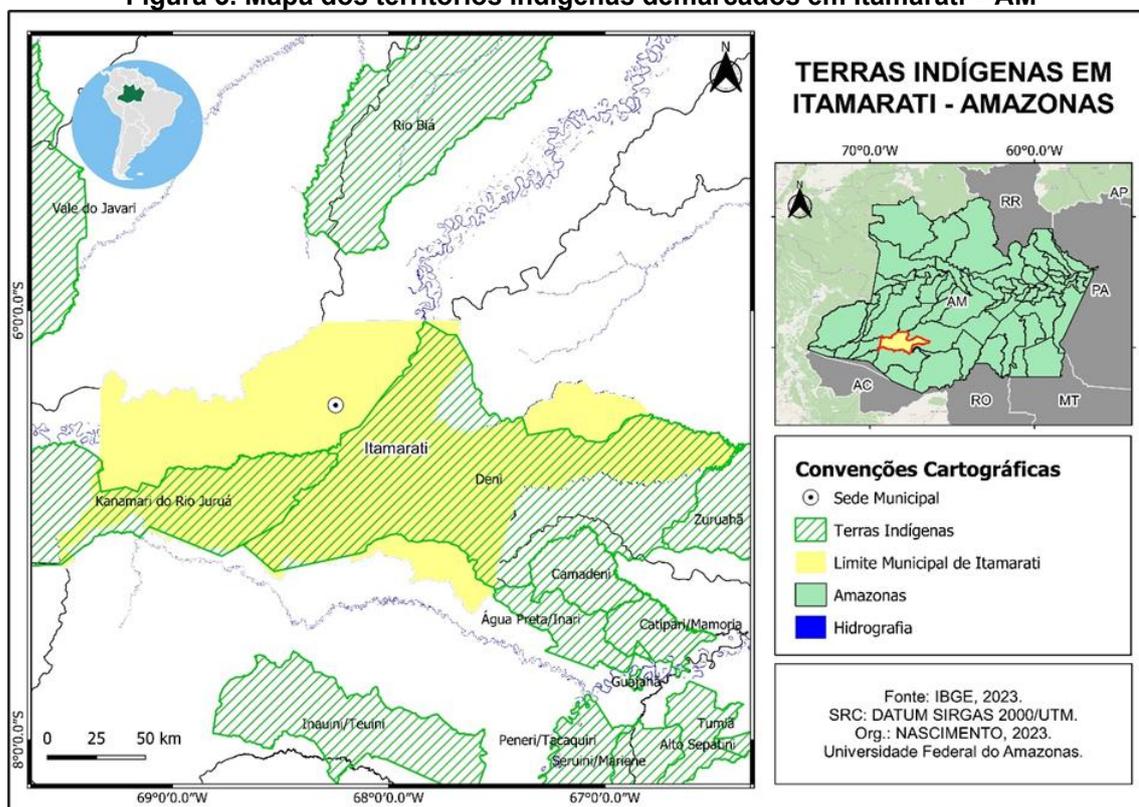
Os recém-chegados ao território amazonense eram em sua maioria homens, que por meio de vivências, conhecimentos e relações com os povos locais acabavam por miscigenar-se com os habitantes autóctones, contribuindo assim para o aumento populacional da região. Dessa forma, os moradores do município na calha do Rio Juruá, em especial os municípios de Carauari e Itamarati, abordados na presente pesquisa, podem ser caracterizados como descendentes de nordestinos, destacando-se especialmente cearenses, pernambucanos e paraibanos (Araújo, 2007). O que será dado mais destaque no decorrer deste tópico em específico.

Dessa forma, O município de Itamarati-AM está situado no interior do estado do Amazonas, na região norte do Brasil. Pertence à Microrregião de Juruá e à Mesorregião do Sudoeste Amazonense, localizando-se a sudoeste da capital do estado, com uma distância em linha reta, aproximada de 983 km. A área total do município abrange 25.275 km², tornando-o maior em extensão territorial do que países como País de Gales, Eslovênia e Israel, bem como maior do que o próprio estado brasileiro de Sergipe. Essa vasta extensão faz do município o 41º maior em território no Brasil e o 22º maior no Amazonas, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023).

A origem do nome Itamarati designa-se da língua geral conhecida como tupi, que significa "Pedra cor de rosa" – Ita significa pedra e marati significa cor de rosa. Para o IBGE, a etimologia da palavra traz outro significado: Ita significa pedra e Marati significa fruta da mata. O território que hoje se encontra Itamarati era povoado pelos

povos indígenas, destacando-se os “Kanamary e Deni”. Na área, existem duas terras indígenas registradas na extensão do município, as quais cobrem grande parte de sua extensão territorial, além de existir evidência através dos sítios arqueológicos encontrados no município (Figura 3).

Figura 3. Mapa dos territórios indígenas demarcados em Itamarati – AM



Fonte: IBGE (2023). **Organizado por:** Nascimento (2023).

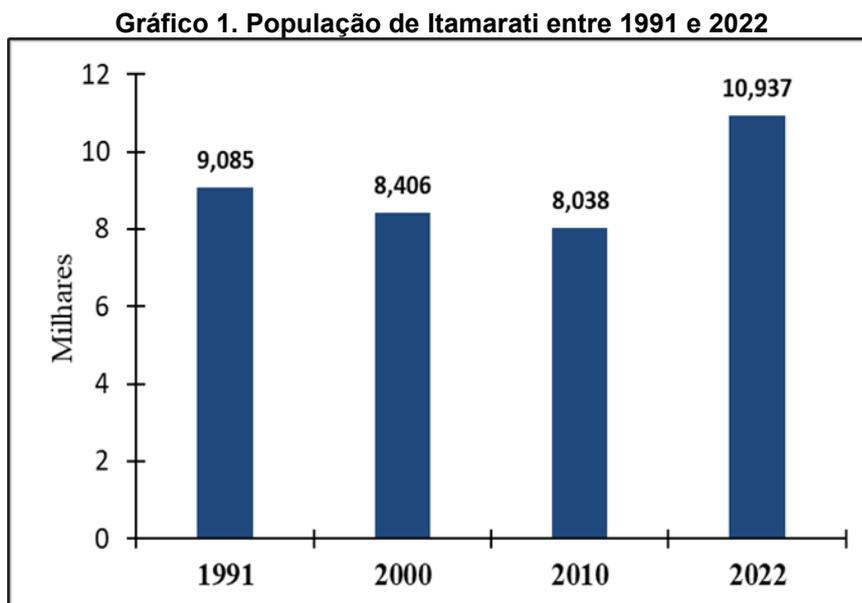
Esses povos possuíam e possuem notáveis habilidades artesanais na fabricação de utensílios domésticos e funerários, como panelas, potes e cachimbos, utilizando argila e cipós. Sua cultura tem alta predominância na caça, pesca e na agricultura. No entanto, atualmente, não se vê tantos produtos artesanais no município, pelo menos na sede, o que pode estar vinculado a uma falta de organização local para armazenar, vender e propriamente incentivar esses povos a produzirem artefatos artesanais.

Uma das figuras conhecidas e importantes nas criações do seringal no território que viria a ser Itamarati é o tão conhecido “Major Maia”, que veio junto com sua esposa Mônica Vieira Maia, trazendo consigo alguns homens (chamados de capangas) e algumas famílias, como a do senhor Sebastião Nogueira, que veio para trabalhar como capataz de confiança. Trouxe também consigo um irmão de sua esposa chamado Dioclécio Vieira e a esposa Dona Ana. Eles chegaram até o Amazonas em

grandes navios. O próprio deu nome ao seringal de Santos Dumont, conforme os dizeres em homenagem ao iluminado inventor brasileiro Alberto Santos Dumont, homem de sonhos que conquistou seu espaço e deixou registrado nos livros e na história uma das mais lindas invenções de todos os tempos: a criação da primeira aeronave chamada de 14 Bis. Ele deu continuidade aos trabalhos, pois já tinha algumas atividades sendo desenvolvidas; era só dar continuidade aos trabalhos tentando desenvolver o Seringal Santos Dumont, como passou a ser chamado.

Com a instalação do Major na região, os povos indígenas que eram predominantes migraram para outras partes do território e o então seringal tornou-se ainda mais conhecido pelo poder que tinha o Sr. Major naquele momento, o que atraiu algumas missões religiosas para o município. Em nome dos padres que tomaram frente, esses que foram agentes fundamentais para a intitulação do município, além de construírem obras importantes para os moradores naquele momento, como o hospital, delegacia, escola, o próprio trapiche que ligava a casa e a igreja católica, além de promoverem atividades sociais e religiosas. Destaque para a construção da capela dedicada a São Benedito, fortalecendo ainda mais a vida comunitária, o que fez o município receber muitos moradores repentinamente, principalmente dos seringais próximos, ou mesmo das localidades onde ainda existiam famílias, contribuindo para o crescimento urbano do município.

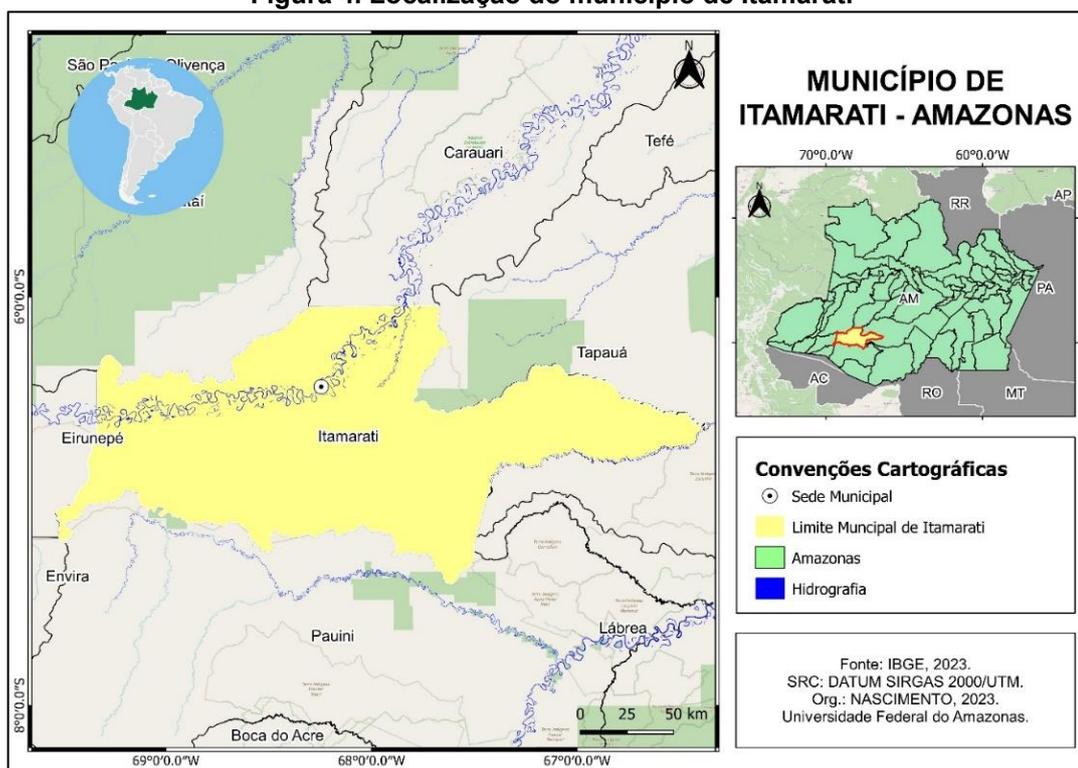
Nesta perspectiva ao longo de sua história o município apresenta uma visível variabilidade no seu índice populacional (Gráfico 1), o que pode ser explicado por várias questões, desde o êxodo rural ao processo de migração para outros grandes centros urbanos, ou mesmo um possível aumento do processo de natalidade no município, Manaus, por exemplo, o que pode ser explicado pela carência em oportunidades de trabalho e um sistema de ensino para além da educação básica, pois não existe nenhuma universidade pública ou privada, mas existem os cursos modulares ofertados pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM e Universidade do Estado do Amazonas – UEA, esses em grande maioria voltados para a educação, como por exemplo, o curso superior de Letras ou Pedagogia, além de cursos técnicos oferecidos pelo Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – CETAM.



Fonte: IBGE (2023).

O gráfico 1 faz-se importante para acompanhar em números exatos a variabilidade populacional do município. Assim, do espaço territorial de Itamarati apenas 0,3685 km² correspondem à área urbana do município. A população local foi estimada em 10.937 habitantes em 2022, representando um aumento de 36,07% em relação ao censo de 2010, quando a população era de 8.040, de acordo com dados do IBGE, sendo a menor dentro os quatros censos demonstrados no gráfico 1. Importante destacar que o município de Itamarati faz limites ao Norte, com Carauari, ao Sul com Pauini, ao Leste com Eirunepé e a O com Tapauá (Figura 4).

Figura 4. Localização do município de Itamarati



Fonte: IBGE (2021). **Organizado por:** Nascimento (2023).

O município de Itamarati tem uma história de 40 anos como entidade municipal independente, tendo conquistado sua emancipação definitiva de Carauari em 1º de janeiro de 1983. No entanto, é importante destacar que essa não foi a primeira vez que o município conquistou sua emancipação (Quintino, 2023). Já em 1961, Itamarati havia alcançado status de município (Amazonas, 1961). O que alude o elevado índice populacional registrado no primeiro censo feito no município em 1991, uma vez que o município foi criado em 1961 e extinto posteriormente, mas continuou existindo até ter sua emancipação definitiva em 1983, o que não restringiu o seu processo de desenvolvimento enquanto havia sido extinto.

A primeira emancipação ocorreu em um período em que muitos municípios estavam buscando sua independência em todo o país. Isso aconteceu após a promulgação da Constituição de 1946, que tinha como objetivo restaurar a autonomia e independência de estados e municípios após o Estado Novo de Vargas (Quintino, 2023). Essa Constituição visava promover a descentralização administrativa e garantir uma distribuição mais igualitária de poder (Quintino, 2023).

Quintino (2023), salienta que devido às alterações decorrentes da Constituição de 1946 no que diz respeito à criação de municípios, o Amazonas chegou a contar

com mais de 300 municípios, além de diversos outros que os autores se referem como "municípios desaparecidos". Esses municípios "desaparecidos" são aqueles cujos nomes constavam em edições do Diário Oficial do Amazonas, mas cuja existência não pôde ser confirmada pelos autores (Quintino, 2023). A respeito dessa expressiva quantidade de municípios criados entre o fim do período do Estado Novo e o início da instauração da Ditadura Civil-Militar, os autores mencionados anteriormente ressaltam que:

O salto observado no número de municípios resultantes das diversas leis aqui explicitadas não é um fato exclusivo do Estado do Amazonas. No mesmo período, foram acrescentados ao, Brasil 2.379 novos municípios. Trata-se de um aumento de 151% em menos de 30 anos, mesmo excluindo-se dessa conta os mais de 250 municípios criados no Amazonas, os quais não "entraram para a história" (Dutra e Pereira, 2018, p. 60).

Ainda conforme Quintino (2023) uma questão de extrema relevância, apontada pelos autores, está relacionada ao tratamento desigual dado pelo Poder Executivo Federal à questão da criação de municípios nos diversos estados da federação após o golpe militar de 1964. Enquanto os estados de Minas Gerais e São Paulo conseguiram manter seus municípios criados no período de 1946 a 1964, com 434 e 301 novos municípios, respectivamente, o Amazonas enfrentou uma realidade diferente. Na região, apenas 19 dos mais de 300 municípios criados sobreviveram ao período, o que alude a interesses políticos territoriais. Itamarati, lamentavelmente, foi um dos municípios que sofreram extinção, sendo posteriormente reincorporado ao município de Carauari, e somente reconquistando sua emancipação 19 anos mais tarde, em 1º de janeiro de 1983 (Amazonas, 1964).

Assim, compreende-se que a história do município está profundamente ligada à colonização da região e ao desenvolvimento extrativista na Amazônia, seja ele vegetal ou animal. Entendendo que o território onde hoje se encontra Itamarati foi explorado por missionários jesuítas e bandeirantes no século XVII. No entanto, o processo de colonização e povoamento ganhou mais força a partir do século XIX, quando o Amazonas passou a receber mais atenção devido ao crescimento da economia da borracha.

Durante o auge da economia da borracha na Amazônia, Itamarati desempenhou um papel importante como ponto de coleta e comercialização do látex. A exploração dos seringais e a extração da borracha foram atividades econômicas preponderantes na região, contribuindo para a consolidação do município,

concebendo a importância da Rio Juruá nesse e destacando as atividades extrativas, que acompanharam o processo de desenvolvimento na região. João Derick, importante agente nessa luta pelos povos do Rio Juruá, destaca que “a região do rio Juruá é tradicionalmente uma área de extrativismo. Isto já na época dos indígenas que habitavam a região e viviam da e na floresta. Mas aqui se fala de “vocação histórica” das atividades extrativas a partir do século XVI” (Derick, 1992, p.30).

Assim, a popula o de Itamarati é composta, em grande parte, por descendentes de povos indígenas, ribeirinhos e nordestinos, conforme já destacado acima. Craveiro Costa é um importante autor na remontagem escrita sobre o povoamento e coloniza o da Amazônia e especificamente do Amazonas, além de d  destaque para o processo de ocupa o das bacias do rio Juruá e Purus.

Sobre as primeiras expedi es datadas ao rio Juruá, o autor destaca que as primeiras explora es de conteúdo histórico referentes ao Juruá datam de 1857. Tavares Bastos relaciona, entre outros exploradores, o alferes Borges, que, em 1864, subiu de canoa o Juruá, nesse tempo conhecido por Iuru , até perto do rio Tarauacá, que os índios afirmavam comunicar-se com o Ucaiale, no lugar Saraiacu (Costa, 1974), segundo ele:

No correr dos anos 1877-1879, quando o Ceará foi flagelado por horrorosa seca, o interior do Amazonas começou a povoar-se. Data daí a coloniza o, porque no dizer de Pierre Denis, foi uma verdadeira coloniza o que se operou nas florestas amazônicas, remontando a esse tempo a intensifica o da indústria extrativa da borracha. Todo o imenso vale do Amazonas encheu-se de cearense tangidos da terra natal pelo fen meno climatérico assolador, que secava os rios, despovoava os lares, ermava os campos, transformava as campinas verdejantes em nuas e áridas estepes da morte. A onda povoadora dirigiu-se, de preferência, para as bacias do Juruá e Purus, rios mais facilmente navegáveis, servidos por vapore com um comércio que se anunciava promissor e a indústria da borracha em adiantada fase de organiza o.

O que evidencia que o processo de povoamento da região acompanhou o período áureo da borracha com a falsa ilusão de riqueza ou conforme aborda Costa (1974, p. 37), quando discute que “o sucesso dos primeiros cearenses que se internaram e puderam regressar prósperos ou se firmaram na região como proprietários eventuais de latifúndios borrach feros, seduziu os demais filhos do Nordeste”, e principalmente pela ilusão feita por comerciantes aos cearenses que sofriam com a seca eminente no Nordeste brasileiro. “A Amazônia começou a viver na imagina o do cearense como as regiões lendárias das fabulosas minas de ouro

viveram no espírito ardente dos paulistas das bandeiras penetradoras" (Costa, 1974, p. 37). E, como destacado, grande parte desses imigrantes se desencadeou nas bacias do rio Juruá e Purus, o que se subentende ter contribuído para a criação e estruturação de diversos municípios. Apesar dos povoadores serem predominantemente nordestinos e especificamente cearenses o autor dá destaque a outros grupos que também fizeram parte desse processo de exploração da Amazônia:

Outros povoadores vieram do Piauí, do Maranhão, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Alagoas, de Pernambuco, trabalhar na floresta amazônica, sem se aperceberem da conquista que faziam e da cobiça que despertavam. Mas nas grandes investidas da civilização amazônica, o cearense foi sempre o elemento preponderante (Costa, 1974, p. 38).

O autor aborda que a vinda desses "povoadores" se dava principalmente pelo "falso discurso explanado pelos comerciantes, que aludia aos portugueses ou seus mandatários deixados nesse território. Os comerciantes largavam esses homens seminus e esqueléticos aqui e ali, à margem dos rios navegáveis, "com grande cópia de mantimentos, armas e munições, à mercê dos fatos incertos, à fabricação da borracha já então ardentemente procurada pelas novas indústrias que surgiram na Europa" (Costa, 1974, p.36). De acordo com o autor:

Foram assim se formando os seringais, se firmando a propriedade da terra, se arraigando no espírito daquela gente inculta a ideia da soberania do Brasil, incontentável e única sobre todas aquelas águas e todas pudentes florestas onde havia era uma mina inesgotável. E no seio da mata dominada apareceu, de improviso, um favor da vida econômica nacional, a figura original do seringueiro triunfante.

O que denota que a partir desse movimento moldado pela então economia do ciclo da borracha e extração de diversos outros recursos naturais, a região amazônica, em especial a extensão territorial do rio Juruá, foi sendo explorada. Como consequência, houve o surgimento de diversos seringais como pontos de coleta estratégicos e mesmo como construções familiares, principalmente daqueles poucos que se deram bem e resolveram permanecer na região. Dessa forma, acompanhando o processo de desenvolvimento e exploração, foram surgindo os municípios, que partindo de seringais, tornaram-se pequenas vilas até serem legalmente transformados em municípios independentes, com seus territórios delimitados dentro do estado.

Com isso, compreende-se que o surgimento de Itamarati está fortemente ligado a esse movimento ocorrido no período áureo da borracha e à exploração de diversos

outros recursos naturais, como os próprios quelônios, peixe-boi, pirarucu, entre outros. Acontecimentos que foram criando e moldando a cultura local, que é influenciada pela diversidade étnica e pela relação intrínseca com o ambiente amazônico. A pesca, a agricultura de subsistência e a produção de artesanato são elementos significativos na vida cotidiana da população.

Sobre a diversidade cultural na região, Bates (1979, p. 212), discute que:

A mistura de costumes portugueses e indígenas se deve, em parte, ao fato de terem sido pessoas sem instrução os imigrantes europeus que se estabeleceram na região; ao invés de implantarem ali a civilização europeia, o que ocorreu foi que eles desceram quase ao nível do indígena adotando muito seus costumes.

Ficando visível que apesar das pressões sofridas durante o processo de colonização os costumes e culturas dos povos locais prevaleceram e permaneceram fortes, mesmo diante de vontades contrárias.

A geografia de Itamarati é caracterizada por sua localização na região amazônica, cercada pelo rio predominante, destacando a sede do município e sua localização geográfica com predominância populacional as margens do rio principal, além de apresentar diversos igarapés, meandros abandonados e uma floresta exuberante (Figura 5). A biodiversidade é abundante, com uma variedade de espécies de plantas e animais típicos da Amazônia.

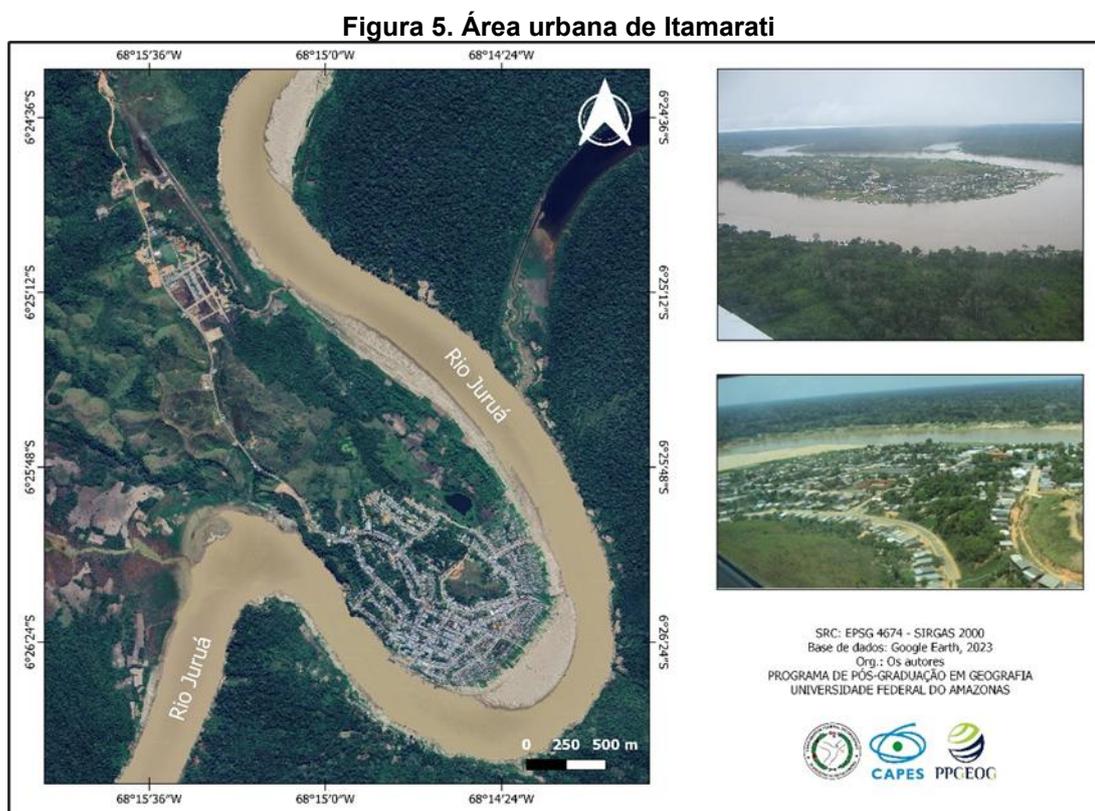
A geomorfologia fluvial ocasiona que cada município presente em sua calha apresente alguma especificidade quanto à sua localização territorial. Diferentemente de Carauari, que está situado dentro de um meandro abandonado conhecido popularmente como "sacado", Itamarati está na margem do rio principal, mas é cercado por meandros de diferentes tamanhos e características.

A esse respeito, destaca-se a observação de Cunha (2003, p. 35):

Os rios ainda não se firmaram nos leitos; parecem tatear uma situação de equilíbrio derivando, divagantes, em meandros instáveis, contorcidos em sacados, cujos istmos a reveses se rompem e se soldam numa desesperada formação de ilhas e de lagos de seis meses, e até criando formas topográficas novas em que estes dois aspectos se confundem; ou expandindo-se em furos que se anastomosam, reticulados de todo incharacterísticos, sem que se saiba se tudo aquilo é bem uma bacia fluvial ou mar profusamente retalhado de estreitos.

O fato de a sede ter essa localização possui pontos positivos, principalmente no que diz respeito aos anos em que ocorrem grandes secas na região. Isso evita que

o município fique tão isolado em comparação àqueles que estão dentro de grandes meandros, embora, naturalmente, já seja difícil sair ou chegar ao município devido a questões logísticas e territoriais, tendo o transporte hidroviário como principal meio de locomoção.



Assim como muitas áreas na Amazônia, Itamarati enfrenta desafios relacionados à preservação ambiental, desenvolvimento sustentável e acesso a serviços básicos. A busca por um equilíbrio entre o crescimento econômico e a conservação do ambiente tem sido uma questão relevante para a região.

Os meios de produção preponderantes no município concentram-se, em grande parte, na agricultura familiar e na pesca, onde uma pequena parcela da população faz parte ou possui algum vínculo com os órgãos municipais e estaduais existentes no município. Essas atividades são desenvolvidas principalmente durante os períodos de seca ou vazante, com destaque para as produções nas comunidades ribeirinhas. No entanto, é importante destacar que grande parte dessa produção se destina ao consumo da própria família, sendo comercializado apenas o excedente. Além disso, há quem dedique especial atenção a essa produção, especialmente

quando se trata da pesca, atividade que ganha força em alguns períodos específicos do ano, principalmente durante a seca, quando a pesca é facilitada.

As atividades na agricultura, principalmente, ainda se destacam pelo modo tradicional de produção, sem a utilização de tantas ferramentas sofisticadas e aparatos para aumentar a produção. Além disso, são empregados poucos fertilizantes prejudiciais ao solo e ao ambiente circundante. Nesse contexto, o extrativismo vegetal e animal torna-se uma das principais atividades praticadas no município, embora não seja a única. Diversas atividades complementares são realizadas pelos moradores, especialmente aqueles residentes nas comunidades localizadas na extensão territorial de Itamarati.

Nessa perspectiva, considera-se que a ocupação e o povoamento da calha do Médio Juruá, que resultaram no surgimento de seus municípios, especialmente o município de Itamarati, estão intrinsecamente relacionados à exploração de recursos vegetais e animais. Destaca-se que o extrativismo gomífero, por meio da extração do látex, foi o principal protagonista desse processo, sendo o período da borracha determinante para a demografia, a história e o desenvolvimento do território amazonense, em especial da região do médio rio Juruá

Esse boom gomífero, impulsionado pela extração da borracha, foi o motor que definiu a identidade do município e das comunidades ao seu redor, influenciando não apenas a geografia econômica, mas também as tradições culturais que persistem até os dias atuais. Essas marcas estão profundamente enraizadas no território amazonense, permeadas por lutas, resistência e expressões de poder ao longo do tempo.

1.2. Análise do território como foco analítico na Geografia

Discutido sob múltiplas concepções, na ciência o uso da palavra território traz consigo diversos significados, ganhando destaque principalmente para o que tange a discussão sobre “domínio/controlado político-militar sobre o espaço geográfico, concebendo-se tradicionalmente enquanto “solo”, ou melhor, base material do Estado Nação” (Araújo, 2007). Partindo diretamente para as relações de poder impostas sobre dado território, mantido, controlado e moldado pelo estado, este que foi adicionando a estas definições novos agentes e significados ao que tange a etimologia da palavra. Mas destaca-se nesse trabalho a relação e discussão do território

enquanto ciência geográfica, para além de uma questão de controle sobre a terra, e sim, análise das múltiplas relações existente e como se relacionam entre si, criando e recriando novos territórios e estabelecendo territorialidades distintas ao longo do tempo e desenvolvimento da sociedade, entendendo não somente como algo abstrato ou algo meramente físico, mas construído e moldado por e a partir das relações sociais sobre o espaço.

Nessa conjuntura, a palavra território deriva da junção entre as palavras latinas *terra* e *torum*. Da combinação entre essas duas palavras podemos extrair que o território é um conceito que define uma relação social de pertencimento ou posse de um grupo em relação a uma porção delimitada do espaço (Araújo, 2007). Base pela qual ganhou destaque no âmbito da ciência geográfica ao longo do período histórico e desenvolvimento da própria humanidade, sabe-se que o termo "território" é discutido em diversas ciências, mas com pontos de partida e conclusões diferentes, o que não os torna certos ou errados, cada um busca atender ao que procura. Conforme o que destaca Haesbaert (2019), quando aborda que cada definição e discussão tem um "enfoque centrado em uma determinada perspectiva", ou seja, o território pode ser o mesmo para múltiplas pesquisas, mas o foco será distinto sob o olhar de cada área do conhecimento.

Tendo sua originalidade equidistante das discussões geográficas e da própria ciência "a origem do termo território e o seu emprego nas ciências humanas não advém dos estudos geográficos" (Haesbaert, 2002; Saquet, 2010). Nesse sentido, "sendo sua utilização originária ao campo das ciências da natureza, em especial da Biologia e da Zoologia, a partir dos estudos ligados à Etologia" (Ferreira, 2014, p. 112), compreendendo que a princípio é concebido nas ciências destacadas propriamente enquanto território animal, estudando sua forma comportamental e diversos outros âmbitos nesse campo, mas este ganhou novos significados e discussões, conforme destacado por Araújo (2007).

Araújo (2007, p. 37) aborda que "o conceito de território tem adquirido notoriedade no bojo do debate acerca das relações de domínio/ controle político-militar sobre o espaço geográfico" corroborando com esta definição, Haesbaert e Gonçalves (2006, p. 11) destacam que criação de territórios "dependendo dos interesses de quem os produz, podem servir tanto para unir como para fragmentar",

definindo que “tudo depende de qual território está se referindo ou para qual finalidade ele foi criado, podendo apresentar mais de um significado” Freitas (2021).

Assim, Freitas (2021, p. 27), analisa que “o território é uma porção do espaço e que se formou a partir dele, uma vez que ele é resultado de um objetivo que se tinha”, o que é resultado da apropriação e ocupação do homem sobre ele, moldado por diversas relações individuais ou coletivas que foram ganhando novos significados ao longo da história, ou melhor, o território é construído a partir do espaço, que pode partir de interesses individuais e coletivos, e foi ganhando novos significados e agentes ao longo do desenvolvimento da humanidade.

Importante destacar que a apropriação e construção do território enquanto área delimitada é gerida em grande maioria por relações de poder, que pode ser diferente se analisada sob a concepção/visão de diversos povos, como por exemplo: definir o território para os povos indígenas ou demais povos que mantem relação direta e de respeito com o ambiente, começando pela concepção desses povos é diferente da sociedade ocidental, uma vez que para eles o território/terra é “vida”, ou seja, o que lhe mantém vivos e guardam seu sustento e de sua família, atribuindo significados a cada elemento da natureza, seja eles animais ou vegetais, já para uma sociedade ocidental, que os transforma e modifica conforme os interesses capitais e desenvolvimentistas.

No entendimento de Raffestin (1993, p.144):

Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações.

Caracterizando-o como resultado das relações impostas sobre o espaço, o território é produzido e resultado das relações de poder, em suas múltiplas escalas, que podem apresentar variações conforme interesses individuais ou coletivos impostos pela sociedade que o controla. Freitas (2021, p.28) destaca que “o espaço surgiu antes do território e esse, por conseguinte, se forma a partir do espaço conforme o já destacado, ao mesmo tempo em que é resultado de uma ação de um ator, se esse é apropriado o ator se territorializa” (Raffestin, 1993).

Evidenciando que o território é criado, produzido e conseqüentemente transformado por atores/agentes que os produzem conforme suas necessidades e interesses, e foi assim desde o surgimento da própria espécie humana, apesar de o foco ter mudado ao longo da história, o território é moldado e produzido por e a partir da necessidade de sobrevivência, corroborando para o uso do poder durante essas relações, e o que antes era definido como abstrato e território referido para o estudo ou referência aos animais, hoje é produzido e transformado a partir das relações sociais sobre ele.

Reforçando com a ideia de produção desses territórios ao longo do tempo, Lefebvre (2000, p. 62), aborda que “os homens enquanto seres sociais produzem sua vida, sua história, sua consciência, seu mundo. Nada há na história e na sociedade que não seja adquirido e produzido”. Compreendendo, conforme já destacado, que a sociedade produz e adquire seu/seus território como conseqüências de suas ações relações sociais sobre o espaço. Nessa perspectiva, Haesbaert e Gonçalves (2006, p. 82), abordam que “os territórios não são simplesmente coisas, substâncias, mas sim, conformam relações sociais e de poder que se fazem por meio deles”.

Assim, Fagundes (2021, p. 28-29), discorre que:

[...] o território como “fruto da interação entre relações sociais e controle do/ pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação)”. É da natureza do homem “dominar” para sua realização, como meio de subsistência e reprodução, ao mesmo tempo em que também é simbólica, pois tem toda uma questão ligada ao cultural, a sua forma de viver no seu espaço social.

Corroborando, Araújo (2007, p.43), aborda que “o território é constituído por aspectos que servem de referencial para o conhecimento e o reconhecimento dos atores sociais e partir da sua existência”. Entendendo, que “o território material é de suma importância para que seja possível conhecer o “poder” que se detém sobre o território” (Fagundes, 2021, p. 29).

Na instância desta discussão posta, Haesbaert (2007, p. 20), aborda que:

(...) desde sua origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreoterror* (terror, terrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam aliados da terra, ou no “*territorium*” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de plenamente

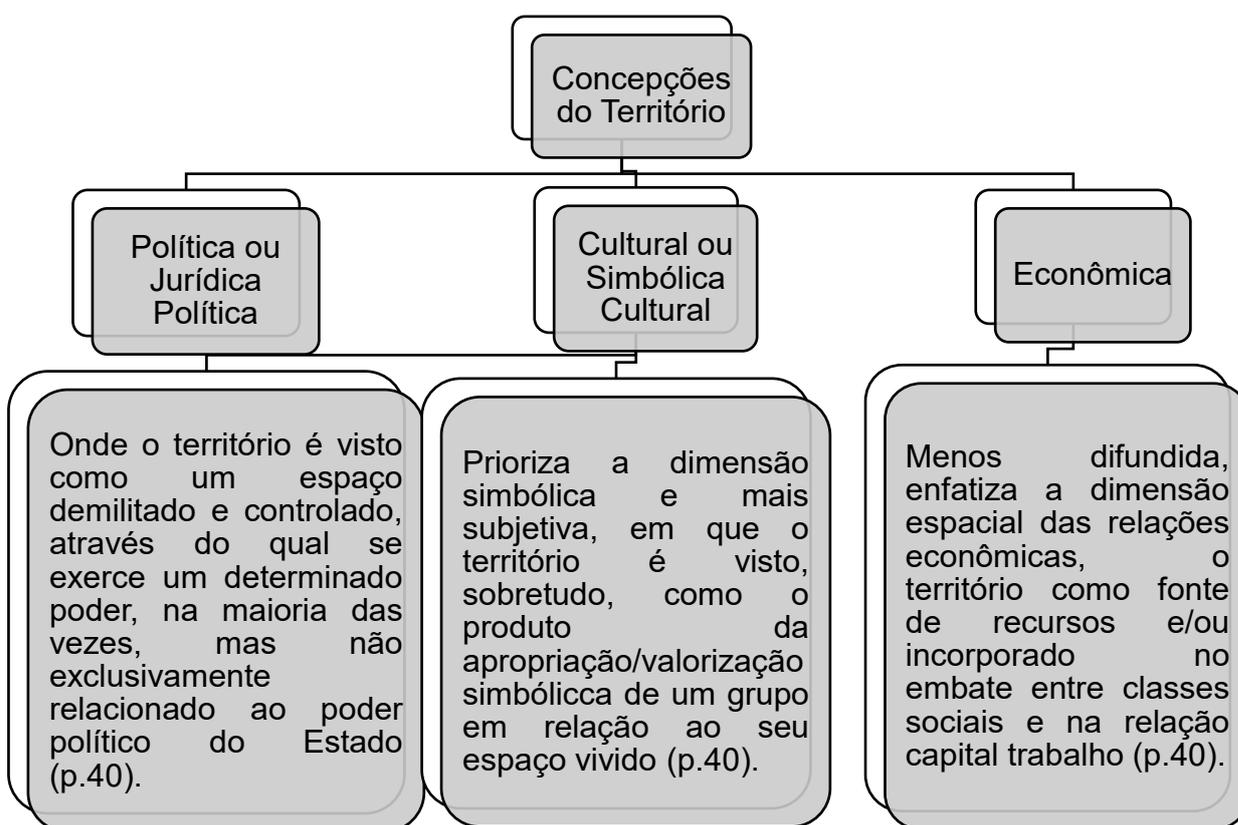
usufrui-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”.

Complementando que o território não se desvincula de sua origem epistemológica, enquanto posse da terra, e relações de poder sobre a terra, mas passa a ser entendido também a partir de um viés mais cultural, tanto num sentido de poder, entendendo como a própria relação de dominação, quanto num sentido mais simbólico. Assim, a ocupação ou mesmo apropriação social passa a não ser mais compreendida sem o seu território, base de sua história, cultura e sustentação (Ferreira, 2014).

Conforme o destacado pelos autores, partindo da dimensão simbólica do território os povos e grupos sociais carregam sua identidade, e relações direta com o espaço habitado, ou melhor, o espaço vivido, construindo e reconstruindo suas territorialidades e transformando constantemente o território (Ferreira, 2014). Assim, “território é o espaço das experiências vividas, onde as relações entre os atores, e destes com a natureza, são relações permeadas pelos sentimentos e pelos simbolismos atribuídos aos lugares” (Bolígian e Almeida, 2003), os autores abordam ainda que “são espaços apropriados por meio de práticas que lhes garantem uma certa identidade social/cultural” (Bolígian e Almeida, 2003, p. 241).

Dentro das discussões e definições dos territórios, no que tange sua análise, Rogério Haesbaert (2009) apresenta as seguintes concepções: política, cultural ou simbólica cultural e a econômica, conforme o destacado no fluxograma 4.

Fluxograma 4. Definições de Território em Rogério Haesbaert (2009)



Fonte: Haesbaert (2009). **Organizado por:** Nascimento (2024).

Seguindo o conceito definido por Haesbaert (2009) para o que tange a caracterização da discussão sobre o território enquanto lente “Política ou Jurídica política”. Araújo (2007, p. 49), acrescenta que “o território como espaço delimitado por relações de poder. Enfatizam-se o controle de uma área geográfica e os limites delimitados pelo poder na busca de disciplinar, moldar, influenciar ou controlar comportamento pelo controle de acesso”, ou seja, dentro desta instância o território é gerido por e através de relações de poder, e tem como o seu principal agente ou está exclusivamente voltada para as relações de poder o âmbito político do Estado, mas que também se compreende em outras instâncias de relações de poder.

Já na discussão do território a partir da análise “Cultural ou Simbólica Cultural”, Haesbaert (2004, p. 40), entende-se o território como “o produto da valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”. Assim, “o território é compreendido pelo seu valor de uso, pelo vivido, pela subjetividade, refletindo a chamada “identificação positiva” com o espaço, que adquire a mesma força de realidade com as relações de poder abstratas” (Ferreira, 2014, p. 122). Dando destaque aos povos tradicionais, povos indígenas, e ribeirinhos que moldam suas relações com o território com um viés identitário, ou seja, atribuem valores e significados para os elementos da natureza, os veem com um olhar para além do que eles podem gerar enquanto recursos naturais.

No âmbito da discussão econômica o território é entendido como área geradora de bens e recursos, uma vez que nessa definição frisa-se o “território como fonte de recursos, onde ele passa a ser provedor dos bens, com o controle e uso”, (Fagundes, 2021, p. 31), concebendo o território não apenas a uma área estática, mas sim um componente dinâmico que contribuiu ativamente para o desenvolvimento econômico e dirigindo-se a sua capacidade por meio da ação de agentes externos sua capacidade de gerar recursos e bens.

Nesta perspectiva, o trabalho em questão baseia na discussão do território enquanto categoria política ou jurídico – política, uma vez que os tabuleiros (praias) de conservação apesar de não serem legalmente registrados em uma das categorias de unidade de conservação, assemelhasse a elas pelas normas e regras vigentes a essas áreas específicas, sendo mantidas e geridas pela gestão do município e especificamente pela comunidade responsável pela manutenção e gestão desse território, sendo restrito o uso e acesso de pessoas nessas áreas sem autorização, além de existir uma legislação de proteção específica, onde são definidos como Zona de Proteção Temporária de quelônios (ZPTQs), que é uma legislação que resguarda de forma legal e jurídica os tabuleiros durante os meses de desova das espécies de quelônios e demais espécies que utilizam esse espaço para sua reprodução, a exemplo das diversas espécies de aves, conforme será discutido com mais ênfase em um tópico específico ao longo deste trabalho.

1.3. Territorialidade no âmbito da ciência geográfica

Similar ao conceito de território, a ideia de territorialidade surge dos estudos de naturalistas, especialmente no campo da zoologia, para descrever uma região onde uma espécie animal é encontrada (Araújo, 2007).

Assim como a definição de território o conceito de territorialidade é explorado por diversas áreas do conhecimento e suas correntes de pensamento, onde cada uma aborda sob suas próprias perspectivas e dimensões. Destacando tanto as correntes positivistas, materialistas e estruturalistas quanto aquelas mais centradas na subjetividade examinam o território. Este pode ser observado, compreendido e analisado de várias maneiras, desde enfoques específicos até abordagens integradoras que procuram abarcar uma ampla gama de variáveis de estudo (Junior e Santos, 2018).

Nessa abordagem, para o desenvolvimento da pesquisa em questão, enquanto ciência geográfica voltou-se para a análise e definição do conceito de territorialidade, especialmente baseando-se na territorialidade humana. Autores importantes como Sack (1986), Saquet (2009), Haesbaert (2009) e Araújo (2007) se destacam por seus estudos nesse campo. Eles direcionaram seus esforços para compreender a territorialidade humana, que é construída por e a partir das relações sociais no espaço geográfico. Essa abordagem se distancia das primeiras definições, que se concentravam principalmente em estudos comportamentais e descrições de territórios animais.

Sack (1986) distancia a noção de territorialidade humana das disciplinas de cunho biológico, que tendem a explicar esse conceito como um instinto semelhante ao observado em espécies de animais, as quais demarcam e defendem seus territórios (Junior e Santos, 2018). Nesta discussão, Araújo (2007, p. 44), destaca que "a territorialidade humana pode ser usada por uma variedade de razões abstratas, mas poucas ou nenhuma são motivações animais", o que ressalta o estudo de cunho geográfico sobre a territorialidade e como esta é definida, indo além do âmbito biológico e comportamental dos animais nas disciplinas de cunho biológico ou voltadas diretamente para o estudo dos animais de forma indissociável dos demais seres vivos que ocupam o espaço.

Dessa forma, Araújo (2007, p.45):

“A territorialidade corresponde às ações desenvolvida por vários agentes sociais em uma determinada área geográfica e em um dado momento histórico. As ações são produzidas pelas diferentes relações estabelecidas entre os agentes em um específico recorte espaço-temporal”.

Destacando assim, que a territorialidade enquanto ciência geográfica não é apenas a demarcação física de um território, ou o estudo de uma espécie sobre ele, mas sim, o estudo de como os diferentes grupos sociais o ocupam e ocuparam ao longo da história, como utilizam e reivindicam um espaço geográfico e constroem suas territorialidades sobre ele. Sendo que, essa ocupação e uso do território pode ser influenciado por diversos fatores, como questões culturais, econômicas, políticas e histórica, essa que apresenta traços de como os primeiros povos viviam e reivindicam seus territórios. Assim, a territorialidade se torna dinâmica e está em constante mudança conforme as relações sociais e de interesse que se desenvolvem e evoluem ao longo do tempo e período histórico de desenvolvimento da própria humanidade, esta que mudou significativamente sua forma de se relacionar com o ambiente ao longo da história.

Além de evidenciar que a territorialidade existe e pode ser construída sob múltiplas escalas, desde a escala de um quarto, uma casa ao parâmetro mais geral como um bairro, ou mesmo uma cidade, conforme destacado por Araújo (2007, p. 46) “variadas são as escalas onde a territorialidade pode ser investigada, tanto no quarto [...] bairro, cidade, região, estado ou país, apesar da diversidade de escalas, são instâncias da territorialidade, são territórios e merecem ser visto como tais”. Evidenciado que independente da escala, podem existir territorialidades distintas, apresentando características e modelos diversos, e construídas e moldadas sob relações sociais sobre o espaço geográfico.

Corroborando, Araújo (2007), destaca que a territorialidade humana se manifesta como uma expressão espacial do comportamento social. Trata-se de uma estratégia empregada por indivíduos ou grupos para influenciar pessoas, fenômenos e relações, por meio da delimitação e controle de uma área geográfica específica, entendida como território.

Assim,

O estudo das territorialidades permite compreender o modo de vida da sociedade e as possibilidades de utilização dos recursos naturais disponíveis nos lugares a serem investigados. A identidade territorial deve ser entendida como resultado de ações individuais e coletivas sobre o ambiente, buscando

analisar a maneira como o espaço é organizado por essas ações. Logo, é preciso compreender e explicar o funcionamento da sociedade e da natureza através das análises associativas das particularidades observadas para entender a realidade (Araújo, 2007, p. 47).

Concebendo que o estudo da territorialidade nos dá possibilidade de entender como os indivíduos constroem sua identidade sobre o território, como se relacionam entre si e destes com o ambiente, procurando atender suas necessidades particulares e coletivas, além de construir novas territorialidades sob a própria necessidade humana. Distinguindo a simples territorialidade, como a construção particular de uma casa ou mesmo aos significados atribuídos a um compartimento dessa casa, como a sala, cozinha, quarto até a vivência em uma comunidade e a construção de laços identitários e culturais sobre o território. Além de destacar as múltiplas territorialidades, entendendo que a “territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo” (Raffestin, 1993, p. 160). Estando imbricados numa construção mútua e relacional ao longo do tempo e período histórico da humanidade, e ocupando múltiplas escalas, desde as relações individuais e cotidianas até as complexas relações sociais, que muitas vezes partem para além do interesse unicamente pessoal de um indivíduo ao de um grupo presente em uma sociedade (Saquet, 2010).

Destacando a análise da territorialidade sob essas múltiplas escalas e dando importância e significados a elas, Saquet (2009, p. 88), destaca que:

A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo e de grupos distintos. Há continuidade e descontinuidade no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar.

Seguindo essa perspectiva, Saquet (2006; 2010) destaca a dimensão subjetiva da territorialidade, a qual é compreendida como a interação em todas as atividades cotidianas que participamos. Em outras palavras, refere-se às nossas interações sociais diárias em diferentes contextos, como trabalho, família, religião, comércio, serviços bancários, escola, esportes, entre outros. São essas interações, ou territorialidades, que constituem o espaço de vida de cada indivíduo ou grupo social em um lugar específico, e que podem ser semelhantes ou diferentes de indivíduo para indivíduo ou de grupo para grupo (Ferrara, 2014). Saquet (2010, p. 129) ainda discorre que:

(...) a territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas [...] resultado e determinante do processo de cada território, de cada lugar; é múltipla, e por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social, e ao mesmo tempo, as relações de domínios de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, relações.

Corroborando,

(...) compreendemos a noção de territorialidade como um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social. A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida cotidiana (Saquet, 2009, p. 8).

Assim, segundo este autor, as territorialidades são tanto resultadas quanto determinantes e características da territorialização e do território. Elas representam as interações diárias e momentâneas que os seres humanos mantêm com seu ambiente, visando à sobrevivência tanto biológica quanto social (Ibidem, 2010, p. 129). Essas territorialidades estão intrinsecamente ligadas à vida cotidiana e aos locais onde os indivíduos e grupos sociais habitam. Portanto, a territorialidade se expressa no espaço e parece espelhar as dimensões culturais, políticas, econômicas e sociais, organizando-se em meio à complexidade e à diversidade das relações. Dessa forma, de acordo com Ferrara (2014, p. 132) “a territorialidade está ligada às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior”.

Nesta perspectiva, enquanto ciência geográfica, a pesquisa se concentra na compreensão da territorialidade dos extrativistas de quelônios na região do Médio Juruá, especificamente no município já mencionado. Esta territorialidade consiste em um conjunto de práticas e relações sociais que ocorrem nesse espaço geográfico, envolvendo a apropriação, delimitação e controle por parte dos indivíduos e grupos que dele fazem parte. Tais práticas abrangem desde aspectos cotidianos e pessoais até questões mais amplas relacionadas à cultura, economia, política e identidade, destacando a múltiplas territorialidades, como a territorialidade da pesca, da caça, do roçado, da praia, do lago, dentre outras. Compreender que a territorialidade é essencial para entender como esses territórios são ocupados, utilizados e vividos, refletindo as complexas interações entre sociedade e espaço.

Assim, no contexto do extrativismo de quelônios, a territorialidade se refere às práticas de ocupação e controle de áreas específicas de coleta desses animais. Isso

vai além da delimitação física do território e envolve também as relações sociais, econômicas e culturais estabelecidas pelos grupos envolvidos. Essas práticas territoriais podem variar desde a definição de áreas de coleta tradicionais até conflitos territoriais decorrentes da exploração descontrolada dos recursos naturais, principalmente nos territórios definidos para a conservação dessas espécies e da própria comunidade envolvida nessa atividade. O entendimento da territorialidade é crucial para promover a gestão sustentável do ambiente e as espécies que os compõem, visando à conservação e o equilíbrio ambiental nas áreas de ocorrência.

1.4. Concepções ambientalistas do território

O desenvolvimento e evolução da humanidade foram/são influenciados por uma série complexa de acontecimentos e fenômenos que se desdobraram ao longo do tempo. O crescimento urbano e a exploração descontrolada dos recursos naturais são componentes desse processo. A ideia de viver em "harmonia" com o ambiente levou ao surgimento de teorias associadas ao que viria a se concretizar como correntes ambientalistas.

À medida que a evolução humana avança e o ambiente passa por transformações, essas correntes ambientalistas buscaram explicar as consequências desse desenvolvimento e caminhos que surgiriam como soluções. Ao longo dos séculos, elas têm gerado debates sobre a defesa do uso racional do ambiente e como o crescimento econômico, aliado à urbanização, pode ultrapassar os limites dos recursos naturais.

Nesse contexto, ao longo dos séculos, as correntes ambientalistas têm apresentado possíveis soluções para promover uma relação mais equilibrada e sustentável na utilização dos recursos naturais.

Nesta perspectiva, no tópico em questão, são abordadas sucintamente algumas correntes ambientalistas que surgiram com o intuito de explicar os acontecimentos vigentes para cada época ao longo do processo evolutivo da humanidade. Essas correntes são defendidas por seus idealizadores, que acreditam, por meio de suas justificativas, serem ideais para a busca do equilíbrio no que diz respeito ao uso e à relação entre sociedade e natureza.

1.4.1. Concepções Preservacionistas

O preservacionismo figura como uma das correntes ambientalistas mais antigas no campo da ciência e proteção natural. Esta corrente se destaca como defensora da preservação integral da natureza, desvinculando-a diretamente dos seres humanos, que são retratados como destruidores de habitats naturais e diversos ecossistemas.

Diegues (2008) ressalta que os preservacionistas predominam em entidades de conservação clássica e mais antiga, mencionando, por exemplo, a Fundação Brasileira Para a Conservação Da Natureza (FBCN), criada em 1958. Com raízes nos Estados Unidos no século XIX, tendo como principais defensores Gifford Pinchot e John Muir, essa corrente ainda se faz presente atualmente em diversas áreas dedicadas à proteção da natureza, algumas de cunho integral, sendo uma delas destacada pelos autores desde o princípio: os parques (Diegues, 2008).

Nesta perspectiva, a proposta defendida por essa corrente baseia-se na "reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (wilderness)" (Diegues, 2000, p. 30). Adicionalmente, aborda que "ela pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano". Assim, a natureza estaria sendo protegida dos principais agentes que poderiam destruí-la, os seres humanos. Estando submetida apenas à apreciação, minimizando ou como explicitado na corrente, eliminando a degradação e outros impactos causados pela sociedade ao meio ambiente (Fagundes, 2021).

Em acordo com o destacado Souza (2019, p. 58) aborda que os "defensores da preservação da maior quantidade possível de reservas de natureza intocável e supostamente intocada". Dessa forma, a concepção desses defensores é preservar a máxima diversidade de áreas reservadas da influência da população urbano-industrial, tratando-as como intocáveis (Fagundes, 2021). Caracterizando basicamente como o que conhecemos hoje como reservas de proteção integral, ao qual não pode ter nenhum contato dos seres humanos com tal território resguardado.

"Os preservacionistas são identificados pela compreensão que possuem das relações entre o homem e a natureza: entre esses dois haveria uma dissociação impossível de conciliar", Souza (2014, p. 63-64). Ou seja, "não poderia existir uma linha tênue entre a natureza e o homem. Logo, não seria admitida a presença de moradores humanos, uma vez que esses eram considerados como exterior aquele ambiente, podendo somente apreciá-la" (Freitas, 2021, p.44).

Ainda sobre a corrente, Diegues (2001, p.125-126), destaca que:

Esses grupos são constituídos, em geral, por profissionais oriundos da área de ciências naturais para os quais qualquer interferência humana na natureza é negativa. Ideologicamente foram e são inflacionados pela visão preservacionista americana, [...], eles consideram, portanto, que a natureza selvagem é intocada e intocável e é impensável que uma unidade de conservação (parque nacionais e reservas ecológicas) possa proteger, além da diversidade biológica, a diversidade cultural.

Além de desapropriar ou minimizar a relação de diversos povos tradicionais, incluindo indígenas, com seus territórios, grupos como "caçadores, pescadores, extrativistas que tinham desenvolvido uma simbiose com as áreas de florestas, rios e regiões litorâneas e que foram transferidos para outras áreas" (Diegues, 2001, p. 19), resultando no processo de desterritorialização desses grupos e povos que tinham suas identidades vinculadas a um território construído e mantido por gerações ao longo do tempo.

Nesse sentido, Fernandes (2014, p. 45), aborda que:

[...] o número de representantes de povos tradicionais, indígenas ou não, expulsos de seus territórios ancestrais foi estimado pelas Nações Unidas em 300 milhões, existindo em 70 países, ocupando os mais variados territórios. Quando, por algum motivo, a remoção não ocorre, essas populações, mesmo sem serem deslocadas, passam a viver em estado de desterritorialização subjetiva, entendido como uma forma de desenraizamento em relação aos vínculos tradicionalmente estabelecidos com o seu território.

Reforçando ainda mais, que essa abordagem reflete uma ideologia que enfatiza a minimização ou até mesmo a intervenção total da presença humana em áreas preservadas. Destacando a importância de preservar tanto os aspectos naturais quanto os culturais em áreas de conservação. No entanto, a não inclusão dos seres humanos, mesmo que já fossem residentes e tivessem suas territorialidades construídas, não poderia ser considerada dentro do escopo do que viria a ser uma reserva ou de outra categoria, como um parque, e como destacado por Fernandes (2014), mesmo que não fossem deslocados de seus territórios passam a viver em um estado de desterritorialização por ter seu território invadido e reestruturado por grupos externos.

1.4.2. Concepções conservacionistas

O conservacionismo é uma das mais antigas correntes de pensamento voltadas à proteção da natureza e teve na criação de áreas protegidas, sobretudo do tipo parque, sua maior expressão (Fernandes, 2014). Ao contrário da corrente

preservacionista, que defende a preservação da natureza em suas diferentes categorias sem nenhuma presença humana, exceto para apreciação, conforme já destacado neste texto, o conservacionismo, em contrapartida, apesar de ser contra o uso irracional e a transformação geral da natureza, entende que é possível usá-la de forma consciente e pensada, evitando diretamente o esgotamento dos recursos/elementos naturais.

Sobre esta diferenciação, Fernandes (2014, p. 44) discorre que:

[...] os preservacionistas foram determinantes para a consagração de um modelo de conservação baseado em parques nacionais, já que ao postularem a igualdade entre os seres vivos, esses naturalistas defendiam a necessidade de espaços protegidos, onde os homens poderiam apenas usufruir indiretamente da natureza, reservando-os primordialmente para a manutenção da vida de outras espécies. Já a segunda corrente defendida pelo engenheiro florestal Gifford Pinchot, acreditava na conservação a partir do uso equilibrado dos recursos naturais.

Assim, tendo Gifford Pinchot como seu principal defensor, o conservacionismo atrela-se ao uso racional da natureza, considerando viável a relação da sociedade com o meio sem resultar na destruição em massa dos ecossistemas e suas múltiplas espécies, conforme apontado por Diegues (2008). Destacando que, se manejada de maneira consciente e correta, a natureza pode ser mais eficiente, possibilitando beneficiar as gerações presentes e futuras sem prejudicá-la totalmente e evitando o desperdício (Fagundes, 2021). Essa corrente evoluiria para o que conhecemos hoje como "Desenvolvimento Sustentável", que defende as características de uma relação "correta" entre sociedade e natureza, conforme proposto por Gifford Pinchot.

Em concordância com Gifford Pinchot, Souza (2014, p. 65) aborda que "seria possível a exploração dos recursos naturais desde que fundada em bases racionalmente sustentáveis", visando a não exaustão desses recursos naturais. Concordando com o uso sustentável e a permanência dos povos em seus territórios, e reconhecendo-os como agentes importantes e conhecedores das práticas sustentáveis, além de considerá-los detentores dos conhecimentos tradicionais necessários para promover a união em busca do equilíbrio ideal e evitar a destruição total da natureza.

1.4.3. O culto à vida silvestre

A corrente ambientalista "O Culto à Vida Silvestre", discutida aqui nas concepções de Alier (2019) e Fagundes (2021), assemelha-se à abordagem da

corrente preservacionista, a qual exclui a presença humana em suas reservas designadas, mas permitindo apenas a visitação e não o usufruto. Em um contexto mais romantizado, essa abordagem considera apenas a visitação esporádica, sem permissão de habitação permanente nessas áreas específicas classificadas como reservas. Conforme destacado por Alier (2019, p. 24), "uma reserva pode admitir visitantes, mas não habitantes humanos".

A proposta política central dessa corrente ambientalista é a manutenção de reservas naturais, chamadas de parques nacionais ou naturais, ou algo semelhante, preservadas da interferência humana (Alier, 2019, p. 24). É ressaltado que, "no que concerne às áreas protegidas, os fundamentalistas silvestres mencionam a exclusão de populações e o manejo em si, afirmando que há gradações, mas acreditam que a exclusão de populações se torna mais viável" (Fagundes, 2021, p. 45). Sobre isto, Alier (2019, p. 24) destaca:

O "Culto ao silvestre" não ataca o crescimento econômico enquanto tal. Até mesmo admite sua derrota na maior parte do mundo industrializado. Porém, coloca em discussão uma "aça o de retaguarda", que nas considerações de Leopold visam a preservar e manter o que resta dos espaços da natureza original situados fora da influência do mercado. O "culto ao silvestre" surge do amor às belas paisagens, que desenvolve desde 1960, fornece a base científica que respalda essa primeira corrente ambientalista.

Em uma abordagem romântica, a reflexão sobre a relação entre a terra e os humanos se destaca na seguinte afirmação: "a terra pode sobreviver bem sem amigos, mas os humanos, se quiserem sobreviver, devem aprender a ser amigos da Terra" (Alier, 2019, p. 26). Essa perspectiva sugere que, embora seja possível visitar e interagir com o ambiente, a residência permanente não é contemplada. A ênfase está na coexistência harmoniosa, permitindo o cuidado e a preservação, mas restringindo a exploração excessiva dos recursos naturais. Dessa forma, a proposta ressalta a importância de uma relação equilibrada e sustentável entre a humanidade e o meio ambiente, mas a contrapartida que é apresentada acima.

1.4.4. O evangelho da Ecoeficiência

São muitos os debates acerca das preocupações com o uso desordenado da natureza ao longo do tempo, o que resultou no surgimento de diversas correntes e teorias defensoras do uso controlado desses recursos naturais.

Assim, Alier (2019, p. 29) destaca que "a história da preocupação pelo meio ambiente é mais complicada do que temos relatado até aqui. Por volta de 1900, os

Estados Unidos, como o restante da sociedade ocidental, assumiram um compromisso com a ideia do progresso, dominada pelo utilitarismo”.

Dessa forma, o "credo" ou "evangelho" da ecoeficiência concentra-se na "preocupação com os efeitos do crescimento econômico, não só nas áreas da natureza original, mas também na economia industrial, agrícola e urbana e destaca-se, ainda, que "sua atenção está direcionada para os impactos ambientais ou riscos à saúde decorrentes das atividades industriais, da urbanização e da agricultura moderna" (Alier, 2019, p. 29).

Concebendo o crescimento econômico como o motor pulsante da degradação e exploração da natureza, uma vez que, para se desenvolver, urbanizar e construir novos espaços, é preciso reconstruir os territórios e modificar as paisagens, que já não são mais naturais, mas sim humanas, culturais, urbanas, entre outras categorias. Isso foi se moldando ao longo do período histórico da humanidade, conforme suas necessidades pessoais e coletivas, mas conceituando que é possível pensar no desenvolvimento com uso sustentável atrelado ao que diz respeito ao campo da economia.

Assim, Alier (2019, p. 28) destaca que o fato de a ecoeficiência ser "o vínculo empresarial com o desenvolvimento sustentável", ou seja, "é uma corrente que traz em sua premissa uma boa relação entre o econômico e o ambiental, considerando assim a redução nos impactos ambientais e, conseqüentemente, a melhor utilização dos recursos naturais" (Fagundes, 2021, p. 46).

1.4.5. A justiça ambiental e o ecologismo dos pobres

Sendo uma das três correntes relativas às preocupações e ao ativismo ambiental, a "Justiça Ambiental e o Ecologismo dos Pobres", como o próprio nome destaca, surge a partir dos diversos conflitos relacionados aos debates sobre o crescimento econômico e o processo de desenvolvimento da humanidade e preservação da natureza, que geram inúmeros impactos ambientais e sociais, contribuindo para o aumento das desigualdades, principalmente nos países de terceiro mundo. Estes países apresentam pilares de extremos impactos em seus diferentes campos, voltando suas preocupações para a "classe pobre", que, conforme destacado por Alier (2019) e Fagundes (2021), é a que mais sofre com as conseqüências do desenvolvimento desenfreado, sendo os menos favorecidos e os mais prejudicados.

Com isso, Alier (2019, p. 33-34) destaca que "o crescimento econômico implica maiores impactos no meio ambiente", chamando a atenção para o deslocamento geográfico das fontes de recursos e das áreas de descarte de resíduos. Fica evidente que os "países passam a importar mais recursos para suas produções, ao mesmo tempo em que descartam seus resíduos em áreas menos valorizadas/discriminadas, onde vivem pessoas de baixa renda" (Fagundes, 2021, p. 46).

Esse problema é comum em todo o mundo, mas está mais imbricado nos países de terceiro mundo, onde a desigualdade é maior e o processo exploratório é cada vez mais crescente, principalmente no que diz respeito à produção e exportação de insumos e matéria-prima para as grandes potências mundiais, movimentos moldados pelos interesses políticos e econômicos. Conforme destacado por Alier (2019, p.34), "os países industrializados dependem de importações provenientes do Sul para atender parcela crescente e cada vez maior das suas demandas por matérias-primas e bens de consumo. Os Estados Unidos importam metade do petróleo que consomem".

Nessa conjuntura, a corrente destaca-se pelo "interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição para a subsistência, não em razão de uma preocupação relacionada com os direitos das demais espécies e das futuras gerações de humanos, mas sim, pelos humanos pobres de hoje" (Alier, 2019, p. 34). Defendendo o direito de igualdade para as classes menos favorecidas e prejudicadas pelo modo como o espaço vem sendo produzido, agravando cada vez mais os impactos ambientais e sociais enraizados na sociedade por décadas.

Ademais, Souza (2019) e Alier (2019) e Fagundes (2021), afirmam que "a corrente deve ser entendida como uma forte concepção de justiça social, onde o objetivo gira em torno de lutar pelos direitos dos mais pobres, uma vez que eles são os mais prejudicados". Isso ocorre devido ao processo de produção e benefícios serem destinados a uma pequena parcela da sociedade, movidos por um modo de produção capitalista, enquanto os mais pobres, muitas vezes vivendo em estado de precariedade, sem acesso aos serviços básicos essenciais, estão sujeitos a enfrentar as consequências causadas por agentes externos e internos no âmbito econômico e político. Enquanto isso, "eles têm uma mínima ou nenhuma parcela de oportunidades de trabalho" (Fagundes, 2021).

1.4.6. Tragédia dos comuns

Conhecida também como Tragédia dos Bens Comuns, essa corrente tem como um dos seus principais pioneiros Garrett Hardin, que definiu como "tragédia dos bens comuns": tudo o que não tiver proprietário e não for privado será destruído pela avareza individual" (Chomsky, 2017, p. 112). Ou seja, tudo que existir no espaço é de uso comum de todos, sem medir ou pensar nas consequências causadas por essas ações ao ambiente, que pode variar em interesses individuais ou coletivos, conforme é destacado em Fagundes (2021). Nesse contexto, Alier (2019, p. 116) discorre:

Para Hardin, quando a população cresce, os recursos de acesso aberto serão explorados numa intensidade cada vez maior. A ganância individual conduziria à miséria coletiva, não se restringindo às gerações vindouras e acometendo inclusive a atual. Ninguém poderia discordar, exceto pelo fato de ele erroneamente ter denominado de "comuns" os recursos de acesso aberto e por imprimir mais ênfase no crescimento populacional do que nas pressões do mercado (Alier, 2019, p. 116).

Dessa forma, Fagundes (2021, p. 47) destaca que "tendo dado foco ao crescimento populacional, Hardin não considerou os possíveis impactos ou tragédias que poderiam ocorrer com ações advindas das relações de mercado, uma vez que as grandes empresas ou corporações também poderiam monopolizar os bens e trazer consequências para a vida das sociedades", destacando o crescimento populacional como o problema. Ainda conforme a autora considerando o aumento da população, Hardin e Kenneth Boulding propuseram um sistema que sugeria limitar o número de filhos que um casal poderia ter, aplicando uma multa como penalidade. A ideia por trás disso era prevenir custos ambientais (Alier, 2019; Fagundes, 2021).

Em outras palavras, acreditavam que ao tomar medidas que limitassem o crescimento populacional, seria possível evitar o esgotamento de recursos devido a ações resultantes do individualismo. Essa abordagem encontrou muitos críticos, especialmente devido à possibilidade de prevenir a tragédia por meio do uso racional e coletivo dos recursos, em vez de impor limites à reprodução (Fagundes, 2021).

Isso se configuraria como uma repressão à sociedade, uma vez que seriam penalizadas e postas como os principais responsáveis pelas consequências causadas pelo alto índice exploratório causado por um sistema de produção que beneficia uma pequena parcela da sociedade, enquanto a grande maioria é penalizada a viver em estados de calamidade pública e conforme destacado pelos autores citados, ainda responsáveis pelo alto índice populacional e inchaço urbano, principalmente nos grandes centros.

1.4.7. Ecologia profunda

A "Ecologia Profunda", desenvolvida por Arne Naess, é discutida como uma abordagem que busca uma forma "correta" ou "adequada" para o uso dos recursos/elementos naturais. Essa corrente propõe uma integração ecológica mais profunda, destacando a compreensão ampliada da identidade humana como parte integrante da natureza.

Segundo Fagundes (2021, p. 48) a “necessidade de transcender o simples nível factual da ecologia como ciência, alcançando um nível mais profundo de consciência ecológica”. Isso implica buscar um equilíbrio na relação entre sociedade e natureza, indo além da exploração descontrolada para uma sensibilidade da população como agentes principais na busca pelo equilíbrio ecológico proposto por Naess. Assim, Lovatto (2011, p. 129) destaca:

A ecologia profunda, na medida em que se propõe a reinterpretação e recolocação do homem na Natureza, pode ser apontada como alternativa as melhorias que esperamos no mundo, pois a mudança do comportamento humano diante da Natureza está condicionada ao reconhecimento da espécie como parte indissociável dessa.

Nessa perspectiva, Fagundes (2021, p. 48), ao “ênfatizar a indivisibilidade do ser humano da natureza, destaca a importância de observar a relação entre ambos para melhorar a forma de uso dos recursos”. Esse entendimento é crucial, especialmente diante da finitude de muitos recursos, sendo mais vantajoso utilizá-los e gerenciá-los de maneira mais eficiente. Essa discussão já está presente em outras correntes ambientalistas, visando uma relação menos prejudicial e com menos impactos ambientais e sociais. O ser humano, como principal agente nesse processo, sofre os impactos de forma acentuada, especialmente a grande maioria da sociedade que se encontra nas periferias dos grandes centros urbanos.

Dessa forma, após a discussão sobre as principais correntes ambientalistas construídas ao longo do desenvolvimento histórico da humanidade, as quais se aperfeiçoaram e desenvolveram novas formas de pensar e propor uma relação equilibrada entre a sociedade e a natureza, a pesquisa em questão baseia-se na corrente conservacionista. Isso se deve ao entendimento de que os tabuleiros (praia e/ou bancos de areia) utilizados para a proteção das espécies de quelônios que escolhem esse território para se reproduzir, fazendo a desova, embora não sejam legalmente registrados como reserva, estão protegidos por legislação específica e

mantêm uma relação indireta com as comunidades responsáveis por essa atividade. Estas aproveitam quando há alguma necessidade familiar local, uma prática que remonta a todo o período já datado, principalmente pelos naturalistas/cronistas que exploraram a região. Entretanto, esses exploradores tinham objetivos e propostas distintas dos que conhecemos hoje, uma vez que essas áreas de tabuleiros atualmente são destinadas à proteção dessas espécies de animais, além de enfatizar as práticas de manejo vinculado a conservação dessas espécies nos territórios destacados.

CAPÍTULO II – O RESGATE HISTÓRICO-GEOGRÁFICO DO EXTRATIVISMO DE QUELÔNIOS NO MÉDIO JURUÁ E NO AMAZONAS

Neste capítulo, discutimos os tópicos considerados importantes para atender aos objetivos e indagações iniciais propostas neste trabalho. Além disso, abordamos brevemente a história do município estudado, considerando a carência de estudos voltados para esse território específico. Sendo a sede integrada às comunidades estudadas, além de ser o ponto onde ocorre o mercado de quelônios e onde pescadores provenientes de comunidades ribeirinhas residem.

Inicialmente, aborda-se o seguinte tópico: "Rastreamento do passado: breve história do extrativismo de quelônios no Amazonas". Neste tópico, enfatizamos de forma sucinta o histórico do extrativismo de quelônios, especificamente na região amazônica e no Médio Rio Juruá, onde essas espécies são predominantes e continuam a ser, até os dias atuais, um importante recurso alimentar para as populações ribeirinhas. Além disso, trazemos para a discussão da temática alguns autores clássicos e atuais, o que se faz fundamental para entendermos um pouco da história e do desenvolvimento no que diz respeito à relação da sociedade com essas espécies de animais e o ambiente.

Posteriormente, trata-se sobre a "Legislação de Amparo às Zonas de Proteção Temporária de Quelônios (ZPTQs)", o que é importante para compreendermos que os tabuleiros têm uma legislação específica que os resguarda legalmente durante alguns meses do ano, que são os meses de reprodução e desova das espécies.

A seguir, dá-se destaque para a "Caracterização das Principais Espécies de Quelônios Consumidas e Comercializadas em Itamarati", enfatizando os subtópicos de "Principais espécies comercializadas", "Média de preços no mercado local" e "Métodos e ferramentas de captura de quelônios no Médio Juruá". Nesses subtópicos, apresentam-se fotos, gráficos e tabelas, a fim de deixar explícito e claro o que se buscou, além de apresentar dados que abarcam o que propomos inicialmente com o texto.

2.1. Rastreamento do passado: breve história do extrativismo de quelônios no Amazonas

A atividade de caça e coleta praticada pelas primeiras populações povoadoras da terra configurou-se como a primeira e principal prática de subsistência desses povos. Mantinham uma relação direta e de respeito com o ambiente, extraíndo o

necessário para sua sobrevivência e migrando conforme a prática tornava-se difícil. Neste momento, não tinham ferramentas e utensílios para se sobrepôr ao ambiente e às espécies existentes.

Assim, a caça, juntamente com a coleta, consiste na atividade de subsistência mais antiga praticada pelos seres humanos, visto que a agricultura surgiu apenas cerca de 10 mil anos atrás (Fonseca, 2020). Isso configura o extrativismo animal, assim como o vegetal, como parte integrante da história da formação social da Amazônia (Witkoski, 2007).

Na região amazônica, "os bichos da Amazônia, da terra e da água, vêm servindo à alimentação humana desde que os bugres aqui se instalaram, há cerca de 10 milênios, porque com sua carne se nutriam basicamente" (Batista, 1976, p. 167). Prática que é anterior a chegada dos primeiros povoadores, exploradores e colonizadores ao território amazonense, quando o cenário começou a mudar e até mesmo os povos originários da região passaram a ser considerados mão de obra e recurso capital, para aqueles que tiveram o "privilégio" de serem escravizados, em vez de massacrados e mortos. Batista (1976, p. 58) pontua:

Os primeiros povoadores encontraram a Amazônia semivirgem e puderam assim ter atendidas, com relativa fartura e facilidade, as suas necessidades biológicas em proteínas, gorduras, hidratos de carbono, sais minerais e vitaminas.

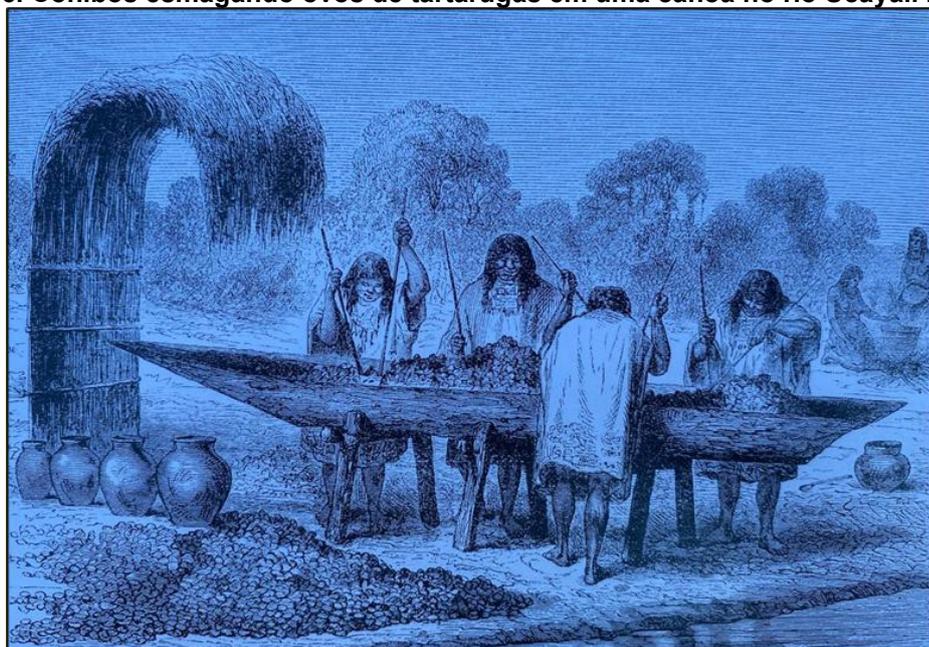
Durante muito tempo, a forma como os primeiros habitantes se relacionara com as espécies da fauna e flora garantia que elas continuassem em grandes quantidades. Isso se devia, em primeiro lugar, ao baixo índice populacional na região, o que resultava na extração limitada do ambiente e seus recursos naturais. Além disso, a falta de ferramentas para caçar e coletar em grande escala não fazia sentido naquele momento, e principalmente não havia garantia de armazenamento, pois não existiam instalações adequadas, e não havia nenhum incentivo para tais práticas. Ademais, "o que ainda protege a fauna na região é que o amazônida, não dispendo de instalações para conservar a carne dos animais abatidos, geralmente caça apenas para alimentar-se a si e à família" (Batista, 1976, p. 167). Sobre isso, Vogt (2008, p. 14) discorre:

Antes dos europeus invadirem a bacia amazônica, as tribos indígenas dispersadas viveram por milênios explorando as abundantes populações de tartarugas. Eles não tinham a necessidade, a tecnologia, ou qualquer razão para coletar mais que eles poderiam usar; desta forma, as populações de tartarugas foram usadas de uma forma sustentável, não por planejamento,

mas somente porque a população humana não era grande o suficiente para causar extinções locais. Essa realidade mudou com a chegada dos barcos do Velho Mundo.

O que dá evidências para o que é tratado por muitos autores, inclusive o citado, quando destaca que muitas práticas que foram intensificadas pelos colonizadores ao chegarem na região amazônica já eram realizadas pelos povos que habitavam a região, mas que não causava nenhum risco as populações desses indivíduos, cenário que mudou quando eles passam a serem vistos enquanto recurso gerador de capital, quando as próprias populações foram também envolvidas (Figura 6).

Figura 6. Conibos esmagando ovos de tartarugas em uma canoa no rio Ucayali no Perú.



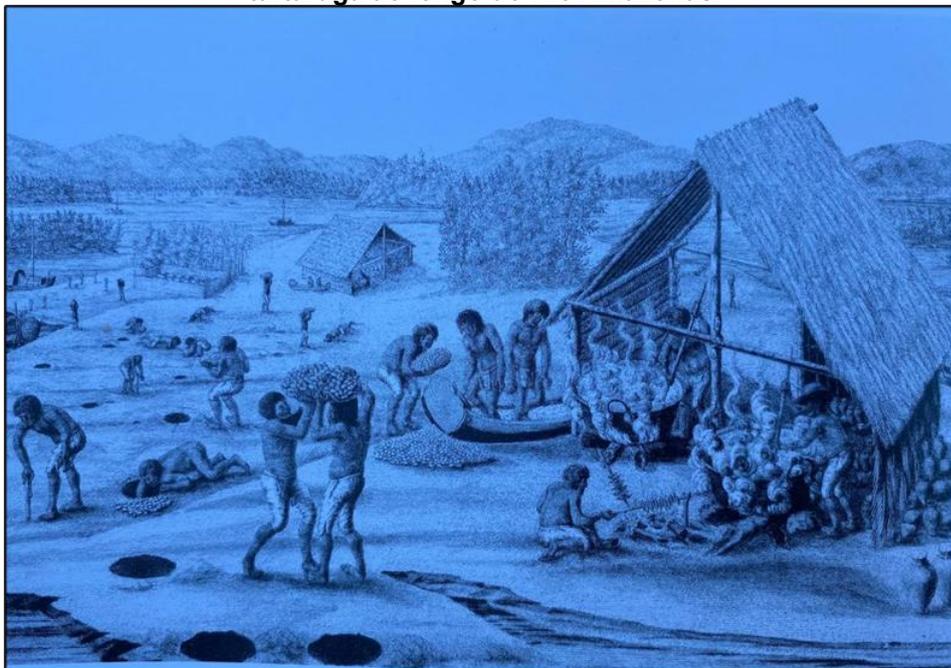
Fonte: Marcoy (1866).

A ilustração acima destaca como era produzido o óleo e a manteiga extraída da tartaruga amazônica, principal espécie de quelônio utilizada para esses fins, além de dá destaque que não só na Amazônia brasileira, mas em todo sua extensão que existiam essas espécies e essas práticas eram realizadas, nas proximidades de Tefé, naquele momento conhecida como Vila de Egas, Bates (1979) destaca que não só os ovos, mas também os filhotes recém nascidos eram esmagados para produção e para o consumo diretamente.

Anterior a atividade amostra acima era feita a escavação nas praias de desova, chamados pelos povos naquele momento de tabuleiro, conforme aludido na (Figura 7), momento que era festejado por todos, mas principalmente pelos patrões e seringalistas responsáveis pela proteção e arrendamentos no período da escavação,

promovendo festival e festança durante a ocasião, o que também era feito pelos primeiros povos que habitavam a região, mas não com fins lucrativos, enfatizando o viés mais cultural que foi repassado de gerações anteriores (Bates, 1979).

Figura 7. Pessoas escavando covas para a retirada de ovos e produção de manteiga de tartaruga ao longo do Rio Amazonas.



Fonte: Ferreira (1786).

A ilustração é de uma riqueza de detalhes magnífica, pois nos dá a possibilidade de ver todo o processo de produção do óleo e manteiga da tartaruga, desde a escavação das covas a etapa final feita no forno representado em baixo da casinha meramente coberta de palha, uma vez construída temporariamente apenas para essa ocasião, que era visto como um momento de festa para essas populações, e depois de preparado era armazenado nos potes, provavelmente feitos de barro, também visível na ilustração, e nesse compartimento eram exportado e armazenado para o consumo local, e principalmente para as cidades de Manaus e Belém, conforme destacado abaixo.

A produção do óleo e manteiga, além dos indivíduos vivos tinham seu principal destino as cidades de Manaus e Belém, conforme destaca Verissimo (1970, p. 53) “não há ainda muitos anos eram, em crescente número, remetidas para Belém e Manaus, para esta última cidade principalmente”. Atualmente, não se vê falar ou escritos atuais que falem que ainda exista essa produção, mas a questão do consumo das espécies e principalmente os ovos ainda continua em grandes quantidades, além da caça predatória, quando as espécies são capturadas em grandes quantidades para

fins lucrativos e não só para consumo. Apesar de ainda se ver para comprar em alguns sites de vendas, os produtos já industrializados a venda, e um deles muito conhecido, a “Mercado Livre”, “Shopee” entre outros, o que possivelmente são de alguma prática de manejo, principalmente nos criadores legalizados para manejar as espécies (Figura 8).

Figura 8. Banha e Sabonete de Tartaruga industrializados, Mercado Livre e Shopee.



Fonte: Google (2023).

Dessa forma, se configurando como uma das espécies de animais mais valorizadas e apreciadas pela culinária dos povos amazônicos, e também por muito tempo um dos principais recursos alimentares dos povoadores da região, as espécies de quelônios até os dias atuais ainda apresentam-se como uma importante proteína animal para os diversos povos que ocupam as margens dos rios amazônicos, mas em um certo momento da história de desenvolvimento da região essas espécies foram capturadas e predadas em quantidades orbitantes, o que fez diminuir drasticamente o número de suas populações, e acender uma alerta, não só para essa espécie em específico, mas para as demais espécies da fauna e flora que eram vistas enquanto recurso capital, e até os dias atuais ainda capturadas ilegalmente, quando a prática visa apenas o comércio e não apenas a segurança alimentar.

Das espécies existentes no Médio Rio Juruá, a Tartaruga, batizada como tartaruga da Amazônia é a mais valorizada, principalmente por se sobressair sobre as outras em tamanho, o que recebeu bem mais atenção, principalmente quando eram

caçadas com fins financeiros, para produção de óleo e manteiga, no caso em questão, não só para o consumo local, mas também para a exportação (Bates, 1979).

Outras espécies predominantes na região são o iaçá (*Podocnemis sextuberculata*), tracajá (*Podocnemis unifilis*), os pescadores atribuem ao fato de a captura ser mais difícil, e mais fácil das espécies que fazem a desova, principalmente durante o período da seca do rio. Sobre essas diversidades Veríssimo (1970, p. 41) destaca que “tartarugas de várias espécies, das quais a mais comum seja talvez cientificamente conhecida por *Emys* amazônica, e o tracajá (*Emys* tracajá).

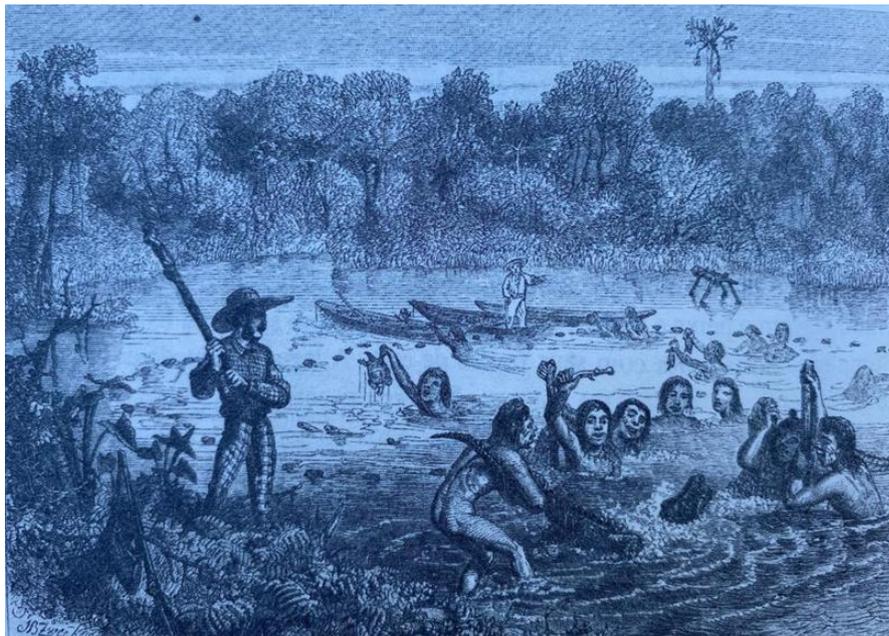
Na etimologia da palavra a Tartaruga da Amazônia – “ou em língua indígena, “Jurara – assú” e “Araú”, parece que “Aiius – sá” ou “Aiassá” designa os indivíduos novos, “Capitarí é o macho” (Ihering, 1940, p. 774).

Os quelônios amazônicos foram por muito tempo uma das principais fontes de alimentos na região, conforme já destacado nesse texto e destacado por diversos viajantes naturalistas que passaram a região em algum momento da história, ao ponto de ser batizada como “Boi do Amazonas”, pela abundância e importância enquanto proteína animal, conforme aborda Verissimo (1970, p. 41) “é lá recorrente dizer-se que a tartaruga é o boi do Amazonas”, ou então:

A tartaruga é verdadeiramente o gado da Amazônia, como lhe chamam lá muitas vezes. Ela e o pirarucu são, já o disse, os principais elementos da alimentação de suas populações. Conservadas em currais, são provisões nutritiva e são dos meses “famintos” da enchente.

A chegada dos colonizadores na região amazônica trouxeram consigo um aparato diversificado de ferramentas e utensílios que lhes deram possibilidades que caçar, pescar, e extrair em grandes quantidades, principalmente as espécies de quelônios, que naturalmente já é fácil captura-las, principalmente durante o período da desova quando elas sobem as grandes praias, tabuleiros e conforme destaca Bates (1979) as grandes dunas, que nesse momento ficam vulneráveis, mas com as novas ferramentas, principalmente as grandes malhadeiras essas espécies foram caçadas em grandes quantidades, o que fez diminuir visivelmente o número de seus indivíduos, a figura abaixo mostra como era feito os lanços nos lagos com essas malhadeiras ou também conhecidos como arrastões (Figura 9).

Figura 9. Pesca da tartaruga e aventura com um jacaré.



Fonte: Bates (1979).

Essa prática é bem comum na captura de quelônios, e principalmente de peixes, e é realizada preferencialmente quando o rio está seco, e os lagos ficam bem estreitos e com pouco volume de água, e as espécies ficam aglomeradas facilitando a captura, apesar de o rio Juruá ser frequente essa técnica de pesca, pois o rio fica estreito durante a seca, facilitando fazer arrastadas até mesmo com pequenos arrastões.

Sobre essa técnica e uso de malhadeiras Veríssimo (1970, p. 47), destaca que:

Dá esta pescaria lugar a episódios variados e se faz em geral, no meio de uma barulhada alegre do rapazio folgazão, não raro cortada por algum episódio cômico ou mesmo funesto ou ao menos perigoso. Não só as arestas cortantes dos cascos dos quelônios golpeiam as pernas e mãos dos pescadores, pondo às vezes manchas vermelhas de sangue na superfície da água lamosa, como jacarés e cobras entre as tartarugas e tracajás. Ao ruído e ao bater d'água ofídios e sáurios procuram escapar-se, sumindo-se uns por entre as plantas marginais e matagal próximo, indo outros esconder-se no fundo, enterrando-se no lodo. Algum, porém, fica no círculo da rede. As cobras passam pelas malhas que são grandes, ou salvam de um salto a borda, deslizando rápidas e sinuosas água afora; os jacarés, impotentes quando de todo mergulhados n'água são trazidos, seguros pela cauda, talvez a sua mais formidável defesa, para fora jogado à margem, e ali mortos, a tiro ou a pau, com grandes judiarias dos curumins, dos rapazes, do mulherio e até dos marmanjões. Há também picadas dolorosas e peçonhentas de arrais, cujas feridas quando não matam aleijam, dizem eles, e dentadas cortantes de piranhas e de outros peixes. Afeitos, porém, a todos estes perigos, despreza-os com inconsciente coragem, sem deles darem conta, como se não existissem, tanto hábito embota em nós os mais instintivos sentimentos.

Bates (1864, p. 358), descrevendo a emblemática (Figura 9) e em consonância com o abordado por Verissimo sobre essa prática de captura dos quelônios, destaca o seguinte:

Quando se fechou o círculo a rede e saltaram dentro os homens, descobriu-se nêle um grande jacaré. Ninguém se espantou; o único receio manifestado foi não rompesse a rêde. Esbarrei-lhe na cabeça, gritou um; “êle me arranhou a perna”, berrou outro; um dos homens, um franzinho miranha, rompeu a encanto e foram depois gargalhadas e gritarias sem fim. Ao cabo um rapaz de uns quatorze anos, acudindo da margem ao meu chamado, agarrou o réptil pelo rabo e segurou-o com fôrça até que, dominada uma pequena resistência, trouxe-o para a beirada. Abriram a rêde e o rapaz arrastou ligeiro o perigoso, mas covarde animal para a terra, pela água landosa, cêrca de cem jardas. Eu cortara, entretanto, uma forte cara e logo que o jacaré chegou a um terreno sólido arrumei-lhe uma forte cacetada rápida no alta da cabeça que o matou instatâneamente. Era bom de tamanho, a queixada de mais de um pé, perfeitamente capaz de decepar em dois pedaços a perna de um homem.

E assim eram uma das principais práticas de captura dos quelônios naquele momento, e existente até os dias atuais, só que cada vez mais aperfeiçoadas e dando menos ainda possibilidades para os animais se defenderem ou fugirem uma vez dentro desses círculos de malhadeiras, e assim é a prática da captura predatória e em grandes espécies de animais.

Sobre a quantidade de quelônios capturados e abatidos Vogt (2008) aborda que “entre os anos de 1700 e 1900 milhões de fêmeas adultas de *P. expansa* foram abatidas para alimentação e produção de óleo. No Brasil, no alto rio Amazonas, região próxima a Tefé, cerca de 48 milhões de ovos foram coletados anualmente entre 1848 e 1859” (Bates, 1979). Dados que também são reproduzidos por autores Verissimo (1970) e Batista (1976).

Nesta perspectiva, Bates (1979, p. 242), aborda que:

A destruição de ovos de tartaruga realizada dessa maneira todos os anos é espantosa. Pelo menos 6.000 jarros, contendo uns três galões de óleo, são exportados anualmente no Alto Amazonas e do Madeira para o Pará, onde ele é usado para iluminação, fritura de peixes e outros fins. Calcula-se que outros 2.000 jarros, aproximadamente, são consumidos pelos habitantes dos vilarejos à beira do rio. Convém saber que são necessários pelos menos doze cestos de ovos, ou cerca de 6.000 para se obter um jarro de óleo pelo ruinoso processo adotado pelos índios. O número total de ovos destruídos anualmente atinge, por conseguinte, 48.000.000. Uma vez que cada tartaruga põe cerca de 120 ovos, chegamos à conclusão de que, anualmente, 400.000 filhotes deixam assim de ser gerados.

O que denota que houve um verdadeiro massacre dessas espécies, que por muito tempo serviram como uma fonte proteica primordial para as populações

amazônica e hoje tem suas espécies ameaçadas, e graças a medidas de proteção criadas tiveram suas populações reestabelecidas.

Com a chegada de novos povoadores ao território amazonense, os impactos sobre as espécies locais tornaram-se visíveis e preocupantes, especialmente no que se refere à extinção precoce de espécies outrora abundantes e valorizadas, como os quelônios e o peixe-boi. Encontradas em grandes quantidades nas bacias amazônicas, essas espécies foram intensamente predadas e caçadas por diferentes motivações, enquanto os povos tradicionais as consideravam um recurso essencial para a alimentação, os exploradores as viam como uma fonte de capital, o que levou à drástica redução de suas populações.

Pinto (2012, p. 162-163), ao analisar trechos da obra de Alexandre Rodrigues Ferreira, destaca três aspectos fundamentais sobre o uso desses animais durante o período exploratório. Ele descreve:

O primeiro deles é o fato de ter a tartaruga se tornado uma mercadoria, um dos produtos mais valorizados nas redes de mercados que se espalhavam ao longo do vale amazônico, portanto um dos elementos de sustentação de economia. O segundo ponto é a presença da tartaruga como um fator formador de uma nova gastronomia e de uma economia alimentar que se estabelecia pela combinação de elementos da culinária indígena com procedimentos da tradição culinária portuguesa, esta última se impondo no interior do processo de predominância cultural inerente ao mundo colonial [...] O terceiro aspecto que mereceu a atenção do naturalista refere-se aos processos de extermínio e consequente extinção das tartarugas, assunto sobre o qual fornece várias informações essenciais para caracterizar a amplitude e o grau das práticas predatórias. Entre essas, assinala a transformação da banha da tartaruga em matéria-prima (sobretudo como combustível para iluminação) e sua captura em larga e escala crescente.

Assim, o autor destaca três pontos principais sobre o uso das espécies de quelônios na região amazônica, os quais são evidenciados neste trabalho. O primeiro refere-se à tartaruga como mercadoria, devido ao seu elevado preço no mercado ilegal e à sua abundância naquele período. O segundo ponto está relacionado à economia alimentar, vinculada à cultura gastronômica, que foi influenciada pela culinária portuguesa e se mantém até os dias atuais. Por fim, o terceiro aspecto trata do processo de extermínio, abordando as formas de captura e as quantidades exorbitantes extraídas, sendo os quelônios explorados como uma manufatura para a produção de óleo e manteiga de sua banha, produtos utilizados não apenas para consumo local, mas também para exportação.

2.2. Legislação de amparo as “zonas de proteção temporária de quelônios (ZPTQS)”

Historicamente as espécies de quelônios existentes e predominantes na região amazônica sempre foram vistas como um importante recurso alimentar para os primeiros povos que habitavam a região amazônica, e posteriormente para os exploradores, colonizadores e demais povoadores que chegaram a região, o que fez mudar a relação com o ambiente e diretamente com essas espécies, que tiveram seus indivíduos explorados drasticamente e já naquele momento alertou-se para o possível esgotamento dos estoques naturais, o que fez já no período colonial, no século XVIII, fossem criadas medidas para conter a elevada caça predatória, “quando os lagos adquiriram status de pesqueiro real” (Brasil, 1973; Fonseca *et al.*, 2020), e os tabuleiros chamados por como praias reais (Bates, 1979). Fonseca *et al.*, (2020, p.15) destaca ainda que:

O acesso a essas áreas durante o período de desova era controlado por responsabilidade de um representante da Coroa portuguesa denominado juiz, bem como o controle da exploração de ovos e fêmeas adultas da espécie. Porém, posteriormente, a proteção destes sítios de desova foram se tornando menos intensas, favorecendo a exploração desordenada.

Vale destacar que essa primeira preocupação com a proteção dessas espécies não diretamente estava ligada a preservação ou garantia alimentar das comunidades envolvidas ou próximas e sim a restrição do acesso de qualquer pessoa ao tabuleiro, principalmente durante o período da desova, quando os quelônios são facilmente capturados, e com o controle feito pela coroa e certamente os padrões seringalistas essa era uma forma de gerar capital cobrando tributo dos comunitários presentes ou próximos ao tabuleiro para ter acesso e fazer a escavação e conseqüentemente produzir a manteiga e o óleo conforme destacado por Bates (1863; 1979) durante sua estadia em Tefé, naquele momento Vila de Egas.

A primeira proibição surge em 1849, restringindo a produção de manteiga de ovos e proibindo o consumo de filhotes, assim em 1855, surge a primeira Resolução de nº 54 protegendo os tabuleiros do Solimões, Amazonas, Urucurituba, Negro e outro, pois as espécies, principalmente a tartaruga, começaram a desaparecer (Andrade *et al.*, 2008).

Como a intensificação a Lei de Proteção à Fauna, Nº 5.197 de 1967, que redige em seu artigo 1 que “os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu

desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha”. Onde a mesma lei no seu artigo de número 6, item b, diz que “a construção de criadouros destinadas à criação de animais silvestres para fins econômicos e industriais” (Andrade *et al.*, 2008, p. 2).

Com a legislação de proibição e proteção também veio as iniciativas para a conservação e restauração dessas espécies, que segundo Andrade *et al.*, (2008, p. 3):

No Estado do Amazonas, as atividades do Projeto Quelônios da Amazônia tiveram início em 1975 com trabalhos no rio Branco (afluente do rio Negro) e em Codajás, sendo que em 1977 foram criados oficialmente vários tabuleiros no Purus (Axioma, Santa Luzia, Aramai e outros) e no Juruá (próximo a Carauari: Deus é Pai, Pão, Pupunha, Manariã; e em Itamarati: Walter Buri, Marimari, Iracema, etc.). Grande parte dessas áreas eram tabuleiros oriundos do trabalho de conservação executado por grandes seringalistas daquela região. O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), com apoio dos proprietários locais e da experiência das comunidades próximas, treinou pessoas e, já naquele ano, houve produção de cerca de 55.000 filhotes nas áreas protegidas do Juruá (RAN-AM, 2001). Em 1989, a proteção passou a ser realizada apenas nos tabuleiros do Abufari (rio Purus) e em Walter Buri (rio Juruá), sendo a produção desses dois tabuleiros estimada em 108.319 filhotes de quelônios.

O tabuleiro do Walter Bury, localizado no Médio Rio Juruá, especificamente no município de Itamarati, Amazonas, a montante do rio, merece destaque por ter sido um dos primeiros a serem criados e atualmente ser um dos mais eficientes na conservação e manutenção das espécies de quelônios na extensão territorial do município e propriamente no estado Amazonas, destacando a importância dessas áreas, mas também como o envolvimento da comunidade responsável pela proteção e manutenção são importantes nesse processo. A tabela abaixo destaca às que eram protegidas naquele momento pela porta Portaria SUDEPE nº N-24/1987 (Quadro 1), mas destaca-se que atualmente existem bem mais, principalmente na bacia do Rio Juruá, conforme será abordado posteriormente.

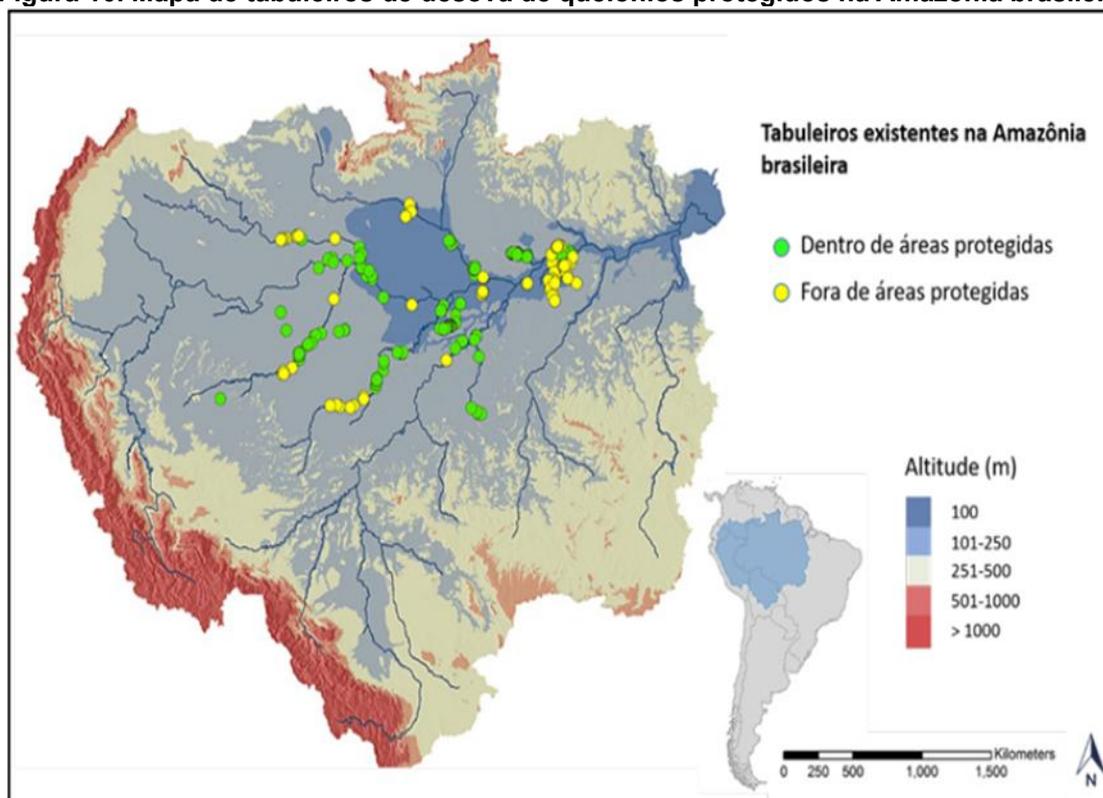
Quadro 1. Sítios reprodutivos protegidos pela Portaria SUDEPE nº N-24/1987.

Estado	Bacia hidrográfica	Tabuleiro /Localidade Protegida
Amazonas	Rio Purus	Tabuleiros do Abufari, Aramiã, Axioma, Mapiçari, Santa Bárbara e Lusitânia, e praias do Ligeirinho, Novo Paraíso e Santa Cândida
	Rio Juruá	Tabuleiro da Pupunha e do Walter Bury
	Rio Uatumã	Tabuleiro do Abacate
	Rio Atucatiquini	Igarapé Miburã
Rondônia	Rio Guaporé	praias da Cachoeirinha, Furado, Couro, Buraco da Barra, Bico, Luiz dos Reis, Negra, Assunta e Alta
Amapá	Rio Apremã	Toda extensão
	Rio Tartarugalzinho	Toda extensão, ilha do Parazinho
	Rio Amazonas	Região dos lagos nos limites das fazendas Tucumã, Tucunaré, Interlagos e Santa Inês
Acre	Rio Juruá	Tabuleiro do Lago Preto
Mato Grosso	Rio das Mortes	Trecho compreendido entre o limite Sul da fazenda São Luiz do Araguaia e limite norte da fazenda Alvorada, nos Municípios da Barra do Garça e de Canarana, respectivamente.
Pará	Rio Amazonas	Ilha dos Camaleões
	Rio Tapajós	Tabuleiro de Monte Cristo
	Rio Xingu	Tabuleiro do Canari e do Embaubal
Roraima	Rio Branco	Tabuleiros do Veado e Araça; Capitari, Maçum, Acoituba, Batelão, Aricurá, Onça, Guariúba, Matá-Matá e Araça.
Goiás	Rio Araguaia	Entorno do lago do Fuzil, Lagos Jurú-Mirim e Água Limpa, (Jussara.), e trecho compreendido entre o Remansão do Lago da Montaria ao Ribeirão Dantas (Nova Crixás).

Fonte: SUDEPE (1987); Andrade *et al.*, (2008).

Segundo Campos-Silva *et al.*, (2020, p. 20) “atualmente, existem cerca de 390 tabuleiros protegidos para a conservação de quelônios em toda a Amazônia brasileira, incluindo tracajás e iaçás”. O que denota o número significativo do crescimento dessas áreas de proteção das espécies de quelônios, uma vez visto a eficácia durante os primeiros tabuleiros criados, o mesmo autor mapeia os tabuleiros existentes dentro das reservas e fora delas na Amazônia brasileira, evidenciando que atualmente, possivelmente existem bem mais do que o número destacado pelo autor (Figura 10).

Figura 10. Mapa de tabuleiros de desova de quelônios protegidos na Amazônia brasileira



Fonte: Campos-Silva *et al.*, (2020).

No município de Itamarati existem 4 tabuleiros, dois a montante do rio e dois a jusante, mas a pesquisa em questão viabiliza apenas o tabuleiro da Nova Olinda, Walter Bury e São Pedro, por questões de logística e tempo (Figura 11). Dentre eles o mais importante e o primeiro a ser criado foi o tabuleiro do Walter Bury, que hoje tem como responsável o Sr. Chico Amâncio, que junto aos demais comunitários dividem as atividades de proteção e manutenção do mesmo durante o período da desova principalmente.

Figura 11. Comunidades Tabuleiros Nova Olinda, Walter Bury e São Pedro.



Fonte: Nascimento (2024).

A SUDEPE (1987), no artigo 1 do parágrafo único destaca que “a proibição de que trata o caput deste artigo compreende a pesca de margem a margem dos rios, a menos de 2.000m (dois mil metros), a montante e a jusante, inclusive a região frontal de cada tabuleiro”.

No ano de 2017, a Secretaria de Estado e Meio Ambiente – SEMA, por meio da Resolução CEMAAM Nº 25, DE 18 DE AGOSTO, cria as Zonas de Proteção Temporária de Quelônios – ZPTQs, legislação específica de amparo as espécies de quelônios existentes no Amazonas e apoio legal aos comunitários envolvidos na conservação dessas espécies e propriamente do seu território (Quadro 2).

Quadro 2. Das áreas prioritárias para proteção e conservação de quelônios.

Capítulo I	
Das áreas prioritárias para proteção e conservação de quelônios	
Sessão I – Dos Critérios para Definição	
Art. 1	<p>Serão criadas áreas prioritárias para proteção e conservação dos quelônios aquáticos das espécies tartaruga-da-amazônia (<i>Podocnemis expansa</i>), tracajá (<i>Podocnemis unifilis</i>), iaçá (<i>Podocnemis sextuberculata</i>), irapuça (<i>Podocnemis erythrocephala</i>) e cabeçudo (<i>Peltocephalus dumerilianus</i>) no Estado do Amazonas.</p> <p>Parágrafo único: As áreas estabelecidas a presente resolução serão denominadas Zona de Proteção de Quelônios (ZPTQ), que são tabuleiros e outros sítios reprodutivos de desova de quelônios e seus arredores que ficarão sob proteção durante as estações de vazante e seca em período específico.</p>
Art. 2	<p>As ZPTQs no Estado do Amazonas e seus respectivos níveis estão relacionadas no Anexo I desta resolução.</p> <p>Parágrafo único: Nas áreas classificadas com o Nível 1 e 2 quando não inseridas em Unidade de Conservação, recomenda-se que sejam aprofundados os estudos para definição de instrumentos de proteção e conservação dessas populações de quelônios.</p>
Art. 3	<p>As áreas ZPTQs serão definidas através de avaliação levando-se em consideração aspectos biológicos, ambientais, socioeconômicos e culturais, conforme o Anexo I desta resolução.</p> <p>& 1° Os critérios ou indicadores a serem utilizados na totalidade ou em parte conforme o caso, para a definição das ZPTQs são aqueles constantes do Anexo I da presente Resolução, estando os mesmos agrupados em impactos ambiental, logística, socioeconômica e importância biológica;</p> <p>& 2° Cada critério ou indicador receberá uma pontuação variante entre 1 e 4, conforme a situação local de cada área, em escala crescente da melhor para a pior condição local;</p> <p>& 3° Cada critério ou indicador receberá ainda um peso variante entre 1 e 3, que define o grau de importância do mesmo para avaliação global da área, e que será utilizado para multiplicar o valor da pontuação descrita no parágrafo anterior, determinando o valor total de cada critério ou indicador.</p> <p>& 4° O enquadramento em cada nível de proteção e conservação terá como referência a média geral dos valores dos critérios ou indicadores multiplicados pelos seus pesos e dividido pelo número de critérios adotados.</p>
Sessão II – Da Classificação	
Art. 4	<p>As ZPTQs serão classificadas em três diferentes níveis de proteção e conservação, sendo eles:</p> <p>Área prioritária Nível I: área indicada para a proteção e conservação de quelônios, devido à existência de grandes populações ou populações ameaçadas.</p> <p>II - Área prioritária Nível II: área indicada para conservação, uso e manejo dos quelônios pelas comunidades ribeirinhas.</p> <p>Área prioritária Nível III: área indicada para conservação, uso e manejo dos quelônios fora de áreas protegidas, com média ou baixa presença de quelônios pela ação antrópica, que possuem um histórico de proteção e conservação comunitária das populações de quelônios remanescentes e que devam ser protegidas por instrumento legal.</p> <p>Parágrafo único: Incidindo nos níveis de proteção detalhados pelos incisos I e II deste artigo, e não estando as, áreas inseridas em Unidades de Conservação, poderão ser criadas Unidades de Conservação para a garantia de tutela das áreas ou, ainda, resguardar as mesmas através de instrumento normativo para proteção dos recursos.</p>
Art. 5	<p>A relação das áreas prioritárias deverá ser reavaliada a cada quatro anos, podendo-se retirar ou a incluir novas áreas, de acordo com a situação delas.</p>

	Parágrafo único: Caberá ao CEMAAM, instituir Grupo de Trabalho para aprovar os resultados de avaliação a ser realizada por pesquisadores, especialistas, representantes da sociedade civil, técnicos de instituições e órgãos ambientais.
Capítulo II Das restrições Sessão I – Das restrições de uso	
Art. 6	<p>Fica proibido o exercício da pesca nos arredores dos tabuleiros e outros sítios reprodutivos de desova de quelônios designados no Anexo II, de acordo com os períodos abaixo discriminados por região:</p> <p>I. Região dos rios Solimões, Juruá, Japurá e Purus: de 15 de julho a 15 de dezembro;</p> <p>II. Região dos rios Amazonas, Madeira, Uatumã, Andirá e Nhamundá: de 1º de setembro a 30 de dezembro;</p> <p>III. Região do rio Negro e seus afluentes: de 15 de setembro a 30 de janeiro.</p> <p>§ 1º A proibição de que trata o caput deste artigo compreende a pesca de margem a margem nos rios, a menos de mil metros, a montante e a jusante, inclusive a região frontal a partir das extremidades de cada praia ou área de reprodução.</p> <p>§ 2º Em ZPTQs onde ocorra a sobreposição com Acordos de Pesca, deverão ser respeitadas as regras mais restritivas.</p> <p>§ 3º Fica proibido o uso das praias em ZPTQs para atividade de lazer, criação de animais e outras que possam inibir ou impedir a reprodução de quelônios, durante o período estabelecido no caput deste artigo.</p> <p>§ 4º As atividades educativas, de turismo ordenado e plantio poderão ser realizadas, desde que devidamente orientadas pelo gestor da Unidade de Conservação ou em comum acordo com as comunidades que protegem os tabuleiros e outros sítios reprodutivos de desova de quelônios.</p> <p>§ 5º Ficam proibidas nas áreas prioritárias de reprodutivo, quaisquer outras atividades que possam causar impacto na reprodução destes animais, tais como: poluição sonora, luminosa, por resíduos ou efluentes e outras.</p> <p>§ 6º O não cumprimento das restrições delineadas nesta Resolução implicará na aplicação das sanções previstas em Lei.</p>
Sessão II - Do Fluxo de Embarcações	
Art. 7	<p>O trânsito de embarcações próximo às áreas de reprodução de quelônios indicadas no Art.2º desta Resolução deverá ser feito, preferencialmente, pela margem oposta à área do tabuleiro ou sítio reprodutivo.</p> <p>Parágrafo único. Cada tabuleiro ou sítio reprodutivo protegido deve possuir placa ou bandeira sinalizadora para orientar as embarcações e a população em geral, a ser instalada pelo órgão gestor, pelas instituições ou comunidades que protegem a área.</p>
Capítulo III Disposições finais	
Art. 8	Nas áreas prioritárias Nível 2 e Nível 3 poderá ser realizado o manejo comunitário de quelônios conforme Resolução CEMAAM.
Art. 9	O órgão gestor, as instituições e as comunidades que protegem as 2PTQs definidas no Art. 2º desta Resolução poderão estimular e promover ações de educação ambiental e programas de conservação comunitária,
Art. 10	A presente Resolução não exime do cumprimento das demais legislações pertinentes.
Art. 11	Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Fonte: Diário Oficial (2017).

Na presente resolução ainda existem o Anexo I que dispõe dos indicadores e critérios biológicos, logísticos, socioeconômicos e culturais utilizados para classificação das áreas prioritárias de quelônios. Além do mais, o anexo II dispõe das áreas de proteção e conservação de quelônios no Estado do Amazonas, classificando

pelo Rio e Região, município e as coordenadas, além de dar destaques para as áreas existentes dentro de alguma unidade de conservação e para as existentes fora delas.

Segundo a presente resolução na Bacia Hidrográfico do Rio Juruá, na extensão territorial do município de Itamarati, Amazonas, existiam quatro tabuleiros nesse momento da publicação, sendo eles Tabuleiro do Walter Bury (6 °28'54"S; 68°25'54W), tabuleiro Vista Alegre (6°.17'49"S; 68°.07'05"W) Tabuleiro São Francisco / Nova Olinda (6°29'25" S; 68°31'56"W), Tabuleiro Matupá (6°26'46"S; 68°29'16"W). Conforme já destacado acima, atualmente em Itamarati possuem 4 Tabuleiros, Nova Olinda, Walter Bury, São Pedro e o Tabuleiro da Praia da Onça, ambos fora de unidades de conservação.

Assim, conforme a resolução, em seu artigo 4 sobre as ZPTQs, os tabuleiros existentes em Itamarati classificam-se dentro dos níveis I e II, I) área indicada para a proteção e conservação de quelônios, devido à existência de grandes populações ou populações ameaçadas, II) área indicada para conservação, uso e manejo dos quelônios pelas comunidades ribeirinhas. Além de dá destaque para ao parágrafo único deste artigo, que diz que “ incidindo nos níveis de proteção detalhadas pelos incisos I e II, e não estando as áreas inseridas em Unidades de Conservação, poderão ser criadas Unidades de Conservação para a garantia de tutela das áreas ou ainda, resguardar as mesmas através de instrumento normativo para proteção dos recursos”, e também para um amparo legal para as comunidades envolvidas na atividade, além de abrir possibilidades para a captação de recursos para essas famílias e comunitários envolvidos, que muitas vezes não recebem nenhum incentivo, e dependendo da categoria a ser criada para amparo dos tabuleiros e comunidades pode facilitar a captação de recursos por conta do governo, além de envolver cada vez mais os comunitários e a própria comunidade Itamaratiense na atividade de conservação dessas espécies e seus ecossistemas, abordando também a valorização cultural desse povos e dando mais visibilidade para uma prática de conservação comunitária que vem sendo desenvolvida anterior ao surgimento do município, apesar de que em algum momento o viés de conservação era outro, mas o que aumentou no processo de sensibilização dos comunitários e da própria comunidade itamaratiense para a conservação dessas espécies.

Nesse contexto, as Zonas de Proteção Temporária de Quelônios (ZPTQs) são fundamentais do ponto de vista legal, pois a legislação proíbe a captura dessas

espécies, que já estão amparadas por outras leis e normas. Apesar de temporárias, essas zonas são confortáveis para a conservação e oferecem respaldo às comunidades locais. No entanto, como aplicar as formas eficazes quando as próprias comunidades não recebem o mínimo de apoio necessário e não conseguem realizar de maneira integrada todas as etapas do processo?

Por exemplo, não há um levantamento anual preciso do número de filhotes nascidos em cada tabuleiro, uma vez que os comunitários envolvidos não conseguem realizar esse acompanhamento devido à deficiência de pessoal e às demais atividades que precisam ser realizadas. Dessa forma, acabam concentrando seus esforços na etapa que consideram mais importante, a proteção durante o período de desova. O que reforça a carência de apoio para o desenvolvimento de uma atividade fundamental para conservação de várias espécies e propriamente a garantia da segurança alimentar desses agentes fundamentais nesse processo.

2.3. Caracterização das principais espécies de quelônios consumidas e comercializadas em Itamarati

No município de Itamarati, assim como na maior parte dos municípios do interior do Amazonas, a captura e o consumo de quelônios remetem às questões e tradições culturais enraizadas desde as gerações anteriores que viveram no território amazonense. Essas espécies eram parte de uma rica culinária desses povos e estavam também atreladas à necessidade de sobrevivência e até os dias atuais representam como um dos principais recursos alimentares dos povos amazônicos, tanto para o consumo quanto para questões de mercado, quando a população vê nessas espécies a possibilidade de gerar uma certa renda e comprar os insumos que a natureza não lhe pode oferecer.

Dessa forma, considerou-se importante fazer um levantamento sobre o consumo e comércio de quelônios no município, afim de entender como está a relação da população Itamaratiense com essas espécies e o seu nível de dependência quando tratamos sobre a segurança alimentar e geração de capital através dos recursos naturais, além de destacar as principais formas de captura desses indivíduos e o utensílios utilizados durante a atividade e posteriormente evidenciar a importância dos comunitários e tabuleiros na conservação dessas espécies, o que tem garantido a preservação e manutenção desses indivíduos.

Assim, aplicou-se questionários para fazer um levantamento mais concreto sobre a percepção dos moradores e principalmente dos pescadores, que quase sempre exercem mais de uma atividade, vindo a ser o que Araújo (2007), caracterizou como “agroextrator”, definindo esses sujeitos sociais territorializados as margem das ricas bacias hidrográficas do território amazonense, dessa forma, foram 20 para os pescadores residentes no município, onde uma parte tem sua naturalidade de comunidades ribeirinhas, ou como também ainda é chamado “seringal”, conforme será amostrado abaixo e 10 para outros moradores, afim de entender um pouco mais sobre as questões abordadas acima.

2.4. Principais espécies comercializadas

A comercialização ilegal de espécies da fauna e flora no interior do Amazonas é, de certa forma, "comum", mesmo aquelas que são protegidas por lei. Ou seja, a caça em qualquer período do ano é ilegal. No entanto, como explicar isso a pessoas que não têm nenhuma renda fixa e necessitam extrair do ambiente mais do que o "simples" alimento? Para sobreviver, é preciso outros insumos que o ambiente não lhes oferece, e para obter esses insumos, necessitam de capital. A forma que muitos encontram é a prática que já realizavam desde o período em que residiam nos seringais, distantes do centro urbano que é a cidade.

Além da abordagem pelo viés mais cultural e tradicional, quando essas espécies, especificamente as de quelônios servem como importante proteína animal e garante a segurança alimentar dos povos amazônicos desde os primeiros registros voltados para a região, o que não se difere no município de Itamarati, Amazonas, quando essas espécies são queridas durante todo período do ano, e preparadas de diversas formas, dependendo da espécie e gosto da própria população.

Mas a exploração tem aumentado nos últimos anos, o que tem levantado preocupação até mesmo dos moradores envolvidos nessas atividades e demais moradores, e espécies como o tracajá e o iaçá são uma das mais procuradas, por ter sua carne mais saborosa e apreciada, no ano de 2023 segundo alguns pescadores foi o ano em que essas espécies foram mais predadas onde um deles pontua que:

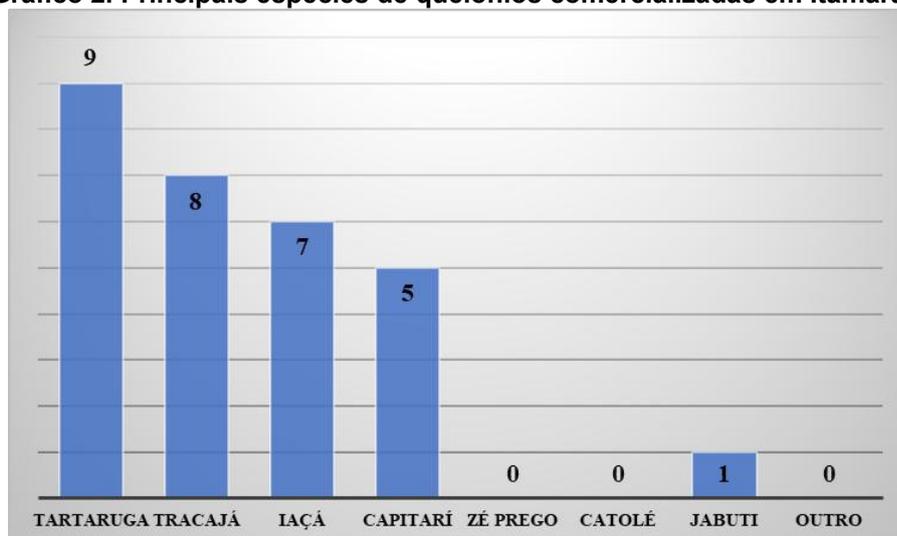
“no ano passado foi uma coisa sem freio, todo mundo pescava e por onde você passava na rua tinha gente assando, ou passando com alguma tartaruga na costa, sem nenhuma preocupação [...] as praias durante a seca parecia a cidade, de tanta lanterna focando pra cima e pra baixo, tanto na praia quanto no barranco, atrás dos tracajá, que desovam lá, e todas que saíam eram pegadas, mas isso faz é afastar ela para outras praias, pra você ter

uma ideia de como estava a situação, o pessoal divulgava até mesmo em grupo no WhatsApp, que se você quisesse comprava pelo telefone, foi uma coisa sem freio, espero que esse ano quando chegar o verão seja diferente” (Entrevistado A, 2024).

O que acende uma alerta para intensificar ainda mais a atividade de conservação e encontrar propostas para atender a população e os próprios pescadores.

Dessa forma, dentre as espécies comercializadas, algumas recebem destaque, são mais valorizadas, ou pelo tamanho, o caso da tartaruga ou pelo sabor, destacando o tracajá e a iaçá. Abaixo destacamos a percepção dos moradores entrevistados, sendo vinte pescadores e dez moradores, totalizando o número de 30 questionários (Gráfico 2).

Gráfico 2. Principais espécies de quelônios comercializadas em Itamarati.



Fonte: Nascimento (2024).

O comércio de quelônios em Itamarati acontece como qualquer outro produto industrializado, mas com pessoas e pontos específicos para adquirir essas espécies por um baixo valor real, principalmente se comparado a outras partes do Amazonas, como Tefé e propriamente Manaus, onde a fiscalização é mais assídua e a facilidade de encontrar essas espécies é bem mais restrita, além de alto custo, limitando assim o público que poderá comprar algum quelônio. E o período do ano remete a disponibilidade e facilidade de encontrar esses indivíduos disponíveis no mercado. O gráfico do destaque para as principais espécies comercializadas, evidenciando a tartaruga no topo, devidamente pelo tamanho e preço no mercado, mas as que se destacam como mais apreciadas são o tracajá e iaçá, sobre a tartaruga (Figura 12), um dos pescadores falou seguinte:

“a tartaruga, o povo gosta de comprar mais para as festas né, porque ela é maior e tem bem mais carne, mas ela também é muito enjoenta, você come só um pouquinho e não quer mais, porque ela é muito gorda, principalmente na seca, mas é a que mais vendemos né, porque é a que tem mais, mas o pessoal gosta mais da frangota né, pra comer assada, é melhor, a grande é melhor o batido no casco” (Entrevistado B, 2024).

Enfatizando que das espécies destacadas a tartaruga é mais abundante, mas não a mais querida pela população.

Figura 12. Principais espécies comercializadas: 1) Catapirí; 2) Tartaruga; 3) laçá; 4) Tracajá.



Fonte: Nascimento (2024).

Corroborando com o gráfico, a ilustração acima destaca as principais espécies comercializadas em Itamarati, onde a 1) remete-se a espécie de capitarí, que apesar de ter um tamanho expressivo, sendo menor apenas do que a tartaruga não é tão valorizada, 2) uma tartaruga média, chamada também pelos pescadores como frangota de tartaruga, não botadeira, 3) a laçá que junto com o tracajá é uma das mais valorizadas e 4) o tracajá, que já tem sua espécie mais escassa do que as demais, principalmente pela procura intensiva por essa espécie específica (Figura 13).

Figura 13. Transporte de Quelônios em Itamarati.



Fonte: Nascimento (2024).

Há ainda fartura dessas espécies na extensão territorial de Itamarati que é coberta em todo seu território pela bacia do Rio Juruá faz a população não se limitar ao consumo ou venda, deixando de lado as legislações específicas, apesar de muitos pescadores já terem tido seus utensílios apreendidos durante os períodos de fiscalização no município, quando ocorrem, onde responsáveis pelo IBAMA vem fazer essas fiscalização, mas por conta dos moradores nunca ouve incidentes do tipo, o que faz ser frequente na cidade, ver pessoas passando de moto com quelônios em sacos de plásticos ou nas costas quando se trata de uma tartaruga grande, além de se ver com facilidades os moradores assando em seus quintais, quase sempre em frente suas casas (Figura 14), onde algumas frangotas de tartarugas são assadas sem nenhum receio por um morador, conforme destacado na fala de um dos pescadores destacada acima.

Figura 14. Tartarugas sendo assadas em frente a uma residência.



Fonte: Nascimento (2024).

A questão cultural e comercial no município de Itamarati é um ponto de destaque quando analisamos o extrativismo de quelônios praticado por pescadores, principalmente. Essa atividade antecede a chegada dos primeiros habitantes nesse território, sendo os animais fundamentais para sobrevivência dessas populações. A forma como a população se relaciona com esses animais é diferente de outros lugares do Amazonas, principalmente devido à ainda grande presença dessas espécies na bacia do Rio Juruá e à prática de conservação realizada nos tabuleiros pelos comunitários responsáveis. O comércio e, conseqüentemente, o consumo acontecem livremente, independente do poder aquisitivo, é possível comprar facilmente espécies de quelônios para apreciar seu sabor, principalmente pelo baixo preço na cidade. Essa situação se justifica pela facilidade de obtenção e pela quantidade ainda disponível. Diferentemente de outros lugares do Amazonas, algumas espécies são mais apreciadas e desejadas. A tartaruga, por exemplo, quando se trata de um indivíduo adulto, é mais procurada para grandes eventos, onde a família se reúne ou em outras ocasiões, como aniversários, festejos, entre outros encontros (Figura 15).

Figura 15. Tartarugas adultas usadas em festejo.



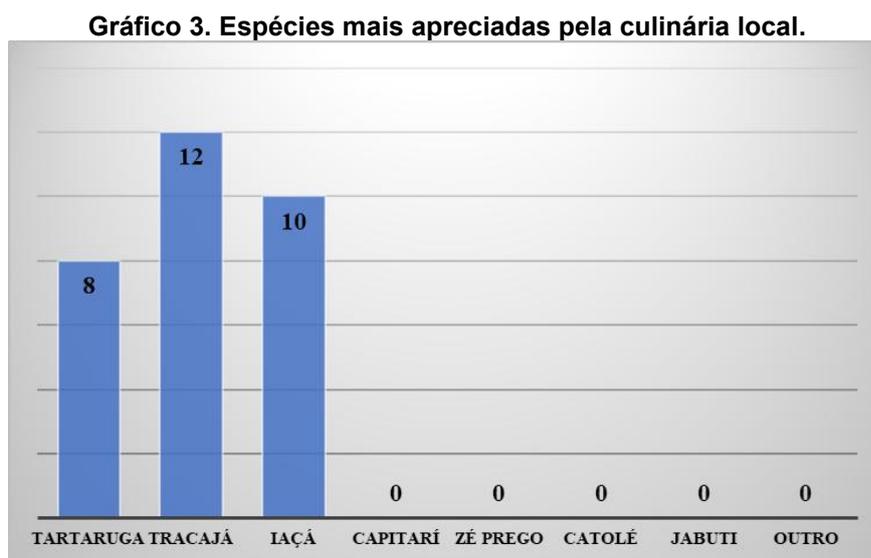
Fonte: Nascimento (2024).

Assim, conforme já destacado, a tartaruga configura-se como uma das principais espécies do mercado, tanto pelo seu tamanho e valorização econômica quanto pela sua abundância na região. Essa espécie se destaca devido à quantidade de ovos que cada indivíduo põe durante a desova, o que a faz sobressair em relação às demais espécies, como o tracajá (*Podocnemis unifilis*) e a iaçá (*Podocnemis sextuberculata*).

A Tartaruga-da-Amazônia é altamente valorizada não só por sua carne, mas também pelos seus ovos, que são considerados uma iguaria em muitas comunidades ribeirinhas. A capacidade de cada fêmea de depositar grandes quantidades de ovos aumenta significativamente a disponibilidade desses produtos no mercado, contribuindo para sua predominância comercial.

Embora a tartaruga não seja considerada a mais saborosa pelos entrevistados, sua importância econômica é indiscutível. A carne de tartaruga é amplamente consumida em diversas preparações culinárias, variando de assados a caldeiradas. Além disso, os ovos são frequentemente utilizados em receitas tradicionais, realçando o valor cultural dessa espécie.

A comparação com outras espécies, como o tracajá e a iaçá, ressalta ainda mais a posição dominante da tartaruga no mercado local. O tracajá, por exemplo, também é uma espécie de interesse comercial, mas a quantidade de ovos por desova é menor em comparação com a tartaruga. Da mesma forma, a iaçá possui uma menor taxa de reprodução, o que limita sua abundância e disponibilidade no mercado (Gráfico 3).



Fonte: Nascimento (2024).

Conforme evidenciado acima, a tartaruga, tracajá e a iaçá ocupam uma posição central no comércio e consumo de quelônios na região, sendo as três mais comercializadas e consumidas, apesar das preferências de sabor apontadas pelos consumidores. Esse destaque comercial é reflexo de sua alta taxa de reprodução e da efetiva gestão comunitária dos recursos naturais, que tem permitido a sustentabilidade da espécie ao longo do tempo e permitido que ainda tenha em abundância para sustentar o mercado.

Adicionalmente, é importante mencionar os esforços de conservação realizados pelas comunidades locais. A proteção dos tabuleiros de desova, a fiscalização contra a caça ilegal e as iniciativas de manejo sustentável por meio dessa prática de conservação têm sido fundamental para manter as populações de tartarugas estáveis. Esses esforços garantem não apenas a disponibilidade contínua dos quelônios para consumo e comércio, mas também a preservação de um recurso natural vital para a cultura e economia da região.

Nesta perspectiva, os quelônios amazônicos representam um elemento chave no equilíbrio entre a conservação e uso sustentável dos recursos naturais na

Amazônia. Sua importância transcende os aspectos econômico, incorporando-se profundamente nas práticas culturais e na subsistência das populações ribeirinhas, que dependem dessa espécie para a sua alimentação e geração de renda.

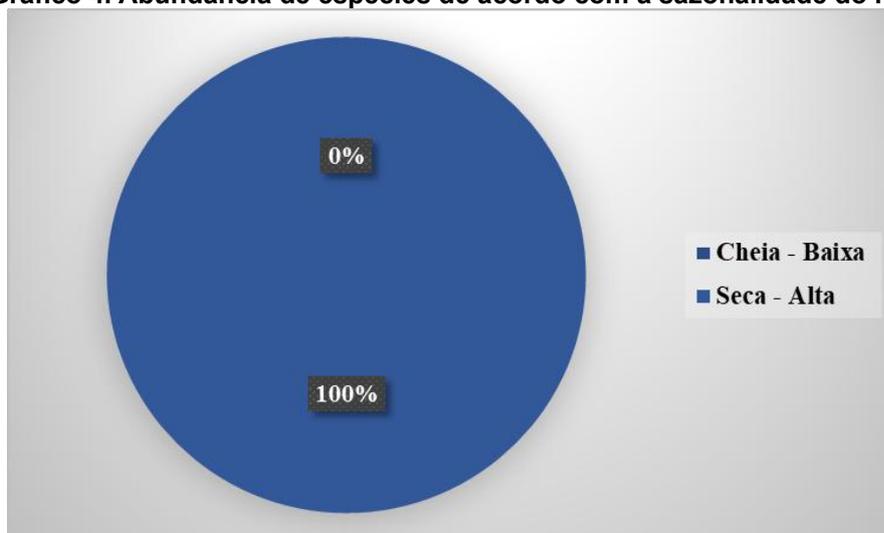
2.5. Média de preços no mercado local

As médias de preços das espécies de quelônios no município de Itamarati acompanham a sazonalidade do rio, que dita o ritmo de vida dos povos amazônicos que estão territorializados em suas margens. Existem dois períodos bem definidos para a região do médio Juruá, que os povos chamam de seca e cheia. A seca é o período da fartura, quando todos podem pescar grandes quantidades de peixes com facilidade, durante as piracemas, principalmente. Em Itamarati, por conta de boa parte da cidade estar em relevos elevados, é possível ver facilmente um pescador do outro lado do rio apanhando peixe de sua malhadeira na praia durante o período da seca.

O período da cheia, por outro lado, é o período em que tudo é mais difícil. É a época de utilizar a produção de farinha feita na seca, porque nem todos plantam na terra firme ou tem roçados. Os peixes adentram os grandes lagos, o que dificulta a sua captura, e esses lagos são pressionados pelos pescadores, até mesmo os reservados, causando conflitos entre moradores da cidade e os ribeirinhos, e muitas vezes com os famosos barcos peixeiros, que vêm de outros municípios, principalmente de Eirunepé, Envira e Feijó, aumentando ainda mais os conflitos nessas áreas.

Da mesma forma, para as espécies de quelônios não é diferente. Sua grande fartura, conforme relatado pelos pescadores, ocorre durante o período da seca. É uma espécie que não necessita de nenhuma ferramenta ou utensílio para ser capturada durante um certo período do ano. Esse período é tão esperado por aqueles que pescam para vender e por aqueles que apreciam a saborosa carne desses indivíduos. Durante o período da desova, os quelônios ficam vulneráveis ao subir à praia, o que facilita sua captura por qualquer pessoa. Isso ocorre quando o pescador ou apenas mais um caçador dessas espécies fica à espreita nas margens do rio ou ao lado do barranco, esperando até o animal subir.

Abaixo destacamos a percepção dos pescadores e demais moradores entrevistados sobre qual período é mais abundante em quelônios, mais fácil de pescar, comprar e consumir (Gráfico 4).

Gráfico 4. Abundância de espécies de acordo com a sazonalidade do rio.

Fonte: Nascimento (2024).

Já no período da cheia, os preços tendem a subir, pela dificuldade de capturá-los, quando entram nos lagos para se alimentar, mas também é um momento em que acontece uma das caças predatórias responsáveis pela sobrepesca dessas espécies, conforme será destacado no próximo tópico.

Assim, além dos dois grandes períodos definidos, a Seca e a Cheia, existe ainda a vazante e a enchente, conforme o calendário natural dos próprios comunitários, períodos que ditam os modos e vida e de produção dessas pessoas, além de intensificar suas territorialidades, o calendário abaixo (Quadro 3) destaca os períodos definidos para o Médio Rio Juruá.

Quadro 3. Ciclo hidrológico na região do médio Juruá.

Fase do Ciclo Hidrológico	Período
Enchente	Novembro a janeiro.
Cheia / Alagado	Fevereiro a abril.
Vazante	Maio a julho.
Seca	Agosto a outubro.

Fonte: Pescadores entrevistados, Itamarati, Amazonas (2024)

Dessa forma, para fazer a classificação dos preços das principais espécies comercializadas no município de Itamarati, foram realizadas entrevistas e questionários com os pescadores e compradores, e assim foi possível fazer o balanceamento dos dados e construir uma amostra abaixo (Quadro 4), uma para cada grande período do ano, a seca e a cheia.

Quadro 4. Média de preços dos principais Quelônios comercializados em Itamarati durante o período da seca agosto a outubro.

Espécies	Preço / Média	Período / Seca
Tartaruga	R\$ 150 à 200 G	Seca

Tracajá	R\$ 80 à 110 G	Seca
laçá	R\$ 10 à 20 G	Seca
Capitari	R\$ 20 à 50 G	Seca
Zé Prego	R\$ 6 à 10 G	Seca
Catolé	R\$ 3 à 6 G	Seca
Jabuti	R\$ 30 à 80 G	Seca

Fonte: Nascimento (2024).

Nesta perspectiva, percebe-se que a tartaruga por ser a maior espécie de quelônio entre as demais encontradas na região do Rio Médio Juruá, e especificamente as destacadas na tabela tem um maior valor no mercado no Município de Itamarati, considerando a quantidade encontrada durante o período da seca, momento em que existe uma grande fartura dessas espécies e é possível ver com frequência pelas ruas do município os moradores passando com elas de moto ou carro tranquilamente, sem receio nenhum, e nesse momento elas são encontradas em média de 150 a 200 reais, dependendo de quem você compra, se for de uma pessoa próxima, amigo ou familiar que faça essa prática é possível comprar bem mais barato, destaca-se o valor da tartaruga grande, a média e pequenas, conhecidas também como frangotas, que ainda não desovam são encontradas entre 40 a 100.

A tartaruga, apesar de não ser a mais apreciada é muito consumida e procurada para grandes eventos, aniversários, casamentos, festas e outros momentos que reúnam mais do que uma família, pelo motivo de ela ter bem mais carne do que as demais espécies, e dela ser feito o tão conhecido “batido da tartaruga”, conhecido em outras regiões como sarapatel.

O tracajá tem seu preço no período da seca 80 à 110 reais, destaque para o tracajá grande, essa que é uma espécie muito procurada por todos, o que levou ao ponto de os próprios pescadores relatarem que já não tem tanto como alguns anos atrás, devidamente pela grande procura, essa espécie é preparada também em forma de batido, feito no próprio casco do animal, cozido e assado inteiro, para região retirando apenas as partes não comestíveis, o que em outras partes da Amazônia existem outras formas de preparo diversificado. A laçá, assim como o tracajá destaca-se como uma das principais espécies consumidas e procuradas, e tem seu preço em média entre 10 e 30 reais, dependendo do tamanho e do período que irá comprar.

No período da cheia do rio, assim como mostra o Quadro 5 de preços as espécies ficam mais cara para quem as compra e mais difícil de encontrar pela dificuldade que os pescadores e extratores tem para capturar essas espécies nesse

momento, devido principalmente pelo rio está cheio e os lagos cobertos, o que faz as espécies se espalharem e dificultarem a sua captura, além de ser um momento que as mesmas tem abundancia de alimentos, como postos pelos pescadores “é o momento de engorda” de todas as espécies, que comem bastante frutas e outros vegetais.

Quadro 5. Média de preços dos principais Quelônios comercializados em Itamarati durante o período da cheia fevereiro a abril.

Espécies	Preço / Média	Período / Cheia
Tartaruga	R\$ 180 à 280 G	Cheia
Tracajá	R\$ 90 à 150 G	Cheia
laçá	R\$ 15 à 25 G	Cheia
Capitarí	R\$ 30 à 80 G	Cheia
Zé Pregó	R\$ 6 à 10 G	Cheia
Catolé	R\$ 3 à 6 G	Cheia
Jabuti	R\$ 25 à 60 G	Vazante

Fonte: Nascimento (2024).

Dessa forma, percebe-se que tem uma pequena alternância nos preço nos períodos destacados, apesar de não ter uma variabilidade significativa, principalmente se comparado a outros lugares do Amazonas, mas é nítido que o período da cheia traz consigo um aparato de desafios para os povos amazônicos, principalmente os residentes nas comunidades rurais, que ditam o seu ritmo de vida e se adaptam conforme os movimentos naturais, e o período da cheia requer uma readaptação quase que geral, desde a simples territorialidades aos grandes movimentos territoriais, quando algumas dessas comunidades encontram-se me terra firme e precisam migrar suas casas por conta do fenômenos das terras caídas (Figura 16).

Figura 16. Fenômeno de Terras Caídas na Comunidade Canta Galo, próxima ao Walter Bury.

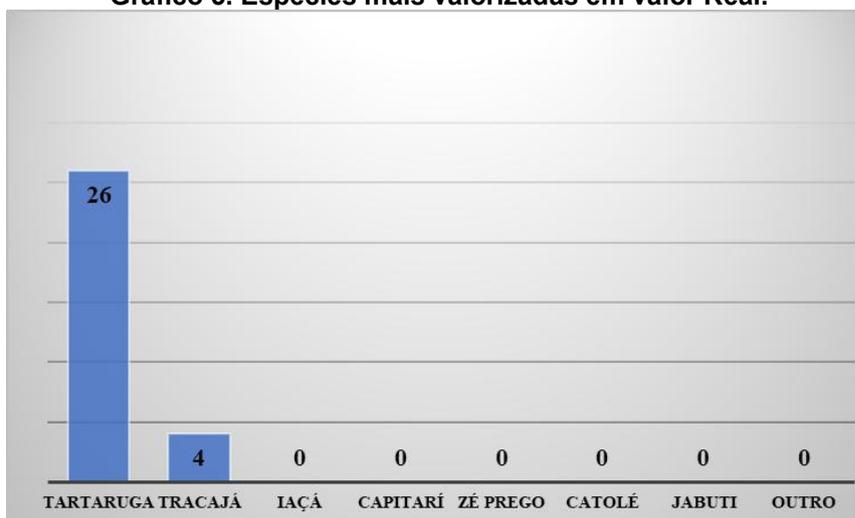


Fonte: Nascimento (2024).

Sobre essa alternância nos preços ligado ao movimento das águas Pinto (2017, p. 50), destaca que “a relação entre a caça e a pesca é fortemente influenciada pela sazonalidade dos rios, influenciando a oferta de preços”.

E acompanhando o ritmo das águas, acompanha o preço dos produtos extraídos da natureza, seja animal ou vegetal, conforme já destacado nas tabelas e propriamente no texto, onde os preços dos quelônios também acompanham esse ritmo, que vai desde o preço a abundância de espécies disponíveis para aqueles que apreciam como parte de um culinária rica a saborosa, tendo a tartaruga e consequentemente o tracajá como as duas espécies mais valorizadas em números reais (Gráfico 5), a tartaruga se sobressai sobre as demais principalmente pelo seu tamanho.

Gráfico 5. Espécies mais valorizadas em valor Real.



Fonte: Nascimento (2024).

Assim, conforme o gráfico é possível analisar a variabilidade dos preços dos quelônios conforme a sazonalidade do rio. Durante o período de seca, quando as praias ficam expostas e o nível do rio diminui, a abundância de quelônios aumenta. Essa sazonalidade favorece tanto os pescadores quanto os consumidores, pois a oferta elevada reduz os preços, tornando esses animais mais acessíveis para a compra.

Com isso, a sazonalidade do rio influencia diretamente a economia local e a disponibilidade de quelônios. As variações nos preços refletem a dinâmica natural do ambiente e a adaptação das comunidades ribeirinhas às condições impostas pelos ciclos de seca e cheia. Compreender essa sazonalidade é crucial para a gestão

sustentável dos recursos naturais e para garantir a segurança alimentar das populações que dependem dos quelônios como fonte de proteína e renda.

Vale destacar que, além do movimento das águas, a abundância desses indivíduos vai ditar o seu preço no mercado, considerando que as populações de quelônios são mais abundantes em algumas regiões do Amazonas e em outras não. O consumo e a procura variam conforme o índice populacional de cada município, ou seja, quanto mais pessoas em um dado território, maior será a procura e o consumo. Por exemplo, no município de Tefé, onde o naturalista e explorador Henry Walter Bates fez um importante estudo durante sua estadia (1850 a 1859) sobre a abundância dessas espécies e detalhou como eram utilizadas como um dos principais recursos alimentares naquele momento, o que fez diminuir drasticamente o número das espécies. Tefé tem quase 10 vezes mais habitantes do que Itamarati.

Para fazer uma análise comparativa do preço das principais espécies (Quadro 6), foram procurados alguns pescadores que ainda vendem essas espécies no mercado no município. Contudo, o comércio é direcionado a um público específico, pelo alto valor desses indivíduos no território tefeense. Não é qualquer pessoa que pode pagar por um quelônio, especialmente a tartaruga, que é a maior das espécies, tornando o comércio muito valorizado.

Quadro 6. Média de preços dos principais Quelônios Comercializados em Tefé, Amazonas.

Tartaruga	R\$ 600 à 800 G	Cheia e Seca
Tracajá	R\$ 300 à 400 G	Cheia e Seca
Iaçá	R\$ 40 à 70 G	Cheia e Seca
Capitarí	R\$ 180 à 200 G	Cheia e Seca
Zé Prego	R\$ 160 à 190 G	Cheia e Seca
Catolé	R\$ 25 à 40 G	Cheia e Seca
Jabuti	R\$ 180 à 200 G	Cheia e Seca

Fonte: Nascimento (2024).

A análise e comparação entre os quadros nos fazem refletir sobre a valorização e abundância dessas espécies de animais ao longo do território amazonense, além de considerar a importância dos tabuleiros no processo de conservação dessas espécies. Sem essas ações, algumas delas já teriam desaparecido, mas graças à corrida pela conservação e as comunidades envolvidas, os quelônios tiveram suas populações reestabelecidas, pelo menos em algumas áreas da região. O mercado e a procura por esses animais estão atrelados ao processo de urbanização e desenvolvimento de cada município, além da disponibilidade dessas espécies. Por

exemplo, uma tartaruga em Tefé é vendida a um preço quase quatro vezes maior do que em Itamarati, indicando uma alta valorização comercial e, conseqüentemente, cultural, além de refletir a importância culinária na região. No entanto, no mercado de Tefé, não é qualquer pessoa que pode comprar esses animais, restringindo o público a uma pequena minoria da população. Até mesmo os pescadores, quando capturam uma dessas grandes tartarugas, preferem vendê-las para gerar renda em vez de consumi-las.

O período no qual foi realizada a primeira etapa do campo no município de Itamarati, Amazonas, tanto na sede do município quanto nas três comunidades já citadas neste texto, nos possibilitou avaliar de perto aquilo que a população amazônica já conhece e que foi mencionado acima. Durante o período da cheia, há escassez de alimentos, sejam peixes ou carne de caça, especialmente nesses municípios com menor índice populacional e que não dispõem de uma organização de produção ou incentivos por parte da gestão para influenciar os agricultores e/ou pescadores a passar grande parte do tempo em busca de produtos da natureza para abastecer o mercado local, o que não se observa (Figura 17). A visita ocorreu no mês de abril, quando o Rio Juruá estava cheio, apresentando uma paisagem totalmente distinta do que se encontraria durante o verão.

Figura 17. Mercado municipal de Itamarati, Amazonas.



Fonte: Nascimento (2024).

O município dispõe de um mercado e uma feira municipal, que deveriam receber a produção e, principalmente, o pescado dos moradores para serem comercializados nesses pontos. No entanto, durante a estadia no município e em conversa com alguns moradores e pescadores, constatou-se que isso não ocorre como esperado, ou ocorre com pouca frequência e com poucos produtos disponíveis, especialmente pescado.

No mercado municipal, são vendidas carne bovina e suína, além de alguns outros produtos. Foi possível observar também alguns produtos da agricultura familiar, como mamão, macaxeira e banana, mas em pequenas quantidades, assim como o famoso açaí, que também estava disponível em pequena quantidade, apenas em uma pequena caixa de isopor.

Na feira municipal (Figura 18), nos dias observados, havia apenas alguns produtos da agricultura familiar, em pequena quantidade, sem variedade ou abundância.

Figura 18. Feira coberta em Itamarati, Amazonas.



Fonte: Nascimento (2024).

Em conversa com um dos moradores presentes durante as visitas, aqui perguntei-lhe por que estava ruim de peixe e por que quase não os encontrávamos na feira ou no mercado. Ele respondeu:

“ah, durante a cheia é assim mesmo, muito ruim de peixe, quase não aparece pra vender, muitos pescam, mas para o consumo próprio, e quando pescam pra vender não dá tempo nem chegar na feira, porque o pessoal já ataca o

pescador na beira mesmo, compram tudo antes de chegar na feira”, aí fica muito difícil de encontrar e comprar” (Entrevistado C, 2024).

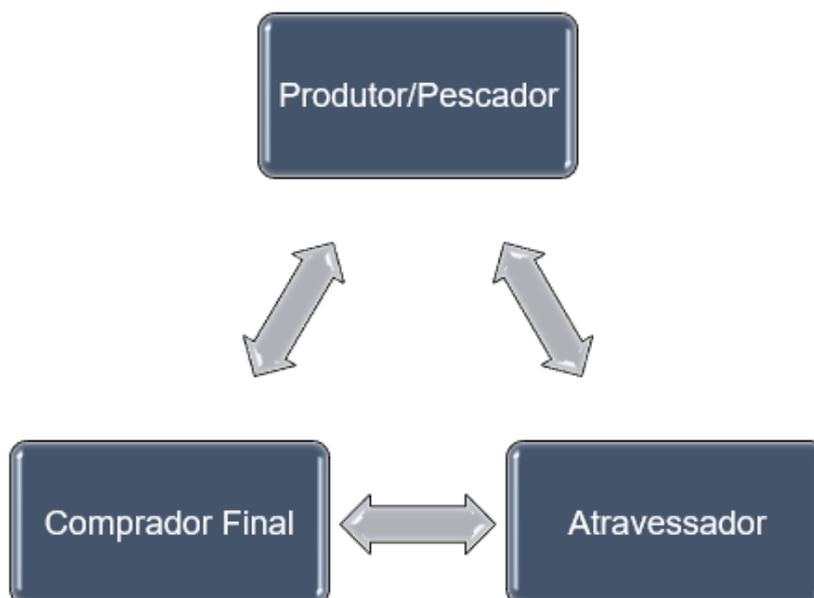
A fala foi uma experiência vivida no município, onde se observou um morador passando com uma sacola de peixe. Perguntei-lhe onde estavam vendendo, e ele respondeu que era no porto da cidade. Fui rapidamente até o local, mas ao chegar lá, já não havia mais peixes disponíveis. O pescador comentou: "*não deu nem pra quem quis*", expressão usada para se referir a uma venda muito rápida.

Sobre a escassez de peixe e indisponibilidade de encontrar, um pescador falou o seguinte:

“tem muita gente que já deixa encomendado, ou seja, paga antes de a gente ir pescar e trazer o peixe, assim, já garante o peixe, tem vezes que já chegamos com o pescado todo vendido, chegamos e só entregamos, tiramos só um pouquinho pra nós mesmo” (Entrevistado D, 2024).

A rede de informações e conversas nos levou a um dos pontos onde dificilmente falta peixe de alguma espécie, quelônios e carne de caça, um famoso "atravessador", que possui um flutuante próprio na margem do rio do município. Esse flutuante está estrategicamente localizado para facilitar a compra dos produtos advindos dos pescadores e agricultores, bem como a venda para os munícipes e demais residentes no município.

Fluxograma 5. Rede de comércio.



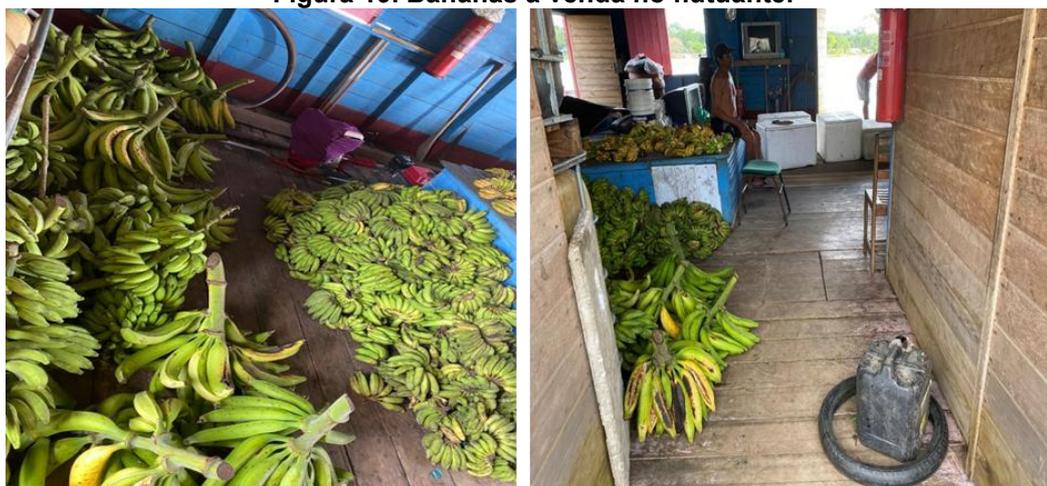
Fonte: Nascimento (2024).

Na ocasião, fizemos três visitas a este flutuante, onde o responsável se mostrou muito receptivo e carismático, além de ser um grande conversador, "com uma verdadeira lábia de vendedor". O flutuante estava sempre movimentado, com a presença de outras pessoas, amigos do proprietário, pescadores ou compradores. Ao ser perguntado sobre o que ele vendia, ele respondeu:

“aqui eu vendo tudo que aparece, carne de caça, peixe de toda qualidade, quelônios, banana e tudo que que aparece mais, mas agora tá meio difícil, por conta da cheia, aí fica difícil, mas eu sempre tenho alguma coisa pros clientes” e os quelônios? Os quelônios tá mais difícil ainda, tá aqui dois pescadores, que nem foram mais atrás porque não conseguiram pegar da última vez e só deram viagem perdida, talvez você encontre na volta (um bairro da cidade) ou na rua do hotel” (Entrevistado E, 2024).

Nesse momento ele citou alguns nomes já conhecidos, como quem diz, se essas pessoas, pescadores não tiver ninguém tem, ainda mais no momento em específico (Figura 19).

Figura 19. Bananas a venda no flutuante.



Fonte: Nascimento (2024).

Os pescadores presentes comentaram sobre a captura e comércio de quelônios nesse período, mencionando que na cheia é mais difícil. Apesar de haver disponibilidade, é mais complicado. Eles afirmaram que algumas pessoas/pescadores específicos sempre têm quelônios, independentemente da época do ano, pois conhecem os responsáveis pelos tabuleiros e lagos. Isso facilita a entrada desses pescadores específicos nesses lagos preservados.

Esse cenário revela um conflito encontrado no campo da pesquisa. Alguns autores envolvidos no estudo em campo apontam que os responsáveis pela proteção e preservação desses animais são os primeiros a capturá-los para o comércio. Por outro lado, esses responsáveis alegam que "os pescadores da cidade são os que mais

pescam e querem invadir os tabuleiros e lagos preservados". Esses conflitos existem tanto no discurso quanto na prática, como mencionado por um deles "esses donos de lagos são os primeiros a pegar pra vender, e dizem que preservam e cuidam, eu já pesquei em um desses lagos na cheia, porque era onde tinha peixe, se não for lá, onde a gente vai pescar? E só saí de lá porque eles foram me expulsar e eu não quis causar confusão, porque eu só estava pescando pra comer" (Entrevistado F, 2024), aumentando aqui a necessidade da criação de um acordo de pesca urgente.

No flutuante, foi possível fazer algumas observações e coletar dados importantes. A foto mostrada acima ilustra uma grande quantidade de bananas, o que não se observou na feira ou no mercado municipal. Havia desde a banana comprida (*Musa paradisiaca*) até a banana maçã (*Musa spp*), com os preços variando de acordo com a qualidade e o tamanho. Ao ser perguntado sobre a origem dessa produção de banana, ele respondeu que a grande maioria é comprada do pessoal que mora nos seringais, mas também adquire de moradores da cidade que têm seus roçados nos seringais. Esses produtores fazem sua colheita em seus seringais de origem ou em alguma localidade próxima da cidade.

Nessa ocasião, aproveitamos para perguntar-lhe sobre o preço dos produtos (bananas). Ele informou que os cachos de banana grande são os mais caros, variando entre 20 e 50 reais, dependendo do tamanho do cacho. Os maiores cachos geralmente custam entre 40 e 50 reais. Já os cachos de banana pequena são mais baratos e, na maioria das vezes, vendidos em palmas. Nesses casos, o cacho é separado e vendido por palma. Dependendo do tamanho, um cacho grande pode ter até 10 ou mais palmas, e um desses cachos de banana pequena é vendido entre 20 e 30 reais. Cada palma, dependendo do tamanho, varia entre 3 e 10 reais, com o preço ajustado conforme o tamanho e a aparência da banana. Como disse um comprador na ocasião, "*essa tá bonita, vou querer ela*" (Figura 19).

Figura 20. Pirarucu sendo comercializado.



Fonte: Nascimento (2024).

Outro produto encontrado sendo comercializado no flutuante em questão foi o peixe pirarucu, muito conhecido e apreciado na região, principalmente pela sua saborosa carne e pelo preço relativamente baixo. Além disso, praticamente nada do peixe é desperdiçado, pois ele tem poucas espinhas, especialmente nas partes mais vendidas, como a ventrecha.

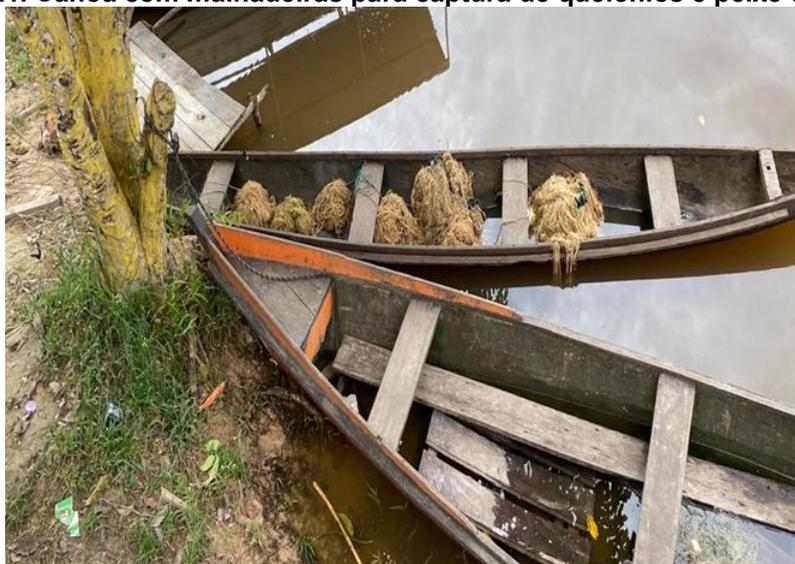
Na ocasião, havia pirarucu fresco, sem nenhum produto em sua carne e sem ter passado por nenhuma transformação, e pirarucu seco, que passa pelo processo de secagem com o uso unicamente de sal e exposição ao sol durante alguns dias, até que sua carne fique dourada, capaz de aguentar vários dias em qualquer ambiente. Essa técnica é amplamente utilizada pelos povos amazônicos residentes nos seringais, especialmente aqueles distantes do centro urbano, que não dispõem de luz elétrica e utilizam essa prática para conservar tanto o pescado quanto a carne de caça.

O quilo do pirarucu fresco estava sendo vendido a 12 reais. As partes principais, como a ossada, costela e espinhaço, eram vendidas a 6 reais o kg, mas não estavam disponíveis no momento. Enquanto isso, o pirarucu seco estava sendo vendido a 16 reais o quilo. Segundo o vendedor, o preço mais alto do pirarucu seco se deve ao maior trabalho para prepará-lo, já que é necessário pescá-lo, prepará-lo e secá-lo antes de chegar ao atravessador e, posteriormente, ao comprador final.

Ainda no flutuante, em uma área mais reservada dentro de um freezer, havia carne de caça, incluindo carne de macaco Guariba (*Alouatta guariba*) e paca (*Cuniculus paca*), que, segundo o proprietário, ficam mais escondidos caso ocorra alguma fiscalização inesperada, o que quase nunca acontece.

Ele menciona que esses produtos são reservados oralmente, e caso o comprador se interesse, ele mostra o produto, da mesma forma que faz com as espécies de quelônios, principalmente a tartaruga, tracajá, iaçá e capitari. Na ocasião, o macaco estava sendo vendido por R\$ 70,00 e a paca, como só havia um quarto, estava sendo vendida por R\$ 30,00. Sobre a disponibilidade de carne de caça, ele disse que em certos períodos há bastante, e de diversas variedades, mas que não é tão comum; apenas pessoas específicas vendem para ele em períodos específicos.

Figura 21. Canoa com malhadeiras para captura de quelônios e peixe de couro.



Fonte: Nascimento (2024).

Durante uma das visitas, foi possível observar próximo ao flutuante várias canoas, sendo que uma delas estava equipada com um utensílio de pesca conhecido na região como malhadeira ou caçoeira. Essas ferramentas são utilizadas para a captura de quelônios e peixes de porte maior, como peixes de couro, o próprio pirarucu e o tambaqui. Feitas de linha de nylon, as malhadeiras são confeccionadas para espécies específicas conforme o interesse do pescador, sendo disponíveis tanto para peixes menores quanto para os maiores.

Ainda no flutuante, o proprietário mencionou que em muitos casos ele arca com as despesas dos pescadores ou caçadores para que estes busquem os produtos para a sua venda. Quando os pescadores retornam, dependendo do sucesso da pesca ou

da caça, ele desconta o valor das despesas e compra o restante do que foi capturado. Em geral, os pescadores preferem vender tudo o que conseguem, pois muitos deles não têm recursos para cobrir os custos de deslocamento até locais distantes, principalmente devido ao alto custo do litro da gasolina no município, que custa R\$ 10,00. Por esse motivo, muitos pescadores e produtores rurais adaptam seus motores para utilizarem gás como combustível, pois, segundo eles, o gás dura bem mais do que a mesma quantidade de gasolina pelo valor de uma botija cheia.

Seguindo a rede de informações coletadas, chegamos a um dos extrativistas de quelônios, que também é pescador e agricultor. Todos os entrevistados realizam múltiplas atividades, principalmente influenciados pelo movimento das águas, que determina quais práticas serão realizadas em determinados períodos do ano. Inicialmente, ele se mostrou acessível para conversar sobre o que estávamos buscando, embora tenha sido um pouco reservado nas primeiras interações. Isso nos levou a voltar outras vezes, e a naturalidade do município facilitou o acesso, o que poderia ser mais difícil para pesquisadores de outras localidades. Essa abordagem permitiu que coletássemos as informações necessárias em poucos dias, alcançando sucesso rapidamente.

E nesse momento, perguntamos se o próprio tinha alguma espécie de quelônio disponível pra venda e posteriormente como estava o mercado e a facilidade ou não de capturar esses animais nesse período do ano, ele respondeu o seguinte

“ah não, no momento não tenho nenhum, durante a cheia é bem difícil, mas se eu tivesse eu venderia na hora pra vocês, e quando a gente vai que fazemos uma pesca boa, vendemos bem rápido e quando sobra a gente deixa guardado pra ir vendendo aos poucos, todo mundo sabe que é proibido, já prenderam tudo meu uma vez, mas eu sempre vou né, é assim que a gente faz algum dinheiro, porque era assim que a gente vivia na época do seringal, lá a fatura era sem comparação” (Entrevistado D, 2024).

Nesse primeiro contato, é difícil obter as informações precisas ou fazer com que o próprio pescador fale diretamente sobre tudo. Pode existir receio em discutir algo relacionado a espécies cujo mercado é proibido por lei. No entanto, aos poucos, a conversa foi fluindo e ele nos informou sobre outros pescadores na cidade, residentes em diferentes pontos, e mencionou que ainda há uma abundância de quelônios no município, especialmente durante a seca.

Em meio aos conflitos de opiniões sobre quem são os agentes envolvidos nessas atividades, e quem são os principais pescadores e comerciantes desses

animais, todos concordaram ao abordar o tema dos "tabuleiros" e sua importância. O pescador em questão afirmou o seguinte:

“ah negão, se não fosse esses tabuleiros não tinha mais nada não, apesar de os responsáveis serem os primeiros sem vergonha, é graças a essas reservas que ainda tem tantos bichos de cascos, se não fosse não tinha tanto assim não, e aumentou mais assim graças aos tabuleiros né” (Entrevistado E, 2024).

Foi comentado na conversa sobre os criadores dos próprios munícipes, empresários, autoridades e comerciantes da cidade, além dos depósitos particulares em suas casas ou quintais, onde essas espécies são mantidas e alimentadas para o consumo diário. Dentro de um ambiente com água, esses animais levam mais tempo para morrer. Nessa ocasião, tivemos a oportunidade de presenciar uma caixa com quelônios, uma grande caixa que substitui os famosos currais, os quais foram utilizados por muito tempo e ainda são usados, especificamente adaptada para a zona urbana da cidade (Figura 22).

Figura 22. Quelônios em caixa d'água, reservatório particular.



Fonte: Nascimento (2024).

Na foto em destaque, é possível observar as três principais espécies de quelônios consumidas e comercializadas em Itamarati, Amazonas: a Tartaruga, o laçá e o Tracajá, dentro de uma caixa de água que funciona como um reservatório particular. Isso é comum no município e foi constatado durante o período em campo, como já destacado. Independentemente do poder aquisitivo, é possível consumir e ter esses reservatórios em casa, além de alguns criadores privados não legalizados encontrados no município, principalmente devido ao baixo custo financeiro desses

indivíduos na bacia do Rio Juruá, quando comparado com outras partes do território amazônico e a facilidade para adquiri-los em grandes quantidades.

Dessa forma, compreende-se que o mercado de quelônios em Itamarati é reflexo de uma demanda significativa, onde essas espécies são valorizadas tanto por questões culturais, comerciais e gastronômicas, uma vez que são muito apreciadas no cardápio diário dos itamaratiense.

Nesta perspectiva, para manter o equilíbrio entre consumo e preservação é fundamental pensar nas possibilidades de estabelecer criadores legalizados, vendo-os como fundamental para assegurar que o comércio desses animais seja feito de forma legal e consciente, contribuindo para a conservação das populações de quelônios e pensando o manejo sustentável desses recursos naturais e a preservação do seu ecossistema. Assim, Além de atender à demanda local, os criadores legalizados podem oferecer alternativas educativas e de conscientização ambiental, promovendo práticas que respeitem os ciclos naturais e garantam a continuidade das espécies.

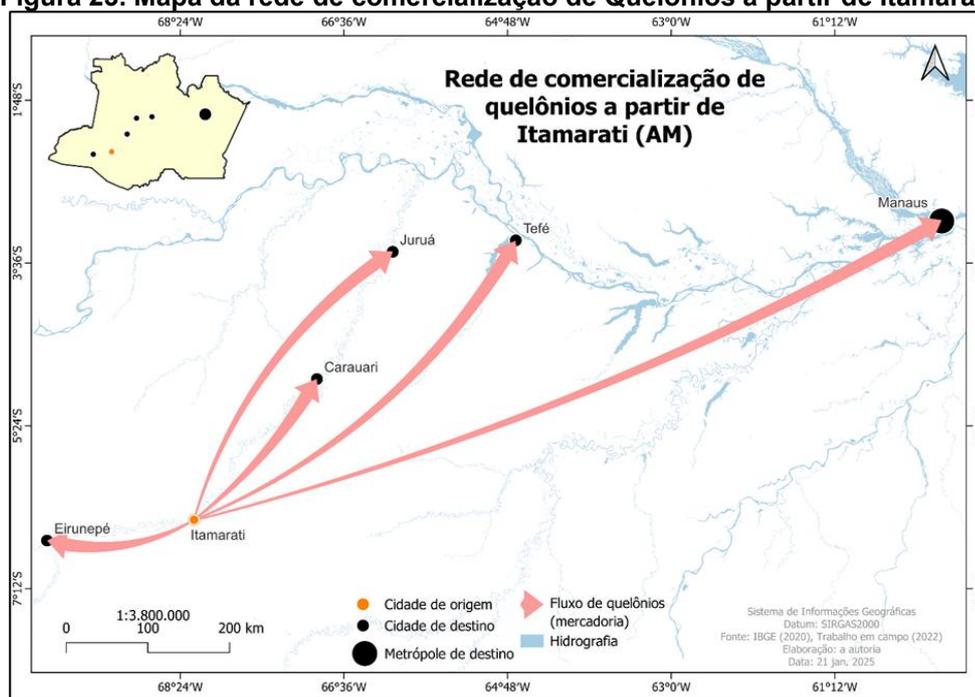
Manter um equilíbrio entre o uso dos recursos naturais e sua preservação é essencial para a sustentabilidade ambiental e para o bem-estar das comunidades locais. Incentivar a legalização dos criadores e promover boas práticas de manejo não apenas protege o meio ambiente, mas também fortalece a economia local de maneira ética e responsável de usar os recursos naturais, além de abrir possibilidades para conservar a manjar outras espécies existentes na extensão territorial do município.

É importante ressaltar que, além da regulamentação, a conscientização da população sobre a importância da conservação dos quelônios é fundamental. Programas educativos e campanhas de sensibilização podem ajudar a mudar comportamentos e promover uma relação mais harmoniosa entre os habitantes locais e a biodiversidade da região, além da valorização das comunidades que exercem essa prática de conservação a muito tempo, configurando-os como os principais agentes nessa corrida para a conservação e manutenção dessas espécies.

Evidenciado ainda que comércio de quelônios no município de Itamarati não se restringe ao âmbito local, estendendo-se para municípios vizinhos e, de forma mais significativa, para Manaus. O transporte é realizado principalmente por pequenas embarcações, aproveitando a malha hidrográfica da região, o que facilita a circulação

entre comunidades ribeirinhas e centros urbanos. Embora não seja uma rede comercial de grande escala, constatou-se, durante os trabalhos de campo e em conversas com pescadores, que existe um fluxo constante e organizado, muitas vezes associado à pesca de subsistência, o que dificulta a fiscalização e o monitoramento por órgãos ambientais (Figura 23).

Figura 23. Mapa da rede de comercialização de Quelônios a partir de Itamarati.



Fonte: Nascimento (2024).

Além da venda direta dos animais, ocorre também a comercialização de subprodutos, como ovos e carne, valorizados tanto para o consumo interno quanto para mercados urbanos. A atividade é influenciada por fatores sazonais, como o nível dos rios, que impacta o acesso aos tabuleiros e o transporte. Esse cenário revela a complexidade do comércio de quelônios e destaca a necessidade de políticas públicas eficazes, tanto para o controle da atividade quanto para a conscientização ambiental, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais da região.

2.6. Métodos e ferramentas de captura de quelônios no médio Juruá

São várias as técnicas e ferramentas utilizadas na captura de quelônios na Amazônia, desde as mais tradicionais, como o arco e flecha, até as mais atuais, empregadas na pesca predatória, como os grandes arrastões e malhadeiras. Dessa forma, para a construção do tópico em questão, foram consultadas obras que, de alguma forma, já discutem esses métodos e técnicas, além das informações obtidas diretamente com os pescadores entrevistados em campo. Esse processo é

fundamental, pois a intenção é descrever os principais métodos e ferramentas utilizados no extrativismo de quelônios na extensão do Rio Médio Juruá, que abrange a área territorial do município de Itamarati, Amazonas.

Malhadeiras – São vários os tipos e tamanhos de malhadeiras, produzidas de linha de náilon e com malhas feitas especificamente para cada espécie. Esse é um utensílio utilizado em quase todos os ambientes aquáticos, como lagos, igapós e rios principais, com exceção de algumas partes do rio com grandes corredeiras. Mesmo assim, é possível adaptá-las com pesos, chumbo ou outros materiais em sua base (corda de baixo), com peso bem superior ao que seria usado em um remanso, paranã, costa de praia, igapó ou lago. As malhadeiras são utilizadas em pescas mais demoradas, diferentemente dos arrastões, uma espécie de malhadeira aperfeiçoada (Figura 24).

Figura 24. Malhadeira.

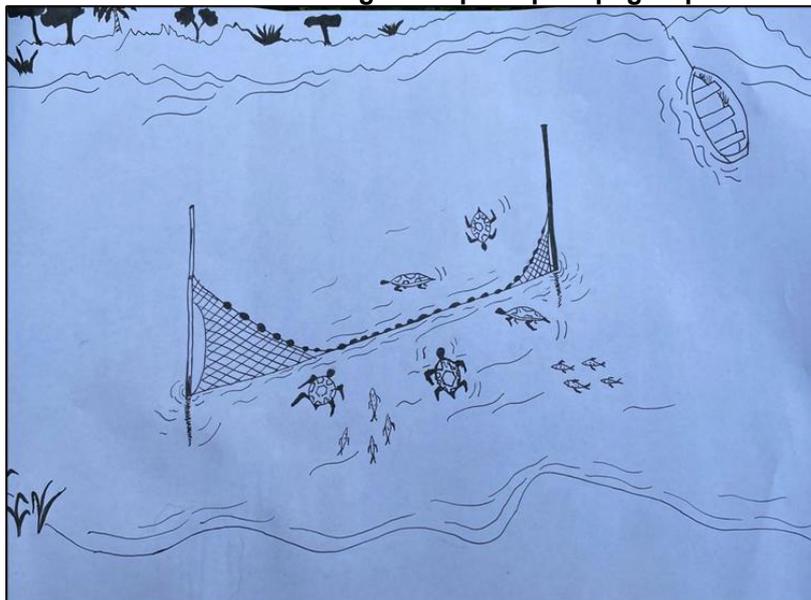


Fonte: Bernhard *et al.*, (2018).

As malhadeiras são armadas principalmente nas margens das praias durante os períodos de cheia, seca e, principalmente, vazante, quando o capim está entrando na água e as espécies de quelônios vêm se alimentar. Elas são posicionadas nas margens dos lagos, dentro dos igapós na seca, quando as espécies estão saindo para o rio, e durante a cheia, quando estão entrando nos grandes lagos e igapós para se alimentar. Conhecida regionalmente como uma pesca de espera e paciência, a prática consiste em armar as malhadeiras e determinar um horário específico para verificar se algum quelônio ou outra espécie foi capturada, evitando que os animais morram e

percam seu valor. Dependendo do tempo de pescaria, os animais retirados mortos terão que ser consumidos ou serão perdidos (Figura 25).

Figura 25. Malhadeira armada na margem da praia para pegar quelônios ou peixes.

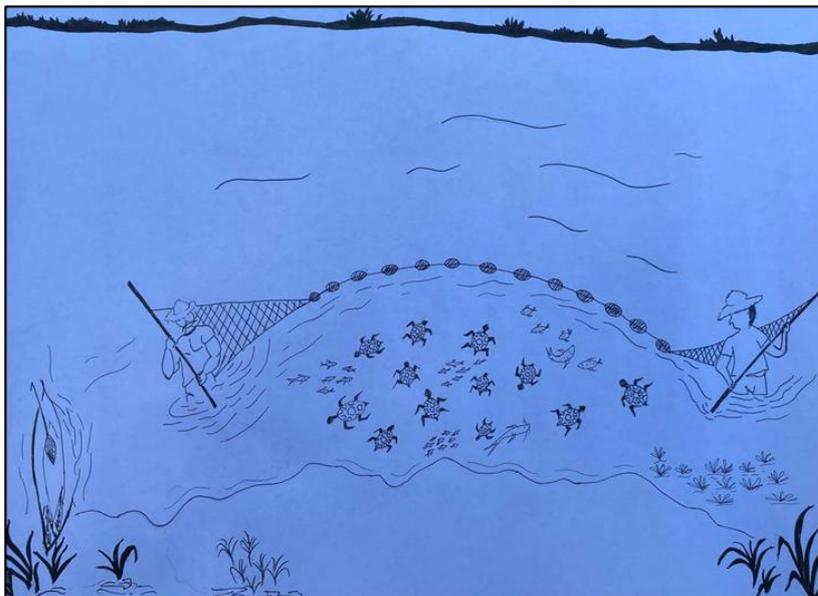


Fonte: Tatiana (2024).

As malhadeiras utilizadas para a captura de quelônios também servem para pegar peixes de porte maior, como peixes de couro, pirarucu e tambaqui, o que torna a prática não unitária, ou seja, a pesca de quelônios quase sempre é associada à pesca de outras espécies. E se configura-se como uma pescaria mais demorada, e como destacado, quase sempre associada a outras atividades, por exemplo, quando os agricultores irão para suas vazantes levam a malhadeira e armam, ou deixam de dormida para olhar no outro dia, o que não precisa de dedicação exclusiva para essa prática.

Arrastões ou redes de arrasto – Sem dúvida, o principal responsável pela pesca em grande quantidade é a pesca predatória, pois os arrastões são utilizados para capturar grandes quantidades de quelônios, sem distinções específicas. Como o próprio termo sugere, os arrastões arrastam tudo o que estiver dentro de seu cerco, como bem destacado nas aventuras de Bates (1979) e Verissimo (1970), as quais foram enfatizadas neste texto (Figura 26).

Figura 26. Arrastão utilizada para fazer arrastadas na margem da praia durante o período de seca.

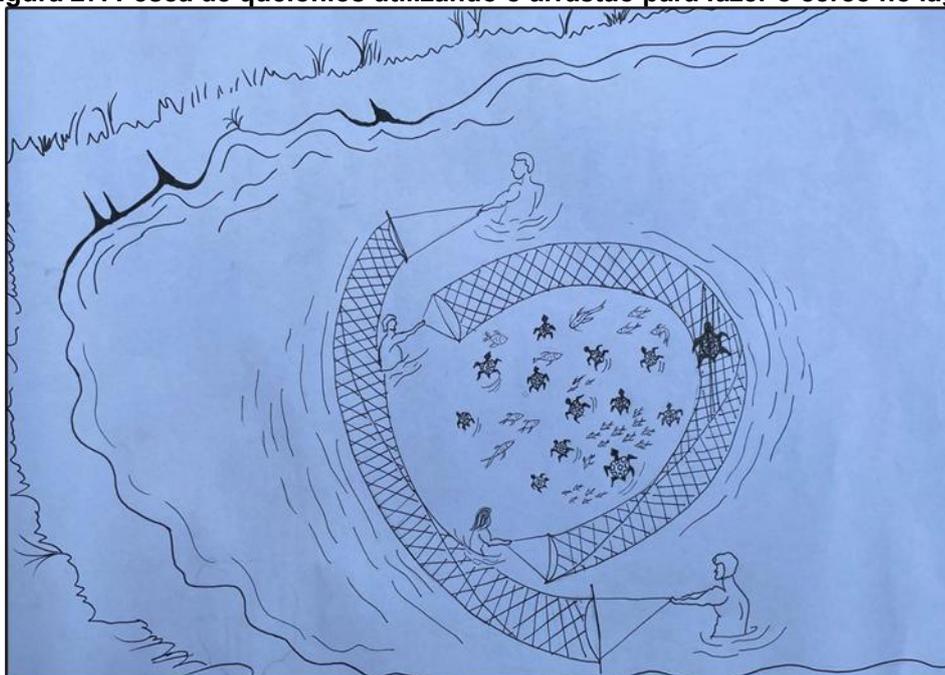


Fonte: Tatiana (2024).

Os arrastões possuem comprimentos e tamanhos de malha distintos. As malhas costumam ter um tamanho médio, pois não precisam necessariamente malhar a espécie; o cerco é feito e arrasta todo e qualquer indivíduo que estiver dentro. São confeccionados com linha de náilon um pouco mais grossa do que a utilizada nas malhadeiras de espera, com o intuito de resistir à força das espécies e evitar que outros animais os perfurem facilmente.

Os arrastões são usados nas praias durante o período de seca e nos lagos, em uma pesca rápida. Dependendo da quantidade de quelônios e outros animais no ambiente, é possível realizar uma pescaria em poucas horas e capturar muitos quelônios e peixes. Na praia, a prática ocorre da seguinte forma: enquanto uma pessoa vai beirando a praia com uma ponta do arrastão, não deixando passar nada pela beira, outras duas vão na canoa soltando o resto do pano e fazendo o cerco. Após terminar, com o arrastão de cerca de 100 ou 50 metros (ou mais, dependendo do movimento de peixes ou quelônios), o cerco é fechado vagarosamente, sem fazer muito barulho para não espantar as espécies. Ao fechar o cerco, as duas pontas do arrastão são puxadas simultaneamente até que todo o pano esteja na praia, trazendo todas as espécies arrastadas, das quais dificilmente muitas escapam (Figura 27).

Figura 27. Pesca de quelônios utilizando o arrastão para fazer o cerco no lago.



Fonte: Tatiana (2024).

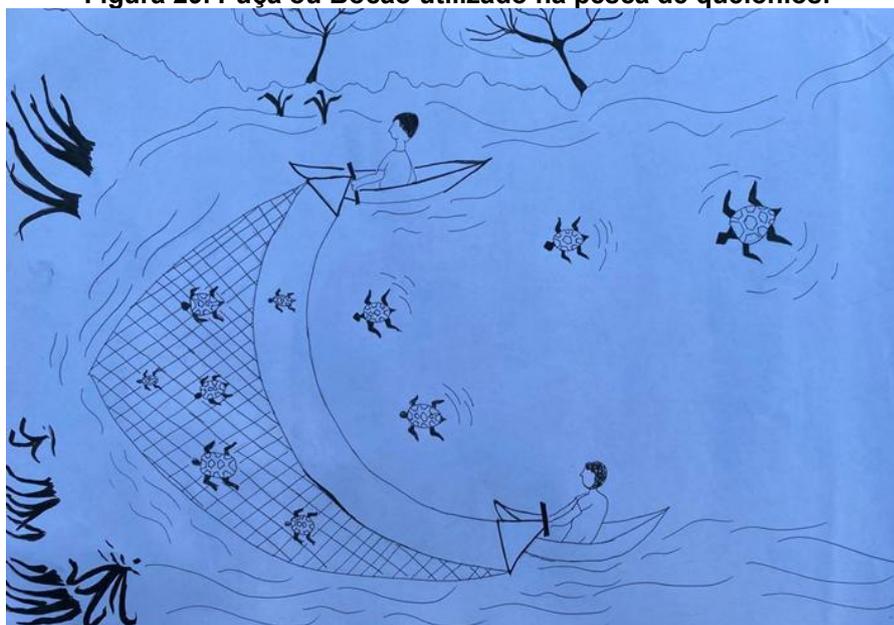
No lago, o procedimento é semelhante, porém usando duas canoas ou por dentro da água arrastando a malhadeira, conforme representado na figura acima, pois as margens não permitem caminhar devido à vegetação densa e restrita. Assim, são usadas duas canoas e cerca de quatro ou cinco pessoas. Enquanto uma canoa mantém uma ponta fixa, a outra, com os pescadores, fecha o círculo até encontrar a base. Em seguida, o cerco é puxado simultaneamente, formando um saco e dificultando a fuga de qualquer espécie. Dependendo da profundidade, o pescador que está com a base (a primeira ponta do arrastão) pode ficar dentro da água para facilitar o arrasto, conforme demonstrado na figura acima. Assim, dependendo da diversidade no lago, o sucesso da pescaria é praticamente garantido, sendo essa uma prática que quase sempre resulta em êxito.

Puçar – Bocão – Classificado também como "Capa Saco" (Bernhard et al., 2018), o bocão é um método de captura de quelônios muito utilizado no Médio Rio Juruá, principalmente durante os períodos de cheia e vazante, quando as espécies estão saindo e entrando nos lagos que fazem confluência com o canal do rio principal (Figura 28).

Figura 28. Capa saco.

Fonte: Bernhard *et al.*, (2018).

O capa saco é uma variação da trammel net e consiste em uma rede de náilon que pode ter diferentes distâncias entre nós e diâmetros do fio, na qual quanto maior for a distância entre nós e mais espesso for o fio, maior será o indivíduo capturado. Em cada extremo da rede existe um pedaço de madeira denominado localmente de calão (50 a 60 cm de diâmetro). Em cada calão se amarra uma corda que fixa a rede numa árvore da beira do rio. Em seguida, são instalados os pesos e boias ao longo da rede, que é solta em um local fundo, de correnteza, formando um saco. Os animais, ao entrarem no saco, não conseguem mais sair devido à força da correnteza” (Bernhard *et al.*, 2018, p. 81) (Figura 29).

Figura 29. Puçá ou Bocão utilizado na pesca de quelônios.

Fonte: Tatiana (2024).

Semelhante ao método utilizado no Médio Juruá, o puçá, ou bocão, é uma técnica de captura de quelônios aplicada prioritariamente na boca dos lagos ou nos sangradores do lago, que são as partes que ligam ao canal do rio principal ou a outro canal. Esse método pode ser realizado amarrando-se as duas pontas de uma grande malhadeira em formato de saco: uma ponta bem submersa, encostada na terra, e a outra ponta na superfície ou parte superior da vara, na margem do lago, com a mesma configuração do outro lado. Também pode ser feito manualmente, com uma pessoa de cada lado segurando a parte superior do bocão.

O nome "puçá" ou "bocão" deve-se ao formato específico da malhadeira quando armada, assemelhando-se a um funil, com a boca maior na parte superior e a parte submersa menor. Isso facilita a entrada dos quelônios, que não conseguem voltar devido à correnteza. Além disso, são colocados pesos na borda inferior do bocão para fixá-lo bem na terra e impedir que os quelônios escapem. O tamanho e a altura variam conforme o interesse de cada pescador e seu poder aquisitivo, pois a confecção dessas malhadeiras específicas tem um custo elevado, assim como os arrastões.

Feiticeira ou Trasmalha “Também conhecida como “transmalha” ou “feiticeira”, a trammel net é composta por três redes de pesca de fio de náilon trançado. As duas redes externas possuem uma distância entre nós (ou tamanho da malha) maior e um fio mais espesso. A rede central tem um tamanho de malha menor e é pelo menos 1/3 mais alta do que as duas redes externas. Dessa forma, as redes externas mantêm-se esticadas e quando um animal passa por elas é capturado pelo saco que se forma a partir da rede interna. A distância entre nós (com a rede esticada) geralmente utilizada para a rede interna é 11, 15, 16, 18, 21 ou 22 cm. A distância entre nós da rede externa varia de 60 a 90 cm. A altura, determinada sempre pelas redes externas, varia de 2,5 a 4,5 m e o comprimento de 40 a 150 metros. A cor do fio de náilon que compõe a rede interna não parece implicar no sucesso de captura em rios de água clara, mas em rios de água escura ou em lagos de várzea com água transparente é preferível que a rede interna seja azul-escuro ou preta, para evitar sua detecção. Na porção superior da trammel net deve haver boias ou cordas flutuadoras para mantê-las suspensas na coluna d’água. Na porção inferior deve haver chumbo em quantidade suficiente para que a trammel net permaneça no fundo do rio/lago quando instalada (Bernhard *et al.*, 2018, p. 80) (Figura 30).

Figura 30. Malhadeira feiticeira.



Fonte: Bernhard *et al.*, (2018).

A feiticeira, uma espécie de malhadeira com três panos em uma única base, recebe esse nome por seu grande sucesso na captura de quelônios. As espécies passam pela primeira malha, maior, mas ficam presas nas menores posteriores. Esses três panos em uma única base têm tamanhos diferentes exatamente para não deixar nenhuma espécie escapar. Esse método é utilizado principalmente para capturar iacá, tracajá e tartaruga. É ideal que sejam armadas ou atadas em águas calmas ou com poucas correntezas, como lagos, igapós, ressacadas, praias, remansos e costas de praias, aumentando assim as chances de captura de quelônios.

Espinhel e linha – Para a pesca de quelônios no Médio Rio Juruá, os espinhéis não são tão utilizados, apesar de existirem, mas não com a mesma frequência das demais ferramentas. Os espinhéis são feitos com linhas de náilon, sendo que sua base varia de tamanho, como por exemplo um espinhel de 100 metros, onde a cada metro é colocada uma corda com anzol e chumbada para ficar submersa, entre um e dois metros de profundidade, dependendo do local. São utilizados anzóis pequenos para facilitar que os quelônios engulam facilmente. A principal isca utilizada na região é o palmito, extraído da árvore conhecida como Murumuro (*Astrocaryum murumuru*), que é bastante presente na várzea amazônica. Esta mesma isca é utilizada tanto para a pesca com espinhel quanto para a pesca de linha. Ambas são mais eficazes quando realizadas no período noturno, quando há silêncio e pouca movimentação no rio, o que aumenta as chances de capturar os quelônios com essas ferramentas, sendo praticadas tanto na cheia quanto na seca.

A pesca de linha, é mais comum do que o espinhel, é realizada individualmente ou em grupos em canoas separadas por distâncias estimadas. Caso ocorra algum imprevisto com um dos pescadores, a linha tem de 30 a 40 metros, dependendo da profundidade do local de pesca, e possui na sua base uma tala ou um pedaço de pau que a faça flutuar, além de três anzóis com pequena chumbada para descer facilmente. A isca, palmito, é cortada de acordo com o anzol, adaptando-se ao formato para facilitar a captura pelos quelônios. Essa prática exige técnica e, acima de tudo, paciência em meio à vasta escuridão das águas no meio do Rio Juruá, repletas de carapanãs. O pescador precisa manter-se concentrado, pois a fisgada do quelônio ao pegar no anzol é leve devido à profundidade e comprimento da linha de pesca.

Métodos considerados mais tradicionais, como o uso de arco e flecha (Figura 31), não são mais tão utilizados, pelo menos nessa parte do Amazonas onde foi realizada a pesquisa. No entanto, os pescadores mais antigos das comunidades ainda os utilizam com frequência, pois dominam as técnicas necessárias para o uso dessas ferramentas, o que não é tão simples quanto o uso de malhadeiras e arrastões. Sobre essa questão, um dos entrevistados mencionou o seguinte: *“hoje é mais difícil né, os pescadores mais novos não sabem usar direito, e é uma pesca demorada, você vai pegando de um por um, com arco e flecha, jaticá e arpão, o pessoal hoje em dia gosta mesmo é dos arrastões e malhadeiras que pega vários bichos de casco ao mesmo tempo, e não passa tanto tempo pescando, ainda mais se tiver bom”* (Entrevistado D, 2024).

Figura 31. Arco, flecha e jaticá usado para capturar quelônios.



Fonte: Nascimento (2024).

Os utensílios citados e demonstrados na foto acima são utilizados por pescadores mais tracionais ou que detenham as técnicas necessárias para usar as ferramentas e obter êxito, que não é tão simples como aqueles que entendem do assunto descrevem, o arpão e o jaticá também são utilizados para dá suporte durante a pescaria do bicho de casco com linha e espinhel, esses são usados para arpoar ou furar o quelônio quando já tá perto da superfície, ou melhor da canoa (Figura 32), pois nesse processo muito sacam e vão embora “*eu perdi as contas de quantas tartarugas eu saquei pescando de linha, porque as vezes o anzol não visga bem né, aí a gente vem puxando e muitas sacam pertinho da canoa já, por isso a gente usa o jaticá que é mais pesado ou o arpão para arpoá-las assim que aparecem ou sentimos que estão perto da canoa*” (Entrevistado D, 2024).

Figura 32. Canoa utilizada na pesca de quelônios.



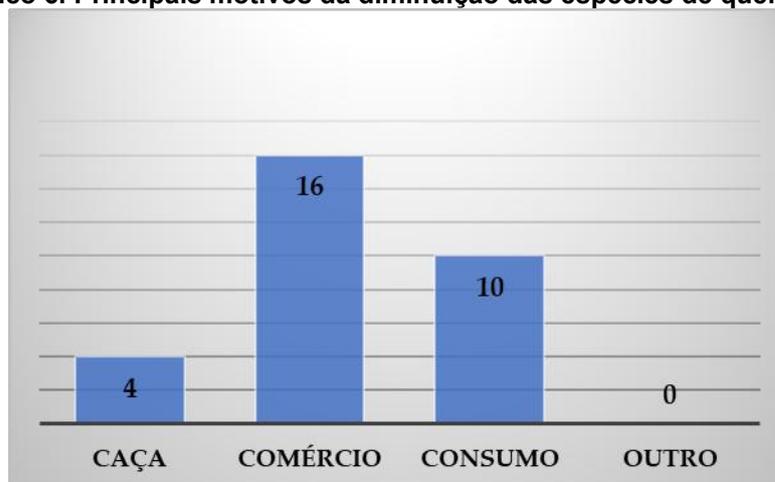
Fonte: Nascimento (2024).

Além dos mais essas ferramentas também são utilizadas em outras pescarias também. Outra ferramenta importante e utilizada durante a pescaria de linha e espinhel, principalmente é a canoa pequena (Figura 32), medindo em torno e 2 a 3 metros, folgada para apenas uma pessoa, a pequena é mais usada pois é melhor para evitar barulho nessa pescaria realizada durante a noite e principalmente para poupar esforços quando precisar remar, pois dependendo do tamanho da canoa não precisa colocar tanto força, assim facilitando o processo, mas costuma-se ter um pescador próximo um do outro, para evitar acidentes de alagamentos recorrentes,

principalmente quando pega uma tartaruga grande por exemplo, que é difícil de embarcar e necessita de técnicas para embarca-la da maneira certa para evitar alagamento.

Nesta perspectiva, o extrativismo de quelônios no município de Itamarati, Amazonas, ocorre de forma intensa, principalmente no viés comercial, que é o principal indutor da pesca predatória dessas espécies. Este fenômeno está atrelado à caça e ao consumo, destacando-se também o viés cultural, pois essas espécies fazem parte da cultura alimentar local e representam um importante recurso alimentar desde os primeiros registros da região, especialmente para os povos indígenas, tradicionais e ribeirinhos, que residem distantes do centro urbano. No entanto, o comércio no município tem contribuído para o declínio dessas espécies, além de aumentar os conflitos de interesses durante a caça, nas praias de desova, tabuleiros, lagos e igapós preservados (Gráfico 6).

Gráfico 6. Principais motivos da diminuição das espécies de quelônios.



Fonte: Nascimento (2024).

A sobre-exploração dos quelônios, agravada principalmente pela demanda comercial, compromete a sustentabilidade das populações dessas espécies. A pressão sobre os habitats naturais dos quelônios, como as praias de desova e os lagos, leva à redução das espécies e modificação das áreas de reprodução, o que tem um impacto negativo direto sobre a regeneração das populações. Além disso, a coleta de ovos e a captura de fêmeas durante a desova intensificam ainda mais essa pressão, além de prejudicar diretamente as comunidades dependentes dessas espécies enquanto recurso alimentar, assim, acima destaca-se os três principais motivos atrelados ao declínio das espécies na região (Gráfico 6).

Para mitigar esses impactos, é essencial implementar estratégias de manejo sustentável e de conservação das espécies, para além das que já são realizadas pelo comunitários em conjunto com a gestão municipal e demais moradores. Entendendo como importante para além dos tabuleiros que são as áreas protegidas, a regulamentação rigorosa da pesca e da caça, e a promoção de programas de educação ambiental para as comunidades locais. Envolver as populações indígenas e ribeirinhas nesses esforços é fundamental, dado o seu conhecimento tradicional e a sua dependência dos recursos naturais, além de promover atividades e programas no município, uma vez que os principais agentes envolvidos no extrativismo de quelônios residem na cidade, mas que tem sua naturalidade de comunidade ribeirinhas, o que os tornam ainda dependente da extração dos recursos naturais, principalmente porque grande maioria não tem um emprego formal e depende da produção e extração dos recursos naturais.

Entende-se que a implantação de Projetos de conservação comunitária podem ser uma solução viável, incentivando ainda mais a participação ativa das comunidades na proteção dos quelônios e toda população itamaratiense. Além disso, a pesquisa científica é crucial para monitorar as populações de quelônios e entender melhor as dinâmicas ecológicas e as ameaças enfrentadas por essas espécies, para além que do que já está sendo realizado. Dados precisos e atualizados podem orientar políticas públicas e ações de conservação mais eficazes e mostrar o quão é importante as práticas de conservação, e como ajudaram a reestabelecer as populações de quelônios nos rios amazônicos.

Assim, é importante é importante pensar o desenvolvimento de alternativas econômicas sustentáveis que possam substituir a renda proveniente do extrativismo predatório. Os criadouros legalizados, por exemplo, pode ser uma alternativa viável, permitindo a produção sustentável de carne e ovos de quelônios para consumo e comércio, reduzindo a pressão sobre as populações selvagens.

CAPÍTULO III – A TERRITORIALIDADE RIBEIRINHA NO MÉDIO JURUÁ E SUA IMPORTÂNCIA PARA A CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS QUELÔNIOS

Neste capítulo, fazemos uma análise voltada para as comunidades ribeirinhas Walter Bury, Nova Olinda e São Pedro, responsáveis pela conservação e manutenção dos territórios que surgem durante o período de verão amazônico, em especial a comunidade Walter Bury, onde acompanhamos todas atividades de manejo dessas espécies e o cotidiano desses importantes comunitários, não só durante o período de desova (seca), mas principalmente durante o período de cheia, com a proteção dos lagos nas proximidades da comunidade e seus arredores, pois é o ambiente onde esses animais e outras espécies vivem durante esse período, além de ser uma garantia alimentar para os próprios comunitários, assegurando a proteção e segurança alimentar em um período que se torna escasso, não só pelo alto nível da água e também pela dispersão dos peixes e demais espécies nesses ecossistemas aquáticos.

Durante o inverno, essas áreas perdem a atenção, principalmente de invasores e predadores que tentam explorar quelônios no período de reprodução das espécies. Além disso, são destacadas as atividades desenvolvidas por esses sujeitos sociais que por muito tempo, ficam à mercê do poder público. Seria essa uma parte da população que só é lembrada durante a seca, mesmo sendo os principais agentes na manutenção e cuidado desses tabuleiros?

É destacada a territorialidade desses comunitários, moldada principalmente pelo movimento das águas do rio Juruá, que dita o ritmo de vida dessas populações. Também são evidenciados seus modos de vida, produções, características e especificidades das comunidades. Abordando as práticas, ferramentas e técnicas utilizadas no manejo das espécies durante o período reprodutivo, além de, do ponto de vista legal e por meio do conhecimento tradicional desses comunitários, explorar os caminhos para a criação de tabuleiros.

Por fim, são apresentadas propostas para melhorar a relação da população itamaratiense com essas espécies de animais e com seus ecossistemas, destacando ainda mais a importância desses sujeitos sociais no processo de proteção desses territórios. Eles atuam há muito tempo na conservação das espécies, cuidando de um

recurso vital para sua própria sobrevivência e certamente contribuindo para o equilíbrio ambiental.

3.1. A territorialidade ribeirinha a partir do movimento das águas

A bacia amazônica se estende por cerca de 7 milhões de km², englobando desde as florestas tropicais úmidas em áreas de baixas altitudes até os bosques pluviais montanhosos nas regiões ocidentais, próximas aos contrafortes dos Andes. Também inclui as matas ribeirinhas inundáveis e os manguezais na foz do rio Amazonas.

Os ecossistemas ribeirinhos variam, principalmente, devido às características físico-químicas das águas que percorrem os rios. Diante de tamanha diversidade, surge a questão das causas que explicam as diferenças marcantes na transparência e coloração dessas águas (Araújo, 2009).

O Rio Juruá, um dos principais rios de água branca, popularmente conhecido como barrenta, tem sua origem nas serranias situadas nos Andes. Ele carrega uma história marcada por acontecimentos e fenômenos ao longo do desenvolvimento e expansão da região amazônica, que o cobriu e foi parte dos grandes e intensos períodos exploratórios do território amazonense, principalmente no que diz respeito à exploração da borracha e demais produtos animais e vegetais. O rio ainda se configura, até os dias atuais, como uma densa estrada hidrográfica, povoada e repleta de vida animal e vegetal, por onde transitam seus habitantes por meio de médias e pequenas embarcações. As viagens são longas e demoradas quando o destino é um grande centro urbano ou, até mesmo, a sede de um pequeno município, como Itamarati.

Nascendo nas encostas orientais da Cordilheira dos Andes, no Peru, especificamente na Serra das Mercês (Serra de Contamana), a 453 metros de altitude, o rio Juruá é um dos mais importantes afluentes do rio Amazonas. Destaca-se por ser bastante caudaloso e é considerado o mais sinuoso da região. Com 3.283 km de extensão, percorre cerca de 2.400 km dentro do Brasil, passando pelos estados do Acre e do Amazonas, atravessando diversos municípios ao longo de seu curso (Figura 33).

Figura 33. Rio Juruá durante a cheia.



Fonte: Nascimento (2024).

Uma de suas principais características é a extrema sinuosidade, com muitas curvas, meandros e braços mortos, o que o torna um dos rios com o percurso mais irregular da bacia amazônica. O nível de suas águas pode variar entre 8 e 16 metros entre os períodos de vazante (setembro a abril) e enchente (outubro a março), respectivamente. Mais de 1.000 km de seu curso são navegáveis durante a cheia, enquanto no período da vazante (seca), a navegação é restrita e feita principalmente por pequenas embarcações (Araújo, 2009).

Dessa forma, é evidente que os movimento (ciclos) das águas, a cheia, seca, vazante e enchente ditam o ritmo de vida das diversas populações que estão territorializadas às margens da bacia do rio Juruá. Esses ciclos influenciam suas ocupações, territórios, trabalhos, seu cardápio alimentar e suas atividades diárias, como a escolha entre trabalhar na roça da praia ou na terra firme. Até mesmo o processo de locomoção é afetado, destacando-se o meio de transporte utilizado, que pode ser uma canoa grande ou pequena, dependendo do destino, seja para a sede do município ou para um lago próximo à comunidade.

O movimento nessas estradas hidrográficas também segue o ritmo das águas. Durante o período de cheia, é raro ver muitas embarcações no trajeto entre a sede do município e a comunidade de Walter Bury, por exemplo. Isso muda completamente no período de seca, quando essas vias ficam mais povoadas e transitadas. Pescadores, produtores rurais cuidando ou plantando nas grandes praias, serradores

transportando madeira em pequenos barcos, entre outros, tornam o movimento mais intenso durante a seca, que é considerada um tempo de fartura, pois tudo se torna mais acessível para a população em geral.

O período da seca é o momento em que as produções ribeirinhas se intensificam e a variedade de produtos aumenta. A preocupação em produzir excedentes também cresce, especialmente para armazenar o principal alimento consumido, a "farinha". Em muitas comunidades é comum produzir e estocar uma quantidade estimada com base nos anos anteriores, visando suportar o inverno, principalmente quando não há roçados em terra firme, o que acontece nas comunidades estudadas.

Nesse período, a variedade de produtos aumenta: melancia, jerimum, milho, melão, batata, macaxeira, entre outros. Além disso, outras atividades são desenvolvidas, como pesca, caça, plantações nas proximidades da comunidade e cuidados com a proteção dos tabuleiros e lagos, sempre acompanhando o movimento das águas e fazendo seus planejamentos com base no calendário natural.

Fica evidente que, nesse momento, o trabalho se intensifica, assim como a preocupação em produzir excedentes para venda e geração de renda, visando enfrentar os períodos de dificuldades durante a cheia. Nesse período, surgem muitas limitações no acesso aos recursos naturais, tanto em relação ao que é produzido quanto ao que pode ser extraído. Com o capital obtido, os moradores podem adquirir suprimentos na sede do município, o que é essencial, considerando que as comunidades estudadas estão localizadas em áreas distantes.

A abundância e a escassez acompanham os dois grandes períodos às margens do rio Juruá, a cheia e a seca. Esses ciclos ditam o movimento territorial dos ribeirinhos, influenciando suas produções, pesca, caça e até as atividades dentro da própria comunidade, variando visivelmente conforme o período do ano. Esses aspectos foram observados durante os estudos de campo realizados nos dois períodos mencionados.

Nesta perspectiva, Araújo (2009, p.178), destaca que:

[...] as territorialidades mudam de acordo com a sazonalidade. No inverno, o ribeirinho tem sua territorialidade intrinsecamente relacionada com a várzea, com a canoa, com a praia, com a pescaria dentro dos lagos e da floresta alagada. Em geral, não pode exercê-la, haja vista a espessa e labiríntica malha hídrica que se forma nas várzeas do Juruá, impedindo os ribeirinhos

de a exercerem. O que ocorre esporadicamente é entre eles mesmos, caso se encontre algum morador da reserva praticando pesca proibida, aí sim, ele procura exercer sua territorialidade [...] a vida dos ribeirinhos é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estão sempre passando de um território (várzea) para outro (terra firme). A escala espacial e a temporalidade é que são distintas. No cotidiano, a dinâmica mais comum é que passemos constantemente de território para outro. Trata-se de uma desterritorialização cotidiana, onde se abandona, mas não se destrói o território abandonado.

A territorialidade dos ribeirinhos é constantemente moldada pelo movimento das águas. Um exemplo claro é a proteção e vigilância dos tabuleiros durante o período de desova dos quelônios, quando esses locais são frequentemente alvo de tentativas de invasão para exploração desses recursos. Nesse contexto, os vigias de praia, compostos pelas lideranças comunitárias e outros moradores, exercem seu poder e controle sobre o território delimitado, protegendo as espécies contra invasores, que buscam os tabuleiros com maior frequência nesse período, devido à facilidade de captura durante a desova.

Com a chegada da cheia, os tabuleiros ficam submersos, transformando esses trechos em apenas mais uma parte da vasta extensão de águas da bacia do rio Juruá. Nesse período, a territorialidade se desloca para outras áreas, e as atividades dos comunitários tornam-se menos intensas.

Dessa forma, a territorialidade diária desses comunitários é mais intensa durante o período da seca. Nesse momento, além de ser a principal época de produção, é necessário proteger os tabuleiros e realizar as práticas de manejo, que são divididas em três etapas principais, a desova dos quelônios, eclosão e soltura. Essas atividades exigem planejamento e gestão, pois os comunitários não recebem nenhum incentivo financeiro para se dedicarem exclusivamente à proteção dos tabuleiros e ao acompanhamento dessas etapas, o que os impede de abrir mão de suas atividades e necessidades básicas.

Fica evidente que a territorialidade desses comunitários é exercida principalmente durante o verão, a seca amazônica, quando se intensificam os contatos com pessoas de outras partes do território itamaratiense, e muitas vezes de outros municípios, como Eirunepé, nos tabuleiros e lagos preservados, que naturalmente tem uma abundância maior de espécies.

3.2. Criando um tabuleiro, normas e percepções para conservação dos quelônios

Historicamente, os tabuleiros, que são áreas de praias onde diversas espécies de animais se reproduzem durante o período do verão, e principalmente as espécies de quelônios, como a tartaruga, tracajá e iaçá foram e continuam sendo de grande importância no território amazonense. Desde os primeiros registros feitos por exploradores e naturalistas, esses territórios já eram preservados pelas populações indígenas locais, que reconheciam a importância dessas áreas para garantir a conservação dessas espécies, mas principalmente para garantir a sua segurança alimentar por meio desse importante recurso natural, e tradicionalmente e culturalmente um dos mais apreciados pela cultura alimentar amazonense até os dias atuais.

Esses tabuleiros, originalmente protegidos com fins de garantir a continuidade da oferta de alimentos, principalmente no período de reprodução das espécies, foram adquirindo novos significados ao longo do tempo, acompanhando o desenvolvimento e a expansão da região amazônica. Com o avanço da ocupação humana, a preservação ambiental passou a ser vista também sob a ótica da conservação ecológica e da sustentabilidade, alinhando-se as preocupações globais sobre a proteção da biodiversidade e o bem-estar dos comunitários envolvidos.

Exploradores e cientistas, como Bates (1979), ao visitarem a Amazônia durante o século XIX, principalmente, documentaram em seus escritos as práticas de proteção dos tabuleiros realizados pelas populações ribeirinhas e indígenas. Esses primeiros povos, que viviam em contato direto com a natureza, compreenderam a importância de manter essas áreas seguras para garantir a renovação dos recursos naturais ao qual dependiam, como a carne e os ovos de tartaruga, itens fundamentais na alimentação amazonense, além das demais espécies favorecidas nessas áreas, principalmente as várias espécies de peixes e aves de diversas espécies, uma vez que conforme a legislação além do tabuleiro é ainda protegido sob esta 1000 metros a montante e 1000 metros a jusante desta praia demarcada, o que impede e resguarda sob lei essas áreas e da ampara os comunitários durante a proteção.

Com a chegada dos exploradores na região amazônica e a visível abundância dessas espécies, a atenção dos colonos foi despertada do ponto de vista comercial, considerando o potencial que esses animais tinham enquanto potência para geração

de recurso capital. A partir daí, começaram a ser caçadas e predadas em grandes quantidades, não apenas para consumo, mas principalmente para a comercialização e produção de óleo e manteiga, principais produtos extraídos dessas espécies. Essas atividades reduziram drasticamente o número de suas populações.

A atividade de caça acompanhava o período da seca, quando, durante o período reprodutivo, as espécies ficam vulneráveis ao saírem para fazer a desova nos tabuleiros. Esses locais eram protegidos e resguardados pela Coroa Portuguesa e pelos patrões seringalistas, especialmente com a estagnação de outras atividades extrativistas, como a extração da borracha, por exemplo. A partir dessa estagnação, outros recursos passaram a ser vistos como importantes para a geração de capital, e os animais ganharam potencial nesse quesito, como os quelônios, o pirarucu e o peixe-boi, principalmente.

Assim, os tabuleiros, como foram batizados pelos povos indígenas, acompanharam esse cenário de desenvolvimento, mas com objetivos distintos ao longo do tempo: ora preservados para garantir a segurança alimentar dos povos, ora para geração de capital pelos exploradores advindos de outros territórios para a Amazônia.

Atualmente, os tabuleiros (Figura 34) continuam a ser preservados, mas com um foco voltado para a conservação ambiental e a proteção de espécies ameaçadas, como a Tartaruga-da-Amazônia (*Podocnemis expansa*). Projetos de conservação, aliados às políticas públicas, visam a manutenção dessas áreas para garantir a sobrevivência das espécies e o equilíbrio dos ecossistemas. Assim, a conservação dos tabuleiros passou de uma prática tradicional para uma ação de grande importância ecológica e científica, essencial para a sustentabilidade da região amazônica e garantia alimentar das populações. E tendo como principais agentes nesse processo as populações ribeirinhas, que realizam as atividades e práticas de manejo para garantir a sobrevivência e manutenção dessas e outras espécies de animais nesses tabuleiros, desde suas primeiras gerações, até os dias atuais, conforme foi relatado pelas lideranças atuais dos tabuleiros e comunidades estudadas, quando falam que essa prática já era desenvolvida por seus pais e avós a muito tempo atrás, sendo repassada de geração, para geração.

Os mecanismos de criação de um tabuleiro não são burocráticos, o quanto parecem, partindo inicialmente do interesse dos comunitários e lideranças que

queiram fazer a proteção e cuidados de uma praia específica, essas que quase sempre ficam em frente ou do lado oposto da comunidade ou do mesmo lado, o que é pensado pelo ponto da proteção, facilitando o acesso a mesma e ficando mais visível da própria comunidade.

Figura 34. Tabuleiro do Walter Bury.



Fonte: Nascimento (2024).

Dessa forma, conforme já destacado, a criação de um tabuleiro parte inicialmente do interesse dos comunitários, que decidem, em reunião e por meio de acordos entre todos os membros da comunidade, se estão de acordo e se contribuirão com as atividades a serem realizadas nessa praia, como a proteção durante o período da desova, por exemplo.

Posteriormente, é procurada a gestão do município ao qual a comunidade está integrada, e, com o suporte desta e diretamente da Secretaria do Meio Ambiente, dá-se o pontapé inicial no processo de criação e legalização do tabuleiro. Nessa fase, a Secretaria, por meio de seus representantes, realiza reuniões com as lideranças da comunidade para entender o principal objetivo da criação desse tabuleiro. Nesse momento, é apresentada a legislação e as normas dadas pelo IPAAM e IBAMA. Se estiverem de acordo, os comunitários passam por um período probatório e de treinamento. Nesse período, já foi preestabelecida a criação do tabuleiro, mas as instituições precisam fazer o acompanhamento e monitoramento das atividades realizadas pelos comunitários, funcionando como um período de experiência na prática de manejo e cuidados ao tabuleiro.

Durante essa fase, representantes da Secretaria do município monitoram se as atividades estão sendo realizadas de forma satisfatória e se os comunitários estão aptos e seguros no que diz respeito à criação e à manutenção do tabuleiro. Além disso, verificam se as medidas estão sendo tomadas e se realmente estão protegendo as espécies da praia.

Dentro dessa perspectiva, ao ser questionado sobre essas etapas, o Sr. Secretário do Meio Ambiente em Itamarati, Amazonas, respondeu o seguinte:

Cara, primeiro de tudo, parte da comunidade, né? Assim, de forma que venha a ter o interesse. Mas, qual a finalidade, primeiro, desse tabuleiro? Por que que eles estão, de início, querendo criar? Entendeu? Porque, assim, cuidar de tabuleiro é uma importância e uma responsabilidade muito grande, entendeu? Porque geralmente muitos tendem a criar um tabuleiro com a ideia de arabu, de ovo, a ideia de comer tartaruga, de comer tracajá, de comer açai, enfim, de fazer o uso sustentável do quelônio, entendeu? Então, pensando dessa forma, a comunidade que estiver interessada, ela passa por um período probatório, um período de experiência. Realmente, se ela estiver de acordo com as normas dadas pelo IPAAM e IBAMA, e a Secretaria do Meio Ambiente, para levar com responsabilidade a preservação do meio ambiente, dos quilômetros, assim que se fala, do tabuleiro, a gente faz uma portaria reconhecendo. E essa portaria vai para o Estado e é criada uma resolução. Daí o secretário do meio ambiente do estado do Amazonas faz um documento referente àquela unidade de preservação (tabuleiro). Mas se caso já tiver esse tabuleiro, que eu não sei qual a comunidade que procurou, ou se procurou ou não, se tiver dentro da área do acordo de pesca, automaticamente a gente já engloba esse tabuleiro dentro da área do acordo de pesca. Mas os caminhos das pedras são esses. fazer uma entrevista com a comunidade saber qual o intuito que eles têm de fazer esse tabuleiro agora, entendeu? Enfim é uma série de questões e perguntas que se faz para o morador, entendeu? (Entrevistado S, 2024).

Os interesses na criação de um tabuleiro são múltiplos e vão além da “simples” conservação das espécies de quelônios, pois envolvem a preocupação com a reprodução e a manutenção dessas espécies e o equilíbrio de seus ecossistemas. Isso justifica as etapas de acompanhamento e, como coloca o secretário, o “período probatório” de observações e monitoramento das atividades realizadas.

Em muitas comunidades, o maior interesse pela criação desses tabuleiros está relacionado ao fato de que, durante o período exploratório da região, essas áreas eram e são sinônimo de riqueza. Quem detinha o controle sobre essas áreas preservadas também detinha o poder, além de gerar capital por meio da comercialização das espécies e do arrendamento dos tabuleiros e conseqüente dos lagos que ficam nas proximidades do tabuleiro. Além disso, havia a cobrança de tributos sobre determinadas quantidades de ovos para a produção de óleo e manteiga extraídos principalmente dos ovos de tartaruga (Bates, 1979). Esse tipo de prática

ainda persiste em algumas iniciativas atuais, nas quais a geração de renda por meio da comercialização ilegal desses animais e seus ovos é priorizada em detrimento da conservação e, substancialmente, da garantia alimentar. Tal abordagem resulta em fracasso, pois atualmente há o acompanhamento das instituições mencionadas e a aprovação ou não do tabuleiro após o período de observação, que o secretário define como "período probatório".

Essas etapas tornam-se fundamentais, pois fica evidente, com o acompanhamento feito pelas instituições envolvidas, especialmente pela Secretaria do Meio Ambiente, a necessidade de monitorar in loco, acompanhar e orientar os comunitários envolvidos nas atividades. Ao final, os interesses iniciais na criação do tabuleiro, que foram pensados com foco na conservação e manutenção dessas espécies, além da garantia da segurança alimentar, são reforçados. Isso contrasta com motivações puramente comerciais, uma vez que as espécies de quelônios são supervalorizadas no mercado ilegal. Além disso, a parte do rio Juruá que banha o município de Itamarati ainda é relativamente abundante em comparação com outras bacias do território amazonense, o que facilita a criação desses tabuleiros. Nesse contexto, não são necessárias etapas de manejo adicionais comuns em outras regiões, como a migração dos ovos da praia original ou da cova para uma área adaptada, com ninhos pré-preparados em praias artificiais.

Dentro dessa perspectiva, a criação do tabuleiro envolve outros pontos fundamentais, que consideramos os mais importantes: os conhecimentos tradicionais, transmitidos de geração em geração. Esses saberes incluem como escolher a praia ideal, como analisar se espécies já utilizam naturalmente a praia, quais atitudes tomar para atrair as espécies ao tabuleiro após sua criação, e quais etapas devem ser realizadas durante o manejo das espécies. Evidenciado que a escolha da praia é um ponto importante nesse processo, principalmente considerando o comportamento das espécies. Nesse contexto, Silva-Campos *et al.*, (2020, p. 3) destacam:

[...] a escolha de indivíduos de praias para reprodução pode frequentemente ser prevista por fatores ambientais e físicos, incluindo o tamanho da praia, isolamento geográfico, tipo de substrato e distância para grandes colônias da mesma espécie. No entanto, o estado de proteção das praias arenosas parece ser um fator importante que pode frequentemente influenciar os fatores ambientais e físicos, já que praias bem protegidas abrigam populações maiores com maior sucesso reprodutivo.

Embora a ciência ofereça diretrizes sobre esses processos, a experiência e o conhecimento dos comunitários e das lideranças são essenciais, uma vez que o produzido foi com base no que já foi analisado e constatado em campo. Em muitos casos, eles conhecem até o comportamento dos animais, o que define como devem agir ao cuidar dos tabuleiros e, principalmente, como se comportar à circular no local ou no perímetro do rio. Trata-se de espécies ariscas, como relatam os próprios comunitários, e qualquer perturbação pode afastá-las para outras praias, impossibilitando seu retorno ao tabuleiro para desovar.

Conforme relata uma das lideranças da Comunidade Walter Bury e referência no que diz respeito aos conhecimentos voltados para a proteção e cuidados dos tabuleiros, ao ser perguntado sobre os passos e procedimentos mais importantes para a criação e manutenção de um tabuleiro:

Rapaz, o procedimento de criar um tabuleiro é, tu vê a praia né? Vai lá na praia, presta atenção, se ela tem autonomia pra poder aguentar o animal, se ela é boa, se é alta, se é grande, se sai bicho, porque em qualquer uma praia dessas que tu fizer um tabuleiro, se tu cuidar sai. O bicho se sente seguro né? mas aí, tu o que tu faz primeiramente? é prestar atenção que o bicho acolhe mais naquela praia. Se acolhe tá ali, quer dizer que ele já tá ali todos os anos ele vem pra ali, né? Sem ter uma perseguição. Aí ajeita, bota uma bandeira na ponta de baixo, outra na ponta de cima e vai cuidar. Mas tem que procurar, tem que ser a força do Ibama. Tem que ter o apoio do Ibama para poder fazer isso. É ele que fica conectado, ele traz as placas, tudo é através dele. A depois que entrar com a ordem aí você vai cuidar se você quer preservar vamos ajudar. No Tabuleiro sai Tartaruga, iaça, tracajá e camaleão. E a gaivota. Gaivota, corta-água, bacural. Tudo, tudo, tudo, até as andorinhas. Se sente seguro e vai tudo para lá. Tudo, tudo, tudo. E a maior cuidação do tabuleiro é os passos (Pássaros). Os passos, né? Os passos, porque tabuleiro sem passo, ele não é bom. Ele não é coisa bicha. Se deixar ó a minha luta aqui, nesse tabuleiro aqui, é não deixar tirar um ovo de gaivota. Os caboclos roubam às vezes porque eu não estou aqui os meninos não ligam e aí roubam, mas se eu estando aqui mesmo o que pegar o de gaivota eu o faço deixar lá na cova é porque sem a gaivota a gaivota tem um mistério com a tartaruguinha eu venho analisando já desde o começo que eu fico prestando atenção aí é por isso que eu cuido eu não deixo o pessoal que ataca os ovinhos, eu deixo os ovos da bicha lá. Os ovos dela e porque quem cuida do tabuleiro quem faz os bichos ajuntados tabuleiro os animal os passos essas gaivotas pra ela quando as tartarugas tão esquentando o sol, ela é no meio todo o tempo, cara. Todo o tempo, né? Todo o tempo ali, nem a tartaruga se espanta com esse, nem esse espanta, tem aquela alegria medonha, espia. E aonde a gaivota cava a cova, a tartaruga só coloca ali, coloca ali. Cava perto também. E quem é que a gaivota bota primeiro, né? Bota primeiro, gaivota esse ano, esse ano foram em junho. Quando eu cheguei de Itamaraty, eu as digo já tão butando, que todos os anos elas butavam mesmo em junho, mas já por meio de junho, né? Aí quando eu cheguei, eu cheguei de Itamaraty já no comecinho de julho, de junho. Aí os cabocos tinham mexido num bocado de ovo de gaivota ali pra baixo, na beleza que aí vinham subindo. Aí começaram a desovar, eles ficaram aqui pra cima. Eu fui dar uma corte e eu monto, muito ovo aí. Aí deu uma porrada de gaivota ainda, aí tava muito, muito ovo. Aí já tava começando a tirar as

bichinhas, as gaivotinhas. E morreu, mas foi pouca, porque devido a quentura, e foi umas friagens, foi um tempo frio né? E elas se fortaleceram naquilo ali nasceram e não morreu muito essas que está tudo nova até o inverno a maioria nova. Então as principais vigias são as aves. As gaivotas. Se tu não cuidar das gaivotas, tu não cuidar do tabuleiro. Deixar carregar, bagunçar os ovos das gaivotas, pode dizer que o tabuleiro está acabado. É uma conexão animal entre as gaivotas e as tartarugas (Entrevistado C, 2024).

Conforme já mencionado por essa liderança que é uma referência nos cuidados e na manutenção dos tabuleiros. Conhecido popularmente pelo trabalho que realiza há muitos anos, ele destaca diversos pontos importantes. Desde o início do processo de criação de um tabuleiro, até a interação entre os quelônios e outras espécies de animais, ele ressalta a importância dessas relações para a proteção e conservação das praias, com destaque especial para o papel fundamental das aves nesse ecossistema.

Assim, percebemos o vasto conhecimento dessa importante liderança sobre as práticas de conservação ambiental e os cuidados com o ambiente e as espécies que os compõem. Em particular, destaca-se a proteção e o cuidado com o tabuleiro, que, além de beneficiar as espécies de quelônios, favorece diversas outras espécies da fauna local, contribuindo para o equilíbrio ecológico da região. A criação e manutenção desses tabuleiros não apenas protegem as espécies ameaçadas, mas reforçam a importância de uma gestão comunitária sustentável e inclusiva, onde o conhecimento tradicional se alia à ciência moderna para garantir o sucesso das iniciativas de conservação.

Nessa perspectiva, para além do ponto de vista legal e da autorização das instituições cabíveis para a criação de um tabuleiro, é necessário, segundo as lideranças ouvidas, realizar uma observação cuidadosa da praia. Ele destaca a importância de avaliar alguns fatores principais, como a elevação da praia, a qualidade do solo, a presença de outras espécies e, também, o tamanho da área, elementos que influenciam diretamente na viabilidade de uma praia se tornar um tabuleiro adequado. Além disso, ressalta-se que a localização do tabuleiro deve ser estrategicamente pensada para evitar áreas de alta vulnerabilidade a enchentes ou interferências humanas, garantindo assim a segurança das espécies, o que explica segunda ele o motivo de grande parte dos tabuleiros serem em frente as comunidades, o que facilita a vigilância.

Essa análise, realizada tanto de forma empírica quanto por meio do conhecimento tradicional e da experiência vivida pelos comunitários, garante a manutenção das espécies e o bem-estar dos comunitários. O conhecimento ancestral dos moradores, transmitido de geração em geração, torna-se essencial para identificar padrões de comportamento das espécies, como os melhores períodos de desova e as áreas preferenciais para o desenvolvimento dos filhotes. Dessa forma, assegura-se que a praia escolhida tenha o potencial de sustentar a reprodução das espécies, criando condições favoráveis para a eclosão dos ovos e a sobrevivência dos filhotes. Além do aspecto ambiental, a criação de tabuleiros também tem impacto social e econômico nas comunidades ribeirinhas.

Assim, compreendemos que, diferentemente do período exploratório da região amazônica, a criação dos tabuleiros naquela época visava a garantia alimentar e a geração de capital por meio da comercialização dessas espécies, sem a necessidade de qualquer autorização para estabelecer essas áreas. Vale destacar que os colonos e, posteriormente, os exploradores em nome dos patrões seringalistas detinham o poder sobre o território e dispunham de mão de obra para proteger os tabuleiros. Assim como ocorre atualmente, havia muitos invasores interessados em explorar as praias onde a concentração de quelônios e outras espécies era maior. No entanto, naquela época, esse controle não podia ser exercido apenas por uma família ribeirinha ou indígena, sem que houvesse a organização de toda a comunidade. Dependendo de sua densidade, essa organização favorecia as práticas de manejo, especialmente no que se refere ao revezamento na proteção das praias durante o período de desova.

Atualmente, a criação de um tabuleiro exige uma organização e um planejamento mais estruturados. Além disso, os comunitários passam por capacitação, com cursos práticos e teóricos sobre as práticas de manejo nesses tabuleiros, e a autorização dos órgãos responsáveis é fundamental para a criação e manutenção dessas áreas. Esse processo não só garante a preservação dos quelônios e de outras espécies, mas garante o bem-estar das comunidades envolvidas nessa atividade.

Compreende-se que os tabuleiros, tanto no passado quanto atualmente, são essenciais para a conservação e manutenção das espécies que os utilizam durante o período de reprodução. O processo de criação e as práticas de manejo exigem conhecimentos específicos e treinamentos adequados para garantir que os objetivos

iniciais sejam alcançados e possivelmente, superados. No entanto, para que isso ocorra, é fundamental o engajamento dos comunitários e o apoio da gestão municipal, bem como dos órgãos responsáveis. Esse envolvimento conjunto facilita os cuidados com a área preservada e amplia o suporte oferecido às comunidades envolvidas no processo.

3.3. Características das comunidades estudadas

As comunidades localizadas na extensão territorial do município de Itamarati, Amazonas, conhecidas popularmente como seringais, carregam profunda marca do período exploratório do território amazonense. Período que foi marcado principalmente pela extração da borracha durante a atividade gomífera, um dos ciclos econômicos mais significativos da região. Inicialmente, esses territórios onde viriam a ser as comunidades funcionavam como ponto de coleta, organizado de forma tradicional, mas, com o aumento da demanda mundial por borracha no final do século XIX e início do século XX, começaram a ser povoadas e habitadas rapidamente, onde grande parte desses pontos abrigaram exploradores advindos de outros territórios, evidenciando que alguns desses pontos ocupados também já viviam os primeiros moradores residentes nesses territórios, que tiveram suas terras tomados.

Desta forma, sob o controle quase absoluto dos patrões seringalistas, em sua maioria, exploradores que vinham de outras regiões do Brasil em busca de riquezas, principalmente nesse momento aéreo da exploração da borracha e posteriormente com a exploração dos demais recursos animais e vegetais essas comunidades viviam em um regime de trabalho análogo ao de escravidão.

Nos seringais, trabalhadores locais e migrantes, eram obrigados a trabalhar nas florestas extraindo látex sob duras condições, frequentemente presos a dívidas impagáveis com os patrões, o que perpetuava um sistema de exploração. Os recursos naturais da região, tanto vegetais quanto animais, foram amplamente explorados sem qualquer preocupação com a extinção ou mesmo com uso consciente e sustentável, levando à degradação ambiental em muitos casos e a diminuição visível de várias espécies, a exemplo a alta exploração das espécies de quelônios.

Como consequência dessa intensa exploração sob o território amazonense, de modo a incluir o ambiente e seus habitantes veio a significativa transformação da paisagem social e ambiental, pensada a partir da exploração sem freio dos recursos animais e vegetais. Posteriormente, os territórios que antes eram habitados por

pequenas comunidades indígenas ou ribeirinhas passaram a ser instalados os seringais, território em que os patrões seringalistas tinham controle quase total sobre a economia local e o uso dos recursos, além de ditar o modo de vida dos povos dessas terras. Os sujeitos que viviam a serviço dos patrões seringalistas, conhecidos durante o período áureo da borracha como “seringueiros” e suas famílias viviam em condições de extrema precariedade, enquanto os patrões seringalistas detinham todo o lucro do comércio da borracha e demais produtos explorados, essa que era exportada para atender a demanda de outros países.

Nesta perspectiva, apesar do colapso da borracha no início do século XX, as marcas desse período ainda são evidentes em algumas comunidades do município de Itamarati. Muitas delas permanecem dependentes da extração de recursos naturais, embora agora com percepção ambiental mais voltada para conservação e manutenção das espécies, dando mais importância ao manejo sustentável e práticas conscientes. As práticas de manejo sustentável, como a criação dos tabuleiros para a conservação dos quelônios e a própria preservação e cuidados com os lagos, surgem como uma tentativa de recuperar o equilíbrio ecológico, protegendo espécies ameaçadas e ao mesmo tempo proporcionando uma alternativa de sustento para as populações locais, que são dependentes dos recursos da fauna e flora para a sua sobrevivência, uma vez que conforme os próprios moradores fica cada ano mais difícil se manter e sobreviver nas comunidades durante os períodos mais escassos, na cheia por exemplo, principalmente pela alta exploração externa dos recursos naturais nesses territórios, diminuindo significativamente o número de espécies e alterando os ecossistemas.

Piza e Terán (2013, p. 231) destacam que “para o homem do interior, a alimentação é mais fácil, em certas épocas, pela utilização dos recursos naturais, da caça, da pesca e das colheitas dos frutos do mato. Mas atualmente [...] esse homem do interior nem sempre consegue o bastante para a sua alimentação”. O que o faz priorizar os produtos manufaturados dos centros mais próximos das comunidades, o que é “comum” ver nas comunidades ribeirinhas atualmente, até as mais distantes possíveis. O que se alinha a essa alta exploração e muitas vezes a própria perda da identidade cultural desses povos, que não acontece repentinamente.

Desta forma, conforme os dados apresentados pelo IDAM, destacado na tabela abaixo, atualmente, na extensão territorial que cobrem o município de Itamarati

Amazonas existem 62 comunidades, distribuídas em comunidades ribeirinhas e comunidades indígenas, uma vez que o município apresenta duas grandes terras indígenas legalmente registradas, o que pode apresentar-se como um indicador de preservação do ambiente e as espécies que os compõem, pois segundo Piza e Terán (2013, p. 230):

[...] os povos indígenas possuem a melhor experiência em manter a floresta, e a negociação com esses povos é essencial para assegurar a manutenção das grandes áreas de floresta por eles habitada [...] até o presente os povos indígenas tiveram o melhor registro em manter a floresta intacta, e em muitas partes da região a única floresta que fica em pé é aquela em reservas indígenas.

Evidenciando o quanto é importante existir essas terras indígenas no território itamaratiense, pensando não só do ponto de vista preservacionista, colocando o ambiente como o ser supremo, pensando com cunho conservacionista, na valorização dos povos, suas culturas, costumes e tradições e como agentes importantes nos cuidados e manutenção de seus territórios, além de destacar que as comunidades ainda hoje mais adensadas são as comunidades indígenas, dentro de seus respectivos territórios, principalmente as presente dentro do Rio Xirua (Quadro 7)

Quadro 7. Comunidades Existentes no município de Itamarati, Amazonas.

Nº	COMUNIDADE	LOCALIZAÇÃO/ MARGEM	Nº DE FAMÍLIAS/PESSOAS	ECOSSISTEMA	COORDENADAS GEOGRAFICAS	
					LATITUDE (S)	LONGITUDE (W)
1	AURORA	Alto Rio Juruá-MD	6/37	Várzea alta	06°34'48.2"	69°18'09.4"
2	SORIANO I	Alto Rio Juruá-MD	4/20	Várzea alta	06°35'48.2"	69°12'10.6"
3	SORIANO II	Alto Rio Juruá-ME	12/55	Várzea alta	06°34'47.7"	69°11'16.0"
4	MAMUAL	Alto Rio Juruá-MD	6/28	Várzea	06°30'57.4"	69°01'27.6"
5	CORINGA	Alto Rio Juruá-MD	5/26	Várzea	06°34'01.7"	69°01'08.5"
6	OBIDOS	Alto Rio Juruá-MD	2/9	Terra Firme	06°35'07.0"	68°59'19.9"
7	SANTANA	Alto Rio Juruá-ME	2/7	Várzea alta	06°31'43.1"	68°57'57.5"
8	ARACÚ	Alto Rio Juruá-MD	7/32	Terra Firme	06°34'48.6"	68°56'03.2"
9	ALTAMIRA (localidade)	Alto Rio Juruá-MD	1/5	Terra Firme	06°33'09.7"	68°53'50.8"
10	VENEZA	Alto Rio Juruá-ME	5/29	Várzea alta	06°30'55.3"	68°48'08.3"
11	GAVIÃOZINHO	Alto Rio Juruá-MD	16/67	Várzea	06°31'20.5"	68°48'08.3"
12	MONTE CALEBE	Alto Rio Juruá-MD	7/39	Várzea	06°31'01.1"	68°45'45.4"
13	MAXIRIXI	Alto Rio Juruá-MD	2/9	Várzea	06°28'17.0"	68°47'18.6"
14	CUBIÚ	Alto Rio Juruá-ME	4/15	Terra Firme	06°27'46.1"	68°38'38.8"
15	BOLIVIA	Alto Rio Juruá-ME	4/18	Várzea	06°27'23.9"	68°34'48.8"
16	REFÚGIO	Alto Rio Juruá-ME	5/28	Várzea	06°29'46.8"	68°35'49.1"
17	IRACEMA III	Alto Rio Juruá-MD	5/23	Várzea	06°30'52.2"	68°35'33.1"
18	IRACEMA II	Alto Rio Juruá-MD	4/21	Várzea	06°27'48.2"	68°32'41.4"
19	IRACEMA I (localidade)	Alto Rio Juruá-MD	1/4	Várzea	06°30'00.9"	68°33'27.1"
20	IRACEMA	Alto Rio Juruá-MD	2/9	Várzea	06°28'41.8"	68°29'15.8"
21	NOVA OLINDA	Alto Rio Juruá-ME	4/24	Várzea	06°28'02.7"	68°30'45.6"
22	WALTER BURI	Alto Rio Juruá-ME	6/35	Várzea alta	06°28'09.7"	68°26'28.7"
23	CANTA GALO	Alto Rio Juruá-MD	35/175	Terra Firme	06°32'06.1"	68°24'40.2"
24	NOVA MORADA	Alto Rio Juruá-ME	17/31	Várzea alta	06°28'48.5"	68°22'59.6"
25	MONTE MARIO	Alto Rio Juruá-MD	2/5	Várzea	06°28'29.1"	68°20'22.0"
26	VAI COM JEITO (localidade)	Alto Rio Juruá-ME	1/3	Várzea	06°28'17.6"	68°17'23.8"
27	DEJEDÁ	Baixo Rio Juruá-MD	21/84	Várzea alta	06°26'44.7"	68°14'40.4"
28	PAPAGAIO	Baixo Rio Juruá-ME	13/65	Terra Firme	06°23'28.0"	68°14'43.5"
29	MANIXI (localidade)	Baixo Rio Juruá-ME	1/3	Várzea	06°23'27.2"	68°11'30.9"
30	BOA ESPERAÇA	Baixo Rio Juruá-ME	2/4	Várzea	06°22'43.9"	68°09'05.3"
31	BACABA (localidade)	Baixo Rio Juruá-ME	1/3	Várzea alta	06°20'41.0"	68°08'44.7"
32	TONANTINS	Baixo Rio Juruá-ME	5/18	Várzea alta	06°20'36.8"	68°08'32.4"
33	QUIRIRÚ I	Baixo Rio Juruá-ME	31/155	Várzea	06°18'00.8"	68°10'54.8"
34	QUIRIRÚ II	Baixo Rio Juruá-ME	2/5	Terra Firme	06°17'16.3"	68°12'12.4"

35	QUIRIRÚ III	Baixo Rio Juruá-ME	6/44	Terra Firme	06°17'21.9"	68°12'39.7
36	IG. DONA NENÉM	Baixo Rio Juruá-ME	19/47	Terra Firme	06°14'56.8"	68°08'42.1
37	RENASCER	Baixo Rio Juruá-ME	6/14	Terra Firme	06°14'52.1"	68°09'42.9
38	BOA VISTA	Baixo Rio Juruá-ME	19/66	Terra Firme	06°14'28.5"	68°10'24.6
39	BURITI	Baixo Rio Juruá-ME	8/29	Terra Firme	06°13'32.4"	68°11'02.4
40	BURITI II (LOCALIDADE)	Baixo Rio Juruá-ME	1/6	Terra Firme	06°13'30.1"	68°11'21.2
41	SÃO FRANCISCO (Localidade)	Baixo Rio Juruá- ME	1/6	Terra Firme	06°13'43.6"	68°11'27.0
42	SÃO JOSÉ	Baixo Rio Juruá-ME	18/61	Terra Firme	06°17'21.9"	68°12'39.8
43	SANTO ANTÔNIO	Baixo Rio Juruá-ME	5/17	Várzea alta	06°14'41.0"	68°08'31.0
44	VILA MARTINS	Baixo Rio Juruá-ME	30/97	Várzea alta	06°14'01.9"	68°07'16.8
45	VAL PARAÍSO	Baixo Rio Juruá-MD	6/23	Várzea alta	06°13'57.5"	68°05'45.4
46	CONCEIÇÃO DO RAIMUNDO	Baixo Rio Juruá-MD	13/46	Várzea alta	06°12'38.1"	68°05'54.6
47	SÃO TOMÉ	Baixo Rio Juruá-ME	2/5	Terra Firme	06°11'11.1"	68°06'18.1
48	ESTIRÃO DO SÃO BRÁS	Baixo Rio Juruá-ME	4/12	Várzea alta	06°11'10.1"	68°04'40.8
49	SÃO BRÁS	Baixo Rio Juruá-MD	16/53	Várzea alta	06°11'05.5"	68°03'26.9
50	MONTE CARVALHO	Baixo Rio Juruá-ME	13/37	Várzea alta	06°08'41.2"	68°03'09.1
51	CÉUS ABERTO	Baixo Rio Juruá-ME	2/6	Várzea alta	06°09'22.4"	68°01'10.6
52	TAMBAQUI	Baixo Rio Juruá-MD	3/19	Várzea alta	06°11'05.8"	67°59'50.6
53	MARAVILHA	Baixo Rio Juruá-MD	6/23	Várzea alta	06°07'35.0"	67°53'03.4
54	SÃO SEBASTIÃO	Baixo Rio Juruá-ME	7/43	Várzea alta	06°03'06.0"	67°50'41.5
55	BOCA DO XERUÁ	Baixo Rio Juruá-MD	5/20	Várzea alta	06°02'11.1"	67°49'34.9
56	TERRA NOVA	Rio Xerua-ME	22/113	Terra Firme	06°12'40.4"	67°51'53.9"
57	MORADA NOVA	Rio Xerua-MD	99/499	Terra Firme	06°21'16.9"	67°52'29.1"
58	BOIADOR	Rio Xerua-ME	66/344	Terra Firme	06°24'31.5"	67°56'21.6"
59	ITAUBA	Rio Xerua-MD	42/219	Terra Firme	06°29'54.1"	67°59'18.4"
60	SANTA LUZIA	Rio Xerua-MD	20/109	Terra Firme	06°38'25.0"	68°14'21.3"
61	FLEXAL	Rio Xerua-MD	32/153	Terra Firme	06°39'00.4"	68°16'32.3"
62	SÃO JOÃO	Rio Xerua-MD	18/101	Terra Firme	06°40'02.1"	68°18'07.2"

Fonte: IDAM (2017).

Apesar do número significativo de comunidades registradas e acompanhadas pelo órgão citado acima, o próprio apresenta em seus dados que muitas dessas já são apenas localidades, pois conforme a instituição para ser considerado como comunidade precisa apresentar o número de moradores superior a 10 comunitários, o que muitas não tem, e por isso são chamadas apenas de localidades.

A evasão ou êxodo rural em muitas dessas comunidades ocorreu, principalmente, devido à criação do município de Itamarati. Antes mesmo de ser legalmente instituído, Itamarati já existia como um povoado adensado, oferecendo alguns serviços indisponíveis nas comunidades mais distantes. Essas comunidades eram altamente dependentes de produtos naturais, tanto para saciar a fome quanto para tratar enfermidades, e não possuíam condições de deslocar-se aos centros urbanos mais próximos para acessar serviços básicos, como saúde e educação. Esse contexto pode ter sido um forte motivador para a migração em direção ao povoado e, posteriormente, ao município de Itamarati, no estado do Amazonas.

No gráfico apresentado no capítulo I deste texto, é possível analisar, por meio dos censos demográficos, a variabilidade populacional no município. Os dados indicam que, entre os anos de 2010 e 2022, houve um aumento de aproximadamente 36% na população urbana, comparado ao ano de 2010. Tal crescimento reforça a discussão apresentada.

Durante as visitas de campo realizadas, um morador da comunidade Walter Bury, que participou das viagens e possui amplo conhecimento sobre toda a calha do rio, contribuiu com informações valiosas. Ele detalhou aspectos como o melhor período para navegação, a localização dos canais do rio durante a seca, o tempo necessário para cada viagem e o transporte adequado a ser utilizado, entre outros conhecimentos adquiridos ao longo do tempo. Durante esse processo, ele nos mostrou localidades que já não possuem mais casas, mas que, em tempos passados, eram comunidades densamente povoadas. Algumas dessas localidades sequer constam mais nos registros do IDAM. Outras contam com apenas uma residência, como no caso de uma comunidade que abrigava apenas dois moradores.

Durante as viagens, o Sr. E., em uma de suas falas disse o seguinte:

“aqui nessas comunidades que só tem uma casa, e durante a cheia você não ver quase ninguém nessas casas, e em algumas nem casa tem, tem apenas uma casa de farinha e um tapirir, mas durante a seca isso aqui enche de

gente, o pessoal vem plantar e pescar, voltam pros seus lugares, e ninguém pode mexer em nada, nem durante a cheia e nem durante a seca, se não da confusão” (Entrevistado E, 2024).

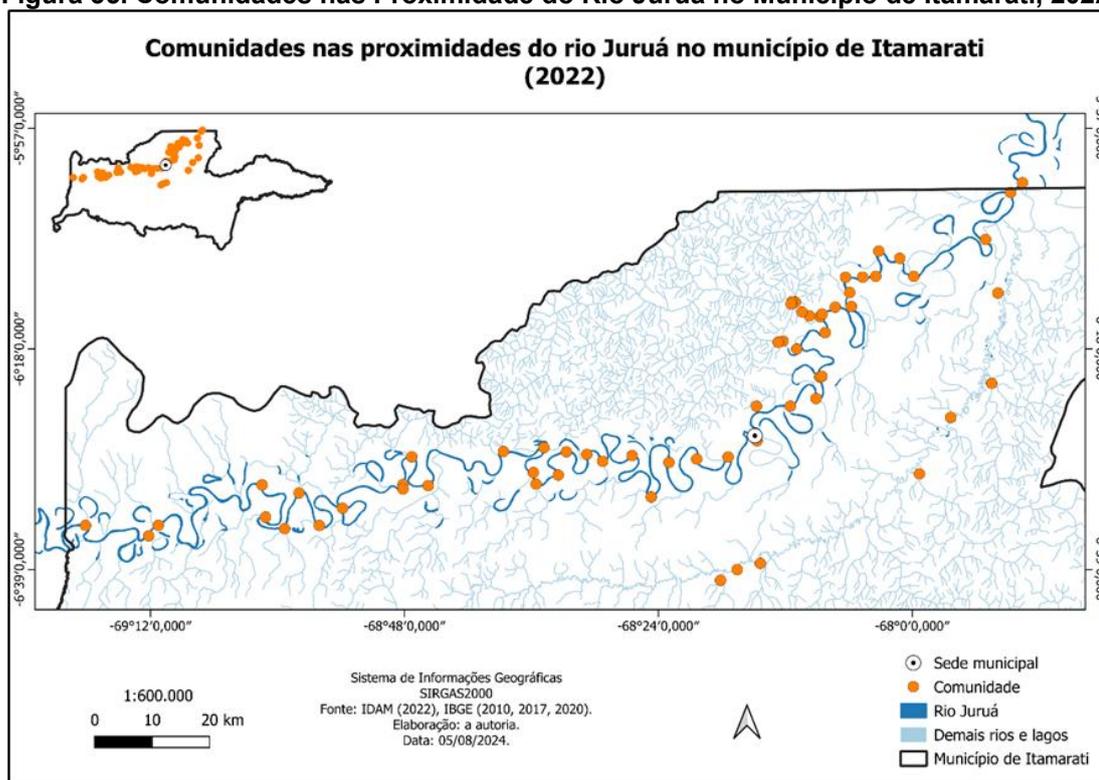
Isso nos permite concluir que os territórios não são inteiramente desterritorializados, tampouco foram totalmente abandonados por esses comunitários. Eles exercem múltiplas territorialidades, dependendo do período do ano e do nível do rio. Esses comunitários possuem terras, casas e trabalho na cidade, mas não deixaram de pertencer à comunidade. Ainda mantêm a produção em um período específico e exercem o controle sobre o território para resguardar e garantir a atividade produtiva durante a seca.

A distribuição espacial e territorial das comunidades pertencentes ao município de Itamarati é quase igualitária em termos quantitativos no território, tanto a jusante quanto a montante da sede municipal. A grande maioria das comunidades está localizada em terras de várzea, ou seja, às margens do rio principal, embora algumas se encontrem em terra firme. O mapa abaixo ilustra a distribuição espacial dessas comunidades.

Essa análise é importante para compreender o quantitativo de comunidades e verificar se o maior número em uma das direções apresenta algum indicativo ou influência de outro município, como aquelas que fazem limite com os territórios de Caruari e Eirunepé, por exemplo. Além disso, é relevante considerar a influência de outros agentes, como reservas (no caso de terras indígenas) ou tabuleiros. Também é necessário avaliar se há predominância de comunidades a jusante ou a montante e se isso configura um indicador quantitativo e demográfico significativo.

O mapa (Figura 35) traduz o que vivemos em campo, quando perguntados aos moradores sobre as dificuldades enfrentadas e a localização das comunidades, que conforme evidenciado no mapa encontram em grande maioria na margem do rio Juruá, pensadas principalmente para facilitar o escoamento da produção e produtos extraídos, além da facilidade de locomoção para o município, o que traria mais desafios se essas tivessem em terra firme distantes da margem do rio principal.

Figura 35. Comunidades nas Proximidades do Rio Juruá no Município de Itamarati, 2022.

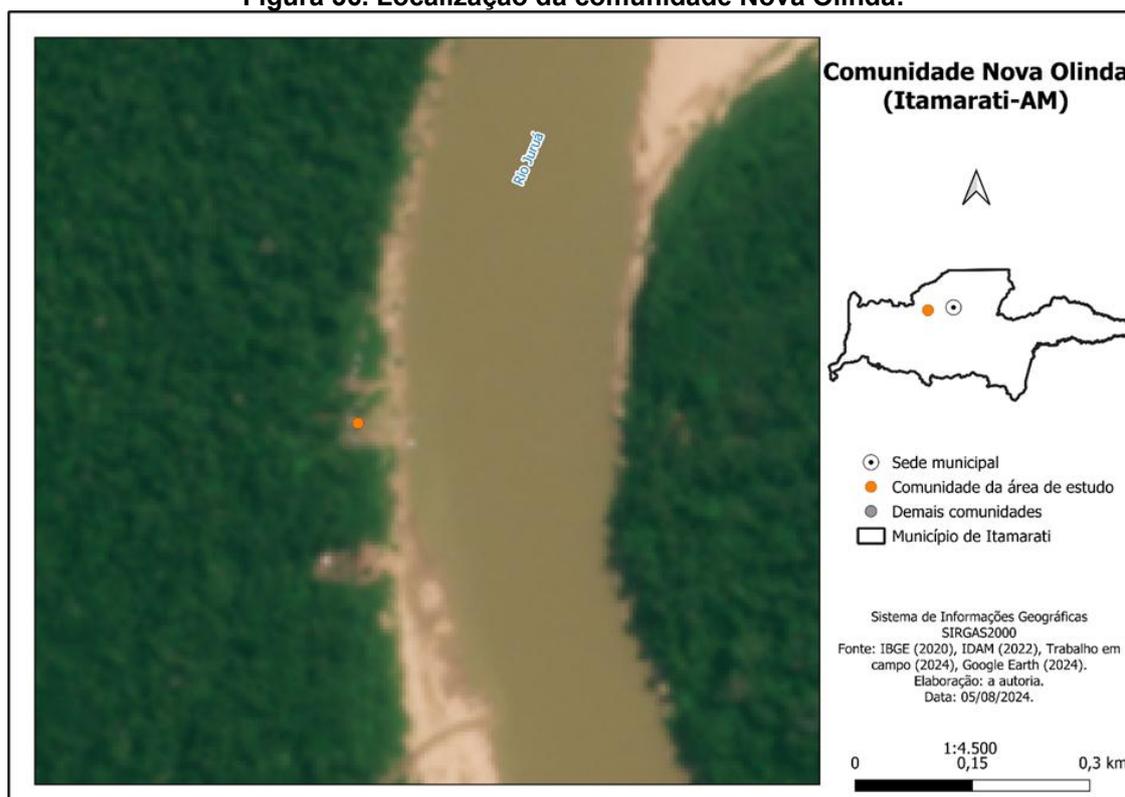


Fonte: Nascimento (2024).

Dessa forma, as três comunidades estudadas não fogem dos padrões apresentados nas demais comunidades do território itamaratiense, pouco adensadas, precariedade social, falta de apoio da gestão pública, decadência na produção e extração de produtos florestais e dependência dos serviços da cidade, além de concentra-se uma parte da alimentação nos produtos industrializados adquiridos no centro urbano.

Comunidade Nova Olinda – Localizada a montante do Rio Juruá, em relação à sede do município de Itamarati, a comunidade Nova Olinda situa-se em área de várzea, na latitude $06^{\circ}28'02.7''$ e longitude $68^{\circ}30'45.6''$. Está a cerca de 1h40min da sede, utilizando um motor de 40hp e uma lancha de alumínio de 4 metros. De acordo com dados fornecidos pelo IDAM, a comunidade é composta por 4 famílias e 26 membros. Contudo, durante o trabalho de campo, constatou-se um número de moradores inferior ao informado, o que reforça o que já foi discutido sobre o movimento de pessoas no rio e a presença dos comunitários em suas localidades durante o período da seca. Enquanto na seca a maioria deles permanece na comunidade, na cheia, a situação é diferente (Figura 36).

Figura 36. Localização da comunidade Nova Olinda.



Fonte: Google Earth (2023); IBGE (2021). **Elaborado por:** Nascimento (2024).

Durante o campo realizado na cheia, estavam presentes na comunidade apenas o Sr. Ulisses e mais 5 membros de sua família. Já no campo realizado durante a seca, foi possível observar um cenário distinto, com o Sr. Ulisses e mais 9 membros presentes. A comunidade possui 8 casas (Figura 37), sendo uma delas destinada à produção de farinha, além de uma pequena casa flutuante, utilizada principalmente para lavar roupas, tomar banho e realizar outras atividades, como limpar os peixes pescados. A comunidade também dispõe de um pequeno batelão, utilizado para a vigilância do tabuleiro durante o período de desova das espécies de quelônios.

Figura 37. Comunidade Nova Olinda durante a cheia.



Fonte: Nascimento (2024).

A liderança da comunidade é exercida pelo Sr. Ulisses, de 65 anos. Ele não nasceu na comunidade, tendo se mudado para o local durante o período da exploração da borracha. Conforme relatado por ele, saiu de sua comunidade de origem no município de Eirunepé para trabalhar. O Sr. Ulisses mantém uma residência na sede do município, onde fica quando precisa ir à cidade e onde residem seus demais familiares, filhos e netos. Segundo ele, e de acordo com o Sr. Nerinho, a liderança anterior da comunidade era exercida pelo Sr. Moreno e sua família. No entanto, após o falecimento da mãe do Sr. Moreno decidiu se mudar para a cidade, levando consigo todos os familiares. Mesmo assim, o Sr. Moreno continua frequentando o território pertencente à comunidade para realizar atividades como plantio, pesca, caça, corte de madeira e outras práticas, principalmente durante o período de seca do rio, que é considerado um tempo de fartura e de produção (Figura 38).

Figura 38. Comunidade Nova Olinda durante a seca.



Fonte: Nascimento (2024).

A comunidade não dispõe de escola própria nem de posto de saúde para atendimentos básicos. Por isso, os moradores precisam se deslocar até a comunidade Canta Galo para receber cuidados médicos básicos e, em casos mais graves, devem ir ao município de Itamarati. Quanto à educação, a escola mais próxima para as crianças fica na comunidade Walter Bury, mas oferece apenas as fases iniciais do ensino básico. Após esse período, os alunos precisam se mudar para a cidade para continuar os estudos. Isso faz com que grande parte dos moradores tenha também uma residência na cidade, a fim de acomodar seus filhos durante o período de estudos e facilitar o acesso à sede do município.

A alimentação baseia-se principalmente no consumo de peixe e diretamente a farinha da mandioca, um dos principais alimentos dos povos residentes as margens dos rios amazônicos, também a carne de caça, com menos frequência, ou conforme foi observado e relatado pelo Sr. Ulisses, frutas em gerais e demais alimentos extraídos do ambiente, além dos produtos industrializados.

Na Nova Olinda não existe nenhuma criação de animais em grande escala, ou grandes plantações, como roçados de terra firme, por exemplo, ou roçados de bananas, a produção concentra-se diretamente durante o período da seca, onde surge as grandes praias e abrem espaços para serem feitas as grandes vazantes de mandioca, melancia, melão, jerimum, feijão etc., essas que são feitas nas costas das praias, ou melhor, em sua parte mais alta próxima ao acero.

Assim, a produção na comunidade baseia-se prioritariamente na produção familiar de baixa escala, onde produz-se apenas o necessário para o consumo, mas

em casos de alguns produtos, como a farinha de mandioca, quando acontecer de haver excedentes esse é vendido, com destino a sede do município ou algum outro comprador que passe e pare na comunidade a procura.

Observou-se na comunidade a presença de algumas árvores frutíferas, goiabeira, mamoeiro e principalmente o açaizeiro que apesar de ser natural, teve muitos pés plantados na área da comunidade, conforme o Sr. Ulisses comentou. Observamos também uma pequena criação de galinhas, proximamente umas 15 cabeças, essa observação foi feita durante o campo da cheia, pois na seca não conseguimos observar as mesmas por estarem despeças sobre o território da comunidade (Figura 39).

Figura 39. Fruteiras e galinhas na Comunidade Nova Olinda.



Fonte: Nascimento (2024).

Durante os trabalhos de campo realizados nas comunidades ribeirinhas estudadas, percebemos uma tendência crescente se destacando: o aumento do consumo de alimentos industrializados e enlatados, além de outros produtos adquiridos nas áreas urbanas do município. Essa mudança alimentar pode afetar diretamente a cultura tradicional de subsistência dessas comunidades, pode ser atribuída a diversos fatores.

Um dos motivos principais é a diminuição dos recursos naturais disponíveis, principalmente no período da cheia, quando o acesso a alimentos frescos como peixes, frutos e outros produtos da floresta se torna mais difícil. Nesse contexto, a pesca e a coleta de alimentos, que historicamente garantiam a sobrevivência da

comunidade, passam a ser insuficientes para suprir as necessidades alimentares diárias, ligado principalmente pela diminuição desses recursos ao longo dos anos passado, ocasionados pela alta exploração feita nesses ecossistemas e as espécies que os compõem.

Outro fator significativo é a presença de programas de assistência social do governo, que fornecem benefícios financeiros, como o Bolsa Família ou aposentadorias, permitindo que as famílias tenham acesso a recursos financeiros para comprar alimentos e produtos industrializados no município. Essa renda extra, embora tenha seu papel positivo, também contribui para uma crescente dependência de produtos externos e para o enfraquecimento das práticas tradicionais de produção e consumo.

Além disso, muitos moradores relatam que, durante o verão, a venda do excedente da produção agrícola ou do pescado torna-se uma importante fonte de renda. O pescado, em particular, é amplamente comercializado, com alguns pescadores saindo para vender no município, reforçando essa relação econômica entre a comunidade e os centros urbanos. No entanto, essa prática também favorece a introdução de hábitos alimentares urbanos, que aos poucos substituem os alimentos oriundos da pesca e da agricultura de subsistência, base da alimentação ribeirinha.

Essa transição alimentar, embora inicialmente vista como uma forma de adaptação às dificuldades ambientais e econômicas, traz impactos a longo prazo. O consumo excessivo de alimentos industrializados pode levar ao abandono de práticas sustentáveis de manejo dos recursos naturais, ao mesmo tempo que afeta a saúde dos moradores, aumentando o risco de doenças associadas à má alimentação, como diabetes e hipertensão. Portanto, é necessário refletir sobre formas de equilibrar as vantagens da modernização e do acesso a novos produtos com a preservação dos conhecimentos tradicionais e dos recursos naturais, que sempre garantiram a autonomia dessas comunidades.

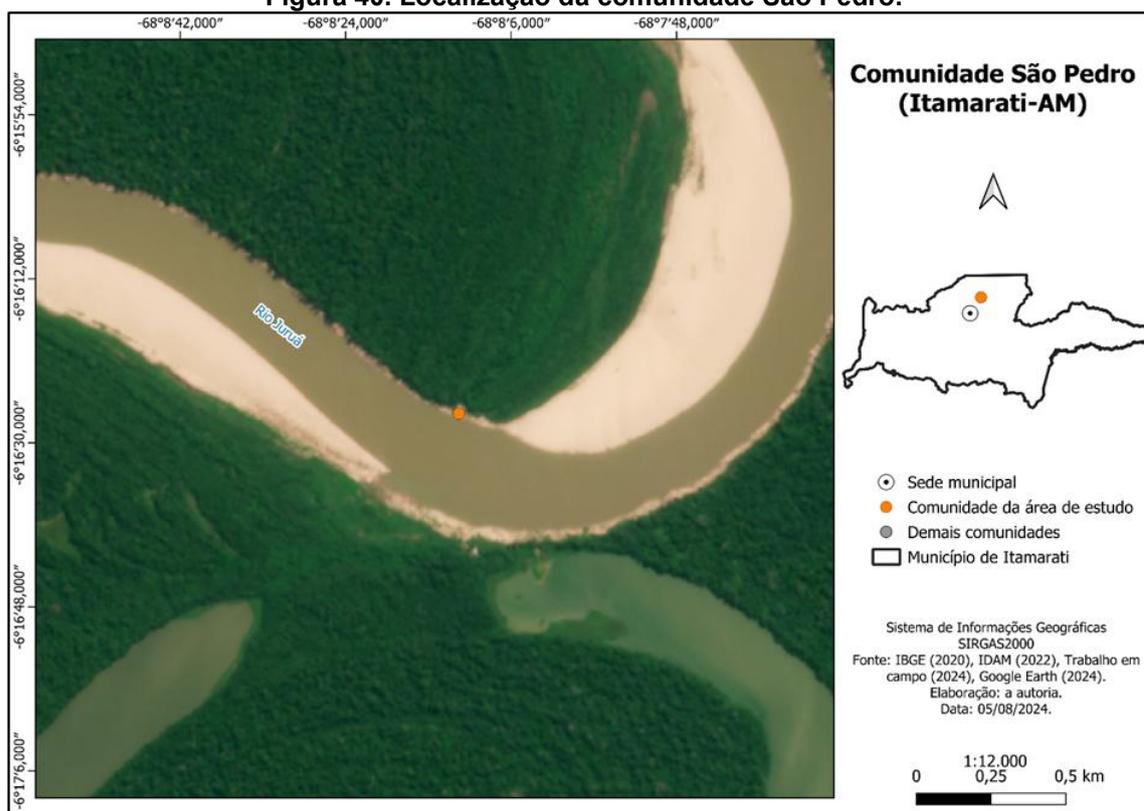
No que diz respeito às práticas de manejo e aos cuidados com o tabuleiro de quelônios, a comunidade exerce um papel fundamental por meio de seus moradores, assegurando a conservação e a manutenção das espécies no Rio Juruá. Assim como o tabuleiro de Walter Bury, a criação desse espaço é anterior à institucionalização do município, com mais de 40 anos de existência. Inicialmente, o objetivo era garantir a privatização e a segurança alimentar, provavelmente sob a iniciativa do patrão

seringalista ou proprietário dessas terras. Com o passar do tempo e o desenvolvimento da região, o cuidado com o tabuleiro passou a visar a preservação e o aumento das espécies, cujas populações foram drasticamente reduzidas durante o período exploratório da Amazônia. Naquela época, as tartarugas eram intensamente exploradas para a produção de óleo e manteiga, produtos consumidos não só localmente, como exportados para centros como Manaus e Belém (Bates, 1979).

As práticas de manejo realizadas por esses comunitários serão descritas no tópico seguinte, onde discutiremos as atividades específicas desenvolvidas na comunidade Walter Bury. Esse acompanhamento permite observar o esforço contínuo desses indivíduos em prol da preservação das espécies. Vale ressaltar que esses moradores enfrentam desafios diários, uma vez que recebem pouco apoio da gestão municipal e apenas ocasionalmente contam com ajuda externa para assegurar a proteção e a manutenção do tabuleiro.

Comunidade São Pedro – Localizada a jusante do Rio Juruá, em relação à sede do município de Itamarati, a comunidade São Pedro situa-se também em área de várzea, na latitude 6°16'5.74"S e longitude 68°9'26.51"O. Está a cerca de 1h da sede, utilizando um motor de 40hp e uma lancha de alumínio de 4 metros. De acordo com dados fornecidos pelo IDAM, a comunidade é composta por 1 família com 6 membros, na ocasião da visita de campo, durante o período da cheia só estavam presentes na residência os dois filhos da Dona Nair, liderança da comunidade que estava fazendo tratamento em Manaus, segundo o seu filho (Figura 40).

Figura 40. Localização da comunidade São Pedro.



Fonte: IBGE (2020). **Elaborado por:** Nascimento (2024).

Conforme mencionado anteriormente, a liderança da comunidade é exercida pela Sra. Dona Nair, de 78 anos, que nasceu e vive no local até hoje, acompanhada de seus filhos, no território que um dia pertenceu aos seus pais. Viveram na região por muitos anos, construindo suas territorialidades, participando do desenvolvimento e promovendo a proteção dessas terras. Dona Nair se empenha em manter esse vínculo, recusando-se a abandonar o local que, para ela, tem um valor inestimável, tanto patrimonial quanto cultural. Este território representa não apenas sua identidade, mas a sua conexão familiar e histórica com aqueles que um dia fizeram parte deste lugar.

A primeira parte do trabalho de campo na comunidade São Pedro foi realizado em abril, durante a cheia do Rio Juruá (Figura 41). Observamos que, entre as três comunidades estudadas, esta possui o menor número de habitantes, o que a caracteriza como uma localidade. De acordo com o levantamento feito pelo IDAM responsável pelo censo das comunidades ribeirinhas do território de Itamarati, locais com menos de 10 moradores não são considerados oficialmente comunidades. Apesar disso, São Pedro ainda abriga a principal liderança local, que reside no território há muitos anos. No momento da visita, estavam presentes apenas dois filhos

de Dona Nair, enquanto o terceiro se encontrava em outra comunidade a trabalho, conforme relataram os irmãos.

Figura 41. Comunidade São Pedro durante o período de cheia.



Fonte: Nascimento (2024).

Assim como ocorre na Comunidade Nova Olinda, os moradores de São Pedro concentram sua produção durante o período da seca, priorizando a produção e subsistência familiar em uma escala reduzida. A produção de farinha de mandioca, principal alimento consumido por esses moradores, tem sua produção planejada para suprir as necessidades durante o inverno, pois não há roçados ou outras plantações em terra firme. Em caso de excedente, a produção é vendida na sede do município. Diferentemente das outras duas comunidades estudadas, São Pedro se localiza relativamente próxima à zona urbana, a cerca de uma hora e 30 minutos de viagem de motor rabeta, o que facilita o deslocamento até a cidade.

A comunidade possui algumas árvores frutíferas plantadas, embora nenhuma em grande quantidade, com exceção do açaí, que é naturalmente encontrado em abundância nas áreas de várzea e colhido durante o período de cheia. Assim como nas demais comunidades estudadas, há uma pequena criação de galinhas, o que é importante para a segurança alimentar dos comunitários em momentos de escassez. Observamos aproximadamente 20 aves. Além disso, a Dona Nair e seus filhos criam porcos em um curral específico, mantendo soltos apenas as porcas paridas. Quando perguntados sobre o propósito da criação de suínos, se era voltada para o consumo próprio ou para o comércio, os filhos explicaram que a criação é majoritariamente para

consumo, uma vez que a venda na cidade é limitada. Segundo eles, os moradores preferem comprar carne suína do mercado, que costuma ser mais acessível e oriunda de outros centros urbanos, especialmente Manaus. Dessa forma, a criação é mantida em pequena escala, apenas para a subsistência da família e para consumo em datas festivas, como aniversários, festejos e outros eventos (Figura 42).

Figura 42. Criação de suínos e galinhas.



Fonte: Nascimento (2024).

Quanto às práticas de manejo e proteção do tabuleiro de quelônios, a comunidade São Pedro, representada principalmente pela liderança de Dona Nair, iniciou a preservação da praia em um momento posterior ao das outras comunidades estudadas. Esse tabuleiro, por características ambientais, apresentava originalmente um menor número de tartarugas adultas que saíam nessa praia e posteriormente o número de filhotes soltos anualmente, motivo pelo qual não havia grande interesse em sua preservação. Outro fator foi a existência de um tabuleiro próximo e mais antigo, o tabuleiro da Vista Alegre, que era protegido pelo tão conhecido Sr. Alagado, profundo conhecedor das técnicas de manejo de quelônios e que desde jovem acompanhava seu pai nessa prática. No entanto, devido a um fenômeno natural, o rio alterou seu curso, deixando o tabuleiro dentro de um meandro abandonado, o que fez com que as espécies migrassem para outras praias. Em sua maioria, essas espécies passaram a desovar na praia da comunidade São Pedro, aumentando o número de tartarugas adultas e filhotes soltos anualmente, conforme relatado pelos moradores.

Do lado oposto da comunidade, há uma casa (Figura 43) maior e uma pequena, utilizadas pelos comunitários para vigilância da praia, especialmente durante o período de seca, quando as tartarugas desovam. A localização estratégica também

permite a vigilância do lago próximo à casa, economizando tempo e esforço dos comunitários responsáveis pela segurança tanto da praia quanto do lago. Este último é monitorado durante a cheia para evitar interferências externas, protegendo o habitat e garantindo que os quelônios permaneçam na área reprodutiva, impedindo a dispersão para outras partes do Rio Juruá.

Figura 43. Casa utilizada para fazer a vigilância do tabuleiro e do Lago.



Fonte: Nascimento (2024).

Além da casinha de vigilância, a comunidade dispõe de um pequeno batelão (Figura 44) utilizado pelos moradores e pelo Sr. Alagado, da comunidade Vista Alegre, para a proteção do tabuleiro e do lago, especialmente durante o período de desova das espécies. Esse é um momento em que os animais ficam vulneráveis ao subir na praia, sofrendo pressão externa de pescadores. Esses pescadores não vêm apenas da cidade, mas, conforme relatado, também de comunidades vizinhas, que aproveitam o conhecimento da área para tentar explorar os animais na praia, mesmo com a restrição legal existente. O batelão é usado principalmente para abrigar os vigias no lado oposto da praia, na parte mais elevada, onde as espécies se concentram em maior número, facilitando o acompanhamento do trânsito de pessoas pelo rio e a visualização de possíveis invasores que queiram capturar as espécies na praia.

Figura 44. Batelão utilizado para fazer a vigilância do tabuleiro São Pedro.



Fonte: Nascimento (2024).

As lideranças das comunidades enfrentam inúmeros desafios para realizar os cuidados e práticas de manejo nos tabuleiros e proteger as espécies que utilizam essas áreas para reprodução. Esses desafios abrangem desde a organização social comunitária para divisão das tarefas até a falta de participação de alguns comunitários. Alguns alegam que possuem outras atividades, como a plantação, realizada durante a seca quando as praias ficam descobertas, e destacam a falta de incentivos para desempenhar essa atividade de manejo.

Um dos principais desafios para garantir o sucesso das atividades de manejo é a organização social e a mobilização comunitária. A divisão de tarefas, essencial para a proteção contínua dos tabuleiros, muitas vezes é dificultada pela falta de participação de alguns moradores. Muitos alegam que precisam priorizar outras atividades, como a agricultura e a pesca, sobretudo durante o período da seca, quando as praias ficam descobertas e tornam-se ideais para cultivo. Além disso, a ausência de incentivos externos, tanto financeiros quanto institucionais, limita o engajamento de muitos comunitários, que percebem o manejo como uma tarefa custosa e desgastante, sem retorno imediato. Esse desafio de engajamento demonstra a necessidade de políticas públicas que incentivem e reconheçam a importância do trabalho dos comunitários, valorizando o manejo como uma prática essencial para a preservação da fauna local.

Outro desafio, de natureza ainda mais complexa, envolve a presença constante de invasores nas áreas de manejo, representando uma ameaça real para as lideranças e vigias das praias. Conforme relatos obtidos durante as observações de

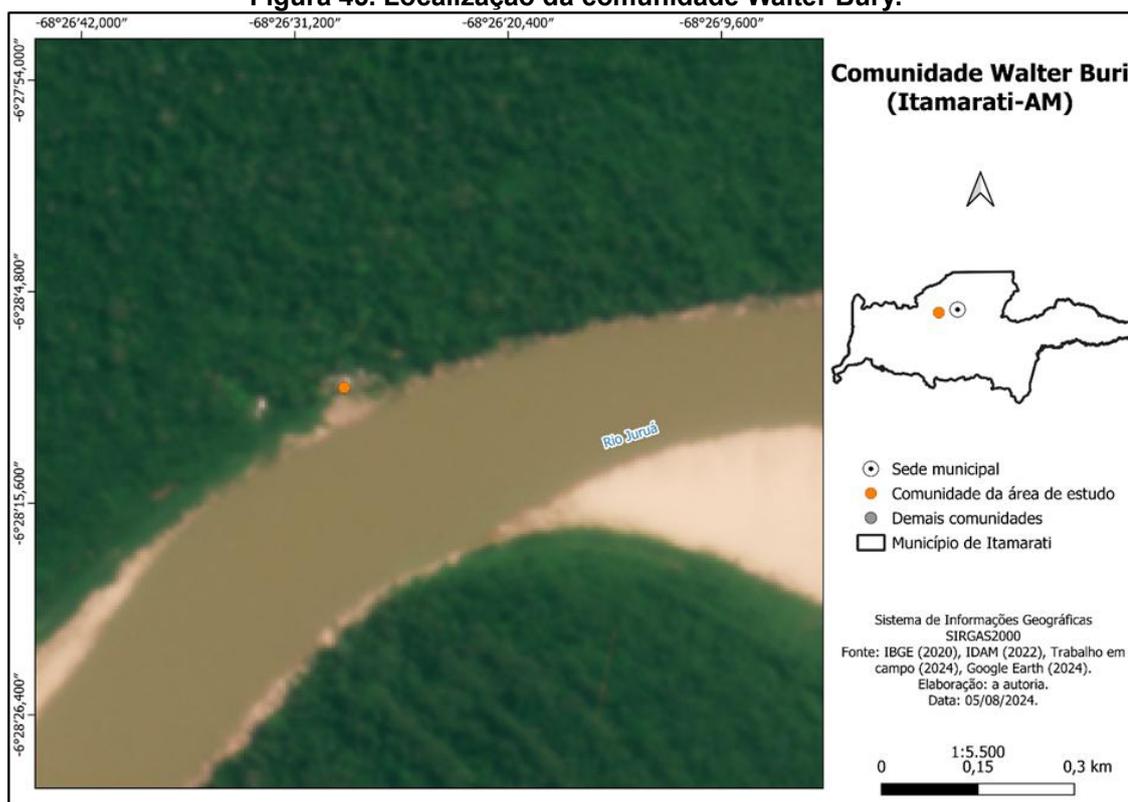
campo, esses invasores não são apenas oriundos das áreas urbanas, como também de comunidades localizadas a jusante e a montante dos tabuleiros. Frequentemente armados, essas pessoas tentam explorar o tabuleiro para a captura ilegal de quelônios e não hesitam em reagir de forma agressiva quando confrontados. A intimidação e as ameaças aos vigias e demais comunitários tornam o trabalho de proteção arriscado, deixando os líderes desamparados, já que não contam com apoio oficial para intervir em situações de risco. Esse contexto de vulnerabilidade reflete a urgência de um maior respaldo das autoridades para garantir a segurança dos vigilantes e a integridade dos tabuleiros.

No próximo tópico, abordamos detalhadamente as etapas do manejo das espécies e os esforços empreendidos pelos comunitários para equilibrar a preservação dos tabuleiros com suas demais atividades de subsistência. Além disso, discutimos como exercem sua territorialidade no espaço da comunidade, nos tabuleiros e nos lagos adjacentes, que também estão sob sua proteção. Este compromisso com o espaço comunitário reflete o profundo vínculo entre os moradores e seu território, fortalecendo uma cultura de sustentabilidade e preservação que transcende gerações.

3.4. Modos de reprodução social dos ribeirinhos residentes na comunidade Walter Bury e práticas de conservação dos quelônios

Localizada a montante do Rio Juruá (Figura 45), em relação à sede do município de Itamarati, a comunidade Walter Bury encontra-se em uma área de várzea alta, nas coordenadas de latitude 06°28'09.7" e longitude 68°26'28.7". Está aproximadamente 1h30min da sede municipal, considerando o uso de um motor de 40 hp em uma lancha de alumínio de 4 metros. Segundo dados fornecidos pelo IDAM, a comunidade é composta por 6 famílias e 35 membros. Observou-se, assim como nas demais comunidades estudadas, que o número de moradores presentes varia de acordo com a estação do ano, verão ou inverno, o que confirma o que foi anteriormente discutido neste estudo sobre a variação populacional nessas comunidades, influenciada pelo movimento das águas e conseqüentemente pelo período do ano.

Figura 45. Localização da comunidade Walter Bury.



Fonte: IBGE (2020); IDAM (2022); Google Earth (2024). **Elaborado por:** Nascimento (2024).

Os moradores da comunidade Walter Bury mostram-se mais organizados social e estruturalmente. A maioria dos membros pertence à família do Sr. Chico Amâncio, principal liderança comunitária, que reside na comunidade com dois filhos e uma filha casados, cada um com suas próprias famílias e casas. Essa composição facilita a tomada de decisões e minimiza conflitos de interesse, especialmente em relação às atividades de manejo dos tabuleiros e lagos, que são cuidados pelos próprios moradores.

A comunidade conta com oito casas e uma casa de farinha (Figura 46), todas construídas exclusivamente em madeira retirada da floresta nas proximidades. As casas são bem conservadas, ainda que não sejam construções recentes. A casa de farinha possui cobertura de palha, e um extenso trapiche liga todas as residências à casa de farinha, o que facilita a locomoção dos moradores, principalmente durante o período de cheia e nos meses de maior incidência de chuvas, quando o solo fica encharcado e suja o trapiche e conseqüentemente as residências.

Figura 46. Comunidade Walter Bury durante a cheia.



Fonte: Nascimento (2024).

A estrutura das construções tem uma exceção: a escola (Figura 47) da comunidade, que aparenta ter sido construída recentemente. Ela desempenha um papel fundamental na formação inicial das crianças, permitindo que permaneçam na comunidade durante esse primeiro estágio educativo. A presença de professores capacitados vindos da cidade também contribui para a formação inicial dos moradores.

Figura 47. Escola da comunidade Walter Bury.



Fonte: Nascimento (2024).

Durante o período da cheia, o porto da comunidade fica praticamente ancorado ao trapiche. As casinhas flutuantes são amarradas aos barrotes, e as canoas também são atracadas ali, o que facilita a entrada e saída da comunidade, evitando a necessidade de subir o barranco pela estiva, como ocorre durante a seca, quando a comunidade fica afastada da margem do rio.

Já no período da seca, o cenário muda, e os comunitários precisam aplicar seus conhecimentos e esforços para facilitar a subida e descida das casas até o porto, em um trecho de aproximadamente 150 a 200 metros de solo encharcado e escorregadio. Essa condição aumenta o risco de acidentes, especialmente quando os moradores precisam carregar algum peso. Para melhorar a mobilidade e garantir a segurança, quando a água começa a baixar, os comunitários se reúnem para construir a “estiva” (Figura 48), uma pequena estrada que conecta as casas ao porto, feita de madeira.

Conforme destacado nas figuras abaixo, para a construção da estiva, uma ou mais árvore grande é cortada e colocada sobre o solo. Nessa madeira, são feitos cortes que formam degraus, evitando que os moradores escorreguem quando a madeira está molhada. Além disso, algumas varas finas são adicionadas para servir como suporte durante a subida e descida pela estiva, o que facilita a locomoção e aumenta a segurança dos moradores.

Nas atividades conjuntas e benéficas para toda a comunidade, os moradores demonstram organização e empenho em prol de um bem comum. No caso em questão, a construção de uma boa estiva atende a todos os membros da comunidade. Essa colaboração ocorre também nas demais atividades comunitárias, como relatado pelo Sr. Chico Amâncio, é assim todos os anos, inclusive durante a construção do trapiche, por exemplo. Quando alguém precisa de ajuda, a comunidade se organiza em um sistema de troca de serviços, onde não há pagamento em dinheiro, mas sim em serviços prestados, de forma que a pessoa auxiliada retribui o apoio quando quem ajudou também precisar. Esse sistema de cooperação mútua é essencial, especialmente no período das produções.

Figura 48. Estiva do porto da comunidade Walter Bury.



Fonte: Nascimento (2024).

Conforme observado e relatado durante o trabalho de campo, percebe-se a importância da organização social e do planejamento entre os comunitários, especialmente devido ao reduzido número de moradores na comunidade, o que limita a mão de obra para executar as tarefas. Em contrapartida, o Sr. Chico Amâncio destaca que essa baixa densidade populacional apresenta uma vantagem, pois minimiza os conflitos e facilita a tomada de decisões entre os moradores, como já mencionado neste texto, especialmente no que se refere à divisão das tarefas no território da comunidade.

Na comunidade Walter Bury, observou-se especificidades que a diferenciam das outras duas comunidades estudadas. Além da visita durante o período de cheia, foram realizados quatro dias de campo na comunidade durante a seca, o que permitiu acompanhar de perto os modos de reprodução e as práticas territoriais dos moradores. Foi possível observar detalhadamente como os comunitários interagem entre si e com o ambiente, especialmente no que se refere aos cuidados e à manutenção do tabuleiro.

Observamos que os comunitários desenvolvem diversas atividades, além da caça, coleta e agricultura, especialmente durante o período da seca. A criação de animais voltada para a subsistência durante os períodos de escassez também acompanha o movimento das águas. A vida dessas populações que se territorializam nas margens da rica bacia hidrográfica do Rio Juruá, é impulsionada por essa dinâmica, especialmente para aqueles que optaram por permanecer em seus territórios de origem em vez de migrarem para a cidade.

Na comunidade Walter Bury, identificamos uma significativa criação de aves, incluindo galinhas e patos (Figura 49), com cerca de 40 cabeças, além dos animais que não foram observados, pois, durante a seca, eles se dispersam em busca de alimento pela comunidade. Quando questionados sobre a finalidade da criação, os moradores, que compartilham essa atividade, explicaram que o principal objetivo é garantir o alimento. Eventualmente, podem vender um ou outro animal, caso algum viajante pare na comunidade e manifeste interesse, mas isso ocorre em situações específicas, sendo a alimentação o objetivo principal.

Além das aves, também observamos uma criação de suínos, com aproximadamente 20 porcos soltos pelo quintal, além dos que estavam dispersos. Esses animais têm a mesma finalidade dos outros, que é garantir alimento em períodos de escassez. A criação também não é concentrada em apenas um proprietário, embora cada morador saiba identificar seus animais. Os comunitários mencionaram que preferem criar essas espécies (aves e suínos) porque demandam pouco trabalho e custo, pois conseguem se alimentar dos recursos naturais ao redor da comunidade, reduzindo assim despesas com alimentação.

Contudo, a criação de porcos no quintal da comunidade traz uma especificidade relatada em outras comunidades com práticas semelhantes e em Walter Bury, onde foi relatado que esses animais atraem predadores, como onças, outros felinos e jacarés, especialmente no período da cheia, pois durante a cheia os jacarés ficam nas proximidades da comunidade e próximo as casas onde estão esses animais. Isso exige um planejamento cuidadoso sobre onde serão instalados o curral e uma atenção especial com a segurança dos moradores. De acordo com relatos, houve casos em que onças capturaram porcos próximos das casas, deixando rastros e marcas de sangue. Além disso, as galinhas e os patos atraem cobras, mucuras e outros pequenos predadores, o que também demanda atenção dos moradores. Além da

criação desses animais existem também algumas aves domésticas criadas pelos moradores, como papagaios e periquitos, e pato do mato o que é comum nas comunidades ribeirinhas que cobrem a Bacia Hidrográfica do Rio Juruá.

Figura 49. Criação de aves e porcos.



Fonte: Nascimento (2024).

A criação de animais é um fator importante e estratégico para os comunitários, além de aproveitarem a vastidão territorial da comunidade ao seu favor estão assegurando que nos momentos de escassez, principalmente durante o período da cheia, onde a pesca fica difícil e o número de peixes pescado reduzem, além da caça, que naturalmente já exige conhecimentos apurados terão a segurança de ter alimento garantido, além do que poderá e é adquirido na sede do município.

No território da comunidade observamos um significativo número de árvores frutíferas, essas que contribuem para o cardápio alimentar desse povo, além de considerar a venda em caso de excedente, é o caso por exemplo, do açaí e buriti, que naturalmente já são encontrados em área de várzea, mas foram plantados quantidades maiores nas proximidades da comunidade, goiabeiras, jameiros, açazeiros, buritizeiros, limoeiros, ingazeiras, coqueiros, e outras fruteiras que também são encontradas no território da comunidade.

Os comunitários não possuem roçados de mandioca em terra firme, assim como as demais comunidades estudadas, mas tem um roçado de bananas (Figura 50), conhecido também como “bananal”, vale destacar que algumas plantações, assim como o bananal são plantações periódicas, ou seja, são feitas exclusivamente durante

o período da seca amazônica, pois durante a cheia essas terras ficam cobertas por água, o bananal, além do consumo visa também a comercialização do excedente, não só pelo quantitativo produzido, mas também por não ter como conservá-las quando maduras por muito tempo, nesses casos os comunitários não conseguem dar conta de consumir toda produção, e assim vendem ou alimentam os animais, o que também se faz importante como alimentação para própria comunidade e animais.

Figura 50. Bananal na comunidade Walter Brury.



Fonte: Nascimento (2024).

O cardápio alimentar desses povos já não se prende mais a apenas os produtos extraídos da natureza, caça, pesca e o que produz, o desenvolvimento do centro mais próximo e a facilidade em adquirir produtos industrializados mudaram e estão mudando gradativamente a forma de consumo desse povo, o que antes baseavam-se quase que totalmente em produtos naturais, hoje ver nos industrializados crescente em insumos consumidos, o que tem o seu impactos social e cultural, que vão além dos benefícios de ter alimentos comprados em períodos de escassez extrema ao abandono gradativo dos principais modos culturais da culinária local.

A principal produção desses comunitários, assim como nas demais comunidades estudadas e visitadas acontece durante o período da seca, o que acredita-se ser um ponto comum para as comunidades do Rio Juruá, onde as produções concentram-se quando as grandes praias / bancos de areias são descobertas e os ribeirinhos e demais povos concentram suas produções, priorizando a mais importante e rentável que é a produção da farinha, uma vez que grande parte das demais produções precisam ser vendidas rapidamente ou estragam, não sendo possível estocar por muito tempo ou conservá-los, ao caso da melancia, jerimum, batata doce, milho e outras produções da várzea.

Dessa forma, a principal produção da várzea, a farinha é dividida em algumas etapas principais, primeiramente é conservada a maniva/semente (Figura 51) de uma safra para a outra, e quando o plantio começa do zero é preciso pegar emprestado ou comprar manivas de outros comunitários em outras comunidades, para que as manivas aguentem todo o inverno até chegar o verão e a praia ficar propícia para o plantio e ainda estarem boas.

Figura 51. Manivas conservada para o plantio no verão.



Fonte: Nascimento (2024).

Posteriormente, após o nível do Rio Juruá baixar e as grandes praias aparecerem os comunitários escolhem aquelas praias bonitas, no sentido de serem maiores e mais altas, e estrategicamente a que seja mais próxima da comunidade, na comunidade Walter Bury os comunitários plantam na praia que fica na frente da comunidade e também na primeira praia a jusante e na primeira praia a montante, pois segundo eles dá menos trabalho e despesas, pois para ir à praia precisam apenas da canoa e o remo, além de facilitar a vigilância da vazante, pois no período da seca o rio fica movimentado, e a probabilidade de roubo é grande, conforme já aconteceu, segundo os próprios comunitários.

A vazante é feita sempre na costa da praia, parte do aceiro, conforme chamam os comunitários, onde a primeira camada da areia se junta com o solo, e já faz limite com a vegetação, o que segundo eles dá umas mandiocas mais bonitas e férteis, além de facilitar o processo de alimpa, o que é feito duas ou três vezes até a roça ficar boa para a arranca e produção da farinha.

Os comunitários optam por plantar mandioca nas praias (Figura 52), pois o processo, em tese, é mais fácil e, conseqüentemente mais rápido. Após o plantio, em aproximadamente 3 a 5 meses, dependendo da subida do rio já realizam a farinhada, garantindo farinha suficiente para sustentar todo o período de inverno. Essa prática é

completamente diferente dos roçados em terra firme, onde o ciclo da mandioca pode levar mais de 12 meses até estar pronta para a produção, além de demandar mais trabalho e custos financeiros. Nesses casos, dependendo do tamanho da família, os comunitários precisam contratar ajudantes para auxiliar durante as farinhadas.

Figura 52. Roçado de mandioca na praia.



Fonte: Nascimento (2024).

Após ser realizado o plantio a vazante é limpa por pelo menos 4 ou 6 vezes, variando do quantitativo de mato presente, o que é prejudicial para o desenvolvimento das mandiocas, além dos cuidados feito pelos comunitários contra os invasores, pois diferente do roçado de terra firme no roçado da praia os pés de mandioca são arrancados facilmente, o que facilita o processo de arranca.

A famosa "farinhada" (Figura 53), que ocorre conforme a subida das águas, depende diretamente do tempo que o rio leva para encher, quanto mais demorado esse processo, melhor é o desenvolvimento das mandiocas, o que, consequentemente, aumenta a quantidade de farinha produzida. Esse é um período marcado pela união familiar, em que todos os membros se reúnem para ajudar nas etapas da farinhada, até mesmo os que já moram na cidade vem para comunidade ajudar durante esse período de farinhadas.

Durante a farinhada, as tarefas são divididas entre os participantes, e até as crianças colaboram e se divertem. Elas costumam lavar as mandiocas, carregar as cascas, peneirar a massa e servir os adultos, principalmente levando água quando necessário. As mulheres concentram-se na raspagem e lavagem das mandiocas, além da produção de tapiocas e beijus, e no preparo da alimentação servida aos envolvidos. Os homens, por sua vez, dedicam-se à arrancada das mandiocas, ao transporte até a casa de farinha, que muitas vezes está localizada no território da

comunidade, ao cuidado com a prensa para secar a massa e à torrefação da farinha no forno. Esse último processo exige força, resistência e conhecimento técnico para evitar que a farinha seja queimada. Após toda a produção, a área de vazante é roçada e preparada para a próxima safra.

Figura 53. Produção de farinha de mandioca.



Foto: Nascimento (2024).

Após o final da safra, separa-se o suficiente para garantir o sustento durante todo o período da cheia, até que o verão retorne e uma nova safra possa ser produzida. A quantidade a ser reservada é calculada com base no consumo do ano anterior. Por exemplo, para uma família de cinco membros, oito sacas de farinha de 80 litros são suficientes para atravessar os meses de cheia sem a necessidade de adquirir esse alimento essencial. Além do volume reservado, em muitas ocasiões há excedentes após a divisão da safra entre os envolvidos, que geralmente pertencem à mesma família. Nesse caso, o excedente é vendido, gerando uma renda que, em muitos casos, é utilizada para suprir outras necessidades que não podem ser atendidas na comunidade ou pela produção local, como a aquisição de medicamentos para o tratamento de enfermidades.

Além das diversas atividades desenvolvidas pelos comunitários durante o período da seca/verão, eles também se dedicam às práticas de manejo no tabuleiro Walter Bury, que atinge seu auge nessa estação. Durante esse período, as espécies desovam e permanecem em grande parte nas proximidades das praias, o que exige total atenção e cuidado dos comunitários responsáveis, especialmente para proteger contra invasores, cujo número dobra nesse período. Isso ocorre porque as espécies

tornam-se vulneráveis à captura, dada a abundância existente na área do tabuleiro.
Práticas do manejo de quelônios comunidade Walter Bury

Muitos são os escritos e evidências que descrevem como as populações locais e posteriormente os explorados advindos de outras regiões e territórios distantes usavam os recursos animais e vegetais existentes na região amazônica ao seu favor, seja para garantir a sobrevivência, ou seja para geração de capital comercial, o que notadamente começou com a chegada dos exploradores nesta região, ponto pelo qual as espécies passaram a ser predadas e caçadas em grandes quantidades, principalmente aquelas que em algum momento do ano ficam vulneráveis a captura, é o caso das espécies de quelônios durante o período de desova.

As espécies que quelônios da Amazônia forma um dos principais recursos animais dos primeiros povoadores do território amazonense ganhou ainda mais importância com a chegada dos exploradores na região, animais que além de ser preparados de diversas formas na culinária amazonense também tinha sua manteiga como um dos principais produtos extraídos e produzidos naquele momento, pois produzia-se manteiga e óleo, extraído da banha e ovos, principalmente, eram utilizados para a iluminação, não só para o consumo local, mas também para exportação para outros estados, principalmente as grandes capitais, Manaus e Belém (Bates, 1979). Quanto a isso, Capistrano (2000, p. 222) destaca:

Verdadeira vaca amazônica, gado do rio como a chamavam, podia-se guardar às centenas em currais, e fornecia manteiga, a gema do ovo de uma espécie tomava-se com café, com leite. Sua manteiga, além de condimento usual, fornecia iluminação; o casco, sem brilho e por isso imprestável para as obras delicadas, empregava-se como vasilha.

A abundância, a importância, e a valorização, e principalmente a facilidade pelo qual essas espécies se encontravam nas bacias hidrográficas amazônicas fizeram-nas se tornar um produto de alto consumo e comércio naquele momento, e conseqüentemente aumentar os conflitos pela gestão e liderança dos já batizados como tabuleiros, as praias de desova dessas espécies de animais, local onde essas espécies desovam e ficam vulneráveis a captura durante esse momento.

Tais práticas já eram realizadas pelos primeiros habitantes do território amazonense, que estrategicamente já resguardavam os tabuleiros para assegurar que houvesse mais ovos e propriamente indivíduos vivos nesta praia durante a desova. Ao longo da chegada dos exploradores a proteção e direitos ao tabuleiro foi

mudando, e remetia ao ponto sobre o território, ou seja, quem detinha os poderes sobre o território também comandava o tabuleiro e usufruía do que era gerado, exploradores, missionários, patrões seringalistas, foram alguns dos agentes influentes na frente da proteção dessas praias, essas que eram feitas não para preservar as espécies da exploração e de uma extinção precoce, causada pela alta exploração, e também como garantia alimentar e principalmente de geração de renda na venda desses animais. John (2011, p. 169-170) discorre que:

Em uma praia onde as tartarugas depositaram seus ovos, Humboldt assistiu, assombrado, a centenas de índios, dirigidos por missionários franciscanos, pilhando cada um dos ninhos. Quando os jesuítas estavam no comando, impunham métodos de preservação rudimentar, protegendo os ovos em metade de cada uma das praias. Mas depois da expulsão desses missionários, houve abomináveis pilhagens de cada ovo, até o último deles. Humboldt soube que esses bancos de areis do baixo Orinoco rendiam 5 mil enormes vasos de óleo de tartaruga por ano. Ele calculou que isso deveria envolver a destruição de 33 milhões de ovos, postos por cerca de 330 mil fêmeas, o que representa cerca de um terço da população de tartarugas daquele rio. Extrapolada para todos os rios da Amazônia, a quantidade de óleo de tartaruga era assustadora – como mostram os registros de dezenas de milhares de casos de óleo exportados anualmente.

Muitos são os escritos que descrevem números exorbitantes do abate as espécies de quelônios na região amazônica, dos naturalistas, principalmente, o que nos dá possibilidade de entender o quão abundante era dessas espécies na região e consequentemente importante enquanto um recurso alimentar, o que ainda se perdura até os dias atuais, uma vez que essas espécies são consideradas uma iguaria no cardápio alimentar amazonense, consumidas e preparadas de diversas formas, a depender da parte do território amazonense a qual seja encontrada, além de garantir a segurança alimentar de inúmeras populações territorializadas as margem dessas ricas bacias hidrográficas.

Com o passar do tempo e principalmente com o desenvolvimento da região amazônica os tabuleiros foram ganhando novos significados, principalmente com a incidência da alta redução das populações de quelônios nas bacias hidrográficas do território amazonense, e os comunitários residentes as margem dessas bacias hidrográficas foram os principais agentes nesse processo, a começar a despertar o interesse para além de pensar nas vendas ou consumo, mas também a preservação e manutenção dessas populações de animais, e é assim que o manejo, atrelado a esses ribeirinhos ganha força e contribui para reestabelecer as populações de quelônios.

Nesta perspectiva, a parte da bacia hidrográfica do Rio Juruá que cobre o território Itamaratiense existem 4 tabuleiros de preservação as espécies de quelônios integrados as suas respectivas comunidades, sendo um deles um dos primeiros criados e até os dias atuais é referência no que diz respeito a proteção, manutenção e devolução de filhotes anualmente ao seu habitat natural, graças ao empenho e dedicação dos comunitários envolvidos, esses que se desdobram em todas as atividades além da proteção do tabuleiro e manejo das espécies (Figura 54).

Figura 54. Tabuleiro comunidade Walter Bury.



Fonte: Nascimento (2024).

Segundo os comunitários e lideranças das comunidades existem três etapas principais do manejo de quelônios, sendo elas: a “Desova”, “Eclosão” e a “Soltura”, feitas durante o período da seca e começo da cheia do Rio Juruá, mas a proteção com a área do tabuleiro e lagos nas proximidades do tabuleiro também acontece durante o período da cheia, pois é onde esses animais se abrigam, em busca de alimentos principalmente e desperta ligeiramente a atenção dos pescadores, pois na área do tabuleiro os quelônios são visto boiando facilmente e em grandes quantidades, principalmente durante a seca.

A desova, é uma das principais etapas, pois é o momento que as espécies ficam vulneráveis ao subirem na praia para desovar, mas os cuidados acontecem desde o momento em que a água do rio começa baixar e a praia começa aparecer, pois o tabuleiro é sinônimo de abundância de quelônios e isso desperta o interesse de diversos exploradores, assim como foi em outros tempos, seja do município ou das comunidades a montante e a jusante do tabuleiro. E é aí que os comunitários

começam a atuar de forma mais intensa, cuidando e resguardando essa área, apesar de terem pouco ou quase nenhum apoio financeiro ou mesmo material continuam a exercer essa prática, pois a consideram fundamental e já era realizado pelos pais ou familiares ou mesmo outros moradores que viviam na comunidade.

Na comunidade Walter Bury a liderança é exercida pelo Sr. Chico Amâncio, exímio conhecedor das práticas de manejo das espécies de quelônios, segundo o próprio já está a muitos anos nessa “luta”, de cuidado desses animais e ter alguma garantia alimentar ao cuidar dos próprios e conseqüentemente dos lagos, durante a visita, e acompanhamento podemos analisar que as atividades nos tabuleiros são distribuídas pelo próprio Sr. Chico Amâncio, que divide a tarefa entre seus filhos e filhos e seu cunhado, além de ter a ajuda direta do morador da comunidade Canta Galo, mas que durante o período de desova ajuda a cuidar do tabuleiro.

A vigilância e cuidados ao tabuleiro é feita de forma voluntária, pois eles não recebem nenhum recurso financeiro para exercer tais tarefas, além de se desdobrarem entre as suas produções durante o período da seca e propriamente os cuidados com o tabuleiro. A vigilância intensa é feita entre os meses de julho a novembro, até o momento em que acontece o nascimento dos filhotes, mas principalmente durante o período da desova. Os comunitários fazem a vigilância de um batelão (Figura 55), que fica em frente à praia, no barranco, e para não espantar as espécies e principalmente as tartarugas deve ter uma cor suave, fraca e que reflita as cores do ecossistema a volta, água, árvores, ou solo, assim não chama atenção e nem espanta as espécies, é feito a alternância entre os vigias para não sobrecarregar só um, ou seja, cada um fica uma noite, por exemplo, além de utilizarem também uma pequena canoa com um motor rabeta para fazer o monitoramento de ponta a ponta na praia, não dispõem de nenhuma lancha rápida, o que seria fundamental, uma vez que alguns invasores tentam explorar o tabuleiro sobem o rio com lanchas rápidas, o que muitas vezes impossibilita o próprio vigia de acompanhar ou mesmo ver.

Figura 55. Batelão utilizado na vigilância do tabuleiro.



Fonte: Nascimento (2024).

Na vigilância tem uma relação animal e seres humanos, os vigias de praias primordial para o sucesso no manejo e proteção do tabuleiro, as aves (Figura 56), que também reproduzem no tabuleiro, desovam primeiro do que as espécies de quelônios e habitam a praia até ela ser coberta pelo rio.

Figura 56. Aves protetoras do tabuleiro.



Fonte: Nascimento (2024).

As aves, e principalmente as gaivotas são agentes diretos na proteção do tabuleiro, atuando como vigiais que detectam e alarmam alto a chegada e presença

de qualquer invasor, até mesmo os vigias tiveram que se adaptar a elas e utilizar roupas que lhe protegessem das bicadas, que acontecem com frequência durante a estadia na praia, principalmente um chapéu adequado. Os dias de campo e as idas ao tabuleiro nos deram oportunidade de ver de perto, e também se proteger aos ataques das gaivotas, que ao nos ver em cima da praia começaram sobrevoar sobre nós e fazer voos rasantes em nossa direção, que já orientados pelo Sr. Chico Amâncio nos abaixamos e se afastamos, pois, eram muitas delas.

A fala e o semblante no olhar dessas pessoas alto descrevem o quanto essas aves são importantes, pois, os mesmos não têm os equipamentos e ferramentas adequadas para fazer a vigilância do tabuleiro, flutuantes, botes, motores bons, e principalmente mais apoio da gestão municipal e logo órgãos ambientais e assim se prendem aos conhecimentos tradicionais trazidos de gerações anteriores e melhorados pelos próprios sobre como aliar-se ao ambiente e os animais que os compõem por um bem comum, a preservação e manutenção das espécies. De acordo com as entrevistas:

As gaivotas são as principais protetoras né, se o cara tirar as gaivotas e os ovos delas pode esperar o dismantelo [...] se alguém bater na praia nós sabe, porque as gaivotas gritam alto e da comunidade nós ouve [...] eu peguei muito caba atrás de roubar por causa delas, e no começo elas beliscavam até nós, até se acostumarem, por isso a gente as protege também né, porque elas saem primeiro (Entrevistado C, 2024).

Essa e outras falas já destacadas reforçam a importância da relação homem e ambiente por meio dessas espécies positivamente na proteção dos tabuleiros, relação que é baseada nos conhecimentos construídos ao longo do tempo pelos comunitários, que sabem quando subir a praia, quando sair dela, os horários das rondas, horários que cada espécie sai, baseado principalmente no tempo presente naquela noite, chuva, relâmpagos, trovoadas etc.

Durante o segundo campo, realizado em agosto de 2024 pudemos acompanhar de perto todo o trabalho realizado pelo comunitários na proteção e atividades desenvolvidas para fazer a gestão e manter o tabuleiro seguro, e principalmente as etapas desenvolvidas durante a desova dos quelônios no tabuleiro.

Dessa forma, durante as estadias tivemos o privilégio de ir à praia em três momentos, em dias diferentes, inicialmente o Sr. Chico Amâncio nos levou em uma tarde apenas para conhecer a praia e nos falar sobre o trabalho desenvolvido por eles,

fundamental para a manutenção dessas espécies, e nesse momento também recebemos algumas orientações, sobre como agir quando estivesse em cima da praia para não espantar as tartarugas que ficam nas mediações do rio e principalmente em frente à praia “*não vim com roupas de coloração muito forte*”, “*não falar muito alto*”, “*não fazer barulho, com sons ligados*”, “durante o dia andar sempre pela costa da praia”, “e principalmente seguir as orientações do mesmo”, e nesse momento já pudemos perceber que já tinha saído um número significativo de tartarugas, que após desovar tem suas covas marcadas pelos próprios comunitários com “estacas”, e percebemos que em uma parte mais alta da praia, bem no meio dela tinha uma concentração maior, aí indagamos o Sr. Chico, sobre o porquê o mesmo respondeu o seguinte “*ahh, essa parte aqui elas gostam mais né, porque é a parte mais alta da praia, e a areia é mais fofa, e aqui sai mais as tartarugas, as iaçás sai mais na ponta de cima e de baixo, os tracajá também, esses gosta mais do barranco, onde tem aquelas pontinhas de praia né, areia*”.

Durante a desova, além da vigilância da praia os comunitários responsáveis precisam ir todos os dias na praia, com o amanhecer do dia para fazer a contagem e a marcação das covas das espécies que desovaram durante a noite, se foi tartaruga, tracajá ou iaçá, e o quantitativo de cada uma, eles fazem um controle em uma planilha, (Figura 57) ou melhor, uma tabela com as informações, contendo no cabeçalho a data, espécies, horários e vigia responsável, assim fica mais fácil chegar a uma estimativa mais concreta ao final da desova.

Figura 57. Exemplo de planilha de contagem.

FICHAS DE DESOVAS E NASCIMENTOS DE TARTARUGAS DA AMAZÔNIA (Podocnemis expansa).

Tabuleiro Walter Buri, margem direita do rio Juruá, Itamarati/AM.

Do ano 2013 a 2017.

Arquivo Original guardado pela comunidade Walter Buri, margem esquerda do rio Juruá.

Prefeitura Municipal de Itamarati
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO

FICHA CONTROLE DE DESOVA E ECLOSÃO
Tabuleiro: 20 20 20 10 10 10 10 10
Espécie: Podocnemis expansa Ano: 2014

N.	DATA	POSTURA	INCUBADA	NORMAS	FENÔMENOS	MORTOS	OVOS ENXAVADOS	OVOS SOB COVA
1	20/10	15	15	15				
2	21/10	15	15	15				
3	22/10	15	15	15				
4	23/10	15	15	15				
5	24/10	15	15	15				
6	25/10	15	15	15				
7	26/10	15	15	15				
8	27/10	15	15	15				
9	28/10	15	15	15				

Quantos Pico 105

Fonte: Nascimento (2024).

No segundo dia, que se programamos para ir à praia, dessa vez no período da noite, quando as espécies sobem para desovar, planejamos e nos programamos conforme as orientações do Sr. Chico Amâncio, estava um dia bonito, sol ardente e céu esplendido, e um calor que já dava indícios de um dia todo ensolarado, o que seguindo o Sr. Chico já dava indícios que seria uma noite que sairia muito bicho de casco, pois segundo ele, quando o dia está muito quente, ensolarado, e abafado, no seu dizer, ao chegar da noite irá sair muitos, pois nesses dias costuma da tempos fortes, temporais, com trovoadas, e noites quentes e abafadas, o que as espécies gostam e saem durante essas noites.

Assim, com o cair da noite o calor e o tempo abafado continuava, o que era propício de uma noite que sairia vários bichos de casco no tabuleiro, Sr. Chico falou que os bichos começam a subir na praia a partir das 22:00, as iaçás sempre sobem primeiro, algumas sobem para botar até antes mesmo desse horário, e muitas das três espécies sobem apenas para assoalhar, fazer o reconhecimento da praia e ver onde está melhor para depositar seus ovos, assim, se programamos para irmos depois das 22:00, mas nessa noite o inesperado, ou o esperado conforme os conhecimento dos próprios comunitários que já haviam falado que nesta noite, pelo calor repentino e com as trovoadas e relâmpagos com o chegar da noite, ia vim uma chuva, o conhecimento tradicional desses comunitários com base nesses indicadores naturais e ambientais já previa uma chuva com tempo forte nesta noite, e foi o que aconteceu, e com isso, não pudemos ir à praia durante a madrugada, pois estava uma chuva forte e com um temporal que impossibilitava sair da segurança e conforto da casa, além que durante a chuva não saem bicho, mas o Sr. Chico disse: *“hoje saiu muito bicho de casco, principalmente iaçá, eles gostam desses tempos, as tartarugas gostam mais de noites quentes e abafadas, sem chuva”*.

Com isso deixamos para ir ao tabuleiro com o amanhecer do dia, tendo que sair bem cedinho para não pegar o sol quente e fazer a marcação e contagem das covas na sombra, o que facilita o trabalho, além de os próprios comunitários terem outras atividades para desenvolver e tendo que programar o seu tempo entre cuidar do tabuleiro e desenvolver as outras atividades ao longo do dia, e isso tudo depende também de como será o tempo durante o dia todo, em dia chuvosos os comunitários costumam ficar apenas em casa, saem em casos específicos apenas para pescar a “broca”, quando não tem disponível em casa para esse dia, em dias ensolarados eles

se voltam para os cuidados na comunidade e plantações, seja na vazante da praia ou nas pequenas plantações aos arredores da comunidade, além dos cuidados com a criação dos animais.

Nesse sentido, ainda com o raiar do sol, ainda amanhecendo com uma neblina que impossibilitava ver o outro lado do rio, e nem o tabuleiro, apesar de ser relativamente estreito, eram 5h30min da manhã, quando acordamos e nos preparamos para ir ao tabuleiro, um silêncio dominava o ambiente naquele momento, apenas os pássaros indicavam o amanhecer do dia, com cantos que encantam e uma paz que te faz querer ficar ali por horas, ouvindo e observando toda a beleza natural existente a volta, nos preparamos e começamos descer a estiva, e estava um tanto escorregadia por consequência da chuvada na noite anterior, mas descemos sem nenhum acidente, pegamos o bote e atravessamos para o tabuleiro, encostamos na ponta de cima por orientação do Sr. Chico, e nesse momento as aves já detectaram a nossa presença e como sempre fazem soaram a alerta e ficou perceptível o aumento de seus cantos e começaram a sobrevoar a praia em forma de defesa e proteção dos seus filhotes, principalmente, ali éramos os invasores.

Logo de cara já me deparo com uma cova que havia sido marcada a algumas noites anteriores, se tratava da cova de um tracajá, que depositou seus ovos quase na encosta com o barranco, bem na costa da praia, e à estaca usada para marcar essa cova tinha algumas iniciais, e logo eu perguntei do Sr. chico o porquê das siglas, ele falou que cada espécie recebe uma sigla em sua estaca, pois assim fica mais fácil fazer o controle e a contagem na hora da eclosão dos filhotes, além de ter dados mais precisos no relatórios dos próprios comunitários ao longo da desova das espécies (Figura 58).

Figura 58. Estacas de marcação das covas.



Fonte: Nascimento (2024).

Posteriormente continuamos a caminhada pela praia, pelo centro dela, onde seria mais fácil ver as trilhas dos bichos de casco que haviam saído na noite anterior, por consequência da chuva os bichos que botaram antes da chuva dificilmente teriam suas covas desmarcadas, pois segundo o Sr. Chico Amâncio a chuva apaga os rastros da trilha, o que impossibilita de ser marcada, e isso faz muitas covas das três espécies, tartaruga e iaçá principalmente não ser marcada, o que pode aumentar o número de filhotes na hora da eclosão. Logo, com aproximadamente 20 metros de caminhada encontramos a primeira cova de iaçá (Figura 59), traços estreitos, pegadas pequenas e a trilha estava bem viva, forte, o que indicava que tinha saído depois da chuva, e neste momento o Sr. Chico Amâncio me orientou a fazer a verificação e marcação da cova, o que eles fazem diariamente quando vem ao tabuleiro todas as manhãs, e assim fiz a verificação do lugar onde realmente estava os ovos, pois fica em uma parte da areia onde fica mais fofa e a areia levemente bagunçada o que demonstra que ali encontra a cova, sem precisar cavar ou mexer nos ovos e prejudicar, possivelmente o processo de fecundação dos ovos e diminuir a taxa de nascimento dos filhotes.

Segundo ele o número de ovos por cova é variante, dependendo se é a primeira desova do indivíduo ou não, tendo covas verificadas para espécie do laçá com até 7 ovos, e chegando a encontrar algumas com 20 ovos, mas o comum é ter entre 10 e 18 ovos, segundo ele.

Figura 59. Marcação covas de iaçá.



Fonte: Nascimento (2024).

Assim, neste dia conseguimos marcar 37 covas de laçá (Figura 60), todas da noite anterior, e grande maioria tendo saído após a chuva, e nenhuma de tartaruga ou tracajá, conforme já havia sido evidenciado pelo Sr. Chico, as tartarugas gostam de sair em noites quentes e que não chova, principalmente, e neste dia não andamos todo o tabuleiro, fomos até a parte mais alta da praia, onde já estava marcada várias covas de tartaruga de noite anteriores e onde elas gostam mais de desovar seus ovos, por ser mais alto e por apresentar uma areia mais fofa, logo seria mais fácil de escavar.

Assim iniciou nosso segundo dia na comunidade, acompanhando e contribuindo durante as atividades desenvolvidas pelos comunitários, tanto no que diz respeito ao manejo dos quelônios no tabuleiro quanto as demais atividades no território da comunidade, roçado, pescaria, criação de animais e cuidados com as plantações frutíferas aos redor das casas, o dia a dia que nos mostrou um pouco da vivência e desafios desses sujeitos fundamentais para manter o equilíbrio ambiental e conseqüentemente social, pensando no bem estar da própria comunidade, ao cuidar e resguardar um recurso animal ou vegetal importante para garantir segurança alimentar da comunidade.

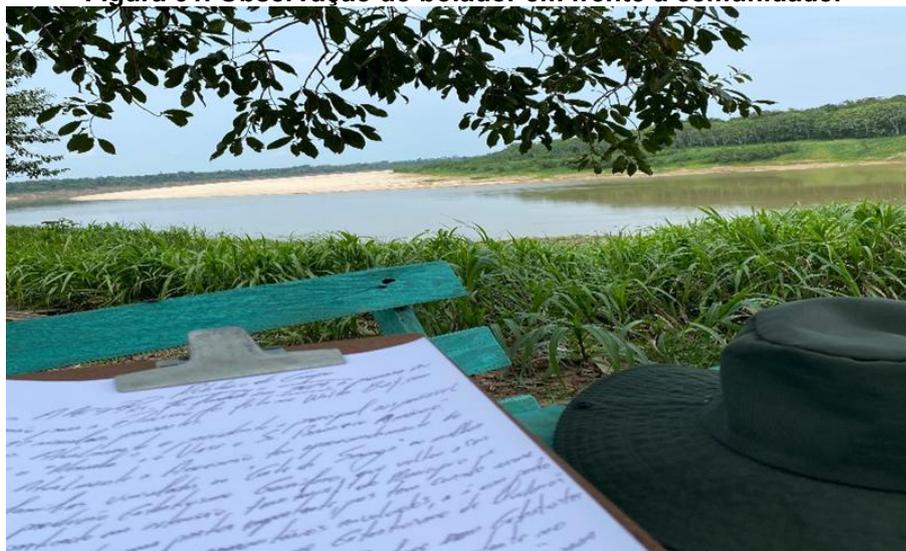
Figura 60. Marcação da última cova de laçá.



Fonte: Nascimento (2024).

Durante o período de desova as tartarugas, principalmente, ficam nas proximidades do tabuleiro, vivendo sob dias na extensão do rio que cobre a praia e fazendo os famosos “boiadores” (Figura 61), uma parte específica onde essas espécies concentram-se e ficam boiando sem parar, reversando entre as várias que tem, e nesse momento conseguimos sob as orientações do Sr. Chico Amâncio perceber um desses boiadores, bem em frente a comunidade, na ponta de cima da praia, em um pequeno estirão que começa o barranco, e pudemos ver muitas delas, de diversos tamanhos, esse que é analisado conforme a boiada da tartaruga, e esse boiadouro não é fixo, mas sempre na parte do tabuleiro, tem dias que na ponta de cima, e tem dias que na ponta de baixo ou mesmo no meio da praia, onde fica a parte mais alta, Sr. Chico comentou *“esses cardumes são grandes, quando elas estão boiando muito é porque estão se preparando pra botar, e quando dia é quente, elas saem para assoalhar (tomar sol), ficar na beira da praia pegando sol né, ficam muitas, quero que tu veja, é uma coisa muito bonita, mas não pode chegar perto, se não elas se espantam”*.

Figura 61. Observação do boiador em frente a comunidade.



Fonte: Nascimento (2024).

A práticas de manejo e cuidados com tabuleiro requerem conhecimentos aguçados e o Sr. Chico Amâncio se mostrou um exímio conhecedor e agente fundamental nesse processo, conhecimentos tradicionais que segundo ele foi aprendendo com seus pais e principalmente com as experiências em campo, observações, convivência com as espécies e presença no tabuleiro lhes fez aprender coisas benéficas que fizeram aumentar a eficácia na proteção e cuidados com o tabuleiro, e conseqüentemente o aumento no número de filhotes soltos anualmente, mas é nítido no Walter Bury e nos demais tabuleiros estudados a falta de apoio e infraestrutura para desenvolver as atividades diárias, o que é ainda mais desafiador exercer a prática de manejo e se manter firme pela causa.

Para além do termo que recebem como “vigias de praia”, ou “vigias do tabuleiro” esses são lideranças, são agentes fundamentais nesse processo de proteção e cuidados com o tabuleiro, que além das práticas de manejo exercidas no tabuleiro tem outras múltiplas tarefas, que necessitam atenção e planejamento, o que os fazem conhecedores e experientes nas atividades exercidas, o que tem impactos positivos, e organização entre os próprios comunitários e divisão organizacional das tarefas contribuiu para o êxito, percebido no momento da soltura dos filhotes, principalmente.

Com o chegar da noite começou a se formar um novo tempo, com relâmpagos e trovoadas, era uma noite quente e abafada, propicia para uma noite perfeita para os bichos de cascos subirem na praia para desovar, e assim nos programamos com o Sr. Chico Amâncio, caso não chovesse igual a noite anterior iríamos para a praia as entre

as 02:00/03:00h da manhã, para tentar acompanhar e ver as espécies enquanto estivessem em cima da praia.

E assim aconteceu, não choveu e fazia uma noite bonita, com o céu estrelado e uma noite quente e bem abafada, quando levantamos e nos preparamos para ir à praia, com roupas de cores fracas, escuras, pois apesar da noite é preciso tomar alguns cuidados para não espantar as espécies durante a desova, ou mesmo durante a subida ou descida desses indivíduos, o que pode afastá-los para outra praia.

Assim descemos o porto era 03:20 da manhã, horário um pouco tarde, pois segundo o Sr. Chico Amâncio em noites que saem muitas tartarugas, quando acontecem as famosas barroadas¹, termo utilizado para descrever as noites em que saem muitas tartarugas, bem mais do que nas noites anteriores, as barroadas acontecem entre 3 e 5 vezes a cada verão, em noite bem quente, abafadas e sem chuva, onde começam subir a praia entre as 23:00h/00:00h da noite.

Atravessamos o rio sem ligar o motor rabeta, para não fazer barulho e espantar as espécies, com isso fomos remando silenciosamente até chegar na ponta da praia, atracamos e fomos andando pelo centro da praia, assim tínhamos uma visão geral e centralizada da praia. Chegando ao centro da praia, a parte mais alta, onde muitas tartarugas já tinham saído em noite anteriores, a qual a areia é mais fofa e alta ouvimos uns barulhos, que para mim era novo, estralando, como se duas coisas duras e secas estivessem se chocando, daí perguntei do Sr. Chico Amâncio, ele falou que eram as tartarugas triscando a sua carapaça uma na outra ao entrar na água, quando já tinha desovado e estavam voltando para água.

Avistamos a primeira tartaruga desovando (Figura 62), essa já estava na sua cova depositando seus ovos, nesse momento não chegamos perto para não espantar, antes de seguimos para o centro onde avistamos muitas delas em cima da praia ouvimos as orientações do Sr. Chico *“agora bora ali por cima, pelo acero da praia, para não espantar, daí descemos um pouco mais pelo outro lado, aí vocês ficam parados, assim elas não se espantam e passam pertinho, dá até pra passar a mão nelas e ela nem se espantam”*.

¹ Termo regional utilizado para descrever as a noites em que saem muitas tartarugas.

Figura 62. Tartarugas desovando no tabuleiro Walter Bury.



Fonte: Nascimento (2024).

Ao chegar do outro lado nos deparamos com um verdadeiro festival natural, coisa que parece aquelas histórias antigas que mesmo sendo natural do município é difícil imaginar e presenciar esse festival natural das tartarugas durante a barroada em cima do tabuleiro, nesta noite foi algo incrível, que relembra as várias falas dos naturalistas que desbravaram a bacias hidrográficas amazônica e descreveram a abundância de quelônios presenciados naqueles tempos, que relembram o potencial visto nesta noite no tabuleiro do Walter Bury.

Apesar do horário, nesses momentos contamos aproximadamente 80 tartarugas em cima da praia desovando, outras descendo e algumas poucas subindo, as últimas da noite, segundo o Sr. Chico Amâncio, concentradas nessa parte alta da praia, fazem seu festival natural, algumas cavando covas de outras que desovaram em noites anteriores e jogando ovos para cima e algumas de 2 ou 3 em uma mesma cova, tamanhas variados, algumas a primeira desova, outras já conhecedoras da praia e habituadas com o espaço (Figura 63).

Ficamos em lugares separados dessa parte da praia, mas a vista um dos outros, estáticos podemos observar elas de perto, as que estavam descendo, passavam por perto, sem nenhuma preocupação, o que retrata o trabalho dos comunitários, vigias, agentes, e envolvidos nessa prática de manejo, a conexão e conhecimento sobre as espécies e o seu ecossistema é incontestável, e transmite nesse momento, onde sabem todos os passos para acompanhar esse momento de desova e não atrapalhar essa etapa primordial dessas espécies.

Figura 63. Desova no Tabuleiro Walter Bury.

Fonte: Nascimento (2024).

Nesta noite, segundo o Sr. Chico Amâncio, saíram entre 200 a 300 tartarugas. Apesar do horário, ainda conseguimos ver e acompanhar a desova de muitas delas, o que evidencia o potencial do Tabuleiro do Walter Bury, um dos primeiros criados e, até os dias atuais, referência em práticas de manejo de quelônios nesta parte do rio Juruá. Mesmo com pouco, ou quase nenhum apoio recebido, os comunitários continuam a proteger essas espécies e seus ecossistemas, reconhecendo-os como fundamentais para a sobrevivência da fauna local e para a própria manutenção da comunidade

Não esperamos todas desovarem, ficamos na praia durante uma hora mais ou menos e voltamos para comunidade, mas ainda tinham muitas delas desovando, quando acontecem a barroadas tendem a ficarem em cima da praia até o dia amanhecer, segundo os próprios vigias.

Ao amanhecer, 05:30h da manhã retornamos ao tabuleiro para fazer a marcação das covas, e com o dia raiando ficou ainda mais incrível e espetacular ver a quantidade de tartarugas que haviam saído durante a noite, a parte mais alta da

praia se encontrava toda remexida, em alguns casos impossível de marcar, pois haviam de 3 a 5 covas em apenas uma, quando várias tartarugas desovam em apenas um cova, e durante o festival natural elas descobrem a cova de outras, jogando seus ovos para superfície, o que atraem predadores imediatos, no caso em questão os urubus (Figura 64), que chegaram primeiro do que nós e já tinham comido a maioria dos ovos que estavam fora da cova.

Figura 64. Urubus comendo ovos descobertos.



Fonte: Nascimento (2024).

E assim, como na noite anterior tinha saído apenas iaçás, nesta noite saiu apenas tartarugas, não marcamos nenhuma cova de iaçá, apenas tartarugas, e como o Sr. Chico já havia falado, “*as tartarugas espantam as iaçás, não gostam delas*”. E realmente, nesta noite saiu apenas tartarugas, e segundo eles, as iaçás e tracajá saem, mas nas pontas de baixo e de cima da praia. Ao ser perguntado sobre a importância do tabuleiro e as dificuldades encontradas por eles, obtive a seguinte explicação:

ah negão, se não fosse o tabuleiro não tinha mas não, você ver o tanto que ainda tem, e o tanto que saiu essa noite, é muita, ainda tem muita, a população precisa saber né, a importância desse tabuleiro, a importância do nosso trabalho, aqui estamos realizando nosso sonho, e nós tamo mostrando pra população o nosso trabalho, mas a gente precisa de recurso, e mais apoio, porque a gente precisa viver né, e ficamos aqui o ano todo) (Entrevistado C, 2024).

É notória a importância do trabalho desenvolvido por esses comunitários, agentes primordiais nesse processo de conservação das espécies de quelônios e demais espécies que se reproduzem nesse ecossistema, além também do envolvimento dos jovens nessa prática de manejo, o qual já sabem todas as etapas e acompanham e ajudam durante as atividades, é o caso do Tatu, de apenas 14 anos,

que acompanha seu avô chico Amâncio em todas as atividades e os ajudam durante a sua realização, mas é claro também as dificuldades enfrentadas por esses comunitários, desde ameaças de morte ao tentar impedir exploradores armados a falta de recursos para comprar o mínimo que é gasolina para fazer a vigilância no tabuleiro (Figura 65).

Figura 65. Lideranças comunitárias e Vigias do Tabuleiro.



Fonte: Nascimento (2024).

Após o período de desova os comunitários continuam cuidando do tabuleiro para que os invasores não arranquem as covas, sendo uma etapa importante também, a eclosão, nascimento dos filhotes acontecem em novembro, com os filhotes de iaçás nascendo primeiro, pois desovaram primeiro também e por último as tartarugas.

No ano de 2024, não houve soltura no tabuleiro do Walter Bury, assim como nos demais tabuleiros do município, em razão da falta de verba e da desorganização da gestão municipal. Em outros momentos, essa atividade se consolidou como um evento fundamental para divulgar o trabalho desenvolvido pelos comunitários e destacar sua importância, além de fortalecer aspectos culturais e sociais e incentivar práticas de educação ambiental no município. Tal ação também contribuiu com o trabalho dos órgãos municipais, especialmente das escolas e daqueles que, de alguma forma, estão envolvidos com questões ambientais

Assim, segundo o Sr. Chico Amâncio neste ano grande parte dos filhotes nasceram e desceram naturalmente para água, o que diminui suas chances de chegar a fase adulta ou ao ponto de não ser mais uma presa fácil, o que acontece nesse momento quando são presas fáceis para várias espécies de peixes e outros predadores, urubu, principalmente, segundo ele nesse ano foi retirado apenas

algumas covas para os pesquisadores do Projeto Pé de Pincha fazer os estudos que já vem fazendo anualmente e os próprios comunitários tiraram alguns para jogar no lago do Walter Bury.

Para eles seriam ideais que nesse momento do nascimento os filhotes fossem retirados e colocados em recipientes de água grande, caixas grande, e em seguida fossem jogados em lagos preparados, limpos dos predadores maiores, e lagos pequenos, isso aumentaria o número de filhotes que chegariam a fase adulta, mas para isso precisaram de apoio, o que não tem, pois, essas etapas dão muito trabalho e precisam de mais voluntários (Figuras 66 e 67).

Figura 66. Filhotes de Quelônios coletados para estudo.



Fonte: Natanilson (2024).

Figura 67. Processo de coleta dos Quelônios.

Fonte: Natanilson (2024).

A falta de apoio e visibilidade para comunitários torna ainda mais difícil a continuidade da prática de manejo dessas espécies ano após ano, esses agentes se desdobram entre as tarefas diárias em seu território, plantio, pesca, caça e demais atividades e ainda se comprometem e fazem todos os anos a proteção e cuidados com o tabuleiro durante a desova, e não recebem nenhum recurso financeiro, o que seria importante para captação de mais comunitários, pois não é todos que são envolvidos pois preferem se concentrar em outras atividades que para eles são mais rentáveis, e assim eles poderiam se organizar melhor junto ao município e fazer uma melhor gestão do tabuleiro e concentra-se em todas as etapas do manejo, não só durante a desova, mas também durante a eclosão e preparação e cuidados com os filhotes até a soltura.

3.5. Alternativas e possíveis soluções

Historicamente, não há dúvidas sobre a importância dos tabuleiros para a conservação de quelônios e diversas outras espécies que utilizam essas praias protegidas durante algum período do ano para reprodução. Durante o verão amazônico, por exemplo, muitas espécies de aves, que estão entre as primeiras a iniciar a reprodução nas praias, atuam como protetoras desse espaço natural.

Os tabuleiros surgem como os primeiros territórios protegidos com interesses específicos. Os registros de naturalistas da época mostram que, inicialmente, a

proteção não estava voltada para a conservação ou o uso consciente, já praticados pelos primeiros habitantes do território amazônico. Esses habitantes protegiam as praias para garantir a alimentação durante o período de desova, principalmente dos quelônios. Essa realidade, contudo, mudou com a chegada dos exploradores na região, que caçaram e predaram grandes quantidades dessas espécies.

Atualmente, os tabuleiros representam um espaço fundamental para a conservação das espécies que se reproduzem nessa praia. Os comunitários de diferentes áreas do rio Juruá, envolvidos na prática do manejo, desempenham um papel crucial para a continuidade dessa atividade. Especialmente nos tabuleiros localizados fora de categorias formais de unidades de conservação, assim, surge a reflexão: por que esses tabuleiros não podem constituir uma categoria de unidade de conservação? Afinal, esses territórios figuraram entre as primeiras formas de proteção de partes específicas do território, mesmo que inicialmente visassem outros interesses, e hoje são responsáveis por evitar a extinção de muitas espécies, além de garantir a segurança alimentar das populações residentes as margens dos rios amazônicos.

Além das leis e normas criadas ao longo do tempo que proíbem a caça e o comércio de diversas espécies de animais, incluindo os quelônios, e que visam proteger diretamente o ambiente de reprodução dessas espécies, destaca-se a criação das ZPTQs pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA). Por meio da Resolução CEMAAM nº 25, de 18 de agosto de 2017, foram instituídas as Zonas de Proteção Temporária de Quelônios (ZPTQs), aplicáveis a todo o Estado do Amazonas, onde essas áreas estão localizadas e cujas especificidades já foram abordadas neste texto.

O período protegido por essa resolução, no caso do rio Juruá, estende-se de 15 de julho a 15 de dezembro. Do ponto de vista legal, essa proibição é fundamental para assegurar e oferecer respaldo jurídico aos comunitários envolvidos no manejo das espécies nos tabuleiros. Além disso, existem leis que proíbem, por si só, a pesca dessas espécies. No entanto, surge a seguinte questão: como implementar essas medidas se os próprios comunitários não contam com o apoio mínimo necessário por parte das instituições responsáveis por sua criação?

Muitas vezes, os comunitários não conseguem executar integralmente as três etapas do manejo, concentrando seus esforços principalmente no período da desova,

considerado o mais crítico, arriscado e relevante, pois é quando as espécies se tornam mais vulneráveis. Entre as principais dificuldades enfrentadas estão a ausência de veículos adequados, a falta de ferramentas e o baixo engajamento de pessoas. Muitos comunitários optam por direcionar seus esforços à produção agrícola ou a outras atividades mais rentáveis, uma vez que o manejo das espécies não oferece retorno financeiro

Ademais, a falta de insumos básicos, como combustível, compromete as atividades de manejo. Essa realidade foi vivenciada durante os trabalhos de campo, onde, apesar das limitações, conseguimos contribuir com as atividades, pois havíamos levado uma reserva de combustível, minimizando parte dos desafios enfrentados pelos comunitários.

Dessa forma, compreende-se a importância da criação de uma categoria de reserva nesse território, que já é delimitado e protegido pelos comunitários. Esses moradores exercem suas territorialidades diárias e realizam o manejo de quelônios e outras espécies. A implementação de uma reserva traria mais benefícios e amparo para essas atividades e, possivelmente, incentivaria outros comunitários, naturais desse território a retornarem às comunidades e contribuir com as práticas de manejo. Muitos desses moradores migraram para a cidade em busca de melhores condições de vida, mas o retorno seria viável, considerando o reduzido adensamento populacional dessas comunidades.

O interesse pela criação de uma unidade de conservação no território é mútuo e homogêneo entre os comunitários. Esse desejo é perceptível em suas falas durante as atividades de campo, nas quais destacaram que a criação de uma reserva proporcionaria mais apoio e reconhecimento pela relevância da atividade que desenvolvem. Além disso, vislumbram futuras possibilidades de manejo de outras espécies abundantes na região.

As propostas existem e são aplicáveis, conforme apresentado em um estudo recente de Moraes *et al.*, (2024) sobre o uso agrícola das terras no território de Itamarati, AM. Ao final da pesquisa os autores propõem algumas categorias de reserva que poderiam ser criadas de acordo com as características e atividades desenvolvidas na região. A proposta considera como as terras vêm sendo utilizadas e os recursos explorados, ressaltando a importância da criação de uma Unidade de Conservação. Essa medida busca não apenas a preservação das espécies e do ecossistema,

priorizando principalmente a valorização histórica e cultural dos agentes envolvidos nas práticas de conservação, reconhecendo devidamente sua relevância nesse processo conservacionista.

Nesse contexto, sugerem-se as seguintes categorias de reservas como opções a serem implementadas, as quais devem ser previamente apresentadas e explicadas aos moradores, possibilitando uma decisão conjunta. Durante essa etapa é fundamental destacar de forma clara os pontos positivos e negativos de cada categoria, conforme detalhado na tabela a seguir. As categorias propostas incluem: Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Reserva Extrativista (RESEX) e Área de Proteção Ambiental (APA) (Quadro 8).

Quadro 8. Categoria de reservas propostas.

Critério	Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)	Reserva Extrativista (RESEX)	Área de Proteção Ambiental (APA)
Propriedade da Terra	Pública Uso comum	Pública Uso comum	Privada e Pública
Uso dos Recursos Naturais	Sustentável por populações tradicionais	Sustentável por populações extrativistas tradicionais	Regulamentado para ser sustentável
Residência	Permitida para populações tradicionais	Permitida para populações tradicionais	Permitida
Objetivo Principal	Conciliar conservação com desenvolvimento sustentável	Uso sustentável dos recursos naturais por populações extrativistas	Conservação ambiental e uso sustentável dos recursos
Participação Comunitária	Alta	Alta	Alta
Prós			
Preserva culturas tradicionais	Preserva culturas tradicionais	Protege direitos das populações extrativistas	Flexibilidade no uso da terra
Promove desenvolvimento sustentável	Promove desenvolvimento sustentável	Promove desenvolvimento sustentável	Participação comunitária
Garantia de uso da terra	Garantia de uso da terra	Garantia de uso da terra	Incentivo ao uso sustentável da propriedade privada
Contras			
Restrição ao crescimento urbano	Restrição ao crescimento urbano	Restrição ao crescimento urbano	Requer cumprimento rigoroso de normas ambientais
Possível conflito com interesses econômicos	Possível conflito com interesses econômicos	Possível conflito com interesses econômicos	Implementação e fiscalização podem ser difíceis
Necessidade de regulamentação rigorosa	Necessidade de regulamentação rigorosa	Necessidade de regulamentação rigorosa	Pressão por desenvolvimento pode afetar conservação

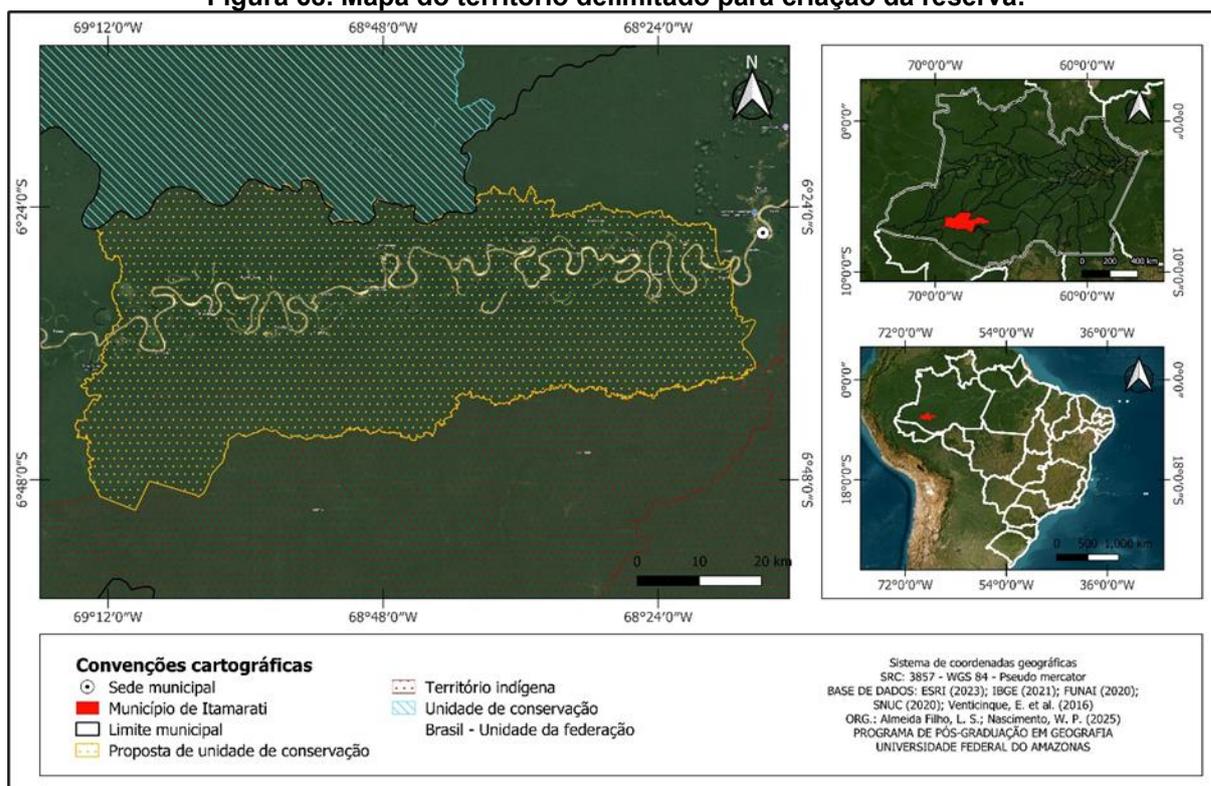
Fonte: Bacha (1992); Brasil (2024).

É notório que a criação de uma reserva não traz apenas benefícios, mas sua não implementação pode gerar consequências ainda mais graves para o meio ambiente e para as comunidades tradicionais, ribeirinhas e indígenas. Entre os impactos negativos estão a superexploração dos recursos naturais, o desmatamento, as queimadas e, no caso em questão, a exploração excessiva de quelônios, além da possível desterritorialização dessas comunidades envolvidas no manejo. Essas comunidades frequentemente se mostram desmotivadas devido à ausência ou insuficiência de apoio material ou financeiro.

Nesse sentido, propõe-se a delimitação de uma área do território que abranja as comunidades de Walter Bury e Nova Olinda, as quais desempenham um papel central na conservação dos quelônios. Essa proposta inclui uma parte significativa de seus lagos, que também são fundamentais para a preservação dessas espécies e de diversas outras, bem como para a manutenção do ecossistema como um todo.

Além disso, a proposta considera o manejo do pirarucu, especialmente após o acordo de pesca firmado em assembleia realizada no município em 2024, evento no qual participamos como ouvintes. Esse acordo foi mediado pelo Instituto Juruá e pela Associação Ambiental, Extrativista, Pescadores e Produtores Rurais de Itamarati (AAEPPRI). É importante destacar que os estudos relacionados ao manejo do pirarucu já vinham sendo conduzidos há alguns anos, o que torna esse acordo um marco importante tanto para as comunidades envolvidas quanto para o município.

Figura 68. Mapa do território delimitado para criação da reserva.



Elaboração: Almeida Filho e Nascimento (2025).

A área total da proposta é de 3.637.773,99 km², ou seja, 363.777,39 hectares, área estimada com base em dados geoespaciais. Para delimitação da área foram usados dados espaciais de órgãos públicos e publicações científicas, como mapa de limites de bacias hidrográficas, limites municipais do IBGE, unidades de conservação, terras indígenas e assentamentos do INCRA do Ministério do Meio Ambiente e dados do MAPIOMAS para cobertura e uso da terra, com a finalidade de fazer uma análise do contexto fundiário.

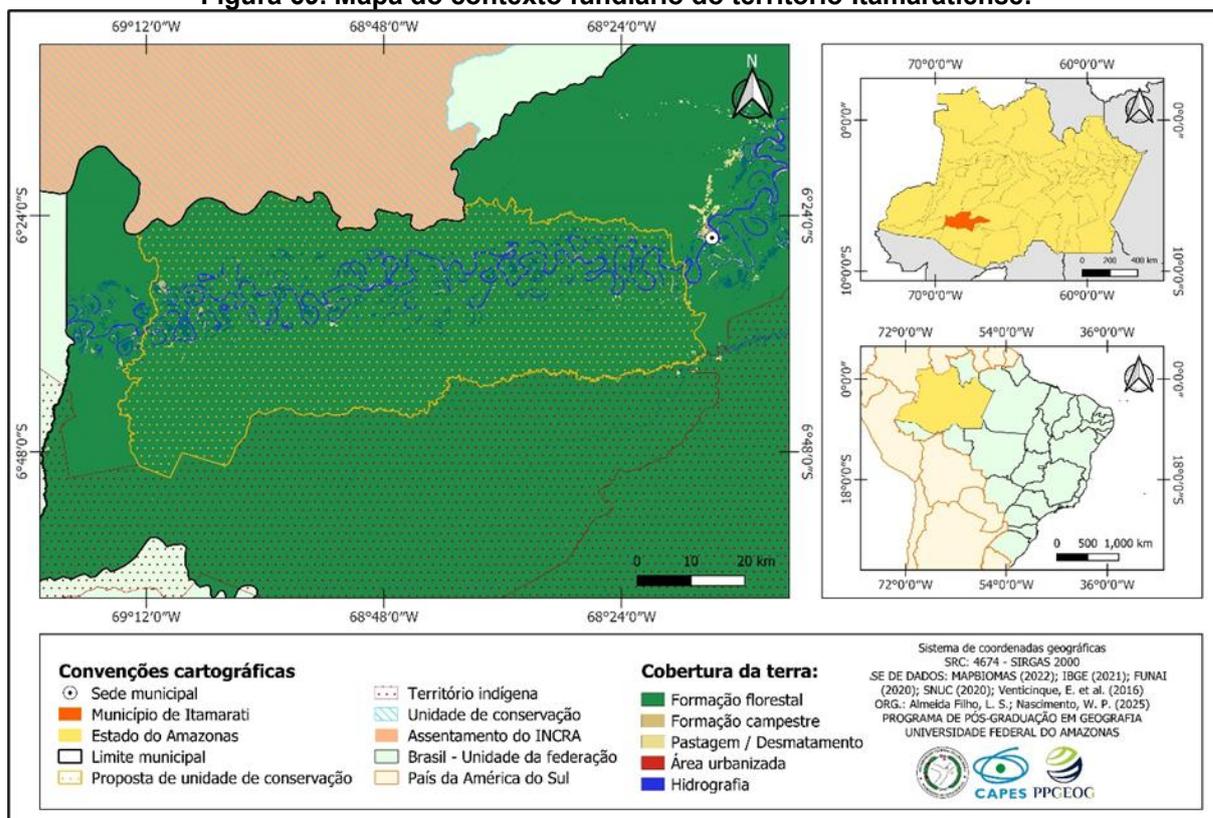
Todas as operações de geoprocessamento foram realizadas no *SIG Desktop QGIS*, versão 3.28. A delimitação da área foi realizada com base no contexto de localização geográfica de Itamarati e da bacia hidrográfica considerando a presença de áreas protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas) e assentamentos INCRA. A análise fundiária conclui que não há sobreposição da proposta com outras unidades de conservação, territórios indígenas, áreas quilombolas, áreas urbanizadas ou outros projetos.

É importante considerar os tipos e critérios para criação de unidades de conservação, uma vez que a área é habitada por comunidades ribeirinhas sendo o uso da área necessário para subsistência, portanto, os tipos de Ucs recomendados

são as de uso sustentável como Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) ou Reserva Extrativista (RESEX) considerando a necessidade de elaboração de um plano de manejo da unidade.

Nesta perspectiva, a delimitação proposta no mapa (Figura 69) foi previamente discutida com os comunitários da comunidade Walter Bury e apresentada aos comunitários da comunidade Nova Olinda. Estes destacaram o território a ser delimitado e enfatizaram a importância de proteger seus lagos, considerando o manejo do pirarucu e, futuramente, de outras espécies adequadas para manejo sustentável. Além de enfatizar que um dos limites da reserva deve estar abaixo da comunidade Canta Galo, destaca-se que, em frente a essa comunidade, há muitas pedras que formam um grande corredor, gerando correntezas fortes e dificultando a subida das tartarugas. Essas, ao conseguirem subir, ficam expostos, pois passam por uma área com menor correnteza e mais rasa, o que as torna facilmente capturáveis, conforme relatado pelas comunidades.

Figura 69. Mapa do contexto fundiário do território Itamaratiense.



Elaboração: Almeida Filho e Nascimento (2025).

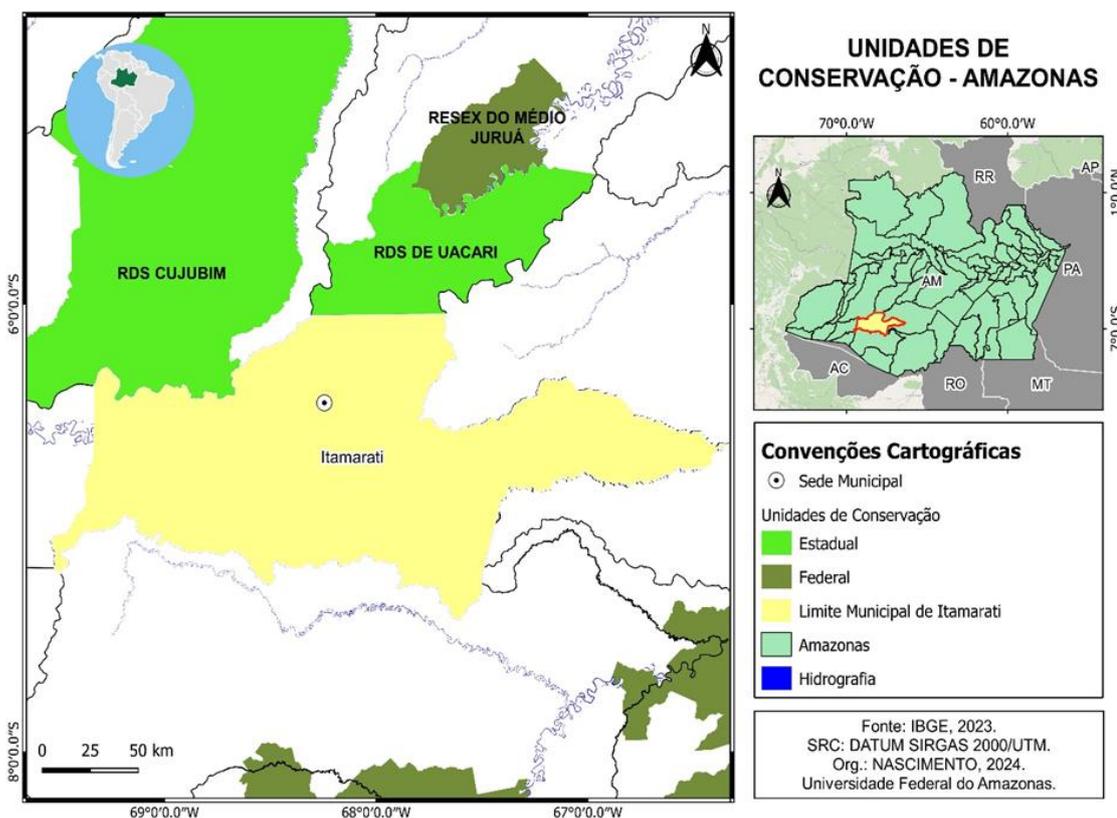
O município de Itamarati possui um território de 25.260 km², dos quais 15.197 km² são delimitados como terras indígenas do povo Deni e do povo Kanamari, conforme destacado no mapa apresentado no primeiro capítulo deste trabalho. Essa

área corresponde a aproximadamente 60% do território total, sendo fundamental para a valorização cultural, a proteção dos povos indígenas e a preservação ambiental.

Entretanto, no que diz respeito às Unidades de Conservação, Itamarati é o único município da calha do Rio Juruá que não possui nenhuma categoria de reserva delimitada em seu território, seja ela municipal, estadual ou federal. Essa ausência reforça ainda mais a necessidade de criar uma reserva, considerando tanto a perspectiva de conservação ambiental quanto o bem-estar e a colaboração mútua aos comunitários.

O mapa a seguir (Figura 70) apresenta algumas das Unidades de Conservação existentes nos municípios que fazem limite com Itamarati, no estado do Amazonas.

Figura 70. Mapa das Unidades de Conservação na região de Itamarati.



Elaboração: Nascimento (2024).

Compreende-se que, embora o interesse dos comunitários em relação à criação da reserva seja homogêneo, o processo é burocrático e demanda tempo para sua implementação. Dessa forma, considerando a realidade observada em campo, sugere-se a atuação conjunta da gestão municipal e da Secretaria de Meio Ambiente no acompanhamento das etapas do manejo.

É importante que o gestor municipal busque prestar apoio financeiro e forneça ferramentas adequadas, como, por exemplo, um bote de alumínio e um levantamento anual de combustível destinado a essas atividades. Além disso, é relevante considerar a criação de dois ou três cargos comissionados para agentes ambientais, que poderiam atuar como vigias, dedicando-se exclusivamente aos cuidados com o tabuleiro e à proteção do território da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As espécies de quelônios sempre desempenharam um papel fundamental na subsistência das populações amazônicas, sendo historicamente um dos principais recursos alimentares dessas comunidades. Ainda hoje, essas espécies continuam a garantir a segurança alimentar dos povos ribeirinhos que habitam as margens dos rios do Amazonas. Entretanto, a exploração desenfreada, impulsionada pelo valor comercial desses animais, resultou em uma drástica redução populacional, o que levou à implementação de medidas de controle para a caça e o comércio ilegal.

A criação de legislações proibitivas e o estabelecimento de diferentes categorias de reservas foram essenciais para a preservação desses animais. Contudo, destaca-se o papel crucial das comunidades locais na proteção e no manejo sustentável dos quelônios, especialmente nos tabuleiros de reprodução. Essa atuação comunitária tem sido uma estratégia eficiente para garantir a reprodução e a conservação dessas espécies, além de fortalecer a segurança alimentar dos povos ribeirinhos, mesmo em áreas não oficialmente delimitadas como reservas.

Este estudo analisou a interação entre o extrativismo de quelônios e a territorialidade ribeirinha no município de Itamarati, no Médio Juruá, Amazonas. Por meio de uma abordagem interdisciplinar, foram explorados aspectos teóricos, históricos, geográficos e socioambientais que evidenciam a complexidade das relações entre sociedade e natureza na região.

Os resultados evidenciam que, embora o extrativismo de quelônios tenha sido historicamente associado à exploração predatória, ele pode ser ressignificado a partir de práticas de manejo sustentável. A valorização do conhecimento tradicional e o fortalecimento das iniciativas comunitárias demonstram que é possível conciliar conservação ambiental e modos de vida tradicionais, desde que haja políticas públicas que apoiem essas estratégias. É fundamental que esse apoio vá além da legislação e se materialize em ações concretas no campo, considerando que os comunitários são os principais agentes nesse processo.

Entretanto, apesar dos avanços na conservação dessas espécies, ainda existem desafios significativos a serem enfrentados. O fortalecimento das políticas públicas deve ir além da simples criação de reservas e leis proibitivas; é necessário garantir a participação ativa das comunidades ribeirinhas nos processos de decisão, reconhecendo sua autonomia e conhecimento ecológico. Muitas vezes, as estratégias

de conservação ignoram a realidade socioeconômica local, resultando em conflitos entre fiscalizações rígidas e práticas tradicionais de subsistência.

Além disso, a fiscalização contra o comércio ilegal de quelônios ainda é insuficiente, permitindo que o tráfico desses animais continue a ameaçar sua preservação. A pesquisa mostrou que existe uma rede de comércio ilegal que se estende além do município, chegando até a capital, o que alerta para a necessidade de aprimorar as práticas de fiscalização e valorizar os agentes envolvidos no manejo sustentável. A falta de alternativas econômicas sustentáveis para as populações locais pode levar ao retorno de práticas predatórias, evidenciando a necessidade de incentivos governamentais para o desenvolvimento de atividades compatíveis com a conservação, como o ecoturismo e projetos de manejo regulamentado.

Outro ponto crítico diz respeito ao impacto das mudanças climáticas sobre os habitats dos quelônios. A poluição dos rios, o desmatamento, as queimadas e, principalmente, a caça predatória afetam diretamente a reprodução e a sobrevivência dessas espécies, tornando essencial uma abordagem mais ampla que integre conservação ambiental e políticas de mitigação de impactos ambientais.

Ao acompanhar as atividades de manejo desenvolvidas na comunidade ribeirinha Walter Bury, observou-se a luta diária dos comunitários para proteger os tabuleiros durante o período de desova das espécies. Em muitos momentos, falta até mesmo o básico, como combustível, impedindo que eles se dediquem integralmente às três etapas do manejo (desova, eclosão e soltura). A necessidade de conciliar a conservação com atividades que garantam o próprio sustento reforça a urgência de um apoio mais efetivo por parte das políticas públicas. A falta de suporte limita não apenas a atuação dos comunitários, mas também a obtenção de dados precisos sobre o importante trabalho que realizam, como a quantidade de filhotes soltos por ano.

De maneira unânime, moradores, pescadores e comunitários reconhecem a importância dos tabuleiros para a conservação dos quelônios e como essas áreas contribuem para a recuperação das populações dessas espécies na bacia hidrográfica.

Nesse sentido, ressalta-se a necessidade de aprimorar os mecanismos de fiscalização e controle do comércio ilegal, bem como de fortalecer o diálogo entre o conhecimento científico e o saber tradicional. A sinergia entre esses conhecimentos é

essencial para o desenvolvimento de alternativas de manejo que respeitem as particularidades socioculturais e ecológicas da região.

Dessa forma, espera-se que esta pesquisa contribua para o debate acadêmico sobre território, territorialidade e conservação ambiental, fornecendo subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes. Também se destaca a necessidade da criação de uma Unidade de Conservação na faixa dos tabuleiros mapeados, promovendo maior eficácia nas ações conservacionistas e proporcionando melhores condições de vida às comunidades que se dedicam à proteção dos tabuleiros e do ambiente como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACUÑA, Cristóbal de. **Novo descobrimento do grande rio das Amazonas**. Rio de Janeiro: Agir, 1994.
- ALMEIDA, Denise Ribeiro de. O Mito da desterritorialização: do fim dos territórios à Multiterritorialidade. **Revista Formadores**, v. 7, n. 1, p. 74-77, 2014.
- AMAZONAS. **Lei nº 1, de 12 de abril de 1961**. Cria novos municípios no Estado do Amazonas e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, 13 de abril de 1961. p. 1.
- AMAZONAS. **Lei nº 41, de 24 de julho de 1964**. Extingue municípios e dispõe sobre o destino de seus bens. Diário Oficial do Estado, 25 de julho de 1964. p. 1.
- ANDRADE, P. C. M.; MONJELÓ, L. A. dos S.; CANTO, S. L. de O. **Criação e manejo de quelônios no Amazonas**: projeto diagnóstico da criação de animais silvestres no Estado do Amazonas. Manaus, AM: Pro-Várzea/IBAMA/MMA; AquaBio, Projeto Manejo Integrado dos Recursos Aquáticos na Amazônia, 2008.
- ARAÚJO, Nelcionei José de Souza. **A organização do espaço agroextrativista do município de Carauari-AM (1985-1995/6)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2001.
- ARAÚJO, Nelcionei José de Souza **As tensões territoriais ribeirinhas na Reserva Extrativista Médio Juruá (AM)**. 329f. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Fluminense, Niterói, 2007.
- BARDLN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições, v. 70, p. 225, 1977.
- BATES, Henry Walter. **O naturalista no rio Amazonas**. São Paulo: Cia: Editora Nacional; 1979.
- BATISTA, Djalma. **O Complexo da Amazônia**: análise do processo de desenvolvimento. Manaus: Valer; 1976.
- BOLIGIAN, Levon. **A transposição didática do conceito de território no ensino de Geografia**. 148f. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2003.
- COSTA, Craveiro. **A conquista do deserto ocidental**: subsídios para a história do território do Acre. Brasil: Editora Nacional, 1940.
- CRAVEIRO COSTA, J. **A conquista do deserto ocidental**. São Paulo: Nacional/MEC, 1974.
- DA CUNHA, Euclides. **Um paraíso perdido**: reunião de ensaios amazônicos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.
- DUTRA, Marcelo José de Lima; PEREIRA, Henrique dos Santos. Formação de municípios no Amazonas após a Constituição Federal de 1946: fragmentos de uma história interrompida e esquecida. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, n. 01, p. 51-68, 2018.
- FACHÍN-TERÁN, Augusto; SANTOS, Saulo César Seiffert. **Novas perspectivas de ensino de ciências em espaços não-formais amazônicos**. Manaus: UEA edições, 2013.

- FAGUNDES, Ingrid Silva de Freitas. **Sistema de monitoramento de uso dos recursos naturais (SiMUR) na Reserva Extrativista Rio Unini/Barcelos-AM (2008-2020)**. 168f. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SAVÉRIO, E. (org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular; UNESP, 2009. P. 197-215.
- FERRARA, Camila Kurkzmann; MORCATTY, Thais; VOGT, Richard. **Quelônios amazônicos**: guia de identificação e distribuição. Manaus: Wildlife Conservation Society, 2017.
- FERREIRA, Denison da Silva. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica. **Revista campo-território**, v. 9, n. 17 abr., p. 111-135, 2014.
- FIGUEIREDO, Nélia Maria Almeida de. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2. ed. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2008.
- FLORENZANO, Teresa Gallotti. Geotecnologias na geografia aplicada: difusão e acesso. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 17, p. 24-29, 2005.
- FONSECA, Raphael Alves; MELO, Sérgio de; MIORANDO, Priscila Saikoski; PEZZUTI, Juarez Carlos Brito. Manejo e conservação de quelônios na Amazônia brasileira (Edição 475). **Papers do NAEA**, v. 1, n. 2, 2020.
- FORD, NEIL B.; SEIGEL, RICHARD A. Phenotypic plasticity: implications for captive-breeding and conservation programs. **Captive management and conservation of amphibians and reptiles**, p. 175-182, 1994.
- FRAZER, Nat B. Sea turtle conservation and halfway technology. **Conservation biology**, v. 6, n. 2, p. 179-184, 1992.
- FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico**: elaboração e formatação. Explicação das Normas da ABNT, v. 14, 2006.
- GUERRA, Antônio Teixeira. **Dicionário geológico geomorfológico**. 8.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 448 p.
- HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos** Niterói: EdUFF e São Paulo: Contexto, 2002.
- HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. **O território em tempos de globalização**. Geo UERJ, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 39-52, ago. 2007.
- IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**: Amazonas. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am.html>>. Acesso em: 10 abr. 2024
- IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Itamarati - AM**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/itamarati/panorama>>. Acesso em: 10 abr. 2024
- IHERING, Rodolpho von. **Dicionário dos animais do Brasil**. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 1940. 898p.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 7.ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2008. 225 p.

OLIVEIRA JÚNIOR, Samuel Borges de; DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. O mito moderno da natureza intocada. **Revista de Educação Pública**, v. 18, n. 36, p. 227-229, 2009.

PINTO, Moisés Augusto Tavares. **O mercado de caça e pescado na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru**. Manaus: EDUA, 2017. 205 p.

PRITCHARD, P. C. H. Taxonomy, evolution, and zoogeography. In: HARLESS, M.; MORLOCK, H. (eds.). **Turtles: perspective and research**. New York: John Wiley and Sons, 1979. p. 1-42.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2.ed. Novo Hamburgo, Feevale, 2013. 276p

QUINTINO, Fernanda Pinto de Aragão. **Políticas públicas de formação de professores: o PARFOR e as mudanças objetivas e subjetivas na vida dos trabalhadores docentes em Itamarati-AM**. 2023. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2023.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, Robert David. **Human territoriality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Luiz Fernando de Souza. **O panóptico verde: a invenção ambiental da Amazônia**. Manaus: Valer; FAPEAM, 2014.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, Marcos Aurelio. Campo-território: considerações teórico-metodológicas. **Revista Campo-Território**, v. 1, n. 1 fev., p. 60-81, 2006.

SAQUET, Marcos Aurelio; BRISKIEVICZ, Michelle. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 31, p. 3-16, 2009.

SCHWEICKARDT, Kátia Helena Serafina Cruz. Estado, território e sujeitos sociais emergentes na Amazônia: algumas reflexões a partir do médio Rio Juruá. In: ESTERCI, Neide; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino (org.). **Territórios socioambientais em construção na Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014. p. 257-276.

SMITH, Nigel JH. Destructive exploitation of the South American river turtle. **Yearbook of the Association of Pacific Coast Geographers**, v. 36, p. 85-102, 1974.

SMITH, Nigel JH. Quelônios aquáticos da Amazônia: um recurso ameaçado. **Acta amazônica**, v. 9, n. 1, p. 87-97, 1979.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Territórios e ambientes**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

VENTICINQUE, Eduardo; FORSBURG, Bruce; BARTHEM, Ronaldo. PETRY, Paulo; HESS, Laura; MERCADO, Armando; CAÑAS, Carlos. MONTROYA, Mariana; DURIGAN, Carlos; GOULDING, Michael. An explicit GIS-based river basin framework for aquatic ecosystem conservation in the Amazon. **Earth System Science Data**, v. 8, n. 2, p. 651-661, 2016.

VERÍSSIMO, José. **A pesca na Amazônia**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. 130 p.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de Trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2007. 484 p.